

LILIAM TELLES

**DESVELANDO A ECONOMIA INVISÍVEL DAS AGRICULTORAS
AGROECOLÓGICAS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DE BARRA DO
TURVO, SP**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Telles, Liliam, 1976-

T274d
2018

Desvelando a economia invisível das agricultoras
agroecológicas : a experiência das mulheres de Barra do Turvo,
SP / Liliam Telles. – Viçosa, MG, 2018.

xii, 171 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 157-163.

1. Mulheres rurais. 2. Agroecologia. 3. Economia feminista.
4. Economia - Aspectos sociológicos. I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Extensão Rural. Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 333.483

LILIAM TELLES

**DESVELANDO A ECONOMIA INVISÍVEL DAS AGRICULTORAS
AGROECOLÓGICAS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DE
BARRA DO TURVO, SP**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de junho de 2018.



Daniela Leandro Rezende



Laetícia Medeiros Jalil



Alair Ferreira de Freitas
(Orientador)

Às agricultoras de Barra do Turvo que abriram as portas de suas casas e vidas para essa construção coletiva, minha profunda gratidão.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de um empreendimento coletivo, feito a muitas mãos, muitos sonhos, estrada, companheirismo e reclusão.

Agradeço imensamente à Thay, minha grande companheira, amor de todas as minhas vidas! Gratidão por todos os momentos em que você cuidou de mim e de nós, e por tudo o que construímos juntas nessa caminhada.

As agricultoras do Vale do Ribeira, por toda resistência e alegria, e pelos momentos de encontro e reflexão que nos inspiraram e nos fortaleceram, para seguirmos construindo um cotidiano mais afetoso na luta!

À minha irmã, Pretinha e Pretona e ao meu pai!!! Vcs estiveram longe fisicamente, mas presentes no meu coração!!! E à minha família de caminhada, por todos os encontros e reencontros tão inspiradores para a minha vida!

À Cláudia Schmitt, pelo apoio para a seleção do mestrado e pelos diálogos e contribuições ao longo do tempo!

Às companheiras do GT Mulheres da ANA! À Beth, que desde o início acreditou que seria possível fazer tantas coisas!! À Laécia, pelo olhar fino sobre a dissertação, pelas contribuições teóricas e políticas e pelos incentivos nos momentos mais desanimadores! À Sarah, pelos diálogos, textos, reflexões e contribuições nessa tarefa de voltar à academia, por estarmos juntas nessa caminhada! À Sara, pela inspiração com as epistemologias feministas e por toda a força dada para que eu me decidisse pelo mestrado! Às compas que se engajaram nesse projeto das Cadernetas Agroecológicas que trouxe tantos aprendizados para todas nós, e às demais compas do GT, pelas reflexões e por construirmos as nossas referências para uma agroecologia feminista, anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbica!! Termine esse ciclo em Fúria Feminista!!! Seguiremos juntas para mudar o mundo para mudar a vida das mulheres!!!

À Analine e à Carol Molina, por nos socorrermos nos momentos difíceis, pelo compartilhamento de olhares e textos, e pela produção coletiva!!! Estamos juntas!! Vocês não têm ideia do quão importante foram nossos diálogos presenciais e virtuais!!!

Ao povo que foi às ruas resistir ao golpe nos momentos em que não pude estar nas fileiras com vcs!!! Às compas da MMM, pela ausência nesses tempos difíceis! Eles não poderão aprisionar nossos sonhos!!! Lula Livre!! Marielle Vive!!!

Ao CTA, que possibilitou que toda essa empreitada fosse possível!!! À equipe das mulheres!!! Beth, Indyra, Cecília, Isabel, Daniel!!! Só emoção nesse projeto!!!

À SOF, especialmente à Gláucia, Sheyla, Vivian e Miriam, pela confiança, pelos momentos de reflexão e por toda a construção juntas!!! A tarefa ainda não acabou!! :)

Ao povo do Quintal Cultural e do Conselho Libertária!!! Olha o que conseguimos criar!!! Dádiva, reciprocidade e práticas feministas para uma economia solidária e substantiva!!!

À Anajá, pelo companheirismo desde o processo seletivo para o mestrado, pelo apoio com a transcrição quando eu já estava desistindo! E por todos os momentos de reflexão, cuidado e reciprocidade!! E à Thamires que acabou aguentando TPM de mais três e o peso dessa reta final!!!

À Camilera, por acreditar nesse processo, pela sistematização dos dados quantitativos e por me ajudar a perceber como isso pode ser bacana!!!

À Nayara e Narely, pela transcrição de entrevistas, tabulação e organização dos dados quantitativos.

À Thalita pela revisão da dissertação na fase inicial!! Pensa num empurrãozinho fundamental...e à Thalita, Mari e Pri por me socorrerem com a revisão final!!! Não fossem vocês eu estaria lascada!!!

Ao Romildo e à Margarida, que sempre me ajudaram a cumprir as regras e os procedimentos no tempo certo!!! É muito detalhe! Não fossem vocês eu tava lascada!!

À Isabelle, pela confiança, pelos espaços de diálogo e reflexões, que me inspiraram profundamente para chegar até aqui! Gratidão também pelo olhar tão cuidadoso com nosso processo de incidência na construção da agroecologia no Brasil!!

Ao Alair que acreditou no potencial dessa pesquisa, que estimulou em mim o olhar para a sociologia e a antropologia econômica e por todos os momentos de orientação que foram fundamentais nessa caminhada! Toda a minha gratidão!!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	viii
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	5
3 – OBJETIVOS.....	11
3.1 – Objetivo geral.....	11
3.2 – Objetivos específicos.....	11
4 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
4.1 – Contribuições da economia feminista para repensar a economia.....	12
4.2 – Repensando a economia desde a perspectiva da sociologia econômica.....	18
5. METODOLOGIA.....	32
5.1 – A pesquisa como prática científica comprometida socialmente.....	33
5.2 – A coleta e análise dos dados quantitativos.....	39
5.3 – Caracterização socioeconômica das agricultoras agroecológicas das comunidades Córrego da Onça e CRT Terra Seca.....	52
6 – O VALE DO RIBEIRA E O CONTEXTO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NA PESQUISA.....	56
6.1 – Elementos históricos de caracterização do Vale do Ribeira.....	56
6.2 – O município de Barra do Turvo.....	59
7 – O TRABALHO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SUBSTANTIVA: FORMAS DE CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PELAS MULHERES.....	84
7.1 – O trabalho doméstico e o lugar das agricultoras na relação urbano-rural.....	85

7.2 – A economia do cuidado e o trabalho invisível das mulheres	90
7.3 – A prestação de serviços e o Programa Bolsa Família como estratégias para a construção de autonomia	96
7.4 – O olhar das agricultoras sobre as fontes de renda e a construção de estratégias para sua maior autonomia	99
8 – FORMAS DE VALORIZAÇÃO MERCANTIS E NÃO MERCANTIS DA PRODUÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES	105
8.1 – As Cadernetas Agroecológicas como instrumento de valorização da contribuição mercantil e não mercantil das agricultoras para a economia familiar	105
8.2 – Sistemas de produção agroecológicos como formas de construção de autonomia pelas agricultoras	115
8.3 – Relações de interdependência e de reciprocidade para a construção de autonomia pelas agricultoras agroecológicas	119
8.4 – A construção social dos mercados e as estratégias das agricultoras para sua autonomia	127
9 – CONCLUSÕES.....	154
10 – REFERÊNCIAS	157
ANEXOS	164
ANEXO A	164
ANEXO B	165
ANEXO C	170

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Valor total da produção por relação econômica para o Córrego da Onça.	108
Figura 2 - Valor total da produção por relação econômica para a CRQ Terra Seca	108
Figura 3 - Valor total da produção por relação econômica no Córrego da Onça.....	109
Figura 4 - Valor total da produção por relação econômica na CRQ Terra Seca.....	110
Figura 5 - Valor total da produção, por comunidade e relação econômica.....	110
Figura 6 - Valor mensal da produção no Córrego da Onça.....	111
Figura 7 - Valor mensal da produção na CRQ Terra Seca.....	112
Figura 8 - Valor mensal médio da produção no Córrego da Onça.....	112
Figura 9 - Valor mensal médio da produção na CRQ Terra Seca.....	113
Figura 10 - Variação no valor mensal da produção, por agricultora no Córrego da Onça....	113
Figura 11 - Variação no valor mensal da produção, por agricultora na CRQ Terra Seca.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estados, microrregiões e organizações que compõem o GT Gênero e Agroecologia envolvidos inicialmente no PCA.....	35
Quadro 2 - Informações descritivas das ferramentas utilizadas com cada agricultora entrevistada.....	39
Quadro 3 - Informações descritivas das ferramentas utilizadas com cada agricultora entrevistada.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações descritivas das agricultoras, a partir do questionário socioeconômico	52
Tabela 2 - Informações sobre forma de acesso à terra, a partir do questionário socioeconômico	53
Tabela 3 - Informações sobre acesso a políticas públicas, a partir do questionário socioeconômico	54
Tabela 4 - Principais formas de acesso a mercados, a partir do questionário socioeconômico	106

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ABA** - Associação Brasileira de Agroecologia
- ACRQRT** - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca
- ADMB** - Assembleia de Deus do Ministério do Belém
- ALESP** - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- ANA** - Articulação Nacional de Agroecologia
- APA** - Áreas de Proteção Ambiental
- ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- AUÊ** – Núcleo de Agroecologia da UFMG
- CA** - Caderneta Agroecológica
- CAA/NM** - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- CCB** - Congregação Cristã do Brasil
- CDS** - Compra Direta com Doação Simultânea
- CEAFM** - Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira
- CMONM** - Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas
- CONSAD** - Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Local
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPERAFLORESTA** - Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- CRQ** - Comunidade Remanescente de Quilombo
- CTA/ZM** - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
- DAP** - Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DPMR** - Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas
- ENA** - Encontro Nacional de Agroecologia
- FETAEMG** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
- GT Gênero e Agroecologia** - Grupo de Trabalho sobre Gênero e Agroecologia da região sudeste
- GT Mulheres** - Grupo de Trabalho de Mulheres

GT Mulheres da AARJ - Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

IAFE - International Association for Feminist Economics

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAUSS - Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMTRNE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBF - Programa Bolsa Família

PCA - Projeto Cadernetas Agroecológicas

PECD - Parque Estadual da Caverna do Diabo

PEJ - Parque Estadual de Jacupiranga

PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM - Projeto de Pesquisa de Mestrado

PRONAT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROTER - Programa da Terra

PT - Partido dos Trabalhadores

QSC - Questionário de Caracterização Socioeconômica

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMERA - Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia

RMPNE - Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste

RTC - Relatório Técnico Científico

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIES - Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária

SINTRA VALE - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira

SOF - Sempre Viva Organização Feminista

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UPF - Unidade de Produção Familiar

RESUMO

TELLES, Liliam, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2018. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP.** Orientador: Alair Ferreira de Freitas. Coorientadora: Isabelle Claudine Buscail Hillenkamp.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender a economia das mulheres agricultoras agroecológicas a partir do estudo de duas comunidades no Vale do Ribeira, desvelando as práticas e dinâmicas que condicionam e caracterizam sua vida econômica. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, tendo como lentes teórico-analíticas a Economia Feminista e a Sociologia Econômica. A coleta de dados foi realizada a partir do uso de um Questionário de Caracterização Socioeconômica, da realização de Entrevista em profundidades e de Observação Participante. Como resultados, percebeu-se que as agricultoras agroecológicas realizam uma diversidade de tipos de trabalho em suas rotinas, sendo as relações de interdependência entre eles constitutivas das bases para a construção de sua autonomia individual e coletiva, de seus grupos familiares e de suas organizações. No entanto, sua contribuição econômica, em grande medida, permanece oculta em relações econômicas que não mobilizam recursos monetários, como o autoconsumo, as trocas e doações de sua produção, mas também em atividades domésticas e de cuidados. Constatou-se que a divisão sexual do trabalho opera em todas as dimensões da vida das agricultoras e, como resultado, o trabalho doméstico e de cuidados as sobrecarrega – material e emocionalmente – e restringe suas práticas econômicas. Conclui-se que a interdependência entre estratégias de reprodução econômica e entre atores com os quais as mulheres se relacionam conformam as bases para que tenham sua autonomia social e econômica, num vai e vem da dinâmica da vida, demonstrando a sua capacidade de resistência e resiliência na produção do viver. A agroecologia, neste contexto, tem permitido valorizar as práticas econômicas e dado visibilidade ao protagonismo das mulheres na economia familiar e comunitária. Assim, apesar de historicamente invisibilizadas, pode-se concluir que as mulheres assumem um papel econômico fundamental para a reprodução social da agricultura familiar, construindo cotidianamente uma densa vida econômica.

ABSTRACT

TELLES, Liliam, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2018. **Unveiling the invisible economics of agroecological women farmers: the experience of women in Barra do Turvo, SP.** Advisor: Alair Ferreira de Freitas. Co-advisor: Isabelle Claudine Buscail Hillenkamp.

The general objective of this research was to understand the economy of women agroecological farmers from the study of two communities in the Vale do Ribeira, revealing the practices and dynamics that condition and characterize their economic life. A qualitative, ethnographic-inspired research was carried out, with the theoretical and analytical lenses of Feminist Economy and Economic Sociology. Data collection was carried out using a Socioeconomic Characterization Questionnaire, an Interview in Depths, and Participant Observation. As results, it was noticed that the agroecological women farmers perform a diversity of types of work in their routines, and the interdependence relations between them constitute the basis for the construction of their individual and collective autonomy, of their family groups and their organizations. However, their economic contribution, to a large extent, remains hidden in economic relations that do not mobilize monetary resources, such as self-consumption, exchanges and donations of their production, but also in domestic and care activities. It was found that the sexual division of labor operates in all the dimensions of women farmers' lives and, as a result, domestic and care work overloads them - materially and emotionally - and restricts their economic practices. We conclude that the interdependence between strategies of economic reproduction and between actors with whom women relate form the basis for their social and economic autonomy, in a coming and going of the dynamics of life, demonstrating their capacity for resistance and resilience in the production of life. Agroecology, in this context, has made it possible to value economic practices and to give visibility to women's protagonism in the family and community economy. Thus, despite being historically invisible, it can be concluded that women assume a fundamental economic role for the social reproduction of family farming, building a dense daily economic life.

1 – INTRODUÇÃO

A população rural no Brasil, de acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), é de 29.830.007 pessoas, o que corresponde a 15,64% do total da população brasileira. Deste total, 14.133.191 são mulheres, representando 47,38% da população rural. Segundo Hildete Melo e Alberto Di Sabbato (2009), ao analisar os dados estatísticos populacionais de 1993 a 2006 percebe-se uma queda da participação da população rural no total da população brasileira ao longo dos anos. Essa queda, segundo eles, se deve ao processo de “modernização da agricultura”¹, com intensa mecanização e concentração fundiária a partir dos anos 70.

Um dos resultados dessa “modernização” foi o intenso processo de migração do campo para as cidades, sobretudo das mulheres, reforçando um fenômeno de masculinização do campo. Elas se afastam do universo rural em função da falta de oportunidades, situação que parece mudar apenas a partir de 2006 devido, possivelmente, ao amplo leque de políticas públicas específicas para a agricultura familiar implementadas desde 2003. Entre essas, destaca-se a ampliação do montante e das linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que promoveu maior dinamismo na ocupação das agricultoras familiares (MELO E DI SABBATO, 2009).

Mesmo diante deste contexto de migração para as cidades, percebe-se que as mulheres agricultoras permaneceram envolvidas no conjunto de atividades próprias da agricultura familiar, como preparo de solo, colheita, criação de pequenos animais, entre outras. Segundo Emma Siliprandi (2007), a vida das mulheres no meio rural é marcada por uma rígida divisão sexual do trabalho e pela posição subordinada que ocupam em relação aos homens. Essa realidade se expressa no acúmulo do trabalho reprodutivo – doméstico e de cuidados – naturalizado como de sua responsabilidade estrita, na invisibilidade do seu trabalho produtivo, considerado apenas como acessório às atividades do homem, na menor remuneração em comparação com as ocupações similares as deles e na dificuldade de acesso aos direitos sociais e políticas públicas.

O estudo realizado por Melo e Di Sabbato (2009), um olhar feminista sobre as estatísticas rurais, reafirma essa realidade. Analisando-se a população ocupada nas diferentes atividades

¹ O processo de modernização conservadora da agricultura no Brasil está relacionado ao contexto do pós-guerra, por volta de 1948, quando o governo de Franklin Roosevelt nos EUA implementa a chamada “política da boa vizinhança” junto aos países considerados subdesenvolvidos do continente americano, como estratégia para o desenvolvimento econômico. Essa política consistia na utilização da monocultura, insumos químicos como adubos e agrotóxicos e intensa mecanização, conhecida como Revolução Verde, sob o pretexto de aumento da produtividade para combater a fome. Para saber mais, ver (PORTILHO, 1999; FONSECA, 1985).

agropecuárias em 2006, identificou-se que as atividades de criação de aves e pequenos animais ocupam quase 1/3 do trabalho feminino e no máximo 3% do trabalho masculino. Ao somar a esta categoria a horticultura/fruticultura, percebe-se que houve um aumento na ocupação feminina e masculina nestas atividades entre 1993 e 2006. Os dados revelam que as atividades para o autoconsumo, “[...] exercidas nas unidades de produção familiar, congregam a maioria das trabalhadoras – e entre 1/3 e 47% dos trabalhadores – na horticultura e floricultura e no cuidado com pequenos animais” (MELO E DI SABBATO, 2009, p. 144).

O Governo Federal, em 2005, implementou o Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (SIES). Como parte desse sistema, foi realizado o Mapeamento Nacional da Economia Solidária, cuja primeira etapa ocorreu entre 2005 a 2007 e a segunda, entre 2009 a 2013. Esse mapeamento revelou a forte presença das mulheres rurais nas práticas econômicas que estão fora da economia mercantil, além de apontar a diversificação dos arranjos que são criados por elas para finalidades econômicas.

A sistematização dos dados cadastrados no primeiro mapeamento possibilitou, segundo Nalu Faria (2001), a elaboração do estudo sobre a participação das mulheres rurais e suas organizações na economia solidária no Brasil. Neste mapeamento de organizações produtivas de mulheres rurais, foram identificados quase 800 grupos compostos exclusivamente por mulheres e mais de 9 mil organizações constituídas por mulheres que produzem artesanato, plantam e beneficiam alimentos, além de prestar serviços (FARIA, 2011).

Na segunda etapa do mapeamento, foram identificados 19.708 empreendimentos organizados, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros (SILVA E CARNEIRO, 2014), sendo que mais da metade se encontra em áreas rurais (GAIGER, 2012). Alguns dados desse mapeamento causaram surpresa uma vez que revelaram, por exemplo, o fato de que “as mulheres trabalham proporcionalmente mais do que os homens e conduzem por sua conta um percentual considerável de empreendimentos, salientes por seu maior envolvimento comunitário e social” (GAIGER, 2014, p. 19-20).

Esse conjunto de dados e pesquisas mostra que em todas as regiões do país, contrariando o senso comum e muitos argumentos políticos, as mulheres protagonizam processos econômicos, ocupando-se, por vezes, mais que os homens em atividades produtivas. Produzem para o autossustento, ao mesmo tempo em que buscam caminhos para qualificar sua capacidade de organização produtiva, visando sua inserção em mercados locais e regionais.

Segundo Melo e Di Sabbato (2009), cerca de 2/3 das mulheres rurais trabalham em atividades sem remuneração ou para o autoconsumo, como uma extensão das suas tarefas

domésticas e de seu papel atribuído socialmente. Inversamente, entre os homens, predominam as ocupações remuneradas em quase todas as atividades agropecuárias e a análise das atividades para autoconsumo e não remuneradas mostra menos de 1/3 da ocupação masculina. Este dado é importante por revelar a maior participação das mulheres nas atividades de autoconsumo e em atividades agrícolas ou não agrícolas que não auferem remuneração.

Percebe-se, assim, que há um amplo leque de contribuições das mulheres que simplesmente não são reconhecidas como trabalho e, portanto, não são contabilizadas dentro da lógica mercantil que rege a concepção hegemônica sobre economia. A densidade da vida econômica e do trabalho cotidiano das mulheres é invisibilizada diante do fato de que boa parte das transações e ações não são monetarizadas ou racionalmente calculadas para inserção em mercados formais. O trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres passa a ser considerado acessório aos homens que empreendem atividades remuneradas. Essa concepção dilui, inclusive, a caracterização das práticas das mulheres como economia ou apenas as considera como uma economia doméstica, invisibilizando sua densa vida econômica.

Essa questão é histórica, cultural, mas também epistemológica. As diferentes correntes da economia neoclássica se consolidam em um paradigma que tende a atribuir centralidade à produção e à circulação mercantil, obscurecendo o significado dos processos sociais necessários à sustentabilidade humana em sua totalidade. Assim, reforçam a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados e das atividades para o autoconsumo na dinâmica da economia.

Por outro lado, os campos teóricos da antropologia e da sociologia econômica propõem um novo olhar sobre a economia, compreendendo-a como um constructo social e histórico, ou seja, condicionado pelas relações sociais temporalmente situadas. Outra corrente teórica, por esta via, é a economia feminista que incorpora as atividades não mercantis – como o trabalho doméstico e de cuidados e a produção para o autoconsumo – na análise do sistema socioeconômico e as considera como parte da noção de economia, dando suporte para desvelar as contribuições econômicas das mulheres. Além disso, a economia feminista admite que o não reconhecimento ou a invisibilidade do trabalho não remunerado (doméstico e de cuidados) realizado pelas mulheres é parte de um mecanismo que as oprime e as explora (FARIA, 2009).

Essa lacuna empírica e teórica evidencia a necessidade de empreender pesquisas que desvelem as práticas econômicas das mulheres, especialmente na agricultura familiar e urbana. É necessário olhar para os processos econômicos, entendendo-os, como diria Polanyi

(2012), a partir de um significado substantivo, compreendendo dimensões não apenas monetárias, mas também simbólicas, culturais e não mercantis.

A presente pesquisa tenta superar o hiato ortodoxo de instrumentalização e monetarização da economia que historicamente marginalizou as mulheres e tornou analiticamente suas práticas como acessórias. O empreendimento teórico-empírico que aqui se inicia buscou analisar a economia invisível, ou melhor, invisibilizada, das mulheres agricultoras familiares, inseridas na lógica da agroecologia, na tentativa de desvelar a densidade da sua vida econômica.

2 – CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

No campo de estudos e pesquisas da agroecologia², há distintas concepções conceituais demarcadas ao longo do tempo por diferentes autores. Considerando que os sujeitos dessa pesquisa são as agricultoras agroecológicas, é importante tornar evidente qual a nossa perspectiva ao adotar o conceito de agroecologia.

A agroecologia vem se constituindo no Brasil como um campo do conhecimento que articula abordagens teóricas, experiências práticas e ações políticas. O conceito de agroecologia surge a partir do questionamento do paradigma tecnológico e científico que serviu de alicerce para a modernização conservadora da agricultura. Há divergências em relação à determinação da origem histórica do termo. Alguns autores (ABREU et al, 2009; 2016) atribuem o seu uso inicial a partir da década de 1970 quando, no contexto de críticas sobre os impactos da “Revolução Verde”, a agroecologia passou a ser construída como disciplina científica. Os conceitos clássicos da agroecologia podem ser atribuídos a Miguel A. Altieri, Stephen R. Gliessman e Eduardo Sevilla Guzmán. Feiden (2005, p. 53 – 54) sintetiza as principais ideias destes três autores em torno do conceito:

Para Gliessmann (2001), é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica. Para Guzmán (2002), a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico. No entanto, consideramos que a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais).

Outros autores afirmam que a agroecologia é a ciência que estuda o sistema de produção de alimentos como um todo, integrando também as relações sociais e institucionais vinculadas à produção, distribuição e consumo da produção. (FRANCIS et al., 2009). Wezel et al. (2009)

² Agroecologia, conforme propõe a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) é o “enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico – adotando o agroecossistema como unidade de análise – apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável”. Fonte: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?page_id=40> Acesso em 08 fev. 2017.

explicitam três dimensões que compõem o conceito de agroecologia: a dimensão política, a tecnológica e a científica, observadas nos diferentes países de maneira distinta.

No Brasil, percebe-se uma ampliação do conceito de agroecologia. Para além da sua afirmação no âmbito acadêmico, ele incorpora outras dimensões e agendas políticas de organizações e movimentos sociais. Para as organizações, redes e movimentos que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)³, a agroecologia está alicerçada em sua base social, representada pela diversidade sociocultural da agricultura familiar e urbana e de povos e comunidades tradicionais no Brasil, e deve ser compreendida por seu caráter multidimensional (político, técnico e científico). Por esse motivo, costuma-se dizer que a agroecologia é, ao mesmo tempo, “ciência, prática e movimento”.

As mulheres têm apontado outros sentidos políticos para o conceito de agroecologia que se distancia, cada vez mais, de visões mais conservadoras apresentadas por alguns cientistas como Miguel Altieri, por exemplo. O IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em Belo Horizonte, em maio de 2018, avançou na construção de uma perspectiva mais radical da agroecologia determinada pela agenda política das mulheres e das juventudes.

Para o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da ANA, organização da qual faço parte, a agroecologia não pode ser compreendida apenas como a mudança do modelo de produção, com a substituição de adubos químicos e agrotóxicos por insumos agroecológicos ou orgânicos. Compreendemos a agroecologia como um projeto de vida, que busca transformar tanto as relações entre as pessoas quanto as relações das pessoas com a natureza, com base nos princípios da igualdade, da solidariedade e da justiça.

A síntese da plenária das mulheres demarca o posicionamento acumulado no IV ENA: “[...] Temos afirmado que a agroecologia não é só prática, mas ainda o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018). Por esse motivo, afirmamos que a agroecologia deve ser também feminista, antirracista, anticapitalista e antilgbtfóbica. É essa perspectiva da agroecologia que está implicada nesta pesquisa, realizada com o apoio do GT Mulheres da ANA e de organizações de assessoria conforme será visto mais adiante.

³ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criada em 2002 após o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), constituindo-se como um espaço de articulação de movimentos sociais, redes e organizações que atuam no campo agroecológico, e de convergência com outras redes que têm interface com o tema e a agenda política da agroecologia no Brasil. A ANA também se afirmou, em sua trajetória, como um ator político capaz de estabelecer o diálogo com a diversidade de atores, no âmbito da sociedade civil, dos diferentes níveis de governo ou de agentes de financiamento, e de incidir na elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar, na perspectiva agroecológica.

No intuito de visibilizar a contribuição das mulheres para a agricultura familiar agroecológica, em 2010 o GT Mulheres da ANA publicou o livro “Mulheres e Agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras”. Essa pesquisa evidenciou como a divisão sexual do trabalho e a violência afetam a participação das mulheres na promoção da agroecologia e, ao mesmo tempo, contribuiu para valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto no da produção, enfatizando a contribuição dos quintais nas experiências agroecológicas e na construção da autonomia econômica das agricultoras. Constatou-se que os quintais são um espaço estratégico gerido pelas mulheres para a economia familiar, seja para a produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar das famílias, ou para a experimentação e a geração de renda – monetária e não monetária.

Paralelamente a esse processo de sistematização no âmbito do GT Mulheres da ANA, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/MG (CTA/ZM)⁴ iniciou um projeto de monitoramento da produção monetária e não monetária gerada pelas mulheres na Zona da Mata como estratégia institucional para desenvolver ações afirmativas para a igualdade de gênero. Esse processo se desdobrou na criação de um instrumento para o monitoramento da produção monetária e não monetária das mulheres denominado Caderneta Agroecológica (CA) (ANEXO 1).

A CA foi criada para auxiliar na administração da produção de mulheres agricultoras, por meio do registro do consumo, da troca, da venda e da doação do que é cultivado nos quintais produtivos. O processo de anotação nas CAs trouxe uma série de reflexões em diferentes níveis: no nível individual, para as mulheres que passaram a reconhecer seu trabalho e as diferentes formas de opressão e violência vivenciadas no âmbito familiar; no nível das organizações, nos processos de assessoria às mulheres e a seus grupos produtivos; e no nível das redes, tanto do GT Mulheres da ANA, como dos demais movimentos que o compõem, para as ações de incidência política.

Esse contexto apontado acima coincide com a reivindicação expressa na Marcha das Margaridas, em 2014, pelo financiamento à estruturação e à produção dos quintais agroecológicos, que resultou no anúncio, pela então presidenta Dilma Rousseff, de um programa de fomento a 500.000 quintais no Brasil.

⁴ O CTA/ZM é uma organização não governamental fundada em 1987 por lideranças sindicais, agricultores/as familiares e profissionais das ciências agrárias. Tem como objetivo promover a agroecologia como estratégia para o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar e tem protagonizado, em sua trajetória, a construção e fortalecimento do movimento agroecológico no Brasil. Participou da constituição da ANA em 2002 e do GT Mulheres da ANA em 2004, cuja coordenação passou a ser de sua responsabilidade desde então.

Nesse ambiente de reflexões e de incidência política, surgem as demandas de uma pesquisa de aprofundamento sobre a economia das agricultoras agroecológicas no Brasil. Uma pesquisa que incorpore o olhar para os quintais – mas não se limitando a eles – como espaços de produção de alimentos, de saberes, de sociabilidade e de renda. Essa demanda é reforçada pelo fato de que as sistematizações e os estudos realizados no Brasil, de maneira geral, reproduzem a invisibilidade das agricultoras ao atribuírem aos homens o protagonismo das experiências agroecológicas bem sucedidas. Conforme afirma Neto et al. (2015, p. 45), “[...] são raros os estudos com enfoque no trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas”. Desse modo, o amplo leque de atividades reprodutivas e produtivas, agrícolas e não agrícolas que as mulheres desempenham na agricultura familiar, simplesmente não é reconhecido como trabalho e não é contabilizado (NETO et al., 2015).

Para realizar uma reflexão sobre a economia que possibilitasse captar a contribuição das mulheres, foi necessário desconstruir a supremacia da razão que, ainda hoje, prevalece como concepção hegemônica na ciência e repercute sobre a produção do conhecimento econômico. Conforme afirma Alisson Jaggar (1997), para as epistemologias feministas, a ciência positivista, considerada androcêntrica, associou a objetividade à masculinidade, reproduzindo a ideologia de que a separação entre a razão e a emoção é uma condição para alcançar a pretensa objetividade da ciência. Rompendo com essa concepção, as epistemologias feministas consideram que o conhecimento é situado, implicado. Essa consideração se opõe claramente à pretensa objetividade e neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (KELLER, 1985; HARDING, 1986 apud NARVAZ E KOLLER, 2006).

Conforme afirmam Michele Fine et al (2006), a tendência predominante nas pesquisas em ciências sociais, hegemonicamente influenciada pela renúncia aos aspectos subjetivos ou pessoais da experiência da pesquisa, é conceber o eu do pesquisador como um contaminante potencial que deve ser neutralizado, separado, minimizado, padronizado e controlado. Para essa autora, tanto histórica como atualmente, a relação entre pesquisador e sujeito nas pesquisas em ciências sociais tem sido ofuscada, encobrendo as contradições de um pretense distanciamento e neutralidade, ao mesmo tempo em que tem protegido privilégios. Dessa forma, buscando desenvolver uma pesquisa social provocativa e engajada politicamente, é necessário recusar as representações dominantes que reinscrevem as desigualdades (FINE et al, 2006).

Giudice Martha Narvaz e Sílvia Helena Koller (2006) afirmam que é necessário recuperar o papel da experiência feminina e da emoção na produção do conhecimento científico que deve, em última instância, estar comprometido com a mudança social. No cerne dessa

discussão emerge a proposta desta pesquisa que, para superar as limitações epistemológicas da construção do conhecimento econômico, precisou adotar uma abordagem que reconheça as mulheres no centro dos processos econômicos e, além disso, ressignifique a própria noção de economia. Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs ao desafio epistemológico e metodológico de olhar para a vida econômica das mulheres, para compreendê-la em sua complexidade.

Esse posicionamento situado de concepção da pesquisa nos aproximou das abordagens teóricas da nova sociologia econômica e da economia feminista. Tais abordagens contribuem com aportes fundamentais em, pelo menos, três aspectos. O primeiro aspecto diz respeito à recuperação das tarefas “ocultas” das mulheres, tornando visível a sua contribuição econômica por meio da produção dos quintais. O segundo aspecto se relaciona com a possibilidade de afirmar, conforme Amaya Perez Orozco (2012, p. 52), que “a economia não é redutível aos mercados, é a manutenção da vida, seja através das esferas monetarizadas ou não”. Desse modo, é possível debruçar sobre os trabalhos não remunerados realizados pelas mulheres e, ao mesmo tempo, sobre as esferas não monetarizadas da economia, dando visibilidade à contribuição das trocas, da produção para o autoconsumo e da doação. O terceiro aspecto refere-se especificamente à economia feminista que, por compreender o gênero como um elemento organizador do sistema econômico, contribui para analisar o trabalho e a produção das mulheres como parte da economia (OROZCO, 2012, p. 52).

De maneira geral, sabe-se que as mulheres são as responsáveis pela produção de alimentos para a família na agricultura familiar, boa parte dessa produção oriunda dos quintais. Entretanto, normalmente essa contribuição econômica não é contabilizada. Conforme aponta a Sempreviva Organização Feminista (SOF), em uma publicação de 2016 intitulada “Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização”,

Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação da família, intercambiar com a vizinha hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas parentes e amigos que vêm visitar no final de semana são algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta. (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2015, p. 6).

Segundo Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011, p. 13), embora as mulheres “[...] trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho”. A contribuição econômica das mulheres, em grande medida,

permanece oculta em relações econômicas que não mobilizam recursos financeiros como o autoconsumo, as trocas e doações de sua produção. Realizar estudos que desvendem esse universo e demonstrem a relevância econômica das atividades protagonizadas pelas mulheres é importante para possibilitar a construção de sua autonomia e, ao mesmo tempo, criar um arcabouço empírico e teórico que justifique a elaboração de políticas públicas, com enfoque econômico, voltadas para as agricultoras agroecológicas.

Assim sendo, a articulação teórica entre a economia feminista e a sociologia econômica pode aportar interessantes subsídios analíticos para um olhar contra-hegemônico, superando a abordagem estritamente focada nas trocas mercantis, sobre as relações de venda, troca, doação e consumo da produção agroecológica protagonizada pelas mulheres.

A partir da conjunção desse quadro empírico, teórico e analítico exposto acima apresenta-se as questões que orientaram o percurso investigativo dessa pesquisa: Como se configura a economia das mulheres agricultoras agroecológicas no Brasil? Como está organizada a divisão sexual do trabalho e de que maneira isso influencia as diferentes dimensões da vida das agricultoras? Com quais atores as mulheres se relacionam economicamente e o que condiciona essas relações? Qual a contribuição econômica, monetária e não monetária, das agricultoras agroecológicas para a economia familiar? Como as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres contribuem para a sua autonomia? Além de orientarem a pesquisa, espera-se, por meio desses interrogantes, compreender o universo econômico das agricultoras agroecológicas.

Dessa forma, ao aproximar as abordagens teóricas da sociologia econômica e da economia feminista na análise das experiências concretas das agricultoras agroecológicas, espera-se ampliar a compreensão sobre a economia dessas mulheres. Além disso, o presente estudo poderá servir como instrumento teórico e político para o movimento de mulheres no Brasil, reafirmando, por um lado, o papel das agricultoras como agentes econômicas e, por outro, a necessária ressignificação da noção de economia, centrada não apenas nas trocas mercantis, mas na sustentabilidade da vida.

3 – OBJETIVOS

3.1 – Objetivo geral

O objetivo geral dessa pesquisa foi compreender a economia das mulheres agricultoras agroecológicas a partir do estudo de duas comunidades situadas no Vale do Ribeira/SP, desvelando suas práticas e dinâmicas econômicas.

3.2 – Objetivos específicos

Os objetivos específicos do presente estudo são:

- a) Compreender como se dá a divisão sexual do trabalho na vida das agricultoras agroecológicas, identificando e caracterizando as atividades econômicas sob sua responsabilidade;
- b) Mapear e quantificar a contribuição da produção protagonizada pelas agricultoras agroecológicas na economia familiar, através das relações de consumo, troca, doação e venda;
- c) Identificar e analisar os diferentes aspectos que condicionam a produção econômica das agricultoras agroecológicas e suas condições de autonomia.

4 – REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a economia das agricultoras agroecológicas, optou-se por utilizar o referencial teórico da Economia Feminista, da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica. Dessa última, serão mobilizadas, mais especificamente, a Teoria da Dádiva, elaborada a partir das contribuições de Marcel Mauss e outros autores, e a noção de economia substantiva de Polanyi.

A articulação dessas distintas abordagens teóricas busca reposicionar o sujeito – no caso as agricultoras agroecológicas – no centro da discussão e repensar a economia a partir de enfoques teóricos que possibilitem captar a complexidade da vida econômica das mulheres, as relações sociais que elas estabelecem no exercício de sua ação econômica e os valores que condicionam e, ao mesmo tempo, resultam dessas ações.

4.1 – Contribuições da economia feminista para repensar a economia

Cristina Carrasco (2003) afirma que o desenvolvimento do pensamento feminista, desde o século XIX, tem influenciado distintas áreas do conhecimento ao denunciar o viés androcêntrico do saber científico que elege temas, abordagens de pesquisa e interpreta e analisa resultados tomando como universais normas e valores de uma cultura produzida sob o domínio masculino. Vale afirmar que, conforme aponta Antonella Picchio (2012, p. 13), não se trata do domínio masculino abstrato, mas da consideração da experiência do sujeito masculino – geralmente branco, assalariado, europeu – como referência para o que deve ser normal na sociedade.

A economia feminista, como um campo teórico específico, tem sua origem, segundo Carrasco (1999), em meados da década de 60, a partir da crítica teórica e metodológica às análises socioeconômicas da realidade das mulheres realizadas pelos paradigmas neoclássico e marxista. No início dos anos 1990, as concepções feministas sobre a economia ganham maior visibilidade. No ano de 1990, pela primeira vez, é organizado um painel sobre as perspectivas feministas na economia durante a Conferência Anual da *American Economic Association*, cujos artigos dão origem, em 1993, à publicação de Marianne Ferber e Julie Nelson, “*Beyond Economic Man*”.

A criação da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE) em 1992 que, a partir de 1995, passa a publicar o periódico *Feminist Economics* (CARRASCO, 1999;

MORENO, 2013) é outro marco importante que demonstra a consolidação da Economia Feminista como campo teórico.

Em 1993, a primeira conferência “*Out of the Margin. Feminist Perspectives on Economic Theory*” ocorre em Amsterdã e os debates realizados confirmam os limites da teoria econômica dominante. Lourdes Benería (1995) afirma que tais debates reforçam a concepção sobre a economia feminista não apenas como um esforço de incluir as mulheres nas análises tradicionais, mas de propor uma mudança radical na análise econômica, nos métodos e no arcabouço teórico de forma a possibilitar a compreensão da totalidade da vida econômica composta por homens e mulheres.

No âmbito dessa discussão, é preciso evidenciar um aspecto que, em geral, é negligenciado ou invisibilizado: a distinção entre a abordagem feminista e a abordagem de gênero nas análises econômicas. Para Picchio (2012, p. 14), tal distinção “se baseia em uma capacidade diferente de introduzir novas abordagens e propor novos interrogantes”, ou seja, trata-se de uma distinção entre os campos de referência. As análises de gênero na economia buscam apenas descrever as desigualdades entre homens e mulheres, a partir dos marcos teóricos dominantes da economia. Já as análises feministas valorizam as experiências das mulheres como sujeitos de transformação, questionando o paradigma da economia neoclássica, além de proporem novos marcos analíticos (PICCHIO, 2012).

A economia feminista não se estrutura como um campo homogêneo do conhecimento. Ela deve ser compreendida a partir da diversidade de abordagens teóricas que a influenciam, desde os campos do feminismo – radical, socialista, liberal etc. – e os da economia – neoclássica, marxista, funcionalista etc (CARRASCO, 1999). Neste amplo espectro de tendências analíticas, as economistas feministas materialistas são as que mais têm se aproximado de análises críticas que permitem repensar a economia. Elas consideram que as desigualdades entre homens e mulheres se estruturam sobre uma base material e não apenas ideológica, conforme será apresentado adiante.

4.1.1 – A divisão sexual do trabalho: base material para a opressão das mulheres

O conceito de “gênero” foi formulado em meados dos anos 1970 e tornou-se uma categoria analítica fundamental para o pensamento feminista. A base desse conceito é desvelar que as ideias sobre o que é ser mulher e ser homem são construções sociais influenciadas pelo sexo biológico dos indivíduos. Simone de Beauvoir, em 1949, já tinha

afirmado, em seu livro “O Segundo Sexo”, que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Tal afirmação constitui-se em uma síntese fundamental para o movimento feminista.

Renata Moreno (2013) afirma que compreender gênero como uma construção social posiciona o conceito no campo das relações sociais e permite dar visibilidade ao fato de que a diferença biológica de sexo resulta em uma série de desvantagens para as mulheres, condicionando sua subordinação aos homens e transformando-se em desigualdade social. Vale ressaltar que a construção social de gênero é dinâmica, ainda que nas sociedades patriarcais haja permanências.

Rosa Cobo Bedia (2005) afirma que algumas autoras denominam o patriarcado como o sistema social de dominação masculina, que atribui espaços e distribui recursos a partir das relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Para Danièle Kergoat (2003), homens e mulheres não são duas coleções de indivíduos biologicamente distintos: constituem-se como dois grupos sociais vinculados por relações sociais específicas: as de sexo. Essas, como as demais formas de relações sociais, estão alicerçadas sob uma base material (o trabalho) “e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2003, p. 55).

Esse conceito de divisão sexual do trabalho proposto por Danièle Kergoat (2003) rompe com a noção de complementaridade entre os trabalhos de homens e mulheres – utilizada inicialmente por etnólogos nos estudos de algumas sociedades – e afirma que essa noção de complementaridade se dá através de um mecanismo de subordinação das mulheres em relação aos homens. Essa concepção da divisão sexual do trabalho como uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações de sexo embasará a presente pesquisa.

Segundo Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é adaptada historicamente, muda conforme a sociedade e tem como característica a atribuição das atividades da esfera produtiva prioritariamente aos homens e, da esfera reprodutiva, às mulheres. Simultaneamente, essa divisão se caracteriza pela “apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT, 2003, p. 55-56).

A divisão sexual do trabalho é regida, segundo a autora, por dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização, elementos centrais da sociedade patriarcal. O primeiro se concretiza na afirmação de que existem trabalhos de homens e de mulheres; e o segundo, na afirmação de que os trabalhos dos homens têm maior valor do que os das mulheres. Como consequência dessa divisão do trabalho, uma série de atividades relacionadas à reprodução social recai sob a responsabilidade das mulheres, como o trabalho doméstico, o de cuidados e todas as atividades relacionadas à produção para o autoconsumo, ao passo que o

mundo público (da política, da produção e do mercado) é concebido como de domínio masculino (KERGOAT, 2003).

As reflexões de Kergoat (2003) são fundamentais para análise do componente do trabalho no meio rural, mais especificamente na concretude da vida cotidiana das mulheres agricultoras agroecológicas. A autora afirma que a divisão sexual do trabalho não se manifesta de forma rígida e imutável pois, ainda que seus princípios organizadores permaneçam os mesmos, suas formas de expressão (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço. Segundo a autora, os aportes da antropologia e da história demonstram que uma mesma tarefa considerada tipicamente feminina em uma sociedade pode ser considerada especificamente masculina em outra.

No Brasil, os estudos sobre trabalho realizados por Maria Ignez Silveira Paulilo (1987) confirmam a proposição de Kergoat (2003) sobre a falta de rigidez e a mutabilidade no que se refere à divisão sexual do trabalho. Os estudos da autora brasileira demonstram a distinção entre o que seria o trabalho “leve” e o “pesado” e a quem eles seriam atribuídos, em diferentes regiões do país. De uma forma geral, o primeiro seria considerado uma atribuição de mulheres e crianças e, o segundo, uma atribuição prioritariamente masculina. Conforme afirma Paulilo (1987, p. 3),

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são ‘leves’ por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são ‘leves’ as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o ‘leve’, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe”.

Segundo Paulilo (1987), uma mesma atividade é considerada “pesada” no sertão nordestino e “leve” na região dos brejos, como a capina das áreas de lavoura, por exemplo, confirmando que a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” está mais relacionada ao sexo de quem o realiza do que propriamente ao esforço físico por ele exigido.

Nalu Faria (2009) aponta que a divisão sexual do trabalho no campo se estrutura a partir da distinção entre a casa (reprodutivo) e o roçado (produtivo). Esse último, é importante enfatizar, envolve a produção para o mercado e parte da produção para o autoconsumo, do qual também participam as mulheres. Embora seja evidente, em diferentes estudos, que as

mulheres rurais realizam tanto o trabalho produtivo como o reprodutivo, historicamente, boa parte das atividades produtivas das mulheres rurais é considerada uma extensão do trabalho doméstico.

Os diferentes tipos de trabalho produtivo realizados pelas mulheres no entorno de casa – geralmente a produção dos quintais, a horta, o cuidado com os pequenos animais – e a transformação de alimentos e plantas medicinais na cozinha ao serem considerados como extensão das atividades domésticas são invisibilizados por duas vias: não são considerados como trabalho e não são reconhecidos por sua contribuição econômica.

Essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está relacionada à “noção capitalista de trabalho que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado” (FARIA, 2009, p. 19). As teóricas da economia feminista reagem a essa concepção no sentido de ressignificar as práticas sociais e o trabalho das mulheres nas análises econômicas.

4.1.2 – Contribuições da economia feminista para a análise da economia das agricultoras agroecológicas

A economia feminista surge como “uma crítica aos paradigmas neoclássico e marxista, pela maneira de analisar a situação sócio econômica das mulheres” (CARRASCO, 1999 p. 1). Essa vertente da economia denuncia o esquecimento - pela economia ortodoxa - das atividades não mercantis e a conexão dessas com a produção capitalista. Esse processo de invisibilização das atividades não mercantis como parte da economia desconsidera as mulheres como agentes econômicos.

Para Cristina Carrasco (1999), os pensadores clássicos – precursores do que mais tarde seria denominada economia política - viviam em um período de reestruturação da sociedade, em um processo transitório para a industrialização. Por esse motivo, tais pensadores tinham como principal foco de análise a produção orientada para o mercado, que foi sendo desconectada da produção para o autoconsumo familiar com o avanço do capitalismo. Embora reconhecessem a importância do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres, em especial o cuidado com as crianças – uma vez que essas se converteriam em força de trabalho posteriormente – não foram capazes de incorporá-lo nas análises econômicas (Carrasco, 1999).

A economia neoclássica desloca o foco de atenção da produção capitalista para o mercado capitalista, ou seja, para as trocas mercantis e, assim, conforme afirma Carrasco (1999) minimiza a tensão existente na economia clássica. Segundo Pujol (1992, p.1), a revisão dos

textos de economia demonstra que as mulheres não têm sido esquecidas, mas têm sido consideradas como exceções às regras da teoria econômica. Em síntese, “a economia tem desenvolvido uma metodologia que não consegue ‘ver’ o comportamento econômico das mulheres” (PUJOL, 1992, p. 3).

Assim sendo, a separação entre o público e o privado, trabalho reprodutivo/trabalho produtivo se consolida e reforça o pertencimento a esse último apenas das atividades relacionadas ao trabalho e produção mercantil, relegando as atividades domésticas ao que é considerado improdutivo.

Apesar das críticas gerais à economia clássica, Matthaei (1994) e Carrasco (1999) destacam a permeabilidade entre a teoria marxista e as análises feministas em dois elementos: na compreensão de Marx de que a economia é parte de um processo de construção social que dá origem a uma sociedade de classes – o que permite às feministas incorporarem as análises de gênero, raça, etnia etc., desnaturalizando as desigualdades vinculadas a esses marcadores sociais; e, por sua visão histórica das transformações nos modos de produção, a teoria marxista não concebe o sistema capitalista como fim, mas permite pensar quais transformações seriam necessárias para a construção de uma nova sociedade, pautada pela sustentabilidade da vida humana e pela igualdade entre homens e mulheres.

A economia feminista propõe outro olhar para a economia como um todo e contribui, particularmente, para a análise da economia invisível das agricultoras agroecológicas em, pelo menos, dois aspectos. O primeiro aspecto diz respeito ao questionamento da racionalidade maximizadora que situa todas as relações sociais e econômicas em termos de mercado, reduzindo a complexidade das análises sobre a realidade, a produção e as trocas mercantis. O segundo aspecto parte desse questionamento da racionalidade maximizadora para reposicionar as análises socioeconômicas sob a perspectiva da sustentabilidade da vida humana, o que possibilita uma boa interface – ainda pouco explorada nos estudos no Brasil – com as abordagens de Mauss e de Polanyi. Em outras palavras, esse segundo aspecto direciona as análises para o “conjunto de processos necessários para produção do viver e para a satisfação das necessidades humanas” que, historicamente, recai sob a responsabilidade das mulheres em função da divisão sexual do trabalho (FARIA E MORENO, 2012, p. 7).

Parte das atividades invisibilizadas atribuídas às mulheres, como resultado da divisão sexual do trabalho, estão no domínio do trabalho doméstico e de cuidados. Conforme sugere Amaia Pérez Orozco (2012, p.54), o trabalho de cuidados pode ser entendido como todas as atividades realizadas para a “[...] gestão e a manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida”. A autora afirma a

dupla dimensão – material e imaterial – do trabalho de cuidados. Por um lado, o trabalho de cuidados é concretizado em atividades físicas/corporais e, por outro, incorpora uma dimensão afetivo-relacional relativa aos cuidados para o bem-estar emocional. Por esse motivo, as autoras feministas propõem que tanto a dimensão material, como a imaterial devem ser parte indiscutível das análises econômicas (OROZCO, 2012, p. 54).

A presente pesquisa busca compreender a densidade da vida econômica das agricultoras agroecológicas, (re)posicionando-as na esfera econômica da qual, historicamente, foram alijadas. Assim sendo, utiliza-se da economia feminista uma vez que ela possibilita dar visibilidade às práticas e à contribuição econômica, monetária e não monetária, das agricultoras agroecológicas, permitindo evidenciar empiricamente o vínculo e a indissociabilidade entre produção e reprodução, conforme afirmam as autoras desse campo teórico. Além disso, a economia feminista pode descortinar os elementos do cotidiano das agricultoras agroecológicas – a família, a comunidade ou outras esferas do mundo produtivo – que contribuem para invisibilizar suas atividades econômicas e, ao mesmo tempo, pode desvelar a densidade da vida econômica das mulheres e sua substancial participação na economia familiar, em empreendimentos econômicos coletivos e em processos de organização sociopolíticas

Por fim, a abordagem da economia feminista contribui, igualmente, para evitar que as práticas econômicas das mulheres sejam naturalizadas como altruístas e desprovidas de interesse de ganhos e lucros, ao se considerarem os valores e sentidos atribuídos por essas mulheres para a ressignificação da economia. Desse modo, ao contrário do que supõe a economia neoclássica e do que reproduz o senso comum, espera-se evidenciar que a vida econômica das mulheres é intensa, imersa socialmente e geradora de uma contribuição monetária significativa.

4.2 – Repensando a economia desde a perspectiva da sociologia econômica

A sociologia econômica, segundo Swedberg (2004, p.7), “pode ser definida de modo conciso como a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante”. Isso significa desnaturalizar o olhar sobre a economia segundo os modelos analíticos ortodoxos e levar em conta a dimensão das relações sociais sem, no entanto, desconsiderar a dimensão do comportamento individual e interessado dos indivíduos.

Por sua vez, Steiner (2006) afirma que a sociologia econômica expõe as dificuldades e limites das abordagens econômicas convencionais, derivadas da escola marginalista da economia política, e propõe uma aproximação teórica e metodológica entre os campos teóricos da sociologia e da economia para fornecer melhores explicações para os fatos econômicos. Para Swedberg (2004, p. 8), “[...] outro modo de expressar o problema seria dizer que todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social”.

As abordagens da sociologia econômica, desse modo, caracterizam-se pela atenção dispensada aos vínculos entre a sociedade e a economia. Esse campo teórico assume uma crítica contundente à teoria econômica alicerçada no comportamento de um agente econômico subsocializado, movido pela busca da maximização dos ganhos – o conhecido *homo economicus* da teoria econômica dominante (STEINER, 2006, p. 3).

A sociologia econômica, segundo Steiner (2006), desenvolve sua crítica com base em três dimensões interligadas. A primeira dimensão diz respeito ao uso das ferramentas teóricas e metodológicas das análises sociológicas para demonstrar como as relações sociais influenciam os fatos econômicos, evidenciando a construção social das relações econômicas. A segunda dimensão é caracterizada por seu viés analítico, que propõe uma explicação sociológica para a formação das variáveis mercantis (preço, renda, acesso ao emprego etc.) e opõe-se frontalmente à ideia da influência estrita da lei da oferta e procura, sem interferências do contexto social e político, das desigualdades de gênero, de questões religiosas etc. A terceira dimensão evidencia que a sociologia econômica comporta também uma dimensão cultural e cognitiva na qual a economia passa a ser concebida não apenas como uma prática, mas como uma representação cultural que se materializa em práticas de gestão ou em diferentes teorias econômicas, por exemplo (STEINER, 2006, p. 4).

A constituição da sociologia econômica enquanto campo teórico teve seu primeiro movimento entre as décadas de 1890 e 1920, protagonizado por economistas e sociólogos clássicos como Pareto, Schumpeter, Weber e Durkheim (STEINER, 2006). Após um período de declínio da sociologia econômica, entre 1920 e 1970, o seu ressurgimento no século XX tem sido associado aos trabalhos publicados por Mark Granovetter a partir do final dos anos 1970 (STEINER, 2006). O termo “nova sociologia econômica” foi proposto por Granovetter em 1985, durante seu pronunciamento na conferência da Associação Norte Americana de Sociologia, para delimitar a retomada da sociologia econômica contemporânea. Sua mensagem básica era focalizar as instituições econômicas-chaves nas análises e abordagens

teóricas da sociologia econômica moderna, em contraste com a “velha sociologia econômica” da década de 60 (SWEDBERG, 2004).

O pioneirismo de Granovetter trouxe outras contribuições à nova sociologia econômica. Em seu artigo *Economic action and social structure* de 1985, Granovetter cunha o termo “enraizamento social” (*social embeddedness*) e reivindica a importância das redes de relações sociais para o entendimento de processos econômicos, abrindo caminhos para estudos em diferentes campos temáticos. Esse trabalho sugere evitar os extremos teóricos das concepções sub e supersocializadas da ação humana, pois

[...] os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais [...] (GRANOVETTER, 2007, p. 9).

Segundo Raud-Mattedi (2005), Granovetter distingue dois tipos de enraizamento: o relacional, que diz respeito às relações pessoais mais imediatas do indivíduo (família, amigos, etc.) e o estrutural, que se refere às relações mais afastadas, em que o indivíduo se conecta com universos sociais distintos (formando redes) através do que Granovetter chama de laços fortes (família, amigos mais próximos) e fracos (conhecidos, amigos de amigos). Schmitt (2011) afirma, a partir das contribuições de Granovetter, que “os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações” (SCHMITT, 2011, p. 97). Essa abordagem sinaliza a importância de aspectos não econômicos para se compreender a economia, sublinhando o papel das relações sociais no condicionamento dos processos econômicos, através das redes de relações instituídas dentro da família, na comunidade ou com outros atores.

Para esta pesquisa, considera-se a sociologia econômica em seu sentido amplo, não vinculada apenas à disciplina econômica, mas partindo do critério de desvelamento das práticas econômicas desde a análise das relações sociais. Nessa perspectiva, dois autores seminais que, com os clássicos, foram pioneiros na proposição das bases para a sociologia econômica, são Marcel Mauss e Karl Polanyi, cujos aportes teóricos podem contribuir para analisar a economia das agricultoras agroecológicas, reconhecendo e valorizando as práticas não mercantis por elas protagonizadas.

Sabourin (2009) desenvolveu um estudo no Brasil para analisar as relações de reciprocidade estabelecidas em algumas comunidades denominadas por ele como camponesas, no estado da Paraíba. Suas análises foram inspiradas pelos clássicos Marcel

Mauss e Karl Polanyi e por autores contemporâneos, como Dominique Temple, Alain Caillé, Mireille Chabal, Jacques Godbout e Alvin Ward Gouldner. Conforme assegura Sabourin (2009), no contexto da agricultura camponesa, as redes, além de produzirem utilidades e recursos materiais, produzem também valores éticos, confiança e solidariedade.

As redes locais e regionais, sob certas condições, também produzem sujeitos políticos, a exemplo dos movimentos autônomos de mulheres no Brasil, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTRNE) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Da mesma forma, é a partir das redes locais e regionais do campo agroecológico que se produz e reforça a interconexão entre feminismo e agroecologia. Essa interconexão produzirá, como efeito, a expansão dessas redes e a formação de uma rede nacional de mulheres e agroecologia – o GT Mulheres da ANA – com a perspectiva feminista e a constituição dessa como sujeito político na construção do movimento agroecológico.

Falar de redes de relações sociais é também fazer emergir o elemento central que Mauss identificou nos seus estudos sobre a dádiva: a confiança. Conforme apresenta Locke (2001), a literatura sobre confiança pode ser dividida em duas vertentes ou perspectivas, cada uma associada a uma ideia a respeito do que é confiança e das condições para sua manifestação: a vertente de natureza sociológica e a econômica. Ambas representam a mesma polarização entre ação (subsociação) e estrutura (supersociação). Para a primeira, a confiança é produto de um processo de longo prazo, de padrões históricos de associação, compromisso cívico e relações extrafamiliares. A segunda, de natureza econômica, aponta “o interesse próprio [*self-interest*] de longo prazo e o cálculo de custos e benefícios de atores maximizadores de utilidade” como elementos promotores da confiança (LOCKE, 2001, p. 255).

Para analisar o papel da confiança no estabelecimento de relações sociais que condicionam a ação econômica das mulheres, é importante reconhecer o papel do interesse próprio, das instituições e/ou das organizações da sociedade civil na promoção ou sustentação da confiança. Conforme aponta Locke (2001), os estudos realizados por Suzanne Berger com organizações camponesas na França demonstraram que alguns grupos ou associações possibilitam a agregação das pessoas conectando-as com outros grupos e instituições, ao passo que outros grupos agregam as pessoas de tal forma a torná-las isoladas.

Granovetter (1973) demonstra que a estrutura de conexões ou laços estabelecidos entre grupos condiciona a quantidade e a qualidade de informações intercambiadas entre eles. Tais considerações demonstram a necessidade de um olhar para a qualidade ou subjetividade das

relações estabelecidas entre grupos, como eles agregam seus membros e que tipo de conexão são construídas com outros grupos e instituições da sociedade (LOCKE, 2001).

Sabourin (2009) afirma que, no meio rural, as prestações de ajuda mútua, o compartilhamento do trabalho e o manejo coletivo de recursos comuns partilhados são exemplos de práticas econômicas gratuitas, baseadas no princípio da reciprocidade. Essas práticas, denominadas como dispositivos coletivos de reciprocidade, são essenciais para o desenvolvimento e a manutenção da produção e também para a manutenção da coesão social em torno de valores humanos afetivos e éticos comuns (SABOURIN, 2009). A confiança e as práticas solidárias, que constituem as redes, podem ser analisadas sob dois planos distintos:

Por um lado a confiança é um valor moral que remete ao plano afetivo ou espiritual. Por outro, as práticas recíprocas de ajuda mútua e solidariedade envolvem também uma produção material. Nos dois casos é possível tratar-se de relações de reciprocidade ou troca (SABOURIN, 2009, p. 254).

No âmbito das relações de redes de comércio na agricultura camponesa, é necessário identificar se a busca por algum valor ético está expressa por meio de práticas ou de critérios que demonstrem sob que bases o projeto prioritário dessa rede está assentado: troca, reciprocidade ou ambos os princípios (SABOURIN, 2009). De outro modo, “[...] será que essas unidades familiares e suas redes técnicas e comerciais funcionam unicamente para realizar lucros ou também para estabelecer e manter relações com os outros e participar de uma sociedade humana e de uma coletividade social?” (SABOURIN, 2009, p. 256).

Estes interrogantes apontam alguns dos motivos pelos quais as contribuições de dois autores seminais, Mauss e Polanyi, combinadas com os conceitos de redes e confiança, serão mobilizadas nesta pesquisa, na interface com autoras do campo da economia feminista, para compreender e analisar a economia das agricultoras agroecológicas do Sudeste.

4.2.1 – A contribuição de Marcel Mauss para uma economia antiutilitarista

Segundo Caillé (1994), foi a noção de simbolismo “descoberta” por Mauss que possibilitou o afastamento da rigidez conceitual da teoria legada por Durkheim e a complexificação do olhar sobre a realidade social, reconhecendo a influência dos valores e das simbologias na orientação do comportamento humano. A materialização da noção de simbolismo se dava por meio dos sistemas de prestações totais nas sociedades primitivas, que

segundo Mauss (2003), eram compostos por uma complexidade de fatos que ele denominava de fenômenos sociais “totais”.

Uma das contribuições fundamentais de Mauss para a sociologia foi demonstrar que, ao contrário do que supõem as interpretações ortodoxas da economia, o valor das coisas não é, necessariamente, superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. É por esse motivo que a Teoria da Dádiva foi e tem sido recuperada na atualidade como um modelo interpretativo para se repensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas (MARTINS, 2005).

Marcel Mauss construiu as bases para o desenvolvimento da teoria da dádiva que, posteriormente, foi proposta como paradigma pelo Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais (MAUSS). Godbout (1997) afirma que a dádiva pode ser considerada como um fenômeno importante, como um modelo sociológico ou como um paradigma. Durkheim, em colaboração com Marcel Mauss, já havia reconhecido que a sociedade deve ser concebida como uma realidade de ordem simbólica (CAILLÉ, 1994), no entanto, a genuinidade de Mauss está na radicalização do conceito da natureza simbólica da relação social, de onde derivam todos os aspectos positivos e negativos. Para Mauss, símbolos e dádivas são idênticos ou coextensivos, ou seja, “não há dádiva que não exceda, por sua dimensão simbólica, a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços [...]” (CAILLÉ 1994, p. 5).

Para Martins (2005), Mauss, ao esboçar os elementos gerais da teoria da dádiva, conseguiu superar a proposição de uma crítica antiutilitarista defensiva do pensamento sociológico presente em autores como Weber, Durkheim e Parsons, para propor uma crítica ativa capaz de revelar a complexidade dos sistemas de troca e de constituição de alianças na sociedade.

Mas o que é a dádiva? Nas palavras de Marcel Mauss, “três tipos de obrigações constituem o sistema de prestações totais: obrigação de retribuir, obrigação de dar e obrigação de receber” (MAUSS, 2003, p. 201). Para Godbout, a dádiva pode ser entendida, de modo negativo, como tudo aquilo que circula na sociedade e que “não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social” (GODBOUT, 1997, p. 6).

Dessa forma, Mauss estabeleceu a ponte entre o pensamento Durkheimiano (estrutura - holismo) e Weberiano (ação - individualismo), conforme afirma Caillé (1994). Se, por um lado, a dádiva é concebida como um sistema geral de obrigações coletivas, reforçando o estruturalismo de Durkheim, por outro, possibilita introduzir um elemento de incerteza estrutural na regra tríplice do dar-receber-retribuir, ao partir da experiência concreta dos

indivíduos na sociedade (MARTINS, 2005). Conforme afirma Mauss, o sistema de prestações tem como base o seu “caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, obrigatório e interessado” (MAUSS, 2003, p. 188). Godbout traduz essa “liberdade na obrigação” da seguinte maneira:

Existe, portanto, liberdade na dádiva, e uma relação muito diferente para com a "dimensão moral" de que fala Etzioni. Mas não é o mesmo tipo de liberdade que existe no mercado. A liberdade que se percebe aqui não se realiza na liquidação da dívida e não consiste na facilidade, para o ator, de sair da relação; situa-se, ao contrário, dentro do laço social, e consiste em tornar o próprio laço mais livre, multiplicando os rituais que visam diminuir, para o outro, o peso da obrigação no seio da relação (GODBOUT, 1997, p. 7).

A crítica Maussiana, conforme propõe Martins (2005), pode ser sintetizada em, pelo menos, cinco elementos importantes. O primeiro deles, conforme já exposto anteriormente, está relacionado à afirmação de que a sociedade moderna não pode ser compreendida segundo uma única lógica, como propõe a racionalidade maximizadora, ela deve ser compreendida por uma pluralidade de lógicas, quais sejam: o mercado é regido por um sistema de trocas equivalentes (dar – pagar); o Estado pode ser regido por um sistema de reciprocidade (receber – devolver) e a sociedade civil por um sistema de trocas não equivalentes (dar – receber – retribuir) (MARTINS, 2005). Para Mauss, as sociedades que precederam as nossas não realizavam “simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos” (MAUSS, 2003, p. 190), pois as obrigações mútuas não se davam entre indivíduos, mas entre coletividades (clãs, tribos, famílias etc.). Além disso, não apenas bens e riquezas ou coisas úteis economicamente eram trocados, o que se trocava, era, antes de tudo, “amabilidades, banquetes, ritos [...] danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2003, p. 190-191).

O segundo elemento que sintetiza a crítica Maussiana é o reconhecimento de que a lógica mercantil não pode ser negligenciada na sociedade contemporânea. Mauss afirma que o mercado tem uma importância central para a organização da sociedade moderna no sistema capitalista e, por esse motivo, deve ser objeto de regulamentação – pelas coletividades ou pelo Estado.

O terceiro elemento sintetizador da crítica de Mauss está relacionado à afirmação de que a lógica mercantil não pode substituir o Estado ou as práticas comunitárias e associativas para a proteção social, pois o mercado tem como objetivo o lucro e, por isso precisa ser regulamentado pela coletividade (MARTINS, 2005). Conforme afirma Caillé (1994), o

pensamento Maussiano não propõe de modo algum a abolição do mercado ou do Estado, mas “sua reinserção numa ordem social e política que faça um sentido global – seu reembedding, diria K. Polanyi” (CAILLÉ 1994, p. 16).

O quarto elemento relaciona-se com a afirmação de Mauss acerca da ocorrência da coesão social a partir da solidariedade entre os indivíduos, onde o ponto de partida é o risco que se assume ao se doar espontaneamente sem garantias de retorno e, igualmente, aceitar algo de alguém espontaneamente, ou seja, a aposta na dádiva: na iniciativa sempre incerta de dar, receber e retribuir.

Finalmente, o quinto elemento que sintetiza a crítica Maussiana é o aspecto político, que aparece como instituição histórica fundamental, capaz de propor uma ordem legal a ser obedecida pela coletividade, para que este sistema de trocas interpessoais possa funcionar universalmente, sem produzir sistemas de reciprocidades verticais não simétricos (como o clientelismo, por exemplo) (MARTINS, 2005).

Os elementos centrais do pensamento de Mauss contribuem para uma análise da economia das mulheres ao permitirem a percepção dos valores e símbolos relacionados aos processos de troca, doação, produção para o autoconsumo e comercialização protagonizadas por elas e ao ampliarem a noção de economia – incluindo as atividades não mercantis, possibilitando reconhecer o papel das mulheres como agentes econômicos.

Sabourin (2009) reconheceu a expressão da reciprocidade nos processos de reprodução da sociedade e nas práticas, sujeitas a regras coletivas, das unidades familiares de produção em seu estudo realizado no nordeste do Brasil. Exemplos dessa reciprocidade são “o uso de recursos comunitários, a transmissão intergeracional de bens (doações de animais, terras, dotes e dotações), a transmissão do saber pela família e pelas redes sociais” (SABOURIN, 2009, p. 24).

Nesta pesquisa, o olhar para a economia das mulheres consistirá em um exercício de estabelecer pontes ou interfaces com outras abordagens teóricas, como a economia substantiva de Polanyi e o campo teórico da economia feminista, conforme será visto adiante.

4.2.2 – A contribuição de Karl Polanyi para uma economia substantiva

A sociologia econômica, assim como a economia feminista, não pode ser considerada como um bloco monolítico. Conforme afirmam Isabelle Hillenkamp e Jean Louis Laville (2016, p. 11), na introdução ao livro *Socioeconomia e Democracia: a atualidade de Karl Polanyi*, a vertente francófona desse campo teórico

[...] aprofunda mais a análise das relações complexas entre economia e sociedade do que a Nova Sociologia Econômica norte americana, centrada na construção social dos mercados. Mas nenhuma delas, ao menos em seus desdobramentos principais, aborda de maneira aprofundada a questão crucial dos vínculos entre pluralidade econômica e política.

Karl Polanyi é reconhecido por apontar o sofisma economicista, ou seja, a redução da economia ao mercado e por apresentar uma distinção fundamental na composição do termo economia, que contém dois significados com raízes distintas e independentes (VINHA, 2001): o significado formal, que provém da relação meios – fins e é redutível à escolha racional do indivíduo orientado pela lógica da maximização dos ganhos; e o significado substantivo, em que a economia é entendida como a totalidade das relações entre os seres humanos e deles com a natureza para satisfazer as necessidades do conjunto da sociedade (POLANYI, 2012).

Para Polanyi (2012), os princípios do racionalismo econômico, de modo fantasioso, circunscrevem toda a riqueza e diversidade da existência humana no quadro de referência do mercado. A lógica da ação racional, própria da economia ortodoxa, pressupõe, de um lado, que “as escolhas se dão em função da escassez dos meios e, por outro lado, a atomização dos indivíduos, cuja ação – toda e qualquer – esteja orientada por interesses egoístas para a escolha de meios e fins utilitaristas (POLANYI, 2012, p. 57).

Em suas pesquisas sobre sociedades arcaicas, que constam em sua obra clássica “A Grande Transformação”, publicada pela primeira vez em 1944, Polanyi observou que nem todas as sociedades humanas agiam – ou eram motivadas – segundo a lógica da alocação de recursos escassos para incrementar a eficiência na produção (POLANYI, 2000). Ele defende que, nas sociedades arcaicas, a subsistência era garantida como um direito moral de seus membros e a alocação de terra e trabalho era realizada de acordo com laços de parentesco ou de religião, direitos políticos ou tribais, e não como uma mercadoria para compra e venda.

Mas, não sendo a lógica da barganha e do lucro, ou o trabalho motivado pela remuneração ou por alguma instituição, separada e distinta, de cunho estritamente econômico que motiva a ação econômica, como se garante a ordem na produção e distribuição?

Para Polanyi (2000), a ordem na produção e distribuição é resultado da articulação dos princípios de integração econômica: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade ou *householding* e o mercado. Entre esses quatro padrões de troca, Polanyi (2000) propõe que os dois primeiros são sustentados por padrões institucionais de simetria e centralidade, respectivamente. A troca era definida como o dar e receber recíproco, um fenômeno social universal necessário para manter uma sociedade e a união de seus membros. O estudo sobre

os nativos das ilhas Trobriand, na Melanésia Ocidental, serve como ilustração desse tipo de economia, pois a reciprocidade se manifesta na organização sexual da sociedade, por família e parentesco, como se observa na passagem abaixo:

A subsistência da família - a mulher e os filhos - é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-o assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica. A exibição cerimonial dos alimentos, tanto em sua própria horta como ante o depósito da que recebe, é uma garantia de que todos conhecerão a elevada qualidade da sua atividade como hortelão. Torna-se aparente, aqui, que a economia hortelã e doméstica é parte das relações sociais ligadas à posição de bom marido e ótimo cidadão. O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvar tanto a produção como a subsistência familiar (POLANYI, 2000, p. 67).

A redistribuição, por sua vez, se manifesta em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum, sendo essencial para a manutenção da subsistência de todos os membros da sociedade, como ilustra o trecho abaixo, também em relação aos nativos das ilhas Trobriand:

O princípio da redistribuição não é menos efetivo. Uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus entretêm uns aos outros, assim como aos vizinhos de outras ilhas (ocasião em que são distribuídos os resultados do comércio em áreas distantes, presentes são entregues e reciprocados, de acordo com as regras de etiqueta, e o chefe distribui a todos os presentes habituais), torna-se aparente a extrema importância do sistema de armazenamento. (POLANYI, 2000, p. 67-68).

É importante ressaltar que Polanyi (2000) reconhecia essas funções como parte de um sistema econômico inteiramente absorvido pelas experiências concretas das sociedades e também como reveladoras de um quadro geral de motivações não econômicas para a produção do viver. No entanto, tais princípios de comportamento só podem ser efetivos se amparados por padrões institucionais de simetria (no caso da reciprocidade) e de centralidade (no caso da redistribuição). O funcionamento dos sistemas socioeconômicos é garantido, segundo o pensamento de Polanyi, por esse conjunto de princípios de comportamento e padrões institucionais e não pela formalização de contratos sociais e da racionalização burocrática, segundo a concepção hegemônica da economia.

No que diz respeito à aproximação entre o pensamento de Polanyi e Marcel Mauss, há o risco, como aponta Caillé (1994), de se confundir a dádiva com o que Polanyi classificou sob o rótulo de redistribuição. No entanto, Polanyi falava em redistribuição associada a um padrão institucional de centralidade, ou seja, a redistribuição supõe, necessariamente, a existência de

um centro redistribuidor destacado, ou a verticalização das relações sociais. Dessa forma, a redistribuição pode ser “facilmente distinguida daquilo que propomos chamar de dádiva-partilha, se reservarmos este último termo à descrição das partilhas realizadas num plano horizontal, com paridade entre os parceiros” (CAILLÉ, 1994, p. 21).

Quanto ao princípio da domesticidade, a maior parte dos autores que sucedeu Polanyi reafirma a tríade proposta por ele – reciprocidade, redistribuição e troca – esquecendo-se do princípio da domesticidade ou *householding*, pouco desenvolvido em *A Grande Transformação* (HILLENKAMP, 2016). Na referida obra, Polanyi conceitua a domesticidade como a produção para uso próprio. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que não se deve “[...] presumir que a produção para a própria pessoa, ou para um grupo, seja mais antiga do que a reciprocidade ou a redistribuição” (POLANYI, 2000, p. 73). Para ele,

[...] O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu. Na verdade, a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura. Mesmo então, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autossuficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade ou da redistribuição (POLANYI, 2000, p. 73).

Isabelle Hillenkamp, ao recuperar e atualizar o princípio da domesticidade, reivindica que, sem ele, não é possível esclarecer “uma parte substancial das lógicas não mercantis de integração da economia na sociedade” (HILLENKAMP, 2016, p. 177-178), que continuam operando de distintas maneiras nas sociedades contemporâneas.

Polanyi (2000) elabora o conceito de domesticidade a partir do caso de sociedades agrárias autárquicas. Hillenkamp (2016, p. 185), por sua vez, propõe uma ampliação da caracterização desse princípio de integração econômica a configurações não autárquicas:

[...] Um grupo pode se basear em regras de produção e compartilhamento das riquezas para uso de seus membros, enquanto participa, por outro lado, de trocas, incluindo as mercantis: a lógica do compartilhamento pode dominar de tal maneira que os recursos procedentes das trocas com o exterior são submetidos ao princípio de satisfação das necessidades dos membros do grupo.

Os princípios de integração econômica propostos por Polanyi, conforme afirma Hillenkamp (2016, p.177), permitem

[...] caracterizar o lugar da economia na sociedade em função de diferentes tipos de interdependência na produção, no financiamento, nas trocas ou na circulação e, também, no consumo. Ao mostrar que o mercado constitui apenas um princípio específico na história da humanidade e reabilitar uma abordagem substantiva da economia, Polanyi abriu caminho para o estudo de outros tipos de interdependência no processo econômico.

Além de permitirem compreender como os recursos circulam e são distribuídos, os princípios econômicos propostos por Polanyi permitem olhar para o modo como é feita a sua “apropriação ou alocação e como a produção é organizada” (SERVET, 2016, p. 158). Servet (2016) também afirma a necessidade de se compreender os princípios de integração em termos de relações de interdependência entre as atividades de produção, troca, financiamento, mas também de uso dos recursos disponíveis.

Olhar para a economia desde a perspectiva das relações de interdependência é particularmente importante para analisar as práticas econômicas realizadas por grupos de agricultoras do campo agroecológico e da economia solidária, pois permite incorporar um conjunto de atividades e motivações não econômicas, desconsideradas pelas abordagens hegemônicas da economia. Nesse aspecto, ao olhar para a economia das agricultoras agroecológicas, o princípio de domesticidade ou *householding* torna-se especialmente relevante. No entanto, as análises econômicas nas sociedades contemporâneas requerem uma atualização desse princípio, conforme propõe Hillenkamp (2016, p. 185):

Embora a lógica de compartilhamento caracterize, então, o princípio polanyiano de *householding*, a autarquia, em contrapartida, não parece indispensável à instituição do grupo no qual ele opera.

Essa reabilitação do conceito de domesticidade ou *householding* parece bastante importante para as análises que se empreendem nesta pesquisa, uma vez que tanto as unidades familiares quanto as comunidades estão imersas em um emaranhado de relações econômicas interdependentes entre si e, ao mesmo tempo, garantem algum nível de autossuficiência a depender dos recursos socioeconômicos de que dispõem.

Para Schneider e Escher (2011, p. 185), as ideias de Polanyi permanecem atuais e têm enorme contribuição para as análises dos sistemas socioeconômicos porque expressam a importância fundamental da regulação social sobre a economia, bem como o papel que exercem as instituições na mediação entre as estruturas socioeconômicas e os atores sociais, e também porque,

[...] no contexto atual, a hipótese de que as empresas transnacionais e suas articulações de expansão constituem a força hegemônica no controle dos sistemas agroalimentares e representam o equivalente ao “moinho satânico” do capitalismo “auto-regulado” e destrutivo descrito por Polanyi é retomada na ideia de que as mesmas operam como verdadeiros “Impérios Alimentares”. Por fim, porque no meio rural, especialmente do Brasil (mas não só) existe uma miríade de formas de ordenamento e interação social e econômica, assentadas sobre princípios estudados por Polanyi, como a reciprocidade e a redistribuição, e em geral subalternas e pouco conhecidas, que representam a base a partir da qual se poderia constituir uma “outra” forma de desenvolvimento rural (SCHNEIDER E ESCHER, 2011, p. 185).

Os princípios da reciprocidade e redistribuição, propostos por Polanyi e dos quais lançamos mão neste estudo, podem qualificar as análises em torno das formas de organização do trabalho das mulheres envolvidas nesta pesquisa, da sua produção e sua destinação (para quais mercados, com quais atores etc.).

A atualização do pensamento de Polanyi também está presente nos estudos de Mark Granovetter e Swedberg que propuseram uma flexibilização do conceito de *embeddedness* (enraizamento), para interpretar o comportamento econômico nas sociedades modernas. Para ambos os autores, nem toda sociedade pré-capitalista estava livre do impulso do interesse egoísta, da racionalidade de mercado e, nas sociedades modernas ou capitalistas, nem toda ação econômica deve ser interpretada como desenraizada de motivações não econômicas (VINHA, 2001). É através desse aspecto que a crítica à Polanyi é direcionada, já que, para ele, a visão atomística dos indivíduos teria prevalecido como orientadora do comportamento econômico na sociedade industrial, onde “em vez de a vida econômica estar submersa nas relações sociais, essas relações se tornaram um epifenômeno do mercado” (GRANOVETTER, 2007, p.3).

Compreender a economia incorporando as atividades não mercantis e, ao mesmo tempo, considerando os mercados como fruto de um processo histórico de construção social, é fundamental para uma análise ampliada dos processos econômicos na sociedade contemporânea. Essa abordagem relacional cria condições para incluir as mulheres e o trabalho realizado por elas como parte da economia, reconhecendo-as como agentes econômicos. Os conceitos de redes e de confiança que se mostram presentes, não de forma explícita, em alguma medida nas proposições de Mauss e Polanyi serão acionados para possibilitar operacionalizar a abordagem relacional sobre a economia das mulheres, desde as perspectivas da dádiva e da economia enraizada socialmente ou economia substantiva.

Por serem resultado de um processo de construção social, os mercados também podem ser ressignificados e remodelados pela ação de indivíduos ou grupos sociais, a partir de valores éticos, morais, simbólicos etc. É o caso da construção da identidade dos produtos, da

construção de relações de confiança e solidariedade entre as agricultoras e delas com os/as consumidores/as a partir da constituição e inserção em redes de agroecologia.

5. METODOLOGIA

Essa investigação se inscreve no projeto “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”, neste documento denominado como Projeto Cadernetas Agroecológicas (PCA). Tal projeto, de âmbito nacional, é executado pelo GT Mulheres da ANA e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2016, antecedente ao período do *impeachment*⁵ da presidenta Dilma Rouseff. Este é um dado importante, uma vez que, desde 2013, as organizações que compõem o GT Mulheres da ANA vinham dialogando com diferentes setores do governo federal para a construção de uma política de fomento aos quintais produtivos das mulheres no Brasil. É neste íterim que se insere o projeto financiado pelo MDA, após o anúncio da presidenta Dilma de apoio a 500.000 quintais produtivos no país, durante a Marcha das Margaridas⁶ de 2015.

Este projeto, em execução quando da finalização desta dissertação, desde o princípio teve um caráter participativo, de diálogo com mulheres dos diferentes movimentos sociais e com organizações de assessoria no Brasil em todas as suas etapas. A concepção da construção coletiva do conhecimento, presente nesse projeto, tem raízes na prática dos movimentos agroecológico e feminista, que partem do conhecimento e da vida cotidiana das agricultoras, de técnicas das organizações de assessoria, de redes e de movimentos sociais para construir novas abordagens e ideias comprometidas com a transformação social.

No nível nacional, compõem a pesquisa do GT Mulheres da ANA as seguintes redes parceiras: Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE), Grupo de Trabalho sobre Gênero e Agroecologia da região sudeste (GT Gênero e Agroecologia) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

⁵ A presidenta Dilma Rouseff, eleita legitimamente em 2014, foi afastada de seu mandato em abril de 2016, após a câmara de deputados ter aprovado o prosseguimento do pedido de impeachment, o qual foi aprovado pelo senado em agosto de 2016.

⁶ A Marcha das Margaridas teve início no ano 2000, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em conjunto com entidades e movimentos parceiros e foi a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país. Teve início como um novo processo organizativo das trabalhadoras rurais e uma nova estratégia de ação coletiva, com reivindicações por políticas públicas e pela garantia de direitos sociais, previstos na constituição cidadã de 1988. Ao longo do tempo, a Marcha tornou-se o principal espaço de articulação e reivindicações das mulheres dos campos, das florestas e das águas no Brasil. Foi considerada, também, como a maior mobilização de massa das mulheres da América Latina, tendo levado às ruas, em 2015, setenta mil mulheres de todas as regiões do país.

O presente estudo está circunscrito nesse processo mais amplo, protagonizado pelo GT Mulheres da ANA e, embora esteja em sintonia com a metodologia proposta, tem algumas especificidades inerentes a uma pesquisa científica de curta duração para uma dissertação de mestrado. Entre as especificidades estão o foco na área de abrangência, os instrumentos adotados para a coleta de dados e a abordagem teórica para a análise dos resultados. A seguir serão apresentados os enquadramentos da presente pesquisa de mestrado e os aspectos epistemológicos que a orientaram.

5.1 – A pesquisa como prática científica comprometida socialmente

Do ponto de vista teórico-metodológico, a presente pesquisa pode ser descrita como qualitativa, de perspectiva feminista, e se inscreve como pesquisa participativa ou participante que, conforme afirma Chizzotti (2006, p. 90),

[...] tem como pressuposto, subjacente à sua história, a democratização da produção do conhecimento e da sociedade, e o desenvolvimento da justiça social. Não é um mero conjunto de métodos, meios e técnicas, mas se fundamenta em uma ética e em uma concepção alternativa da produção popular do conhecimento, segundo a qual as pessoas comuns são capazes de compreender e transformar sua realidade. Trata-se de um modelo e de um meio de mudança efetiva para a qual os sujeitos implicados devem elaborar e trabalhar uma estratégia de mudança social.

As pesquisas qualitativas, ao longo da história, constituíram-se como uma reação à afirmação da objetividade e, ao mesmo tempo, à negação da subjetividade apontadas pela ciência positivista como única forma de se chegar à verdade. Esta ideia da supremacia da razão rompeu séculos e, ainda hoje, prevalece como concepção hegemônica na ciência.

Para as epistemologias feministas, a ciência positivista, considerada androcêntrica, associou a objetividade à masculinidade, reproduzindo a ideologia de que a separação entre a razão e a emoção é uma condição para alcançar a suposta objetividade da ciência (JAGGAR, 1997). Rompendo com essa concepção, as epistemologias feministas consideram que o conhecimento é situado, implicado, manifestando, assim, uma clara oposição à pretensa objetividade e neutralidade, características fundamentais da ciência positivista androcêntrica (HARDING, 1986 *apud* NARVAZ; COLLIER, 2006). Em outras palavras, o conhecimento é situado, recusando a ideia de neutralidade nas pesquisas científicas e, ao mesmo tempo, assume diversas estratégias para manter sua objetividade.

Autores clássicos, que se debruçaram sobre as minúcias da ação social na tentativa de compreendê-la, enfatizaram a importância da subjetividade na análise dos fenômenos sociais

(LAPERRIÈRE, 2012, p. 412). No caso do presente estudo, parte-se do pressuposto – e é fundamental desvelar este aspecto – de que a pesquisa é, em si, uma ação, carregada de sentido. A respeito disso, Minayo (2009) afirma que a pesquisa nas ciências sociais lida com seres humanos que, por diferentes razões – aspectos culturais, classe, raça, faixa etária etc. – “têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos [...]” (MINAYO, 2009, p. 215).

Como cita Vieira (2004), a confiabilidade dos dados de uma pesquisa qualitativa exige uma descrição pormenorizada, exaustiva do processo de coleta, tabulação e análise dos dados. Para Chueke e Lima (2012), o quesito confiabilidade na pesquisa qualitativa só poderá ser alcançado por meio da definição do status do pesquisador, ao contextualizar seus esforços e explicitar o seu posicionamento em relação às suas escolhas de forma clara e consistente.

Neste sentido, em primeiro lugar, é necessário explicitar que componho o GT Mulheres da ANA desde a sua criação, em 2004, o qual se firmou, ao longo dos anos, como um espaço de articulação e de formulação política, bem como de produção teórica sobre mulheres e agroecologia no Brasil.

Além disso, é importante explicitar o marco temporal em que se deu o meu engajamento no programa de Pós-graduação em Extensão Rural, o início do PCA e a pesquisa para o mestrado, para que haja melhor leitura sobre a imbricação dos processos e, ao mesmo tempo, a autonomia de ambos. O PCA foi iniciado em maio de 2016, mas devido aos procedimentos burocráticos, as atividades passaram a ocorrer mais sistematicamente a partir de outubro e novembro desse mesmo ano. Ingressei no mestrado em março de 2016 e desde o início estive acompanhando a execução do PCA. Essa participação “por dentro” do PCA, além de contribuir para o delineamento da pesquisa de mestrado, permitiu o diálogo com os “processos dinâmicos” que se constituíram no nível nacional e na região sudeste, com os sujeitos da pesquisa, as agricultoras agroecológicas.

Inicialmente, havia proposto que a pesquisa fosse realizada nos três estados do Sudeste, cujas organizações participam do GT Gênero e Agroecologia⁷: Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Esta proposta se deu em função da boa adesão inicial⁸ das organizações, redes e movimentos à execução do PCA, conforme demonstra o Quadro 1

⁷ O GT Gênero e Agroecologia foi criado em 1998, com o objetivo de ser um espaço de reflexão e construção coletiva de ações afirmativas para a igualdade de gênero no trabalho de organizações e movimentos sociais da região sudeste. Atualmente envolve organizações não governamentais, organizações representativas das agricultoras e movimentos sociais da região Sudeste e do Extremo Sul da Bahia nos processos de articulação das mulheres do campo agroecológico, e compõe o GT Mulheres da ANA desde a sua criação, em 2004.

⁸ Apenas uma instituição do estado de MG não aderiu à proposta de pesquisa devido a questões institucionais específicas daquele momento.

abaixo. Deste modo, seria possível convergir a pesquisa para essa dissertação e as atividades previstas no PCA, potencializando os recursos disponíveis nesse último.

Quadro 1- Estados, microrregiões e organizações que compõem o GT Gênero e Agroecologia envolvidos inicialmente no PCA.

UF	Microrregiões	Organizações de Referência
MG	Região Metropolitana de Belo Horizonte	- REDE - AUÊ – Núcleo de Agroecologia da UFMG
MG	Norte de Minas	- FETAEMG - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) - Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (CMONM) - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
RJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (GT Mulheres da AARJ)
SP	Vale do Ribeira	Sempreviva Organização Feminista (SOF)
SP	Jaboticabal	Instituto Federal de Matão

Em pouco tempo, a proposta de realizar entrevistas com mulheres de todas as áreas de abrangência da pesquisa no âmbito do GT Gênero e Agroecologia se mostrou inviável, por dois motivos principais. Primeiro porque as organizações, redes e movimentos tiveram dificuldades para manter um grau de acompanhamento às mulheres para o preenchimento de um dos instrumentos adotados para a coleta de dados, as Cadernetas Agroecológicas. Segundo, devido à dificuldade de mobilização de recursos para garantir o acesso a todas as regiões dos três estados, dadas as longas distâncias que teriam que ser percorridas.

Diante disso, foram estabelecidos alguns critérios para a definição da área de abrangência e, portanto, da amostra desse estudo: a) ter acompanhamento por alguma organização, rede ou movimento; b) ter o maior número de mulheres acompanhadas em um mesmo local; c) adotar os dois instrumentos da pesquisa (CA e Questionário de Caracterização Socioeconômica). Tais critérios buscaram garantir as condições para a realização da pesquisa, como um número mínimo de mulheres assessoradas por alguma organização em uma mesma microrregião, para facilitar a coleta de dados e viabilizar o acesso às agricultoras.

Posto isso, à medida que as reuniões com as representantes das instituições envolvidas na pesquisa foram realizadas, presencial e virtualmente, foi sendo delineada a área de abrangência. O Vale do Ribeira/SP, região de atuação da SOF, foi único local que contemplava os três critérios estabelecidos. Em diálogo com as agricultoras e as técnicas da SOF, definimos concentrar a pesquisa em duas comunidades no município de Barra do Turvo: o Córrego da Onça e a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Terra Seca. Nestas, a pesquisa seria realizada com os grupos produtivos de mulheres, respectivamente o grupo “Rosas do Vale” e “As Perobas”.

A seguir, detalharei o percurso metodológico da pesquisa, partindo das etapas coletivas previstas no projeto e definição dos instrumentos. Deste modo, espera-se que as/os leitoras/es possam compreender o escopo geral da proposta, incluindo os critérios adotados para a delimitação das comunidades envolvidas na pesquisa e outros elementos metodológicos. Para evitar possíveis confusões, adotarei o nome de Projeto das Cadernetas Agroecológicas (PCA) para me referir ao projeto do GT Mulheres da ANA, e Projeto de Pesquisa de Mestrado (PPM) para me referir a esse estudo, sobre o qual me debruço.

Outra questão que merece ser enfatizada é o fato de que, apesar desse PPM estar vinculado ao PCA, a ênfase maior nessa pesquisa não esteve relacionada ao acompanhamento e sistematização das informações das Cadernetas Agroecológicas (CA), mas principalmente aos dados qualitativos coletados. Estes dizem respeito às relações econômicas que as agricultoras agroecológicas dessas duas comunidades tecem para garantir a reprodução social de sua unidade familiar ou dos grupos a que pertencem. Parte dessas agricultoras participam de grupos envolvidos no PCA e estão adotando as CA. Por este motivo, é necessário apresentar as informações referentes ao PCA, uma vez que foi no bojo deste processo que o PPM foi construído.

Ademais, cabe esclarecer que, para garantir a proteção da identidade das agricultoras entrevistadas, todos os nomes adotados nesse texto se referem à mulheres que tiveram papel importante na história de luta das comunidades negras, quilombolas, indígenas ou do movimento feminista.

5.1.1 – As etapas coletivas de planejamento e validação dos resultados da pesquisa

Durante o PPM foram realizadas duas reuniões de reflexão coletiva envolvendo agricultoras, lideranças, pesquisadoras e representantes das organizações de assessoria e movimentos sociais no âmbito do GT Gênero e Agroecologia, na região Sudeste. A primeira reunião foi realizada em fevereiro de 2017, com o objetivo apresentar o PCA e o PPM e delinear as etapas para a sua realização. Essa reunião foi importante para o planejamento da pesquisa, definindo as agricultoras agroecológicas, as organizações e as respectivas microrregiões envolvidas, bem como um cronograma para a realização das etapas seguintes.

A discussão sobre o PCA demonstrou que havia uma série de informações, especialmente dados socioeconômicos, que não seriam extraídas através das Cadernetas Agroecológicas (CA) e que, além de necessárias para a caracterização do perfil das agricultoras envolvidas, seriam de interesse geral. Foi essa constatação que nos levou a dialogar com as redes

parceiras das demais regiões – que também estavam realizando suas reuniões regionais – para construirmos um instrumento à parte, que trouxesse as informações socioeconômicas das agricultoras, o Questionário de Caracterização Socioeconômica.

Esses debates foram fundamentais para a elaboração do PPM, que estava em fase de pré-qualificação, tendo contribuído para a definição dos instrumentos que seriam utilizados na pesquisa. A partir desses diálogos com as redes parceiras, definimos o dia primeiro do mês de abril de 2017 como referência para o início das anotações nas CA pelas mulheres, já que a proposta era ter um ano de monitoramento das informações para o PCA.

Em maio de 2017 foi realizada uma Reunião Nacional de Pesquisadoras, em que foram tratadas questões de fundo que surgiram ao longo do processo. As agricultoras devem anotar apenas a sua produção referente ao quintal ou a outros espaços da propriedade também? Artesanatos que não sejam estritamente agroecológicos podem ser anotados nas CA? Prestação de serviços e outras atividades econômicas das mulheres podem ser anotadas? O que se entende como quintal agroecológico? Essas questões trouxeram muitos elementos de reflexão para o PCA e PPM e, conseqüentemente, influenciaram no escopo geral da pesquisa, na construção das etapas seguintes e na definição dos instrumentos adotados.

Uma definição importante, tomada no início do PPM, foi a de que o olhar sobre a economia das mulheres não deveria se ater apenas aos quintais agroecológicos, mas incorporar também os diferentes espaços de trabalho e produção protagonizados por elas, dentro ou fora da propriedade. Essa foi uma decisão importante, uma vez que, se olhássemos apenas para os quintais agroecológicos, uma parcela significativa das atividades econômicas das mulheres seria desconsiderada.

Em julho de 2017 foi realizada a segunda reunião do PPM com as agricultoras e técnicas envolvidas no PCA, com o objetivo de realizar o acompanhamento da pesquisa, desenvolver ajustes no Questionário de Caracterização Socioeconômica e sanar dúvidas referentes ao preenchimento das CA. Essa reunião também teve por objetivo planejar as outras etapas da pesquisa e definir o local de implementação das CA e dos questionários que subsidiaram o PPM, a partir dos critérios citados anteriormente. Assim que ficou definido o Vale do Ribeira como área de abrangência dessa pesquisa, foram realizadas algumas atividades com a SOF e as agricultoras para que fossem definidas quais comunidades seriam envolvidas.

A primeira atividade ocorreu em junho de 2017, quando foram realizadas reuniões nos municípios de Itaoca e Apiaí. Nessas reuniões pude conhecer algumas comunidades, dialogar com as mulheres sobre as anotações nas CA, sanar dúvidas e ouvir suas percepções sobre o que o processo de anotação estava revelando. A segunda atividade consistia em uma reunião

específica sobre as CA, a qual antecedeu o seminário “Economia feminista e solidária: redesenhando o território”⁹, organizado pela SOF no início de setembro de 2017, no município de Registro/SP. Participaram dessa reunião agricultoras de alguns municípios que, além de adotarem as CA, cumpriam o papel de animação e acompanhamento – inclusive com a aplicação dos questionários de caracterização socioeconômica – de outras agricultoras em suas comunidades.

Essa atividade foi chave para a definição da minha ida a campo que, até aquele momento, ainda estava incerta. A programação da reunião – construída pela equipe da SOF em diálogo comigo – previu um momento para recuperar a trajetória do PCA até aquele momento, identificando as dificuldades que as agricultoras estavam enfrentando em seus contextos. Entre elas, as agricultoras de Barra do Turvo/SP relataram que a prefeitura municipal e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) estavam cancelando o recebimento dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF) para aquelas que tinham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Por esse motivo, algumas agricultoras estavam com muito receio de preencher as CA e responder aos questionários.

Diante disso, as agricultoras ponderaram que seria importante terem algum documento que garantisse que as informações da pesquisa não seriam utilizadas para prejudicá-las. Foi então que lemos coletivamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ao qual as agricultoras fizeram algumas sugestões de mudança. Para elas, aquele instrumento poderia dar mais confiança às demais agricultoras para o preenchimento das CA e a aplicação dos questionários. Nessa reunião também fizemos uma leitura minuciosa dos questionários, quando as agricultoras puderam tirar dúvidas e propor alterações ao instrumento, já que seriam elas as “aplicadoras” do questionário junto às demais agricultoras que estavam sendo acompanhadas em cada bairro/comunidade.

Com esses acordos feitos, passamos a definir os locais (comunidades) em que poderíamos realizar um aprofundamento com o presente estudo. Como algumas comunidades já haviam recebido a visita de pesquisadoras vinculadas ao projeto “Análises feministas das práticas da economia social e solidária: visões da América Latina e Índia”¹⁰, do qual a SOF participa,

⁹ Esse seminário teve como objetivo promover uma reflexão sobre o contexto do Vale do Ribeira/SP, considerando as iniciativas de mercantilização da natureza em curso na região e as alternativas construídas pelas mulheres no campo da agroecologia e do feminismo.

¹⁰ Projeto financiado pela Rede Suíça para Estudos Internacionais e coordenado pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID, Suíça). Neste projeto, os princípios da economia solidária feminista são operacionalizados por meio da agroecologia, que valoriza a produção agrícola feminina, articula autoconsumo, troca e construção social de mercados, busca o reconhecimento político das agricultoras em diferentes âmbitos e se apoia, de maneira transversal, sobre a auto-organização das mulheres.

avaliamos que seria interessante realizar esse estudo nas comunidades ainda não visitadas, por dois motivos centrais. Primeiro, para não sobrecarregar algumas comunidades com visitas de técnicas e pesquisadoras; e segundo, porque o foco das duas pesquisas, em alguma medida, era convergente, então seria interessante chegar a outras comunidades ainda não visitadas.

Deste modo, conforme citado anteriormente, foram apontadas duas comunidades do município de Barra do Turvo/SP a serem envolvidas nesse estudo: o Córrego da Onça e a CRQ Terra Seca. Nestas, a pesquisa deveria ser realizada com os grupos “Rosas do Vale” e “As Perobas”, criados pelas agricultoras como estratégia de organização econômica. Nos dois dias posteriores a essa reunião, durante o seminário “Economia feminista e solidária: redesenhando o território”, foi possível acertar os detalhes da ida a campo, as datas em cada comunidade e os locais em que eu ficaria hospedada. Essa foi, portanto, a minha porta de entrada nas comunidades Córrego da Onça e CRQ Terra Seca em Barra do Turvo/SP.

5.2 – A coleta e análise dos dados quantitativos

Conforme apresentado anteriormente, foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados quantitativos: as CA e o Questionário de Caracterização Socioeconômica (QSC). Cabe esclarecer que, nos dois grupos produtivos de mulheres envolvidos na pesquisa, nem todas as agricultoras estavam adotando as CA, uma vez que este foi um processo voluntário.

No Córrego da Onça, das oito integrantes do grupo, apenas quatro estavam utilizando esse instrumento; na CRQ Terra Seca, das nove integrantes do grupo, apenas três adotaram as CA. Por sua vez os questionários foram aplicados às agricultoras que se dispuseram a respondê-lo. No caso da CRQ Terra Seca, um questionário foi aplicado com uma agricultora que não utiliza as CA e, por outro lado, uma das agricultoras que utiliza as CA não quis respondê-lo. O Quadro 2 apresenta as informações a respeito dos instrumentos quantitativos aplicados com cada agricultora. No entanto, vale enfatizar que, além dos instrumentos quantitativos, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujo detalhamento será apresentado no item 5.2.2.

Quadro 2 - Informações descritivas das ferramentas utilizadas com cada agricultora entrevistada

Bairro	Agricultora	Caderneta Agroecológica	Questionário
Terra Seca	Vanda	Não	Sim
	Dandara	Sim	Sim
	Sá Mariinha	Sim	Sim
	Carolina	Não	Não

	Marielle	Não	Não
	Lelia	Não	Não
	Luisa Mahim	Sim	Não
Ribeirão Grande	Aqualtune	Não	Não
Córrego da Onça	Alexandra	Sim	Sim
	Teresa	Sim	Sim
	Vilma	Sim	Sim
	Laudelina	Sim	Sim
	Maria Firmino	Não	Não
	Clara	Não	Não

Fonte: Elaboração própria.

As CA são um instrumento metodológico elaborado pelo CTA/ZM em diálogo com o GT Mulheres da ANA para o monitoramento da produção monetária e não monetária das mulheres e foram desenvolvidas para serem de fácil apropriação pelas agricultoras. Elas têm o formato de um caderno em espiral, que pode ser pendurado em local de fácil acesso para garantir a agilidade na anotação das informações pelas próprias mulheres. Cada página da CA está organizada por quatro colunas, referentes às relações econômicas estabelecidas pelas agricultoras: consumo, doação, troca e venda.

Nas CA são anotadas as informações referentes ao tipo de produto, à quantidade e ao seu valor monetário para a coleta de dados quantitativos da produção protagonizada pelas agricultoras. A orientação dada a elas foi de realizar as anotações diariamente, indicando o mês de referência em cada página, para garantir o registro sistemático das informações. A cada mudança de mês, as agricultoras foram orientadas a iniciar as anotações em uma nova página.

Todas as informações do registro da produção das mulheres anotadas nas CA, agregadas por mês, foram sistematizadas para dar visibilidade à contribuição econômica das agricultoras e quintais agroecológicos no âmbito familiar. De modo geral, o período de anotação das informações se deu de abril de 2017 a fevereiro de 2018. Registrou-se, porém, alguma variação no período de anotação nas CA devido ao fato de que algumas mulheres iniciaram mais tardiamente, nos meses de maio e junho.

No Brasil, no âmbito do PCA, foram preenchidas cerca de 250 CA, sendo que destas, aproximadamente 50 estão na região Sudeste. No Vale do Ribeira foram preenchidas 27 CA, distribuídas em 13 municípios. Desse total, 07 agricultoras adotaram as CA no município de Barra do Turvo, onde se situam as comunidades do Córrego da Onça e Terra Seca, envolvidas nessa pesquisa.

O outro instrumento adotado para a coleta de dados quantitativos foi o Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS) das agricultoras (ANEXO 2). Como o próprio nome enfatiza, o questionário teve como objetivo levantar informações socioeconômicas que permitissem compreender quem são as mulheres envolvidas na pesquisa.

O QCS foi organizado em 11 seções, em que a primeira consistiu no levantamento de informações sobre a agricultora, contendo dados básicos como nome, endereço telefone, data de nascimento, estado civil, escolaridade, raça/cor, se possui DAP, entre outros. As demais seções continham dados sobre a Unidade de Produção Familiar (UPF) – como o tipo de acesso à terra, dados sobre a composição familiar e o tipo de vínculo com a UPF –, acesso a bens naturais, às políticas públicas, aos mercados; informações sobre a organização econômica das agricultoras, composição da renda familiar, principais gastos da família e sobre a participação social das agricultoras.

Ao todo foram sistematizadas as informações referentes a sete CA e aplicados sete questionários, no mês de outubro de 2017, de acordo com a disponibilidade das agricultoras em fornecer as informações. O tempo médio de duração da aplicação do questionário foi de 60 minutos e, antecedendo sua aplicação, foi lido o TCLE, bem como sanadas dúvidas das mulheres sobre a pesquisa.

As informações das CA foram analisadas individualmente por agricultora, a partir da sistematização dos dados em Excel e da geração de gráficos por meio de programa para análises estatísticas. Considerando que não havia variâncias significativas no padrão de comportamento dos dados das agricultoras de uma mesma comunidade, esses dados foram agregados para dar visibilidade às variações intercomunitárias, os quais serão apresentados e discutidos no Capítulo 8.

Do mesmo modo, as informações dos QCS foram tabuladas em Excel e analisadas individualmente, cruzando estas informações por comunidade. Para efeito de caracterização das agricultoras, foram utilizadas as variáveis de idade, estado civil, raça/cor, escolaridade, tamanho de família, formas de acesso à terra, acesso às políticas públicas e aos mercados. Estas informações estão sendo apresentadas e discutidas no item 5.3 deste capítulo, em que apresento a caracterização socioeconômica das agricultoras envolvidas nessa pesquisa.

5.2.1 – A estruturação da pesquisa qualitativa

A presente pesquisa, conforme explicitado anteriormente, foi construída em processo de diálogo com as agricultoras – sujeitos da pesquisa – e com as técnicas das organizações de

assessoria que fizeram o acompanhamento do processo. As mulheres agricultoras e lideranças tiveram um papel fundamental em todas as etapas, desde o processo de seleção de quem seria envolvida no preenchimento das CA, no diálogo com as organizações de assessoria parceiras do GT Gênero e Agroecologia em cada microrregião, até o ato de executar a pesquisa, ou seja, no preenchimento das CA e na aplicação dos QCS.

Foram as agricultoras que anotaram cotidianamente as informações sobre a sua produção econômica monetária e não monetária. Em alguns casos, fizeram o acompanhamento de outras mulheres, esclarecendo dúvidas, impulsionando o processo de anotação e de reflexão coletiva nos locais e também ficaram responsáveis por aplicar os QCS.

Dessa forma, como sujeitos do processo, influenciaram todas as etapas, trazendo questões a serem refletidas nesse estudo e de forma coletiva no âmbito do GT Gênero e Agroecologia e do GT Mulheres da ANA. Coube a mim, neste processo, realizar o diálogo com as agricultoras e técnicas para definição dos instrumentos de pesquisa e orientar as agricultoras envolvidas para a sua aplicação, o que será descrito mais adiante.

Esse rico processo de construção coletiva da pesquisa merece ser pormenorizado por ser, em si, um diferencial desse PPM. Por esse motivo, neste item serão apresentadas informações que permitam situar o processo de pesquisa participante, a partir da vivência coletiva, na aproximação com o campo, nas opções na fase de coleta de dados, etc. Além disso, também serão apresentados os métodos utilizados para a coleta de dados qualitativos.

Uma pesquisa de inspiração etnográfica

Consideramos essa uma pesquisa de inspiração etnográfica, mas não uma etnografia no sentido estrito. Essa distinção é importante, pois como alguns autores (GEERTZ, 1989; 2004; PEIRANO, 1995) reivindicam, a abordagem etnográfica em pesquisa não deve ser entendida apenas como a técnica de coleta de informações, mas principalmente, como uma aproximação com a teoria antropológica. Para isso, é fundamental que o/a pesquisador/a tenha conhecimento sobre as discussões e concepções desse campo teórico, de forma que isso reflita na abordagem teórico-metodológica da pesquisa (LOPES, 2007).

A etnografia é o método próprio da Antropologia do século XX e, conforme afirma Uriarte (2012), se torna inseparável dessa disciplina. Márcio Goldman afirma que a característica fundamental da Antropologia é “o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (2006, p. 167). Para ele, o elemento central “[...] é a disposição para viver uma experiência pessoal junto a um grupo humano com o fim de transformar esta

experiência pessoal em tema de pesquisa [...]” (GOLDMAN, 2006, p. 167). E para Uriarte (2012, p. 5), o método etnográfico consiste num “mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender”.

No caso do presente estudo, não se pretendia realizar uma etnografia no sentido estrito, devido às condições operacionais para a sua realização. Além da limitação de recursos para a permanência em campo, por seu caráter de pesquisa participante, as etapas da pesquisa foram determinadas pelo ritmo e tempo das agricultoras. Nesse sentido, o período de campo foi concentrado em 14 dias, sendo aproximadamente uma semana em cada comunidade, no mês de outubro de 2017.

Para compreender aspectos da vida econômica, do cotidiano e das práticas das agricultoras, superando o caráter pontual das entrevistas e questionários, foi necessária a imersão em campo, de onde vem a inspiração etnográfica dessa pesquisa, dotando-a de maior profundidade. Isso se traduziu na busca por participar da vivência do cotidiano das agricultoras e da comunidade, na relação com diferentes atores.

Nesses dias participei de diferentes atividades cotidianas, como o preparo da alimentação, o cuidado com a louça, o trabalho na horta, a produção de açúcar mascavo, de banana e inhame chips, e de todo o processo organizativo das agricultoras da CRQ Terra Seca para a entrega para a comercialização de seus produtos, conforme será descrito no Capítulo 8. Além disso, participei das reuniões para plantio e manejo das áreas de produção das agricultoras, da reunião do grupo “As Perobas” e até de um culto da igreja evangélica para o qual fui convidada.

Para contextualizar meu posicionamento nesse processo, que influenciou as escolhas dessa pesquisa, cabe apresentar alguns elementos de minha trajetória. Além de estudante de pós graduação e autora dessa pesquisa, sou engenheira florestal de formação – com alguma vivência em agrofloresta – e militante do movimento agroecológico e feminista há cerca de 20 anos. Esta vivência condicionou as aproximações teóricas que busquei no campo da economia feminista e da sociologia econômica. Nesta última, conforme já apresentado no Capítulo 4, as abordagens da antropologia econômica foram particularmente importantes para a leitura e interpretação dos resultados da pesquisa.

Para meu trabalho de campo contei com a experiência metodológica de alguns anos de atuação profissional, seja com a realização de diagnósticos participativos, de assessoria técnica, de processos de formação ou de articulação política. Por um lado, essa trajetória me permitiu aguçar o olhar para as experiências das mulheres – tanto na agroecologia como na construção do feminismo, e identificar os elementos que buscava nessa pesquisa,

especialmente as estratégias para a construção de autonomia pelas agricultoras e as relações de interdependência entre produção e reprodução na agricultura familiar. Por outro lado, as relações de confiança estabelecidas com a SOF e com o GT Mulheres da ANA me permitiram o acesso às comunidades e a imersão em campo para vivenciar a realidade e as dinâmicas de vida das agricultoras. Essa confiança foi fundamental para a minha “aceitação” e para que as agricultoras me recebessem em suas casas e respondessem às entrevistas.

A abertura de campo e a incursão empírica

As agricultoras do Vale do Ribeira/SP são assessoradas pela SOF desde 2009, por meio das atividades previstas no convênio com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA), o qual buscava construir, nos Territórios da Cidadania¹¹, as condições para o acesso efetivo das mulheres às políticas públicas e à participação cidadã. Meu primeiro contato mais duradouro¹² com o Vale do Ribeira/SP se deu por meio desse convênio, em que trabalhei como coordenadora regional das educadoras que atuavam nas regiões sul e sudeste do Brasil, incluindo o Território da Cidadania do Vale do Ribeira/SP.

Em 2015, a SOF iniciou a execução de um contrato de Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres Rurais (ATER Mulheres) cuja meta era o atendimento a 240 mulheres rurais no Território da Cidadania do Vale do Ribeira. É por meio desse projeto que a SOF chega às mulheres de Barra do Turvo/SP, com atuação em algumas comunidades, entre elas o Córrego da Onça e o a CRQ Terra Seca. Como parte da estratégia metodológica adotada para a assessoria técnica na perspectiva feminista, as CA foram incorporadas como um dos instrumentos para a construção da autonomia econômica das mulheres. Conforme citado

¹¹ O Programa Territórios da Cidadania, desenvolvido nos governos Lula, foi uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, com objetivo de universalizar os programas básicos de cidadania com efeitos econômicos sobre os territórios, a partir da integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais. (Fonte: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>).

¹² Em 1998, quando ainda cursava Engenharia Florestal na Universidade Federal de Lavras (UFLA), estive no Vale do Ribeira/SP, mais especificamente no município de Pariqueira-açu, para um Mutirão Agroflorestal na propriedade de um agricultor. Após o mutirão, nós (estudantes da UFLA) e alguns estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ficamos cerca de uma semana na região para conhecer as experiências de agricultores agroflorestais. Um dos municípios visitados foi Barra do Turvo, onde estive na propriedade do Sr. Sezefredo e D. Ana (localizada a alguns quilômetros do quilombo Terra Seca) e do Pedro Baiano (que fica próxima ao Córrego da Onça). A nossa única interlocução foi feita com os técnicos da Cooperafloresta, que também participavam do Mutirão Agroflorestal.

anteriormente, ao todo, no Vale do Ribeira/SP, 27 agricultoras adotaram as CA, das quais sete estão no município de Barra do Turvo e foram analisadas nesse estudo.

A partir da participação ativa da SOF no GT Mulheres da ANA, pôde ser ampliada a visibilidade das experiências das mulheres do Vale do Ribeira/SP nesse espaço de articulação, o que é de grande importância política, econômica e social. Algumas lideranças de Barra do Turvo/SP participaram de reuniões do GT Mulheres da ANA, possibilitando um primeiro processo de aproximação. Por outro lado, conforme exposto anteriormente, fui convidada pela SOF para duas atividades sobre as CA realizadas no Vale do Ribeira/SP, que antecederam a ida a campo e que colaboraram para o delineamento dessa pesquisa.

O trabalho de campo se deu ao longo de 14 dias, divididos entre o bairro Córrego da Onça e a CRQ Terra Seca. Cheguei à Barra do Turvo/SP no dia 12 de outubro – feriado de Nossa Senhora de Aparecida e dia das crianças. As CRQ Terra Seca e Ribeirão Grande estavam organizando a festa que tradicionalmente acontece todos os anos nesse período – a festa ocorreria no sábado, dia 14 de outubro. A princípio, a agenda da pesquisa foi definida para a primeira semana no Córrego da Onça e a segunda semana na CRQ Terra Seca, já que esta coincidiria com a preparação e entrega dos produtos para a comercialização com os grupos de consumo em São Paulo.

A primeira semana no Córrego da Onça contribuiu para que eu me incorporasse à dinâmica de campo. A princípio, havia a sugestão de que eu ficasse na casa de Rosa, uma agricultora que tem uma estrutura para a recepção de turistas e visitantes e que reside no Córrego do Franco, bem próximo ao Córrego da Onça. Normalmente, as pessoas que visitam aqueles bairros próximos ficam ali, inclusive as técnicas da SOF.

No entanto, já no primeiro dia percebi que, devido às distâncias, seria melhor que eu ficasse na casa de uma das agricultoras no Córrego da Onça, a qual se dispôs a me acolher. Em ambas as comunidades, propus que fizéssemos uma reunião inicial com as agricultoras que pertencem aos grupos de mulheres, para explicar e organizar o trabalho de campo da melhor maneira. Assim foi feito no Córrego da Onça e definimos, em conjunto, a agenda de visitas que eu faria no tempo que teria no bairro.

As noites em que passei na casa da agricultora Alexandra não me permitiram sistematizar as informações coletadas durante o dia, mas foram importantes para realizar algumas anotações no Caderno de Campo, interagir com a família e ir, aos poucos, sanando dúvidas que apareciam ao longo das entrevistas. Além disso, conversas riquíssimas, quase sempre gravadas, ocorriam enquanto compartilhávamos o trabalho de “preparar a janta”. As entrevistas semiestruturadas e a observação participante ocorreram em situações diversas, seja

em momentos específicos para isso ou em outros momentos de trabalho – cozinhando, lavando louça ou na horta.

Na CRQ Terra Seca cheguei no dia 17 de outubro, no final da tarde. Pouco tempo depois, as mulheres começaram a chegar à casa de Dandara, agricultora e liderança comunitária. Fizemos a reunião inicial para que eu me apresentasse às demais e explicasse o trabalho. As mulheres tiraram algumas dúvidas e definimos uma agenda mínima, com base nas atividades que estavam previstas durante a semana.

Acabei migrando entre duas casas – a de Dandara e a de Vanda, uma de cada lado do rio que corta a comunidade – ao longo da semana, a depender das atividades que eu acompanharia. A dinâmica da CRQ Terra Seca era muito mais intensa, aparentemente, do que no Córrego da Onça, talvez por alguns motivos: a religiosidade na comunidade é diversificada, entre evangélicos e católicos; era semana da organização da produção para a entrega de produtos para os grupos de consumo de São Paulo; e lá as famílias possuem mais terra para trabalhar, além de uma dinâmica de pequenos mutirões (que chamam de “Reunida”), que descreverei no Capítulo 7.

Ao longo dos dias, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas ocorreram da mesma forma que no Córrego da Onça: em momentos específicos para isso e durante o trabalho numa “reunida”, lavando louça ou no trabalho da produção dos produtos que seriam entregues para São Paulo. O conteúdo levantado durante o trabalho de campo será apresentado nos itens referentes a cada eixo temático abordado, nos capítulos subsequentes.

5.2.2 – Os métodos de pesquisa qualitativa para a coleta dos dados

Consonantes com os propósitos da pesquisa e a abordagem teórica adotada, foram selecionados previamente alguns métodos de pesquisa qualitativa que melhor se ajustam para os objetivos do presente estudo, conforme citado anteriormente: entrevista semiestruturada, cujo roteiro se encontra no ANEXO C, e a observação participante. O uso de ambos os métodos de pesquisa tem por objetivo garantir a triangulação das informações de forma que a coleta de dados reflita, tanto quanto possível, a realidade observada, demonstrando suas contradições e orientando minhas análises.

As entrevistas semiestruturadas e a observação participante foram realizadas entre os meses de julho e agosto, após a segunda reunião coletiva de planejamento, análise e validação dos resultados da pesquisa. Nessa reunião, como descrito anteriormente, foi realizado o

planejamento desta etapa da pesquisa, com a seleção das microrregiões em que seriam realizadas as entrevistas e a definição de um cronograma para a sua realização.

Observação Participante

Conforme aponta Gil (2008, p. 100), a observação é um elemento fundamental para a pesquisa, desempenhando um papel fundamental desde a formulação do problema à construção de hipóteses, na coleta, análise e interpretação dos dados. Contudo, é na fase de coleta de dados que a observação se torna mais evidente, sendo comumente utilizada em conjunto com outras técnicas. Para o referido autor, “a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (GIL, 2008, p. 100). De forma semelhante, Lakatos e Marconi (2003, p. 190) consideram que a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e que “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

Assim como outras técnicas de pesquisa, a observação oferece uma série de vantagens e limitações. Por este motivo, é importante aplicar mais de uma técnica ao mesmo tempo. No caso da presente pesquisa, a técnica da observação foi utilizada ao longo de todo o período de campo e durante as atividades das quais pude participar, organizadas pela SOF no Vale do Ribeira, já relatadas anteriormente. Portanto, a observação foi adotada em conjunto com as entrevistas semiestruturadas e com os demais instrumentos quantitativos utilizados para a coleta de dados com as agricultoras.

Dois elementos são relevantes destacar em relação à aplicação desta técnica no contexto dessa pesquisa. O primeiro é que a observação, neste caso, não teve uma continuidade no tempo, conforme pressupõem Chapoulie (1984) e Jaccoud e Mayer (2008). Deste modo, limitada a um curto espaço de tempo, foi adotada como uma técnica complementar para a coleta de dados. O segundo se refere ao fato de que, sendo limitada, a observação teve como objetivo identificar *in loco* possíveis situações em que as relações econômicas estabelecidas pelas agricultoras na interação com outros atores (vizinhança, atores externos à comunidade, comerciantes locais, atravessadores etc.) se manifestassem. Ou ainda, captar relações, normas e estratégias informais e identificar fatores que condicionam as relações econômicas que, aparentemente, não haviam sido explicitados de outra maneira.

Para efeito dessa pesquisa foi adotada a técnica de observação participante que, segundo Cruz Neto (2001),

[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto (CRUZ NETO, 2001, p. 59).

A utilização dessa técnica de pesquisa é importante, pois possibilita captar uma diversidade de situações que não seriam perceptíveis por meio de perguntas, já que são observados no contexto contingente e imediato da vida real (CRUZ NETO, 2001). No caso da presente pesquisa, o fato de ter me envolvido com as diversas atividades cotidianas durante o período de observação reforça a caracterização como observação participante.

Considerando esta uma pesquisa participante com inspiração etnográfica e considerando que parte das questões abordadas nesse estudo se lança sobre relações sociais estabelecidas pelas agricultoras, o uso da técnica de observação participante se tornou ainda mais relevante. Provavelmente, algumas tensões e conflitos existentes no interior da família e nas relações de parentesco e vizinhança, captados por meio dessa técnica, possivelmente teriam fugido ao caráter pontual das entrevistas e da aplicação dos questionários.

Para Cruz Neto (2001), a inserção do pesquisador em campo pode se dar entre dois polos opostos: em um, o pesquisador assume plena participação e envolvimento em todas as dimensões da vida do grupo a ser estudado; em outro, o pesquisador assume um distanciamento total de participação na vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação. No entanto, entre estes extremos, há variações da técnica e, entre essas, duas merecem destaque, segundo Cruz Neto (2001): uma em que o pesquisador assume o papel de participante observador, e outra em que assume o papel de observador participante.

Na primeira, o pesquisador delimita, junto ao grupo, que sua relação se restringe ao momento da pesquisa de campo e pode desenvolver sua participação no cotidiano do grupo estudado pela observação de eventos do dia-a-dia. A segunda modalidade refere-se ao que está sendo proposto para essa pesquisa – de observadora participante – que “corresponde a uma estratégia complementar às entrevistas, sendo que essa observação se dá de forma rápida e superficial” (CRUZ NETO, 2001, p. 60), mas suficiente para identificar outros elementos relacionados à vida econômica das agricultoras agroecológicas que não tenham sido captados de outro modo.

Estes elementos não findam as questões e implicações do uso da técnica de observação participante em pesquisas qualitativas, mas demonstram e reafirmam a importância desta como recurso metodológico relevante para proceder à triangulação de dados. Por meio do uso dessa técnica foi possível perceber a existência de conflitos familiares e entre as próprias

agricultoras, que influenciam as relações econômicas e estratégias de construção de autonomia, não apenas individual, mas também coletivas. Também possibilitou perceber as subjetividades relacionadas à organização do trabalho, à religiosidade, como influenciam a organização comunitária, determinam regras de comportamento e condicionam as práticas econômicas e de solidariedade.

Entrevista Semiestruturada

Apesar das entrevistas semiestruturadas serem consideradas por grande parte dos autores como um instrumento muito utilizado em pesquisas qualitativas, é um tema polêmico nas discussões acadêmicas sobre metodologias de pesquisa, conforme aponta Duarte (2004). Segundo a autora, persistem muitas críticas, sobretudo às entrevistas semiestruturadas ou abertas, por serem, supostamente, um procedimento pouco confiável e excessivamente subjetivo para a coleta de informações. No entanto, a autora contrapõe esta ideia ao afirmar que, a explicitação de regras e pressupostos teórico-metodológicos, que devem orientar a utilização de entrevistas como técnicas de pesquisa, podem contribuir para os debates sobre os critérios de rigor e confiabilidade na avaliação de pesquisas qualitativas.

Para Manzini (1990/1991, p. 150), entrevistas, no sentido amplo do conceito, são “um meio ou instrumento para coleta de dados sobre determinado tema que se referem a um problema de pesquisa”. Numa analogia, o autor associa a entrevista a uma conversa informal que, no intuito de coletar dados para uma pesquisa científica, passa a ser direcionada pelo/a pesquisador/a por um determinado objetivo. Para ele, a entrevista como forma de coleta de dados deve ser utilizada quando as informações não estiverem registradas ou disponíveis de outro modo, a não ser na memória das pessoas.

Gil (2008, p. 109), por sua vez, define entrevista “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Para Lakatos e Marconi (2003), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, em que uma delas obterá informações sobre determinado assunto por meio de uma conversa de natureza profissional. Para Gil (2008, p. 109), “mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Para Triviños (1987), as entrevistas podem ser de três tipos: entrevista estruturada, ou fechada, entrevista semiestruturada e entrevista livre ou aberta. Manzini (1990/1991, p. 154),

de forma semelhante, classifica a entrevista em três tipos: estruturada, semiestruturada e não estruturada.

Para efeito desta pesquisa será utilizada a entrevista semiestruturada, adotando esta classificação proposta por Triviños (1987). Segundo o autor, a entrevista semiestruturada é um dos principais instrumentos para coleta de dados em alguns tipos de pesquisa qualitativa e merece especial atenção pelo fato de que, ao mesmo tempo em que valoriza o potencial do/a pesquisador/a, permite ao informante a liberdade e o tempo necessários para fornecer as informações.

Para se conduzir uma boa entrevista, conforme sugere Duarte (2004, p. 216), é necessário: a) que os objetivos de sua pesquisa estejam muito bem definidos não apenas “no papel”, mas introjetados pelo pesquisador; b) que ele conheça o contexto em que pretende realizar a pesquisa, com alguma profundidade; c) que o roteiro tenha sido memorizado pelo pesquisador (a autora sugere fazer uma entrevista exploratória para treinar o ato da entrevista e evitar engasgos durante a sua aplicação); d) segurança e autoconfiança; e) manter algum nível de informalidade, sem esquecer os objetivos que levaram o pesquisador a selecionar aquele informante específico para sua investigação.

Para efeito desta pesquisa, busquei atender aos critérios expostos acima, para garantir um rigor metodológico no uso dessa técnica. Quando da minha chegada a cada comunidade, conforme citado anteriormente, foi realizada uma reunião com as agricultoras para definir quem seria entrevistada, de acordo com os seguintes critérios: i) ter disponibilidade para as entrevistas no período em que eu estava em campo; ii) fazer parte dos grupos produtivos “Rosas do Vale”, no Córrego da Onça, ou “As Perobas”, na CRQ Terra Seca. Além disso, também definimos que, caso fosse possível, seriam entrevistadas lideranças das comunidades.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram em vários momentos possíveis, não tendo uma duração determinada. Ocorreram ao longo dos momentos de trabalho em que acompanhei as agricultoras, na estrada, na beira do fogão, na horta, na “Reunida”, ou seja, durante as atividades em que as acompanhei. O Quadro 3 apresenta a compilação dos instrumentos – quantitativos e qualitativos – aplicados com cada agricultora: Caderneta Agroecológica, Questionário e Entrevista Semiestruturada.

Quadro 3 - Informações descritivas das ferramentas utilizadas com cada agricultora entrevistada

Bairro	Agricultora	Caderneta Agroecológica	Questionário	Entrevista Semiestruturada
Terra Seca	Vanda	Não	Sim	Sim
	Dandara	Sim	Sim	Sim

	Sá Mariinha	Sim	Sim	Sim
	Carolina	Não	Não	Sim
	Marielle	Não	Não	Sim
	Lelia	Não	Não	Sim
	Luisa Mahim	Sim	Não	Sim
Ribeirão Grande	Aqualtune	Não	Não	Sim
Córrego da Onça	Alexandra	Sim	Sim	Sim
	Tereza	Sim	Sim	Sim
	Vilma	Sim	Sim	Sim
	Laudelina	Sim	Sim	Sim
	Maria Firmino	Não	Sim	Sim
	Clara	Não	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria.

Foram entrevistadas 14 agricultoras, sendo seis do Córrego da Onça, sete da CRQ Terra Seca e uma liderança da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca (ACRQRT). Entre as seis agricultoras entrevistadas no Córrego da Onça, foram aplicados 05 questionários e preenchidas 04 cadernetas, conforme descrito anteriormente. Na CRQ Terra Seca, das 07 agricultoras entrevistadas, 03 responderam questionários e 03 preencheram cadernetas. Nenhuma das ferramentas (CA e Questionário) foi aplicada em Ribeirão Grande, onde uma agricultora liderança foi entrevistada.

As primeiras entrevistas possibilitaram explorar o roteiro, ajustá-lo e incorporar outras questões relevantes que foram aparecendo à medida que eu avançava no trabalho de campo. Ao longo do dia, tendo a inspiração etnográfica como embasamento, utilizei o Caderno de Campo, complementar à observação participante e às entrevistas semiestruturadas. Anotava algumas questões que me chamavam a atenção e que avaliava que precisavam ser aprofundadas ou abordadas com outras agricultoras, que me ajudaram a manter um fio condutor das entrevistas.

Desta forma, diante das condições objetivas do campo, as informações com as quais me deparava em um dia ajudavam a retroalimentar as entrevistas que faria no dia seguinte, possibilitando esclarecer pontos obscuros, formular melhor as questões para as outras entrevistas e, inclusive, incorporar novas questões ao roteiro.

Apesar da entrevista ser um instrumento importante para a pesquisa qualitativa, alguns autores apontam as vantagens e desvantagens de sua utilização (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 198; GIL, 2008, p. 110; MANZINI, 1990/1991, p. 153-154). No entanto, cabe evidenciar que estes riscos são inerentes às formas de coleta de dados que pressupõem a

interação social entre pesquisador e sujeito da pesquisa, mesmo no uso de técnicas consideradas supostamente mais objetivas ou neutras – como o questionário.

É por este motivo que também lancei mão da triangulação dos dados – seja abordando a mesma questão com diferentes agricultoras, seja com as informações percebidas através da observação participante ou do acesso a dados secundários – para dirimir problemas de condução das técnicas e outros que possam ter influenciado o resultado das respostas.

5.3 – Caracterização socioeconômica das agricultoras agroecológicas das comunidades Córrego da Onça e CRT Terra Seca

A partir dos oito questionários respondidos e sumarizados na Tabela 1, verificou-se que maioria das agricultoras de ambos os bairros é casada ou está em regime de união estável e apenas uma agricultora respondeu estar solteira no momento, embora já tenha morado junto com três ex companheiros, com quem teve filhos. Em relação à raça/cor, cinco agricultoras se declararam pardas, enquanto uma se declarou preta e uma se declarou amarela. As demais informações têm maior variação entre os bairros. A média de idade na amostra da CRQ Terra Seca é de 52 anos, enquanto no Córrego do Onça a média é de aproximadamente 41 anos. O tamanho médio da família — caracterizado pelo número de familiares que residem com a agricultora — é de 5,3 na CRQ Terra Seca e 4,4 no Córrego da Onça. Na Tabela 1, segue informações sobre a caracterização das entrevistadas do Córrego da Onça e CRQ Terra Seca.

Tabela 1 - Informações descritivas das agricultoras, a partir do questionário socioeconômico

Bairro	Nome	Idade	Estado Civil	Raça/Cor	Escolaridade	Tamanho da Família
Terra Seca	Vanda	68	Casada	Parda	Fundamental I.	9
	Dandara	41	U.E	Preta	Médio I.	4
	Sá Mariinha	47	Casada	Parda	Fundamental I.	3
Córrego da Onça	Alexandra	36	U.E	Parda	Fundamental C.	3
	Vilma	48	Casada	Parda	Fundamental I.	6
	Laudelina	45	U.E	Amarela	Fundamental I.	4
	Tereza	40	Solteira	Parda	Fundamental I.	5
	Maria Firmino	38	Casada	Parda	Fundamental C.	4

Fonte: Elaboração própria. Notas: (a) Em Estado Civil, U.E. denota União Estável; (b) Em Escolaridade, I. denota Incompleto e C. denota Completo.

Considerando os dados informados sobre escolaridade, sete das oito entrevistadas relataram ter cursado até o ensino fundamental, sendo que apenas duas conseguiram completar os anos letivos; e apenas uma agricultora respondeu ter o ensino médio incompleto.

Em relação ao acesso à terra, as respostas das agricultoras indicam que este se dá de forma variada. O único ponto em comum é o de que nenhuma das agricultoras relatou possuir documentação em seu nome. No Córrego da Onça é onde ocorre a maior variação em relação às formas de acesso à terra, em consequência do problema enfrentado na comunidade com ocupação das terras por fazendeiros, o que será discutido no item 6.1.2. A Tabela 2 sumariza as informações sobre as propriedades das agricultoras e as formas de acesso à terra.

Tabela 2 - Informações sobre forma de acesso à terra, a partir do questionário socioeconômico

Bairro	Agricultora	Forma de acesso à terra	Parentesco do titular
	Vanda	Terras Tradicionais	*
Terra Seca	Dandara	Própria	Esposo
	Sá Mariinha	Própria	Esposo
	Alexandra	Própria e Arrendamento	Não é parente
Córrego da Onça	Vilma	Cessão	Não é parente
	Laudelina	Própria	Sogro
	Tereza	Cessão	Tio
	Maria Firmino	Cessão	Não é parente

Fonte: Elaboração própria. Nota: O asterisco indica que a terra ainda não foi titulada.

Observando a Tabela 2, verifica-se que na CRQ Terra Seca, embora as 3 agricultoras estejam em terras tradicionais, apenas uma declarou deste modo. Provavelmente isso pode ser atribuído ao entendimento de que o território pertence às comunidades e, portanto, consideraram como terra própria.

Além disso, responderam que a documentação está em nome dos esposos e, todavia, o que se percebeu em campo é que, na genealogia das famílias de ambas as agricultoras, são elas que possuem relações de parentesco com as famílias originárias da CRQ. Portanto, caso houvesse documentação, deveria estar em nome das agricultoras. Neste caso, pode ter havido algum equívoco na resposta ao questionário pelas agricultoras, ou alguma dificuldade de explicação da pergunta no ato de sua aplicação. Estas informações serão complementadas no item 6.2.2.

Por sua vez, a agricultora que declarou ocupar terra tradicional relatou o uso de duas porções de terra, uma na CRQ Ribeirão Grande e outra na CRQ Terra Seca. Segundo ela, a família faz uso de parte da terra do cunhado na CRQ Ribeirão Grande, onde há pasto, roça e capoeira, e quem domina é seu esposo, mas o filho do cunhado também planta na mesma área. Já a outra área próxima à casa, situada na CRQ Terra Seca, foi trocada com o cunhado, e lá a família cultiva e cria animais. Nessa área, quem assume a responsabilidade pelo manejo de todas as atividades produtivas, realizadas segundo os preceitos das práticas agroflorestais, é Vanda.

Já no Córrego da Onça, há dois casos de terra própria, dois de cessão, e um de arrendamento. Diferentemente da CRQ Terra Seca, nenhum dos titulares integra o núcleo familiar. Dentre as terras cedidas, há uma situação em que a titular é uma conhecida da família, e outra em que a agricultora conhece os filhos do titular da terra, que faleceu.

Em relação ao acesso a políticas públicas, na Tabela 3 encontram-se as informações relativas à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) políticas mais acessadas pelas agricultoras entrevistadas.

Tabela 3 - Informações sobre acesso a políticas públicas, a partir do questionário socioeconômico

Bairro	Agricultora	DAP	Pronaf	Bolsa Família	PNHR
Terra Seca	Vanda	Possui	Não acessou	Possui	Não acessou
	Dandara	Possui	Acessou	Possui	Acessou
	Sá Mariinha	Possui	Acessou	Não possui	Acessou
Córrego da Onça	Alexandra	Possui	Não acessou	Possui	Acessou
	Vilma	Possui	Não acessou	Possui	Não acessou
	Laudelina	Possui	Não acessou	Possui	Acessou
	Tereza	Possui	Não Acessou	Possui	Não Acessou
	Maria Firmino	Possui	Não acessou	Possui	Não acessou

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 3, a totalidade das agricultoras da amostra possuem a DAP. Na CRQ Terra Seca as agricultoras já possuíam este documento antes da atuação da SOF. Já no Córrego da Onça, o acesso à DAP da maioria das agricultoras se deu a partir da assessoria técnica da SOF na execução da ATER Mulheres, iniciada em 2015. Apenas na CRQ Terra Seca há agricultoras que de fato têm ou já tiveram acesso ao Pronaf — 02 das 03 agricultoras do bairro se enquadram nesse perfil. O PNHR contempla pouco mais da metade das agricultoras acima, sendo que 02 delas residem na CRQ Terra Seca e 02 no Córrego da Onça. O PBF, por sua vez, é a política pública com maior abrangência — apenas 01 das 07

agricultoras não possui ou nunca acessou o programa, sendo esta residente da CRQ Terra Seca. Em termos de média, considerando as políticas públicas descritas acima para as agricultoras da amostra, o acesso na CRQ Terra Seca atinge 75% e no Córrego da Onça, 60%.

As informações apresentadas nesse item contribuem para uma primeira aproximação ao perfil socioeconômico das agricultoras envolvidas nessa pesquisa. Nos capítulos seguintes novas informações serão apresentadas, de modo a possibilitar um olhar mais abrangente para seu modo de vida, suas trajetórias e estratégias econômicas que adotam para garantir sua autonomia e a sustentabilidade de seu núcleo familiar e dos grupos a que pertencem.

6 – O VALE DO RIBEIRA E O CONTEXTO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NA PESQUISA

Neste capítulo, serão apresentadas informações sobre o contexto do Vale do Ribeira a partir de elementos históricos que são parte da constituição sociocultural da região e das comunidades estudadas, especialmente no que diz respeito à identidade das comunidades remanescentes de quilombos. Embora apenas a CRQ Terra Seca tenha sido reconhecida, a identidade cultural quilombola atravessa a história de ambas as comunidades estudadas. Olhar para a ocupação histórica do Vale do Ribeira e para as trajetórias das comunidades é importante para compreender o contexto atual e a relação com outros municípios e centros urbanos, aspectos que interferem diretamente na construção de estratégias para a autonomia das agricultoras e para a sustentabilidade das famílias envolvidas na pesquisa.

6.1 – Elementos históricos de caracterização do Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira fica localizada entre os Estados de São Paulo e Paraná e abrange municípios que ocupam uma extensa faixa territorial, indo desde o entorno da capital paulista até a região metropolitana de Curitiba. A ocupação dessa região data do século XVI. Registros históricos mostram que portugueses e espanhóis disputaram a sua colonização, inicialmente pelo litoral.

A descoberta de ouro, primeiro ciclo econômico da região, ocasionou expedições em direção ao interior pelos cursos dos rios e motivou a fundação do primeiro povoado onde hoje se situa o município de Eldorado. A mão de obra escravizada foi utilizada na mineração desde o século XVII, embora os primeiros contingentes negros tenham chegado à região no século XVI, conforme evidenciam os dados do Laudo Antropológico do Ministério Público Federal sobre as comunidades remanescentes de quilombo Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pilões, Maria Rosa e São Pedro (LA-MPF), de 1998, citado por Turatti (2006, p. 15).

A exploração mineral aurífera durou do século XVI ao XIX, tendo entrado em decadência a partir do século XVIII. Na primeira década do século XIX, a rizicultura se instala na região e, com seu declínio a partir da segunda metade do século XIX, dá lugar às monoculturas de chá e banana no século XX (LA-MPF apud Turatti, 2006), sendo que essa última permanece até hoje com grande importância econômica na região. Na transição de um ciclo para outro, pessoas (especialmente a população negra escravizada), propriedades e infraestruturas eram

abandonadas e, dessa forma, a população negra foi se fixando na região, especialmente pela prática da agricultura nas terras abandonadas e nos seus locais de refúgio (LA-MPF apud Turatti, 2006).

O início do século XX foi acompanhado pela construção de rodovias, como a BR 116, no final da década de 1950, que corta a região. A partir da segunda metade do século XX, foram criadas as primeiras unidades de conservação, como o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), em 1969. Essa unidade de conservação foi criada de forma autoritária, por meio do Decreto – Lei Estadual N° 145 de agosto de 1969, abrangendo uma área de 150 mil hectares de seis municípios do Vale do Ribeira: Barra do Turvo, Cananeia, Cajati, Iporanga, Eldorado e Jacupiranga.

A partir de 1980, com a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e na década de 1990, com o investimento de recursos do governo federal, os conflitos socioambientais envolvendo as populações tradicionais e agricultores/as familiares, que passam a ter o uso da terra restringido pela legislação ambiental, se acirram na região. Em 1996, algumas lideranças entrevistadas informaram que se inicia um processo de debate para o “afastamento” do PEJ que, posteriormente, vai culminar na criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga.

Em 2003, é criado o Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Local (CONSAD) do Vale do Ribeira, uma das políticas públicas de abordagem territorial criada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de implementar ações integradas a partir da estruturação de uma política nacional e permanente de segurança alimentar e nutricional (BRASIL/MDS, 2003) para o combate à fome. Municípios com perfil rural, com grandes carências estruturais e com atividade econômica basicamente assentada na agricultura familiar configuravam os critérios básicos para a conformação do CONSAD. Neste mesmo ano, cria-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja principal ação, naquele período, foi criar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

O Vale do Ribeira, a partir de 2003, passa a ser reconhecido como Território Rural, para onde convergem uma série de ações e programas governamentais. Nesse processo, há um esforço para articular as duas instâncias criadas para a gestão de políticas públicas no Vale do Ribeira: CONSAD e PRONAT. Em 2008, o governo federal reconhece o Vale do Ribeira como Território da Cidadania (TC), devido aos seus baixos indicadores socioeconômicos e à alta concentração de agricultores familiares, de assentamentos, de povos e comunidades

tradicionais (comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores/as artesanais). É importante ressaltar que o Vale do Ribeira abrange municípios do estado de São Paulo e do Paraná. No entanto, do ponto de vista da gestão das políticas públicas, o Vale do Ribeira do estado de São Paulo e o do Paraná são considerados como dois territórios, com suas instâncias de gestão próprias e distintas.

O TC Vale do Ribeira/SP é formado por 25 municípios, divididos em micro-regiões, quais sejam: Micro I – Alto Vale (Apiaí, Itaoca, Ribeira, Ribeirão Branco, Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista e Iporanga); Micro II – Eixo BR (Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Eldorado, Cajati e Barra do Turvo); Micro III – Lagamar (Ilha Comprida, Iguape, Cananéia, Peruíbe, Pariqueira-Açu e Itariri); Micro IV – Portal do Vale (Juquiá, Tapiraí, São Lourenço da Serra, Jucituba, Miracatu e Pedro de Toledo).

A população total do território é de 443.231 habitantes, dos quais 114.821 vivem na área rural, o que corresponde cerca de 26% do total. No que diz respeito à população rural, 53.827 são mulheres, o que representa 46,9% do total. O território possui 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 159 famílias assentadas, 3.438 pescadores/as, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas. Do total da população do território, 33.904 estão em situação de extrema pobreza e 71.087 famílias estão inscritas no Programa Bolsa Família (PBF) (IBGE, 2010).

No Vale do Ribeira, existem treze Unidades de Conservação de Proteção Integral (três Estações Ecológicas e dez Parques Estaduais) e 21 de Uso Sustentável, sendo oito Áreas de Proteção Ambiental, três Áreas de Relevante Interesse Ecológico, três Reservas Extrativistas, cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável e duas Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (SILVA JÚNIOR., 2015).

Em 2008, é sancionada a lei que cria o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, a partir da revisão da categoria do Parque Estadual de Jacupiranga cuja área original era de 139.418,3 ha. Com a recategorização, a área original se converteu em um mosaico de três Parques, cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) e duas Reservas Extrativistas (Resex), com um total de 234.000 ha (BIM, 2013). Atualmente a região permanece com os maiores remanescentes florestais no estado, situação que não se reflete nos indicadores socioeconômicos, que ainda são os mais baixos.

Do ponto de vista fundiário, o problema da indefinição de direitos de propriedade faz do Vale do Ribeira uma das maiores áreas de posse não legalizada do país. Esse problema afeta, sobretudo, os mais pobres e acaba se transformando num estímulo ao uso predatório dos

recursos naturais, especialmente por grandes produtores que, aproveitando-se das brechas legais de titulação das terras, invadem áreas públicas derrubando a mata, estabelecendo formas descuidadas de exploração e reivindicando a propriedade definitiva do solo (RESENDE, 2000).

Números do final dos anos noventa (RESENDE, 2000) mostram que apenas 36% das terras do Vale do Ribeira tinham sua situação dominial definida em nome de particulares, 15% eram tituladas pela autoridade pública para assuntos fundiários, 9% eram terras devolutas, e nada menos do que 40% não eram discriminadas, encontrando-se com ação em andamento ou sem ação iniciada. Segundo dados de Chabaribery et al (2004), esse percentual de terras com situação dominial indefinida representa 35% da pendência total do Estado de São Paulo. Assim sendo, o Vale do Ribeira é a região de maior importância para regularização fundiária e, por essa razão, um dos seus principais problemas é o conflito em torno da propriedade fundiária.

6.2 – O município de Barra do Turvo

O município de Barra do Turvo se localiza na divisa do estado de São Paulo e do Paraná, distante cerca de 310 km da capital paulista e 130 km de Curitiba, o que torna a capital paranaense a maior referência para a população. Possui 7.729 habitantes, sendo que 4.555 desses (quase 60% da população) vivem em área rural. A população rural, composta por 2.106 mulheres, cerca de 46% do total, se encontra distribuída em 279 estabelecimentos da agricultura familiar e 7 comunidades remanescentes de quilombos (IBGE, 2010).

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, do total da população, 1.002 pessoas viviam em situação de extrema pobreza e 1.660 famílias estavam inscritas no Programa Bolsa Família (IBGE, 2010). Em 2015, o salário médio mensal da população era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.8%, o que corresponde a 688 pessoas. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 42.4% da população se encontrava nessas condições (IBGE, 2017). O IDH médio do município é de 0,641, considerado médio pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2010).

Do ponto de vista da conservação da biodiversidade, o município conta com oito unidades de conservação: dois Parques Estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Três Áreas de Proteção Ambiental (APA), o que corresponde a mais de 70% do território do município, segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de

São Paulo. Entre as unidades de conservação, está a RDS Quilombos de Barra do Turvo, formada pelas comunidades remanescentes de quilombos (CRQ) de Ribeirão Grande, Terra Seca, Cedro e Pedra Preta, distribuídas ao longo da BR116 (Rodovia Régis Bittencourt) e da SP 552/230¹³. A BR 116 é uma importante via para o escoamento dos produtos e uma ligação com o estado do Paraná, especialmente com Curitiba.

As agricultoras envolvidas nesta pesquisa pertencem a duas comunidades do município de Barra do Turvo, o Córrego da Onça e a CRQ Terra Seca. As diferenças socioeconômicas e culturais entre as duas comunidades são bastante expressivas, especialmente condicionadas pelo acesso à terra e pela identidade cultural, conforme será visto mais adiante.

6.2.1 - O Córrego da Onça: terra, religião e identidade

“Eu sei que o nosso bairro virô só em fazenda!”

Tereza

A comunidade denominada Córrego da Onça possui mais de 40 famílias residentes, conforme informações das entrevistadas, e é cortada por uma estrada que margeia o córrego que lhe nomeia. É nas margens dessa estrada que a população foi se estabelecendo mais recentemente, sendo que uma parte considerável da população mantém relações de parentesco muito próximas. Entre as agricultoras entrevistadas, Alexandra tornou-se uma informante chave a respeito dos elementos históricos e da iniciativa de organização sociopolítica da comunidade para buscar o autoreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. As demais agricultoras não souberam dar muitos detalhes sobre esses processos, muitas vezes atribuindo aos maridos o conhecimento sobre a história da comunidade e das iniciativas que envolvem maior participação social. Por esse motivo, em alguns momentos, os relatos de Alexandra serão o único registro realizado, conforme será visto adiante.

Ela conta que as pessoas mais antigas moravam na parte mais baixa da comunidade e que as moradias mais novas foram construídas nas partes mais altas, onde havia espaço:

Ah...os antigo eles ficaram mais aqui prá baxo. Aqui prá cima foi mai agora, é recente que tá ficano povoadinho aqui prá cima. Aham. Aqui quase num tinha morador. Depois foi apertano, apertano, daí a turma foro comprano esses pedacinho, bera de estrada tudo. E daí foi ficano tudo essas casinha. Mai os bem antigo, eles tinha umas terr...uns lugar que eles ficava, as vez era mais num matinho mesmo,

¹³Fonte: <http://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/reserva-de-desenvolvimento-sustentavel/reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-rds-estaduais/>. Acesso em 10 mai. 2018.

iscundido. Daí os mais novo tivero que i fazeno onde...onde dá. Aqui era bem poco, até quando a gente veio...a gente veio embora prá cá em noventa e...noventa e dois. Era bem poco as casa que tinha aqui. Num tinha quase casa em bera de estrada, essas coisa. [...] (ALEXANDRA).

Uma parte da família das agricultoras entrevistadas é originária do Córrego do Franco, uma comunidade próxima que se situa parcialmente no município de Barra do Turvo/SP e no de Adrianópolis/PR, na divisa dos dois estados. Durante a entrevista, Vilma diz que no Córrego do Franco há muitas pessoas com o sobrenome “de Lima”, que é considerado, por algumas entrevistadas, como a origem ancestral da família.

De modo geral, as famílias que residem no Córrego da Onça têm muitas limitações para o acesso à terra. Boa parte vive em terrenos pequenos, onde algumas vezes só cabe a casa, não havendo espaço para a produção de alimentos ou para a criação animal. As casas são quase sempre pequenas e muito próximas umas das outras, sendo comum haver mais de uma casa por lote, conforme ilustra o relato abaixo:

É porque a gente pensano assim, né? Do jeito que já tá o bairro hoje, magina daqui uns...daqui uns dez, quinze ano...tanta criança crescono...aonde que vão se instalá esses...se num tá teno nem pros que já eram bem...que já tá aconteceno tipo de morá tudo assim...muntuado! Que nem lá na casa do meu pai, tem...o lotinho deles é pequeno, já mora tipo tem a casa do meu pai, a casa do meu irmão e a casa da minha irmã. Tipo os lugar onde a minha mãe fazia a horta, virô em casa. Só ficô aqueles pedacinho pro fundo lá, fazê mai nada! Na casa do meu, do meu tio, que é o pai da Laudelina, tamém, virô só em casinha. Daí foi virano assim que era, já era os lotinho memo. Daí eles colocô duas, três casa! Num tem aonde a gente se instalá! E já num tá teno nem um lugarzinho, um terreninho assim...antes tinha, agora num tá teno mais! Acho que o último tá seno o que eles tão comprano esse da igreja! Que compraro lá prá fazê a igreja o único que tava restano, de terreninho assim... (ALEXANDRA)

Essa situação no Córrego da Onça, conforme afirmam algumas agricultoras entrevistadas, ocorreu porque as terras foram compradas ao longo do tempo ou, em alguns casos, expropriadas por meio de violência física e material de fazendeiros, os quais, em sua maioria, não residem atualmente no município. Como exemplo dessas situações, temos o relato de Tereza que conta o processo histórico que levou sua família a ficar sem terra. Segundo seu relato, ela não teve seu nome registrado pelo pai e isso implicou que ela não tivesse o direito à herança, o que ocorreu com outra filha também (situação diferente e conflituosa que não será abordada aqui). No entanto, todos os homens da família foram registrados com o nome do pai e tiveram o direito à herança, preservado. Em outro momento, ela conta sobre a situação da família de seu pai, que foi expulsa da terra onde morava, no Córrego do Franco:

Porque nós...por parte do pai também. Aconteceu uma confusão, nós morava no Córrego do Franco, daí o homem começou a brigar por causa de terra lá, nós tinha terra [...] lá, daí o ómi era muito tentado demais, pegou e pohnou fogo em todas as casas, aproveitou que nós num tava na casa, né? E as casa de antigamente era casinha de sapé, sabe? É, fazendeiro de lá... só que daí meu pai, meus tio tinha pedaço de terrinha bão, ele queria comprá, eles não queria vendê, aí pohnô fogo em tudo, daí todo mundo ficou sem terra. Daí mesmo assim ele ainda pegô, deu um pedaço de terra aqui no...no...aqui na fazenda aqui...daí deu pra cá, pro Córrego da Onça. Daí meu pai tinha um pedacinho do terra do outro lado lá perto de casa memo, pedacinho até grande! Daí como deu a doença na mãe é...AVC, câncer... tudo junto, ele vendeu a terra prá ele cuidar dela. Daí nói fiquemo sem terra! Meus primo, no caso a Clara, ficaro sem terra tamém, porque daí o...tipo era bastante filho, né? O...cada um dos meus tio tem bastante filho, dai pra dividir não dava...(TEREZA)

O relato acima, embora de uma situação específica, ilustra a realidade comum na comunidade: o limitado acesso à terra como resultado da concentração e da expropriação fundiária por fazendeiros. Os conflitos agrários permanecem e, possivelmente, se intensificarão na comunidade, com o passar dos anos, pois já é perceptível o grau de adensamento das famílias na comunidade. Alguns relatos demonstraram que algumas soluções domésticas têm ocorrido para acomodar os/as filhos/as, seja porque constituíram novas famílias ou porque retornaram, depois de algum tempo trabalhando em outros municípios. É o caso da divisão dos pequenos lotes ainda existentes na comunidade.

Dois elementos principais chamam a atenção no relato acima. O primeiro é o fato de duas filhas não terem sido registradas com o nome do pai, o que pode ter relação com a questão histórica da transferência de propriedade da terra na qual era negado, às mulheres, o direito à herança. O segundo é a expulsão violenta das famílias de suas terras, muito comum na história fundiária do Brasil e, especialmente, naquela região. Um parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho Quilombola do Ministério Público Federal afirma os riscos a que estão expostas as comunidades devido aos conflitos fundiários:

[...] evidencia-se a precariedade da situação dos quilombolas, pois até a desapropriação ou a imissão provisória do Estado na posse da área a que fazem jus, a sua permanência nos respectivos territórios étnicos permanece exposta ao risco grave e constante de investidas dos respectivos proprietários e de terceiros. E este risco é ainda maior, tendo em vista o fato de que grande parte das comunidades quilombolas está situada em áreas caracterizadas por intenso conflito fundiário (SARMENTO, 2006).

Embora a comunidade não tenha sido reconhecida como remanescente de quilombo, alguns relatos explicam que esse reconhecimento não foi possível devido às dificuldades organizativas da comunidade e não à sua origem ancestral. Outros conflitos agrários, que atravessam a história da comunidade, também foram relatados pelas agricultoras. Tereza, por

exemplo, relata que há cerca de trinta anos outra propriedade no Córrego da Onça também foi alvo de disputas em família, conforme ilustra a passagem abaixo:

É...o...o...o...o óme e antigamente, de antigamente, esse terreno aqui dá muito trabaio, sabe por que? Porque já mataro um paren...é cunhido nosso, né? Mataro...briga de terreno tamém! Foi briga por caso desse terreno aqui ó! Mataro o ómi. É eles morava junto, daí ficaro disputano por caso desse terreno, por caso desse terreno aí...daí um dia o otro foi pa Barra pa é...foi pa Barra fazê compra, né? Foi fazê compra, daí tem um pé de laranja lá em baxo...e por caso da briga deles o otro ficô escondido lá num...naqueles meio lá...naquelas curva lá, onde que a gente já tá vino prá cá! Daí o coitado [...] tava um calor lascado e ele foi pegá, chupá uma mixirica, né? Tinha uma mixirica na época...Ah! na época tinha muita mixirica prá cá...agora que foi se acabano. Daí quando ele levantô o braço pa catá a mixirica, o otro deu um tiro nele! Morreu debaxo da...da...sacão de compra! (TEREZA).

Esse mesmo terreno, segundo ela, já foi comprado por várias pessoas, algumas delas moravam na cidade, em Barra do Turvo, e tinham família em São Paulo. Foi desse modo que pessoas da capital tiveram acesso à comunidade, como é o caso do atual proprietário. Algumas agricultoras relataram que o mesmo não tem uma boa relação com a comunidade, impedindo o acesso de algumas famílias à água e, inclusive, à coleta de lenha no terreno, entre outras violências já cometidas contra moradores/as.

Bom...tem desse...deste óme aqui que nem é fazendero mais, porque já mataro tudo os gado...mataro tudo os gado dele (risos). Nem tem gado mais. Aqui ó...aqui de frente aqui...pode vê que aí é enorme! Isso aqui...isso aqui vai...sobe até na estrada da torre...vai embora prá lá! Travessa do lado de lá e num tem...tem nem gado aí e...só que eles tão morano em São Paulo! [...] E esse...esse pessoal aqui que nós tava falano da água...são rívido demais, são muito ruim...qualqué coisinha ele já...ele já...ele já qué dá uns tiro na pessoa se...se entrá ali no terreno dele...então, eles que são o pessoal ruim aqui do bairro. Daí...são de São Paulo (TEREZA)

Tereza explica que são quatro fazendeiros no bairro e que eles são detentores da maior parte das terras em volta da comunidade, fato que evidencia o processo de concentração fundiária: "aqui do lado e...aqui atrais de casa, aqui tamém tem uma fazendinha, lá pa frente tem otra e aquela fô...aquele morro lá é tudo fazenda tamém!"

Na visão das agricultoras, as mudanças no uso da terra transformaram o modo de vida na comunidade. Alexandra comenta que há muitos anos a comunidade era farta, com muita produção de feijão, arroz, mandioca, banana etc, mas com a concentração fundiária, as famílias foram perdendo os espaços de produção e modificando seu modo de vida. Segundo ela,

[...] aqui antes esses morro aqui, bem no...tem uns 20 ano atrás, a gente olhava era só feijão que via nos morro aí. Feijão em tudo. [...] Era só o feijão e o milho, prantava

po meio. Prantava as vez o milho e o arroz junto. Era prantava de dois, três alquere de feijão cada um. Antes das fazenda. [...] Antes a gente acordava de manhã, já de manhã tudo mundo esquentano comida prá comê, fazeno virado de feijão, porque era dois, três saco de feijão num canto. [...] Daí era muito o negócio do virado de feijão pa comê cedo prá eles i pa roça (ALEXANDRA).

Algumas agricultoras relataram a preocupação com o crescimento da criação de búfalos na comunidade pois, para elas, o sistema de uso e ocupação do solo adotado pelos fazendeiros é incompatível com outras finalidades, como a produção de alimentos, por exemplo, conforme relata Laudelina: “Ah...eles só criam búfalo, só coisa deles...num...daí a pessoa num...nem que precisasse usá a terra deles num tem como, né? Porque só cria só...só búfalo, acaba com...com a água, coisa assim”.

Na reação a esse processo de pressão sobre a terra, houve, por volta do ano de 2012, conforme demonstram alguns relatos, uma iniciativa de organização da comunidade para autorreconhecimento enquanto remanescente de quilombo. Além das famílias que vivem no Córrego da Onça, algumas pessoas que atualmente residem em Barra do Turvo (pois venderam suas terras para um dos fazendeiros) também se engajaram nesse processo de organização,

Porque daí [...] tinha um poco daqui, daí tinha um tanto de pessoas que são da Barra, que eram daqui do bairro, mas tão na Barra porque...cabaro vendeno um terreninho desse também baratinho, agora se arrependero e têm vontade de voltá, mais a...como que vai voltá? Se agora fazendero jamais vende um lote, pedacinho prá gente! [...]Daí tinha um senhor, o...eles que veio...que veio pa conversá ca turma prá tá formano a associação aqui. E tem um parente deles que já...que mora lá no São João, um lugar por aí po mato...que ele já formô lá onde ele mora! Daí ele que botô na cabeça dele que ele é um dos mais velho tamém, que ele tinha que fazê isso aqui no bairro! E ele já tá bem de idade! E o coitado se bateu! Que ele quiria memo que acontecesse...que ele tinha um...um bom tanto de terra tamém, tá dento da fazenda do Wilso. E ele quiria consegui essas terra por causa que ele tem neto, tem tudo, ele tava pensano, deixá [...] uma terra. Na Barra hoje em dia eles vendero tudo aquela terra e mora num...tipo num lotinho desse tamanhinho. E ele se bateu, e foi prá essas viagem, essas manifestação. [...] E agora ele tá bem doente [...] mas ele ficô muito triste quando num...chegô em dá em nada, o povo disistiu...daí ele ficô abatido, acho que foi isso que acabô adoeceno [...] porque ele quiria memo. Ele tava cuma força memo, qualqué coisa falasse prá ele, não, vai tê tal coisa lá dos quilombo, ele ia mesmo... dava dinheiro, se num fosse ele, ele dava dinheiro po Zumbi i. Ele tava com uma fé que ia dá certo! (ALEXANDRA)

Alexandra relata que, nesse processo inicial de organização da comunidade para o autorreconhecimento, o envolvimento maior foi dos homens. Essa situação ficou bem evidente nas entrevistas que fiz com as agricultoras, pois mesmo as que participaram de alguma atividade nesse período, não tinham muita segurança para falar sobre. Uma delas, inclusive, disse que não sabia se a comunidade era remanescente de quilombo.

Não! Mais os ómi. Tipo e tinha, tinha mulher, acho que era eu, mai umas três da Barra, que elas eram, são, era aqui mais, tinha terra aqui e perdero tamém. Daí eles, tamém entraro que eles queria recuperá a terra deles! E... acho que era duas mulher Daí muitos que entraro, saíro! A Tereza tamém foi, só que deu a primeira reunião [...] Ah! tinha a Maria Firmino tamém! [...] Mais era mais ómi mesmo! (ALEXANDRA).

Alexandra conta que uma organização externa, da qual ela não recorda o nome, conhecida pela assessoria às comunidades quilombolas, estava apoiando a organização da comunidade. No entanto, devido a uma série de dificuldades, eles não conseguiram formar a associação que era necessária para formalizar o processo de autorreconhecimento, conforme ilustram os relatos abaixo:

Não, tem um...um negócio que eles falam lá...hum eu num sei, foi feito várias reunião, daí já tava meio que prá...que eles já tava montano o estatuto [...] fizeram a última reunião prá vê se ia dá certo, se era isso mesmo...e foi ino que, nali que se estragou tudo de vez...porque teve uma, algumas coisa que muitos num concordava [...] a questão tamém que a associação dos quilombo tinha negócio [...] de uma doação...é...de...tipo de cada membro que for é tá contribuindo por mês, mensal. Daí isso tamém é uma outra coisa [...] que o povo tamém é difícil [...] que mexeu negócio de bolso, de bolso deles...difícil. [...] E daí uma coisa tamém que isfriô de vez foi um que... num sei que viero lá da...do...não vem na minha cabeça o nome do negócio. Que daí na última reunião, daí eles fizeram pergunta assim, né? Mais se no caso formá a associação, tipo a gente num tem terra, a gente tá precisano de terra pa hoje, prá ontem já [...] comé qui vai sê esse negócio dessa terra? Não, negócio de terra vai daqui uns vinte ano ainda! Falá procêis, ceis pode entrá, tentá entrá em acordo com o governo [...] prá vocês tentá [...] já i usano umas duas ou uns dois alquere pa cada família, prá tá prantano. Vê [...] fazê um acordo aí com esses fazendero. Mas as terras prá vocês recuperá, daqui vinte ano...Ah! Daí foi um [...] Ah! Não, se nós tá precisano de terra agora, o que nós vamo ficá esperano vinte ano...ficá...daí...foi disso que eles disanimaro. Porque acharo que era meio...tudo meio rápido...[...] (ALEXANDRA)

Porque, igual é...diz que tinha que tê quanto? Doze pessoa prá...coméquié? Doze pessoa prá...ah eu num...nem sei até...num tinha que sê...coméquié que fala? Eu num sei até coméquié esse negócio...é...sosóci...é sociação, daí num tinha essas pessoas...(TEREZA).

A mesma iniciativa ocorreu no Córrego do Franco mas, nesse caso, a partir do processo de organização comunitária, conseguiu-se a certificação pela Fundação Palmares e a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo. Alexandra conta que, além do Córrego do Franco, a comunidade de Ilhas também faz parte das mesmas terras e da mesma família ancestral do Córrego da Onça, e que deveriam ter feito todo o procedimento coletivamente, o que facilitaria o reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo:

E aqui tamém o que atrapalhô diz que era prá tê feito, se tivesse feito assim, já tava tudo, seria mais fácil, que era prá...que se torna tudo a mes...é a mesma família, a mesma terra. É aqui, em Ilhas e no Córrego do Franco. O certo era tê se unido as...a...é...os três e iam formá uma comunidade só. E daí não, daí eles mexero prá lá, o Zumbi mexeu sozinho lá, o Córrego do Franco lá, daí eles foro lá depois que foro trazê a informação prá cá. Daí aqui ficô fora, mais daí, buscano os documentação é tudo o mesmo documento, a mesma terra. Aqui, Ilhas, ficô tudo nas mema terra, e Córrego do Franco, prá lá e prá cá. Daí ficô [...] sei lá...e daí diz que aonde num...tipo que tá ficano tipo só aqui que num conseguiu formá [...] (ALEXANDRA).

O relato acima corrobora vários comentários e lembranças das agricultoras durante as entrevistas e demonstra que estudos mais aprofundados devem ser feitos para avaliar a condição de enquadramento enquanto comunidade remanescente de quilombo. Esse enquadramento poderia mudar radicalmente as condições socioeconômicas das famílias que ali residem e a paisagem da região, atualmente tomada por pastagens para a criação de búfalos.

A ausência das mulheres, nesse processo inicial de organização da comunidade, é reflexo de sua pouca apropriação sobre seus direitos, sobre a questão da identidade quilombola e sobre os procedimentos formais para o autorreconhecimento. Segundo Alexandra, mesmo depois de terem se organizado no grupo Rosas do Vale, essa discussão ainda não foi feita por elas, embora algumas já tenham demonstrado interesse:

Não, elas num fala quase nisso. Num se interessa muito. Daí é...até elas nem sabe muito, porque num se interessaro já, né? No...no começo, de achá...daí elas num sabe muito, nem muito o que aconteceu. Nói num dia que nói tinha uma reunião, num sei quem que perguntô prá Tereza sobre isso. Daí ela até ficô meio interessada de sabê qual...até tem uns livro aí, tudo aí, dos quilo...é, da associação. Té fiquei prá levá esses livro [...] esse negócio associação, comé qui forma, quantas pessoa, membros, quais são as...né? que daí eles faz um trabalho tudo numa comunidade, tipo umas oficina, um monte de coisa [...] (ALEXANDRA)

Outro fator que merece ser considerado, nesse processo de organização da comunidade, é a presença predominante das igrejas pentecostais que se mostram muito conservadoras: a Congregação Cristã do Brasil (CCB) e a Assembleia de Deus Ministério do Belém (ADMB). As pessoas que iniciaram o processo de organização da comunidade pertenciam às famílias vinculadas à CCB, que desaprova a participação dos fiéis em manifestações, conforme ilustra a passagem abaixo:

Uns daí num entra tamém por causa da religião! É...tem isso tamém! Ah! Num pode, porque é...isso, aquilo...pessoa num pode, ficá se envolveno com esse tipo de coisa...daí já num entra tamém! [...] fica se envolveno com essas coisa, porque daí

tem isso, as mudança, as manifestação, pois tá no meio de tudo! [...] e até no caso essas coisa nós faz, eles diz [...] que essas coisa [...] esse projeto que nós vão, [...] pode nem vê! (ALEXANDRA).

Alexandra conta também que em vários momentos nos cultos realizados na CCB, os cooperadores interpretam os escritos na bíblia de uma maneira muito conservadora, impondo mais restrições às famílias. Como exemplo, ela citou a questão do envolvimento nas lutas pela terra:

Porque tem aquele negócio, né? Lá do...da...passagem do Mo...Moisés lá...o Moisés ele...ele lutô ele...né? Prá consegui, até na questão de terra mesmo! Ele guerreô, tudo...prá consegui! E por que hoje em dia o povo num pode lutá, guirriá prá consigui suas...suas terra? A igreja proibi isso [...] é...que eles interpreta errado! (ALEXANDRA)

Alexandra também comenta sobre uma situação pela qual as agricultoras do grupo Rosas do Vale passaram quando fizeram uma feira de produtos agroecológicos e artesanato na comunidade. Junto com a feira, que foi adentrando a noite, elas fizeram uma festa e Zumbi, marido de Alexandra, tinha ficado responsável por acender a fogueira. Um tio de Alexandra, uma das lideranças da igreja em outro bairro, foi prestigiar a feira, onde também algumas de suas filhas estavam participando, vendendo produtos. No início da festa, ele jogou alguma coisa na fogueira e isso gerou polêmica. Alexandra conta que, “[...] ele foi lá, jogô um negócio lá na foguera, jogô uma coisa, assim...Num é que alguém tava sondano e foi entregá ele lá po...que diz teve uma festança no bairro aí, foi em frente da casa dele e ele que ainda que acendeu a foguera!”. Ela ainda diz que, pelas restrições impostas pela igreja, elas nem poderiam ter feito a feira, com música e fogueira.

Um último elemento a respeito da influência da religião sobre o processo de auto-organização no Córrego da Onça para a luta pela terra está relacionado à aparente cisão entre as duas igrejas existentes na comunidade: a CCB e a ADMB. No tempo em que fiquei em campo, embora nenhuma agricultora tenha se manifestado abertamente a respeito dessa questão, foi possível perceber que há uma tensão na relação entre as igrejas pentecostais. No entanto, não foi possível identificar as motivações ou origens dessa tensão. Registros de campo indicaram que as famílias que pertencem à ADMB não se envolveram nas discussões e podem ter influenciado algumas lideranças quilombolas da região a não apoiarem o processo de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo.

Não podemos deixar de mencionar o conflito existente entre as próprias comunidades que conseguiram o autorreconhecimento e a certificação pela Fundação Palmares, como o

Córrego do Franco e Ilhas. Segundo Alexandra, como as três comunidades estavam requerendo o mesmo território como remanescente quilombola, havia certa disputa entre elas, resultando também na dificuldade de acesso à informação das lideranças do Córrego da Onça sobre os procedimentos que deveriam ser feitos para a formalização do processo. Com a não concretização da organização da comunidade, a situação de restrição ao acesso à terra das famílias no Córrego da Onça só vem se agravando ao longo do tempo. E foi após o trabalho da SOF ser iniciado na comunidade que, aparentemente, as mulheres passaram a retomar o plantio de alimentos, que há muito não se fazia. Como relata Alexandra,

"Daí começô tudo comprá, né? É...até a...o pessoal que fazia isso, mais antigo, daí eles começaro tudo comprá. Daí comprá, porque num tinha terra mais. Mais daí...daí...mais sempre...daí quando vem...ia várias família embora...ia as família imhora e vinha visitá. Daí se eles vinha com carro, eles ia embora com o carro cheio. Chegava [...] e vinha de saca de milho, banana, feijão, arroz, matava galinha e levava. Uns vinte ano atrás. Na época o povo foro tudo ficando sem terra pa prantá, ninguém prantano nada, daí...daí agora tá...tão começano plantá algumas coisa, daí já...é tão veno como é que num é tão fácil assim tamém...daí com o incentivo da...dessas menina da SOF [...] pa preenche o valor das coisa...que num é fácil plantá! [...] É começô tudo..é...com isso, né?"

A concentração fundiária impõe limites socioeconômicos para a própria reprodução das famílias que não conseguem produzir para o autoconsumo e passam a depender do mercado ou do Estado para ter acesso à alimentação, entre outras necessidades. Esses limitantes têm sido enfrentados por meio de diferentes estratégias adaptativas pelas famílias, seja através da busca de trabalho temporário na zona rural do município ou nos centros urbanos ou através do acesso às políticas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF).

A partir de 2015, inicia-se uma inflexão na trajetória da comunidade, pois as agricultoras passam a ter acesso à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), por meio de um contrato executado pela SOF. As agricultoras criaram o grupo “Rosas do Vale” com o objetivo de incentivar a produção de alimentos para o autoconsumo e a comercialização. A agroecologia e a organização econômica das agricultoras passam a ser adotadas como estratégia de resistência e enfrentamento às limitações socioeconômicas e para a construção de sua autonomia. Esse processo de resiliência, protagonizado pelas mulheres, será melhor descrito a seguir.

O grupo Rosas do Vale no Córrego da Onça

Conforme citado anteriormente, a partir da execução de um contrato de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específico para mulheres, as agricultoras do Córrego da Onça tiveram acesso à assessoria técnica realizada pela SOF. A proposta de trabalho estava alicerçada em três princípios: a perspectiva feminista, a agroecologia e a economia solidária. De acordo com relatos de várias agricultoras, foi através de Rosa – agricultora do Córrego do Franco – que as técnicas da SOF chegaram ao Córrego da Onça.

Em 2015, foi realizada a primeira reunião, na casa de Clara, onde as técnicas da SOF apresentaram a proposta de assessoria técnica às mulheres da comunidade, buscando identificar quem teria interesse em participar das atividades. Clara relata que as agricultoras fizeram uma ampla mobilização, a partir da solicitação da SOF para que as mulheres da comunidade fossem convidadas. Alexandra relata que “[...] daí a gente se reuniu prá vê o que que a gente poderia tá fazendo. No começo nem foi horta tamém, por causa do negócio da terra mesmo!”.

Segundo relatos das agricultoras, nesse processo inicial do trabalho da SOF, várias mulheres da comunidade participaram das primeiras reuniões. No entanto, Laudelina comenta que algumas mulheres acharam que “[...] já ia entrá nesse negócio aí e já ia ganhá dinheiro. Pessoa que ia...tipo...é o governo já ia mandá dinheiro prá eles já. Daí eles foram até um ponto e viro que num era assim, né? Daí saíro [...]”. Esse relato dá indícios de como os limitantes socioeconômicos impostos à comunidade reforçaram, em sua trajetória, uma relação assistencialista para com o poder público, o que será abordado no item 8.1.3. Dessa forma, boa parte das mulheres da comunidade esperava o mesmo da SOF na execução da assessoria técnica.

A metodologia adotada previa partir das demandas locais. Assim sendo, o primeiro momento foi fazer um levantamento para planejar o trabalho de assessoria técnica. Foi assim que o trabalho com corte e costura foi definido, já que boa parte das mulheres havia feito curso com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)¹⁴ e outras tinham interesse em aprender. No entanto, as mulheres foram desistindo quando o único local que conseguiram para trabalhar foi o barracão cedido pelo Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira (CEAFM)¹⁵, por causa da distância. As desistências causaram certo desânimo no grupo de mulheres mas, ao mesmo tempo, as notícias sobre a comercialização dos

¹⁴ Conforme algumas agricultoras relataram, boa parte das mulheres havia feito o curso pelo SENAI, pois havia a perspectiva de implantar uma fábrica no município, o que não se concretizou.

¹⁵ O Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira (CEAFM) pertence a uma família de agricultores que residem na região há muito tempo. Rosa, que é esposa do agricultor de referência do CEAFM foi quem sugeriu à SOF iniciar o trabalho no Córrego da Onça.

produtos das quilombolas da comunidade Terra Seca, também assessoradas pela SOF, já haviam chegado, conforme ilustra o relato de Alexandra, corroborado por outras agricultoras do Córrego da Onça:

E viero essa proposta, já que a gente num tava meio que sem sabê o que fazê, se a gente num queria tá prantano prá tá mandano prá São Paulo, tava dano certo. Daí a Rosa já...ela...daí ela já veio, já...comé qui...tudo daquele jeito meio (risos)... que nós tinha que fazê uma horta, prá mandá as coisa prá São Paulo! Daí foi nisso que já começô tudo! É...daí ela [Rosa] falô assim: já que vocês não tão teno terra por enquanto, vamo achano qualqué pedacinho de terra, enfiano pranta e vamo...qualqué...vê o vizinho, num tem terra e que tem terra abandonada, largado, num tá...vamo enfiano terra em qualquer lugar. Mas por enquanto vamo começá lá em casa, parece que o Ernesto tinha falado prá nós i prá lá então. Lá podia prantá! Daí nós fomo! E aí nós...só que nós achamo um lugar bem mai longe lá, daí...que tinha que desmatá a terra, que fazia tempo que tava parada, mais era uma terra ruim. E fizemos...daí tinha as mulher do Córrego do Franco tamém! [...] Umas cinco eu acho. Daí começamo lá, plantá lá e [...] e daí nós arrumamo um pedaço prá cá também, daí quem tinha a [...] das terra aí foi prantaninho...daí nisso foi tipo meio mobilizano o bairro assim, a gente já via o otro, veno que um tava prantano, começô tamém achá um lugarzinho de prantá! Então, tipo foi bom que deu uma despertada no povo aqui tamém! Eles tava tudo meio...ninguém tinha nem uma cebolinha no...no quintal!

Esse relato é bastante ilustrativo do processo que se instituiu a partir da assessoria técnica da SOF na comunidade. A produção que se propunha, enquanto alternativa para o autoconsumo e para a geração de renda, estava assentada nos princípios da agroecologia, do feminismo e da economia solidária, que valorizam as experiências das mulheres e buscam o fortalecimento de relações sociais baseadas na igualdade e solidariedade e não apenas o lucro.

Tal perspectiva de assessoria técnica, realizada pela SOF e apoiada por Rosa, motivou as agricultoras a buscarem os espaços que ainda restavam na comunidade, para a produção agroecológica. A partir daí, as agricultoras do Córrego da Onça passam a constituir o grupo Rosas do Vale e uma revolução silenciosa se inicia na comunidade. Conforme será descrito adiante, apesar dos conflitos e contradições existentes nesse processo, dois elementos fundamentais merecem atenção: a transformação na relação com a terra e a afirmação da identidade como agricultoras.

Tais elementos têm sido reforçados pelo grupo Rosas do Vale, desde sua criação. Atualmente o grupo é composto por cerca de oito mulheres e se reúne, normalmente, na casa de Tereza, mas às vezes também faz reuniões na casa de Rosa. Maria Firmino relata que o grupo foi criado com o objetivo de “[...] prantá as coisa pa...vendê, assim, né? Daí a gente entrô! Só que daí num foi conseguido, né? Daí...agora a gente pranta só pa...gente consumi memo!”.

Clara e Laudelina disseram que não compreendem bem para que serve o grupo. Para Clara, “[...] era pa sê um grupo. Só que daí cada um quis fazê o dele, daí desistiu todo mundo, que era bastante gente. Cabô saindo quase todo mundo, por causo que ninguém tinha onde prantá, daí foram se dividino”. Esse comentário demonstra que há uma compreensão diferenciada entre as agricultoras sobre o papel do grupo e seu processo organizativo, o que poderia ser melhor explorado pela assessoria técnica da SOF, considerando o potencial de auto organização das mulheres na comunidade.

Conforme demonstra o relato de Alexandra, o processo de voltar a plantar, em qualquer lugar que fosse, trouxe consigo o despertar para a construção social da identidade enquanto agricultoras. Com essa movimentação na comunidade, o grupo Rosas do Vale conseguiu um local mais próximo para plantio, na propriedade onde reside Maria Firmino, em que o marido é caseiro. Mas em pouco tempo, ele solicitou a área de volta e conforme cita Laudelina: “[...] um tanto começava o...do...o dono do terreno foi lá, estragô toda prantação deles, num dexô prantá mais...”.

Essa situação motivou Alexandra e Tereza a procurarem outra área para a produção na comunidade, que foi inicialmente emprestada a elas:

Daí foi que comecemo lá...foi indo, daí já conseguii uma...primeiro nós tinha conseguido uma...um pedaço de terra ali na Maria Firmino, ali. [...] Só que daí o marido...o marido dela deixo, depois na hora que tava plantando, pensando que ia ficá, ele depois ele pegô, falô que num era pa nós continuá. Daí a tia da Tereza, que isso aqui é da tia...da tia dela, falô pa nós tá plantando aqui, que podia plantá, daí começo...daí só fico nós duas [...] lá era eu, ela, Vilma, minha mãe mesmo. Daí prá cá só foi eu e ela, que ficamo aqui...e tamo aqui...vamo vê até onde...e daí daqui daí a gente...cerquemo um pedaço prá lá, plantá as coisa mais...tipo feijão, milho (ALEXANDRA).

Então, no caso, por causo de...de...as veiz as pessoa qué trabaiá, mai num tem terra... porque foi vendido tudo pos fazendero. Agora nós vamo...arranda...arrendemo aquele pedacinho do tio lá! (TEREZA)

O curioso é que essa área, inicialmente emprestada, é de propriedade do tio de Tereza, irmão de sua mãe, que protagonizou uma história familiar que incidiu sobre a dificuldade que Tereza tem atualmente para o acesso à terra. Segundo ela, esse tio não reconheceu a irmã (mãe de Tereza, já falecida) como beneficiária da herança deixada pelo pai, conforme descrito anteriormente. Nesse meandro em que são tecidas as relações de parentesco, pouco tempo depois de Tereza e Alexandra iniciarem o plantio nessa área emprestada, o tio sugeriu fazer um contrato de arrendamento prevendo o pagamento de 20% (vinte por cento) sobre o que for comercializado a partir de um ano:

Então, no começo eles tinha mandado nós plantá...plantá que podia plantá o que quisesse, o tempo que quisesse...assim...e agora de uns tempo prá cá já ...tipo já tá dando uma mudada. Ele falo prá nós tentá fazê um contrato, que diz que vai servi até prá nós mesmo né? O contrato. Tê um contratinho. E daí, disse que daí, daqui um ano, que nós tivé entregano alguma coisa, nós pagá parece vinte, vinte por cento de renda do que...é...já deu uma mudada nas coisa. Daí a gente num sabe muito bem o que é que vai dá (ALEXANDRA).

Alexandra afirma que não vê problemas em pagar uma porcentagem, já que o proprietário também precisa pagar impostos etc. No entanto, ela se demonstrou insegura em relação ao que poderia acontecer. Ela relata que elas não podem investir no plantio de espécies mais perenes, como a banana, a pupunha etc, porque não sabem se vão permanecer ali por muito tempo.

A pressão sobre a terra também faz com que as agricultoras sigam construindo estratégias diferenciadas para garantir os espaços de produção, conforme as condições de que dispõem. Tereza relata que tem três espaços de produção no entorno da casa, sendo duas hortas pequenas e uma área atrás da casa que é como um brejo, onde ela está fazendo alguns canais de drenagem e leiras para possibilitar novos plantios. Segundo ela, a CCB, igreja da qual faz parte, estava negociando a compra do terreno em frente a sua casa, em que uma das hortas está localizada. Nesse caso, possivelmente, ela teria que abandoná-la, porque seria construída uma nova igreja nesse local, como ilustra o relato abaixo:

É...é só esse pedacinho aqui...aham...agora tô tirano as coisinha aqui devagar pa...mudá po [...]. Eu acho que a igreja vai pegá da Goiabera prá cá! [...] Daí pa frente vai sê o estacionamento, né? Então a...eu num sei se vai precisá mexê naquela horta ali, por enquanto...mais é...da Goiabera prá cá, então aqui vai...tudo jeito vai tê que...vai tê que tirá! [...] Ah! Se precisá tirá ali, né? [...] Mai acho que num vai pricisá mexê tão já não...mai agora aqui vai sê prciso mexê!

Na opinião de Tereza, como existem relações de parentesco bem próximas com as lideranças da igreja, provavelmente ela poderá continuar trabalhando na área, caso seja vendida. Do mesmo modo, outras agricultoras também passaram a buscar espaços para plantar, como pequenas áreas ociosas na comunidade, terrenos de outras pessoas ou pequenos espaços não utilizados. Alexandra conta que sua mãe conseguiu autorização do vizinho para utilizar uma pequena área adjacente à sua casa, já que seu terreno teve que ser dividido para dar lugar à moradia dos dois filhos que casaram. Clara, por sua vez, relata que

As muié já tinha. Agora eu como não tenho onde prantá a sogra da Laudelina arrumô um pedacinho ali na beira do córgo, num sei se cê viu lá [...] uma hortinha

na beira da estrada. Comecei agora a fazê ali. Prantei mais alface só e couve. Essas couve das foia preta [...].

Apesar disso, conforme apresentado anteriormente, os efeitos da concentração fundiária no bairro já é sentida por algumas famílias que, atualmente, estão em condições bem vulneráveis de acesso à moradia. É o caso da família de Vilma, que chama a atenção para a questão do acesso à terra como um dos principais fatores para a maior autonomia das famílias. Vilma tem um pequeno terreno, doado pelo seu pai, que ainda não possui casa e, conforme Tereza relata, esse terreno “[...] é um buraco! É [...] quase igual o meu aqui, só que o meu ainda tem como [...] plantá as coisa! E lá no dela, não! Lá no dela é quase igual o da Alexandra assim...tipo ribancera tamém! Se rolá sai lá em...cai lá em baxo!”

Pelo fato da família de Vilma não ter casa, eles residem em uma área cedida por outras pessoas, cujo terreno pertence a sete irmãos e está à venda. Embora ela não saiba exatamente em nome de quem está a propriedade, um dos proprietários com quem dialoga, disse que eles podem “ficar sossegados” morando na casa e que não precisam “esquentar a cabeça”. Apesar disso, ficou claro que essa é uma situação de grande vulnerabilidade para a família. Vilma relata que várias pessoas já foram visitar a área com interesse de compra, mas o negócio ainda não foi concluído. Quando perguntei como ficaria a situação caso o terreno seja vendido, ela responde:

Ah, não sei como é que nois vamo fazer daí...nossa casa não tá pronta ainda. Só que não tem tempo de mexer lá também, e no momento tá bem difícil de pagar pedreiro. Aí eu não sei né, se quem comprar tem que dar um tempo pra nós terminá, pelo menos erguer e cobrir, colocá uma porta e já dá pra entrá dentro!

Maria Firmino também reside em uma propriedade que, segundo ela, é de um casal de São Paulo. Seu marido já morava nessa propriedade e foi contratado informalmente como caseiro, com o acordo de que seria pago mensalmente com um salário. Durante a entrevista, ela disse que a última vez que viu o casal de proprietários foi há doze anos, quando seu filho nasceu. Eles nunca mais apareceram e eles não tiveram mais notícias, nem sabem se estão vivos. De qualquer forma, pelos relatos de Maria Firmino, seu marido continua trabalhando na propriedade como caseiro, sem receber, e não há a intenção de reivindicarem a posse da terra.

Esses relatos reafirmam a condição de grande vulnerabilidade enfrentada pelas famílias do Córrego da Onça. A pressão por espaço para moradia e, ao mesmo tempo, por terra para a produção de alimentos pelas famílias vem se intensificando e a tendência é o acirramento dos

conflitos ao longo do tempo. A falta de terra aliada às dificuldades para o acesso a trabalho e emprego converge para a criação de um ciclo de empobrecimento na região. No entanto, a partir do trabalho das agricultoras com a agroecologia e as perspectivas de comercialização, com enfoque na economia solidária, novas estratégias de resiliência estão sendo construídas. Tais estratégias serão apresentadas nos capítulos 7 e 8.

6.2.2 – Quilombo Terra Seca

As agricultoras da CRQ Terra Seca contaram muitos detalhes sobre a vida dos seus antepassados e sobre a origem da comunidade. Tais relatos serão utilizados para apresentar o histórico de sua constituição. Prefiri recorrer, na maioria das vezes, aos trechos relatados pelas agricultoras que aos Relatórios Técnico Científico (RTC) dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca, no intuito de valorizar e reconhecer a memória das mulheres entrevistadas.

Conforme conta Sá Mariinha, foram dois primos que abriram o caminho para a criação das duas comunidades do Ribeirão Grande e Terra Seca: Miguel de Ponte e Benedito Rodrigues de Paula, respectivamente. Segundo ela, quem chegou primeiro na CRQ Terra Seca foi seu bisavô:

Chegaro aqui...fazeno um barraquinho assim, aí nas bera do rio [...] pa eles i abrino, cortano pau [...] sofrero muito, viero prá esse matão daqui. [...] Eles...ah...me contaro que eles viero do Rio Pardo [...] a nossa turmada foi umas pessoa muito sofrida pa consegui vará nesse lugar e abri aqui, que era só o matão. [...] Foro tudo humilhado na época, né? Assim os meus pessoal, meus avô foro humilhado nas época [...] (SÁ MARIINHA).

Vanda conta que o pai de seu marido era filho de Miguel de Ponte e chegou na região com sete dias de idade. Mais tarde, ele e alguns amigos, como o pai de Luisa Mahim, foram abrindo a capoeira ali no Terra Seca, construindo moradia etc. Ela conta ainda que o pai de seu marido morreu, há uns dez anos, com 100 anos de idade, o que significa que a CRQ Terra Seca existe há, pelo menos, 110 anos. Vanda comenta que no Ribeirão Grande tem toda a documentação do reconhecimento como CRQ arquivada.

Por essa origem histórica, Ribeirão Grande e Terra Seca são comunidades extremamente próximas, tanto fisicamente – distantes cerca de 2 km uma da outra – como pelas relações de parentesco. Essa relação de proximidade se reflete na organização sociopolítica e, durante o processo de autorreconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo, se

refletiu na constituição de uma única associação denominada de Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca (ACRQRT).

Aqaltune, uma das lideranças da ACRQRT, trouxe alguns elementos sobre o processo sociopolítico de construção identitária das comunidades e das lutas travadas para a revisão da categoria do Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ). Ela conta que ainda era criança nessa época, mas que participava das atividades porque sua mãe a levava junto. Em 1996, os conflitos e a luta das comunidades estavam bastante acirrados e, segundo Aqaltune, eles estavam propondo o afastamento do PEJ.

Alguns relatos das agricultoras dão conta de que, com a criação do PEJ e após a criação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com maior investimento na fiscalização ambiental nas décadas de 80 e 90, o modo de produção tradicional¹⁶ – roça de coivara com o uso do fogo e sistema rotativo – foi inviabilizado pela fiscalização ambiental. Com isso, a fartura a que estavam acostumados deu lugar à escassez. Dandara conta que os fazendeiros se aproveitavam das dificuldades das famílias para explorar ainda mais o trabalho. Segundo ela,

[...] parece que aproveita né a fraqueza da pessoa né, que daí nois somos assim as pessoa mais fraca do lugar sabe, sabe assim...os outros parece que..., então aproveitava muito da forma que o pai era sabe, e o pai assim...agora a mãe tá desenvolvendo o serviço aqui, mas num podia desenvolve serviço na propriedade memo [...] mais era trabalhá pos otro. [...] Daí era mais a...a vida da mãe assim, sabe, era mais pa fazê as coisa pos otro pra trazê...daí trabalhava assim fazê esse negócio como salamin¹⁷, pa...fazê carpida pa uma pessoa, daí aquela salamin...daí trazia em arroz, trazia em banha [...]. Trabalhava, em vez de fazê prá nós, eles fazia mais pros otros...daí era...assim a...o pessoal se aproveitava assim na...na fraqueza, né?

Nessa época, a organização sindical dos agricultores familiares estava se fortalecendo em Barra do Turvo e foram aparecendo outras instituições que contribuíram para a criação de alternativas econômicas junto às comunidades, como o Programa da Terra (PROTER) e a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (COOPERAFLORESTA).

¹⁶ Para maiores informações: PEDROSO JR (2008); BORN (2012) e SILVA (2013).

¹⁷ Na CRQ Terra Seca, uma das medidas utilizadas para a empreitada é o Sulumim, Sulumim ou Silumim para contratar serviços de capina, roçada etc. Um Sulumim corresponde a cerca de 150m², de 10 metros (braças) por 15 metros (braças), medidos normalmente “na corda”. Dessa medida de Sulumim derivam outras medidas. Uma quarta são oito Sulumim, meia quarta são quatro. As medidas de metro quadrado e hectare são pouco conhecidas e usualmente não são utilizadas na comunidade

A COOPERAFORESTA¹⁸ se constituiu a partir de um trabalho iniciado em 1996, junto a duas famílias agricultoras locais, após um curso ministrado em Barra do Turvo pelo agricultor Ernst Götsch¹⁹. Em 1998, cerca de trinta famílias já praticavam a agrofloresta e começaram a comercializar seus produtos solidária e coletivamente. A agrofloresta se constituiu como um ator importante em Barra do Turvo e região, tanto por sua proposta técnica vinculada, quanto por se tornar uma alternativa para a geração de renda às famílias envolvidas. Aqualtune, no entanto, relata com desconfiança que, ao mesmo tempo em que começou a discussão do “afastamento” do PEJ, “[...] chegou também a Coopera como salvadora da pátria, né?”.

A criação do PEJ data de 1969, mas segundo Aqualtune, a discussão de criação vem desde 1940. No entanto, ela reforça que o documento de posse é de 1915, o que comprova que as famílias já habitavam a região antes da criação da Unidade de Conservação. A partir da década de 1980, pode-se dizer que, embora as comunidades no município ainda não se reconhecessem como remanescentes de quilombos, já se organizavam como Comunidade Negra do Vale do Ribeira. Esse movimento foi apoiado pela igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e pelo movimento sindical. Aqualtune conta que,

[...] Nós estávamos cercados aqui, se você olhar bem ainda tem algumas áreas; em Terra Seca você vê, Ribeirão Grande...quando tem mato é onde tá a comunidade. No entorno era só fazenda e também madeireira na época né, e era prefeito que tirava madeira dentro do parque, né?

No início da mobilização para reivindicar o “afastamento” do PEJ, criou-se o que elas chamam de “Conselhão”, envolvendo as famílias, o SINTRAVALE, a COOPERAFORESTA, o PROTER, a CPT etc. Bim (2012), a partir do levantamento feito com lideranças de Barra do Turvo e Cajati, afirma que nos anos de 1994 e 1995 foram realizados dois encontros de moradores de UCs. Aqualtune não relatou sobre esse período com maior precisão, mas comentou que houve algumas mobilizações das comunidades, que pressionaram o poder público municipal. Com isso, o prefeito municipal de Barra do Turvo buscou apoio do deputado estadual Milton Pereira do Partido dos Trabalhadores (PT) de Sorocaba. Este elaborou o Projeto de Lei n° 984/03, que previa alterações na área de

¹⁸ Para mais informações, acesse: <https://www.cooperafloresta.com/>.

¹⁹ Ernst Gotsch, agricultor e pesquisador suíço, radicado no Brasil desde 1982, reside em sua fazenda na Bahia desde 1984 e foi o responsável pela difusão e prática da agrofloresta sucessional e, posteriormente da agricultura sintrópica no Brasil. Para saber mais, acesse: <http://www.agendagotsch.com/>.

abrangência do PEJ, de forma a excluir de seu domínio cerca de 40 bairros existentes (BIM, 2013).

O referido projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) mas, em 2005, foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin. Segundo Aqualtune, a partir do ano 2000, “[...] foi pra votação e o governador falou não, não vamos afastar o parque, vamos criar um grupo de trabalho que vai fazer um mosaico pra resolver esse conflito no Parque Estadual de Jacupiranga”. Segundo ela, a proposta era reorganizar os parques, incluindo o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e o Parque Estadual da Caverna do Diabo (PECD). Ao mesmo tempo em que esse debate sobre a alteração do domínio do PEJ ocorria, as comunidades continuavam a se organizar, com algum apoio da igreja, mas não estavam articuladas às demais que lutavam pela demarcação das terras, no Vale do Ribeira, conforme conta Aqualtune:

[...] a gente só queria permanecer no espaço, a gente só queria produzir, não tinha...a gente entendeu até aquele momento que nós não tínhamos mais direito, então a luta era como que nós ficávamos como que a gente ficava dentro do parque, como que a gente sobrevivia lá dentro! E não existia nada na legislação que dissesse que ‘você podem ficar dentro’ entendeu? Aí, quando foi 2003, saiu um decreto do presidente Lula, já existia a luta das comunidades pela demarcação das terras, comunidades negras e tudo mais, mas nós não fazíamos parte desse movimento entendeu? Era nós aqui na Barra do Turvo isolado do Vale do Ribeira, né? Eldorado fazendo a luta pela demarcação de terra, mas nós... Quando foi em 2003 saiu o decreto, né? Aí, eu lembro que eu acabei...já tava mais engajada na luta, daí eu comecei a compreender o que era e a importância disso, aí começamos a nos organizar enquanto comunidade quilombola! Não!! Vamo prá esse espaço enquanto comunidade quilombola, não como morador do parque do Jacupiranga! Agora nós entendemos que nós éramos os donos da terra, então nós tínhamos o direito a lutar por ele, e começamos a fazer esse entrosamento enquanto território, não mais enquanto comunidade só, aí começamos a discutir a organização de uma instituição quilombola.

Foi desse modo que a luta pelo território se fortaleceu junto com o autorreconhecimento como comunidades remanescentes de quilombo em Barra do Turvo, ou seja, partir da interação com a trajetória de outras comunidades do Vale do Ribeira. E foi nesse processo também que, na visão de Aqualtune, se inicia o conflito com a COOPERAFLORESTA, pois “[...] toda vez que a gente marcava uma reunião pra organizar alguma coisa da comunidade eles vinham com outra tarefa pra fazer na organização [...]”. Mas segundo ela, o “pivô” dos conflitos entre a sua família e a COOPERAFLORESTA teve origem em uma situação que ocorreu com sua mãe. Ela é uma das fundadoras da entidade e havia ficado doente, tendo que se afastar por cerca de seis meses após uma cirurgia, “e nesse período saiu uma regra que ela

não poderia entregar a produção nenhuma e ninguém poderia tirar a produção por ela [...]” (AQUALTUNE).

Outra situação de conflito com a COOPERAFORESTA ocorreu quando estavam iniciando a elaboração do laudo antropológico. Segundo ela, em uma das entrevistas realizadas pelo antropólogo, sua avó, contou como era a produção antigamente e, ao lembrar, foi trazendo elementos de crítica ao modelo de produção agroflorestral promovido pela COOPERAFORESTA, conforme ilustra o depoimento abaixo:

[...] aí a vó falou assim, né? ‘ah antigamente a gente produzia muito produção, tinha muito alimento, tinha fartura, né? De alimento e a gente vivia bem! Não tinha dinheiro, mas tinha o que comer! Ah! Hoje a gente produz o que a gente planta’ e citou o nome da Coopera, né? ‘Essa nova técnica de produção, é trazer a semente de fora, traz lesma...’. Na simplicidade, né? Eles falaram assim que esse modelo da agrofloresta hoje não deixa cê produzir alimento de quantidade, primeiro que não tinha área memo pra fazer roça mais, né? Segundo, porque o parque não permitia se abrir áreas para a produção e o caminho era só comprar mesmo, porque quem dizia o que podia e o que não podia fazer aqui nas comunidade era a Coopera. Aí ela falou isso, reforçada por mim, ou seja nós estávamos no grupo, então foi todos nós que falamos né, embora tenha saído da boca de uma pessoa, nós tava junto nós concordamo. Aí saiu que ela tinha falado...aí depois que a Coopera chegou o nosso modo de vida mudou, nós tinha que trabalhá dentro da regra do meio ambiente, precisava de autorização pra tudo, vinha sementes pra recuperar área que nós nunca tinha visto, tipo mucuna, tipo feijão porco, feijão guandu, um monte de coisas que não eram típicos da nossa região, e com isso veio também os bichinhos que como não mexia mais com a cinza, com o fogo, então era um prato cheio pra lesma, caramujo, né? Foi falado isso e o antropólogo colocou no papel (AQUALTUNE).

Segundo ela, depois que sua avó deu esse depoimento, na presença de outras lideranças da comunidade, os agricultores e técnicos que representavam a COOPERAFORESTA procuraram o antropólogo para exigir que isso fosse retirado do laudo antropológico. Essa situação acirrou o conflito com a direção da entidade e algumas pessoas passaram a questionar os posicionamentos institucionais.

Nesse mesmo período, Aqualtune relata que ocorreu outro conflito na relação com as comunidades. Até 2008, não havia energia elétrica ali e as pessoas costumavam andar com um “tição de fogo”²⁰. Numa noite, um rapaz que, pelos relatos, é uma pessoa com deficiência, quando voltava para casa, após uma visita na casa de outra pessoa,

[...] voltou de lá pra cá com um tição de fogo e jogou no mato...esse tição de fogo acendeu e pegou fogo em toda área! Na época era capim gordura que tinha ali pra cima do barracão, pegou fogo em tudo! Qual que foi a regra de punição? Suspendeu o agricultor, o pai do menino. Se fosse só suspender ainda tudo bem, mas não, trouxeram quatro sacos de feijão e obrigaram pro homi prantá! Ó a gente entendeu

²⁰ Tição de fogo é um nome comumente empregado para pedaços de lenha acesa ou brasa, normalmente retirados de fogão à lenha ou fogueira. É utilizado, entre outras coisas, para iluminar o caminho durante a noite.

que a gente tava sendo empregado e não sócio, nós não tava dizendo o que poderia ser feito na comunidade. Alguém tava determinando como teria que sê o nosso modo de vida. Aí saiu todo mundo do Ribeirão Grande e só ficou quatro.

Com essas questões ocorrendo, vários outros questionamentos passaram a ser feitos pelas comunidades a respeito da relação com a COOPERAFLORESTA. As regras muito severas reforçavam a coerção exercida pela legislação ambiental do Estado quanto ao uso do fogo. No entanto, essas normas legais também iam contra o modo de produção tradicional, pois o fogo é uma prática de manejo característica das CRQ no Vale do Ribeira, como pode ser observado no depoimento abaixo:

Como tinha muitas regras severas muitas das nossas produção não poderia ser feito, por exemplo plantio de feijão, plantio de arroz e plantio de milho, se quisesse plantar você ia plantar mas pouco, no meio da outra produção, só que como nós sempre tivemos cavalo, galinha e porco né, isso começou meio que, ao invés de nos ajudar tava nos deixando numa situação crítica, que invés de...você tinha que plantá coisinha que não era da região, vende, pra depois compra tudo de fora, isso também foi uma outra leitura que a gente fez, né? Você tava plantano coisa na comunidade, vendia pra comercialização, pegava o dinheiro, depois ia comprar arroz, feijão, o pouquinho que comia. Aí a gente fez uma avaliação, Não...isso não tá certo, eu tô deixando de produzir meu alimento, meu sustento, pra comprar coisa de fora [...] (AQUALTUNE).

Com os conflitos acirrados com a COOPERAFLORESTA pelo processo de autorreconhecimento enquanto comunidades remanescentes de quilombos, a maior parte das famílias do Ribeirão Grande se desvinculou da entidade. Já na CRQ Terra Seca, a situação foi um pouco diferente. O vínculo com a COOPERAFLORESTA permaneceu, especialmente pela influência e trabalho das mulheres, que assumiram a produção agroflorestal, enquanto os homens foram desistindo pela impossibilidade de fazer roças grandes, manejadas pelo fogo.

Sá Mariinha relata que “[...] a área aqui era só queimada não tinha...o que tinha aí agora que você tá vendo foi prantado depois da COOPERA, antes era só queimado, muita queimada demais, então nada quase tinha...”. Dandara complementa que “[...] tinha que agarrar o sertão pra ver uma capoeira que nem tá aqui assim”, se referindo às áreas com agrofloresta que se vê na comunidade. Ela conta que “[...] a mãe fala que a COOPERA pra nós foi uma forma de se libertá sabe”, uma alternativa econômica que possibilitou o investimento na produção agroflorestal nas suas terras, ao invés de vender a força de trabalho para os fazendeiros.

Apesar disso, vários foram os relatos a respeito da redução do volume de comercialização pela COOPERAFLORESTA que impactou as famílias associadas. Ademais, o encerramento de projetos importantes que financiavam algumas atividades, também contribuíram para as dificuldades atuais pelas quais passa a organização, o que será melhor descrito no capítulo 8.

Diante desse quadro, a atuação da SOF iniciada em 2015, por meio da execução do contrato de ATER Mulheres, foi um importante aporte às agricultoras, seja no incentivo à produção para o autoconsumo ou pela criação de alternativas para a comercialização dos seus produtos. Esse processo iniciado pela SOF teve, como um dos resultados, a organização econômica das agricultoras no grupo produtivo denominado “As Perobas”, que será descrito a seguir.

O grupo As Perobas na CRQ Terra Seca

O grupo “As Perobas” é composto por 8 agricultoras do Quilombo Terra Seca e seu nome foi proposto para recuperar a história de constituição da comunidade. Benedito Rodrigues de Paula, que é bisavô de Sá Mariinha e tataravô de Dandara, era conhecido pelo apelido de Peroba e, por esse motivo, deram ao grupo esse nome.

O grupo é um espaço informal de auto-organização das agricultoras que também estão inseridas na Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca (ACRQRT). Esse modelo misto de organização lhes possibilita acessar os mercados, ter benefícios específicos para as mulheres e para as comunidades remanescentes de quilombos, bem como captar recursos para projetos que sejam de seu interesse por meio da associação.

Dandara fala que a primeira iniciativa de organizar um grupo de mulheres ocorreu a partir da organização dos mutirões propostos pela COOPERAFLORRESTA. Segundo ela, o grupo era enorme e como os mutirões eram – e ainda são – realizados em sistema de rodízio, o intervalo para a volta à mesma propriedade era muito grande. Por esse motivo, grupos menores foram divididos e estes realizam as “reunidas”²¹ toda semana ou a cada quinze dias. Foi com base nessa iniciativa que elas organizaram o grupo “As Perobas”, a partir do início do trabalho da SOF.

O grupo não está fechado, mas como uma das atividades importantes em que elas estão envolvidas coletivamente é a comercialização, há um cuidado para que a entrada de novas agricultoras não implique em uma queda muito grande dos rendimentos pessoais.

Lelia relata que, no início, o grupo era formado por seis ou sete mulheres e que ela estava morando em Curitiba nessa época. Quando ela voltou para o Quilombo Terra Seca, estava grávida e o grupo ainda não tinha feito nenhuma venda, mas estava nesse processo de

²¹ Reunida é um termo utilizado para um pequeno mutirão, com cerca de 4 a 5 pessoas, realizado nas propriedades dos/as agricultores/as em sistema de rodízio.

organização. Segundo ela, como conseguiu entregar produtos para o PAA, “[...] num tinha interesse ficá mexeno nisso aí prá lá, prá cá [...]. Daí eu peguei, dali uns tempo, daí a Dandara começô [...] fui dano de conversá com eles, com a mãe...daí começaro a falá que dava prá mim” (LELIA). Da mesma maneira, Soledad, filha de Marielle, havia sido incorporada ao grupo há pouco tempo e, no momento em que estive em campo, ela estava realizando sua segunda venda de produtos para São Paulo.

Marielle relata que há uma preocupação no grupo com a distribuição dos pedidos entre as agricultoras, para que não haja uma discrepância muito grande dos ganhos entre elas. Assim, elas conseguem distribuir melhor os ganhos. O relato abaixo ilustra essa questão:

Porque o grupo divide iguais a produção. Igual, eu vou vender 10kg, eu tenho 10kg do limão pra vender, fulano também tem 10kg de limão, daí eu diminui no meu pra ver se balanceia pra ninguém ficar sem... aí fica, 5 kg de limão pra mim, 5 kg de limão pra Dandara... se a Dandara tem o produto! Se a Dandara não tem, daí eu fico com tudo. Se pediram 20 kg de limão, o grupo, ninguém tem, eu tenho, daí eu fico com o limão. Mas daí, eu tinha laranja, e o grupo pediu, e o grupo daqui tem essa laranja, a minha laranja pode tá perdendo, daí vai pra outro. A gente faz um balanceamento... meio... meio... se organizando pra ver se não cai a peteca e vai indo. [...] Teve uma época da Conceição, que a Conceição viajou... não sei se foi de saúde, e nós ficamo com a hora da feira, daí a Conceição não tava, daí tudo bem, vendfamo. E daí, quando a Conceição veio, daí a gente soltou pra ela, pra ver o que ela tinha pra entregar, né? Na consciência de algumas pessoa rola isso, mas algum não. Tem muita pessoa aí que num... num rola, num compreende também, não sei, acho que é... parece que é falta de... de... ah, falta de experiência, mesmo de si próprio. Não sei... mas a gente também já corta, quando vê que a pessoa tem aquilo ali, porque nós somo muito aberta pra falar, mesmo que a pessoa num gosta. Pessoa já tá com uma boa venda e, e... o outro tá com pouco já, já cortamo o embalo, já tiramo daquele... e pumo pro outro (MARIELLE).

A partir de uma perspectiva substantiva da economia, que está ancorada na satisfação das necessidades das pessoas e não no interesse individual por lucro, o grupo atua na regulação das relações econômicas exercendo o padrão institucional de centralidade, conforme propõe Polanyi (2000). É a partir do grupo que as possibilidades de auferir renda, através da comercialização dos produtos, são redistribuídas entre as agricultoras, segundo uma lógica baseada na solidariedade entre elas.

O grupo possui algumas regras que foram construídas por elas em diálogo com os/as consumidores/as como, por exemplo, garantir que todos os produtos sejam “orgânicos”. Nesse caso, são considerados orgânicos porque em seu modo de produção não se utiliza adubos ou agrotóxicos. No entanto, conforme prevê a legislação federal²², para que um produto seja

²² Lei Federal N° 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

considerado orgânico há uma série de princípios e determinações, como a certificação dos produtos, o que não corresponde à realidade das mulheres de Barra do Turvo.

No caso dos produtos processados, alguns ingredientes não são encontrados facilmente por elas na versão orgânica, o que não inviabiliza a comercialização justamente porque há uma relação de reciprocidade construída entre as agricultoras, os grupos de consumo e a Quitandoca.

Nóis temo a regra no grupo! Regra no grupo, o grupo não pode... tipo assim, não podemos... se não for orgânico nem... já pra começar o grupo, pra comercializar tem que ter tido essa conversa muito séria no grupo. E aí, a gente tem aquela consciência de que... de que não pode, não pode usar nada químico na roça! Igual, a Soledad trabalha, vende as coisa, tirando da minha roça, né? E, então daí noiz... é isso. O controle mais é isso. Sabendo que, produtor nenhum, não pode pegar de outra área, produto, né? (MARIELLE)

Marielle relata também que, além da exigência da produção ser orgânica, há um acordo entre elas de não pegarem produtos de outras pessoas que não sejam do grupo. Ela cita o caso de Vanda que, às vezes, compra banana para fazer banana chips e de Dandara que, em uma ocasião, adquiriu gengibre de um agricultor da COOPERAFLORESTA.

Se souber que a pessoa... Igual a Vanda que vende banana chip, né? Compra banana pra fazer banana chip, ela já tem ordem pra ela que ela tem que comprar do grupo [...]. Teve uma... teve uma da Dandara pegar gengibre do outro grupo, do grupo da Coopera lá, que ela conhece o cara, orgânico, certinho. Mas a gente achou que é uma regra... que é uma coisa que se ela continuar frouxea o grupo, né? Ela sabe que o cara lá é orgânico é tudo. Mas, as outra pessoa do grupo num... tem esse contato com o cara, teria que arrumar... fazer uma visita, porque senão eu também posso pega lá nele, de fulano lá que eu também conheço, e outro também pegar lá... aí acaba, quando for por final, bagunçar! Vira bagunça, daí! Aí, tivemo uma conversa e ela não pegou mais (MARIELLE).

Segundo Marielle, à medida que as situações foram aparecendo, as mulheres se reuniam para discuti-las, para tratar dos assuntos do grupo e as regras foram surgindo. Mesmo que não tenham sido um objetivo central do grupo, as regras alimentam as relações de reciprocidade, fortalecendo os laços sociais entre as agricultoras.

Quando uma das agricultoras precisa adquirir um produto, prioriza comprar de outra que possa tê-lo, valorizando os produtos do próprio grupo. Ou ainda, como também relatou Vanda, quando o pedido de um determinado produto é muito grande, elas costumam dividir com outra companheira do grupo, como no caso da banana chips: [...] “Eu...esses dia que era pa mim fazê que era de...quatrocentos e poco pacote de banana, dava mais de quinhentos reais! É...só o meu! [...] Daí que eu dividi com a Dorcelina[...]”.

O grupo, nesse caso, é um importante espaço de organização econômica regulado pelas agricultoras e, embora haja conflitos internos próprios de qualquer organização social, as decisões são tomadas coletivamente nas reuniões, em processos democráticos de participação das mulheres.

A trajetória dessa comunidade é marcada por processos de resistência desde a sua origem e influenciada por aspectos institucionais que, em boa parte dos casos, foram contra a afirmação do modo de vida tradicional próprio da identidade das comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira. Os conflitos com as unidades de conservação e a legislação ambiental foram determinantes sociopolíticos e econômicos na trajetória da comunidade. Se, por um lado, esses conflitos resultaram em um processo de escassez e pobreza para as famílias em um dado período, por outro, foi devido à pressão que exerceram que as CRQ iniciaram o processo de resistência e de autorrecohecimento identitário.

A COOPERAFLORESTA, por sua vez, se constituiu como um ator importante na trajetória da CRQ Terra Seca exercendo um papel ambivalente na relação com a comunidade. Ao mesmo tempo em que promoveu alternativas de geração de renda, que permitiram a permanência das famílias no seu local de origem, através da valorização e comercialização da produção agroflorestal, o fez em contraposição a alguns elementos fundamentais do modo de vida tradicional e da identidade sociocultural, como o uso do fogo nas roças de coivara.

Esse processo gerou conflitos que permanecem ainda hoje na relação entre algumas pessoas da comunidade e a COOPERAFLORESTA. No entanto, essa continua sendo uma organização econômica importante para algumas famílias na CRQ Terra Seca e, em especial, continua sendo uma forma de valorização da produção das mulheres, que permaneceram produzindo em agroflorestas, e de construção de sua autonomia.

Com o processo de assessoria técnica da SOF, novas estratégias para a construção de autonomia econômica foram criadas em conjunto com as mulheres. Nos próximos itens, outros elementos que compõem essa rica e diversa realidade serão apresentados no intuito de uma aproximação do olhar sobre as trajetórias das agricultoras, que condicionam suas relações econômicas, e sobre as lutas e resistências que assumem no cotidiano para garantir a sustentabilidade das famílias e grupos próximos.

7 – O TRABALHO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SUBSTANTIVA: FORMAS DE CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PELAS MULHERES

A questão do trabalho é central na análise sobre a dinâmica da vida das mulheres. Por este motivo, analisar como a categoria trabalho se manifesta no cotidiano das agricultoras agroecológicas é fundamental para compreender a dinâmica econômica na qual estão inseridas e para perceber se tal dinâmica contribui para uma maior ou menor autonomia delas. A categoria trabalho está sendo abordada aqui na expectativa de evidenciar as relações de interdependência entre produção e reprodução. Para isso, será abordado todo o conjunto de atividades relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidados, entre outras atividades invisíveis à sociedade, bem como os tipos de trabalho remunerados de que as mulheres lançam mão para obterem renda e para garantirem maior autonomia para elas e suas famílias.

As mulheres contribuem ativamente para a construção de estratégias econômicas no sentido substantivo, conforme propõe Polanyi (2000), que visem à satisfação das necessidades humanas. As economistas feministas também reafirmam a importância de reconstruirmos a noção de economia incorporando a ela o conjunto de atividades não mercantis necessárias ao que chamam de “sustentabilidade da vida humana”, normalmente de responsabilidade das mulheres devido à posição que ocupam na sociedade. Boa parte do trabalho das agricultoras está voltado para a reprodução da unidade familiar e dos grupos mais próximos, o que, pela leitura de Polanyi (2000), é expresso no princípio de domesticidade ou *householding*. Nas duas comunidades visitadas foi possível perceber que as mulheres estão envolvidas numa diversidade de atividades relacionadas aos sentidos materiais, afetivos, emocionais e espirituais da produção e reprodução humana, seja no âmbito familiar ou comunitário.

De modo geral, essas atividades são invisíveis porque não geram recursos monetários. Quem cuida da casa? Da alimentação? Da saúde da família? E da educação dos filhos? Quem faz as compras para a casa? Quem paga as contas de casa? A estas perguntas, salvo raras exceções, sempre as mesmas respostas: “Eu memo!”. Ocorre que, por serem essas atividades – e tantas outras realizadas pelas mulheres – invisibilizadas e desvalorizadas, as lentes das correntes hegemônicas e ortodoxas da economia não permitem enxergar como esse conjunto de tarefas articula-se e se traduz em estratégias para a produção e reprodução das famílias, e como sinaliza uma densa vida econômica das mulheres. Desse modo, o objetivo deste capítulo é dar visibilidade a esse conjunto de tarefas invisibilizados pelas correntes hegemônicas e ortodoxas.

A invisibilidade de parte do trabalho realizado pelas mulheres implica na divisão desigual do trabalho na família e na sociedade. Os depoimentos das agricultoras refletem como essa desigualdade é naturalizada, sendo reproduzida sem questionamentos, e sobrecarrega as mulheres cotidianamente.

Além disso, neste capítulo, busco olhar para as relações de interdependência entre o trabalho invisível e aqueles tipos de trabalhos remunerados que as mulheres realizam, normalmente de maneira eventual, para a construção de sua autonomia e das unidades familiares a que pertencem.

7.1 – O trabalho doméstico e o lugar das agricultoras na relação urbano-rural

A história do trabalho doméstico no Brasil assemelha-se a dos Estados Unidos e está vinculada à escravidão, pois esse tipo de serviço era realizado por escravos domésticos. Rollins (1985) apud Milkman et al (1998, p. 148) afirma que,

Se toda relação empregador – empregado é por definição desigual, a relação patroa – doméstica, com suas seculares convenções de conduta, sua história de associação com a escravidão no mundo inteiro, sua extraordinária acumulação de características feudais e a tradição do empregado ser, não só de classe inferior, como também, uma mulher de origem rural, proveniente de um grupo étnico desprezado – oferece-nos um exemplo “puro” e extremo de uma relação de dominação no espaço do lar.

Foi baseado nessa relação de dominação que, no final do século XIX, após a abolição da escravidão, o trabalho doméstico tornou-se a maior fonte de trabalho de mulheres no Brasil. Com a urbanização e a industrialização, o trabalho doméstico passa a ser compreendido como uma “ajuda”, realizada por mulheres jovens, brancas e não brancas, nascidas no campo, em troca de casa e de comida (MELO, 1998, p. 1). Os relatos abaixo reafirmam essa condição:

Agora antes, no tempo nosso, que tinha uma par de nós fomo...o pessoal que vinha mesmo de fora e levava, tipo as menina trabalhá de doméstica. Vinha. Antes tinha muito isso. Ah! Alguém indicava, porque tem muitas pessoa que mora lá que são pessoas daqui. Que foro, ficaro lá e hoje vive lá. Daí tem familiares aqui. Daí vem, como aqui todo mundo é conhecido, daí... ‘Ah fulano lá tem ...tem lá...tantos filho lá...querem trabalhá’...e daí eles vêm atrás e leva. [...] Agora as menina era tudo de boca assim...num tinha nada, num tinha contrato, num tinha registro, nada. Trabalhava. A hora que saía, do memo jeito que foi, voltava embora. Sempre foi assim! [...] Tipo era eu, a prima minha, a Dolores, irmã da Tereza. Sempre nós fazia esse serviço, de saí assim, morá na casa das pessoa. ‘Ah! Vamo lá! Ah num é quase nada, só p’cê morá, fazê companhia com a minha mãe, num sei o que. Poco serviço’...daí a gente ia! Daí falava, não...nóis pode pagá trinta reais por mês. Daí dá uma roupa, um calçado, daí a comida, eles já colocava, né? A comida. Comida...daí a gente ficava assim. Esses trabalho escravo. [...] É...você não tinha descanso...era noite, o que precisasse tinha que fazê. Cê tava morando, né? [...] E como que cê fala:

Não, num vô fazê isso. E geralmente as menina sem experiência, quase num sabi...e na cidade aqui mesmo eles fazia antes isso. Levava as menina..ah...na Barra. Levava. Eu mema já trabalhei. Chegá e morá na casa da pessoa. Ganhava trinta reais (ALEXANDRA)

É que os pessoal daqui sempre alguns tava...sempre daí eles levava, né? Os pessoal arrumava um serviço, daí vinha buscá, né? Daí se desse certo a pessoa se incaxava já pa trabalhá em casa de família. Daí...daí trabalhei em várias casa lá, mas só que eu num parava muito tempo assim, que casa de família é...tem alguns que são bom, tem alguns que num são muito bom...dificuldade...daí a última casa que eu trabalhei lá foi...eu parei dois ano. E o que tenho registro na cartera té hoje é... é uma registro só que eu tenho na cartera. Daí, foi só tamém...daí eu casei, daí num...trabalhei assim, por...assim...de diarista né? De limpeza assim (CAROLINA).

Como as redes de relações das agricultoras eram mediadas por pessoas da própria comunidade, que também se encontravam em trabalhos precarizados nos centros urbanos de Curitiba e em outros municípios da região, as condições de trabalho disponíveis eram ainda mais precárias.

De acordo com os relatos das agricultoras das comunidades visitadas, quem as contratavam, normalmente, eram famílias assalariadas que trabalhavam em empregos que pouco remuneravam, e não mulheres de classe média ou com maior poder aquisitivo. Não se trata, portanto, apenas da consubstancialidade das relações de exploração de classe e de gênero *stricto sensu*, como abordam os diferentes estudos que tratam sobre trabalho doméstico. Como conta Alexandra, as famílias para as quais trabalhou também tinham uma condição financeira limitada:

Num tinha. Eles trabalhava tamém assim...trabalhava...também ganhano, assalariado, né? Porque nessa casa que eu fui trabaiá, era pessoas que eram daí memo da região. Daí o...o marido da mulher era motorista de ônibus em Curitiba e ela trabalhava tamém, até muitas vezes fazeno faxina. Daí só...ela precisava de alguém pa ficá que ela tinha um menino, um filho muito rebelde demais. [...] Daí precisava duma pessoa. E os otros filho dela tudo trabalhava tamém, que era os mais velho. Daí...precisava de alguém...daí...daí eu fui. Só que daí tamém, num tinha dinheiro tamém (ALEXANDRA)

Depois de trabalhar por dois anos com essa família, Alexandra conta que sua patroa, que trabalhava como copeira numa empresa, perdeu o emprego. Desse modo, Alexandra foi indicada para trabalhar com outra família, prestando o serviço de cuidadora de uma criança cuja mãe também trabalhava fora. E, de acordo com a entrevistada, a remuneração "também era a mema coisa, o mesmo preço e...a mesma coisa. Nunca podia pagá tudo. E era aquele perrengue. Daí foi ino que eu vim embora" (ALEXANDRA).

Na CRQ Terra Seca não era diferente. Vanda relata que suas filhas, quando adolescentes, trabalhavam “olhando criança” e fazendo trabalho doméstico na casa de outras pessoas em Barra do Turvo. Carolina, por sua vez, relata que foi para Curitiba em busca de emprego, pois o trabalho na roça não gerava renda, e lá trabalhou como doméstica:

[...] fiquei uns par de ano lá. Trabalhei em casa de família, né? Depois...é casei prá lá, mudei, tive...tive o primero filho lá [...] daí depois [...] eu fui [...] arrumá serviço pa trabalhá, né? Porque aqui era difícil né? Só...trabaiá na roça...daí num tinha é...muito...muito ganho [...] (CAROLINA).

Atualmente, pelos relatos de outras agricultoras, as mulheres mais jovens continuam a buscar trabalho ou emprego em outras cidades, especialmente em Curitiba. Ademais, elas comentam que para ter acesso a condições um pouco melhores de trabalho é necessário maior escolaridade, como o segundo grau completo. Segundo Vanda, “Ah, diz o pessoal que arruma um serviço mai melhor, né? De...auxiliar de limpeza essas coisa, né?”. Ao mesmo tempo, a entrevistada relata que sua filha conseguiu terminar o ensino médio em Barra do Turvo e foi em busca de emprego em Curitiba, “[...] mas só que ela tamém num pegô um serviço assim [...] agora ela tá trabalhano de...de diarista. Ela saiu do serviço pa trabaiá em casa de família”.

Carolina, por sua vez, afirma “[...] que a maioria que quem estudô aqui é...assim...trabaiava mais em supermercado, né? Coisa assim de...igual a gente tava falando...em fábrica”. Ao ser questionada se conhecia alguém que trabalhava em outro tipo de serviço que não fosse auxiliar de limpeza, etc, Carolina afirma que sua irmã trabalha atualmente em casa de família, mas já trabalhou em fábrica como auxiliar de limpeza.

Clara relata sobre a filha grávida que morava em Curitiba e que voltou há pouco, motivada pelo medo de sofrer um aborto, uma vez que já havia passado mal na rua a ponto de desmaiar:

[...] Daí eu trouxe ela embora. Agora tá aí, tentando arrumá serviço de novo, mas aqui na Barra num consegue, muito difícil. Ela trabaiava no mercado [...]. Ela era caixa do mercado, só que daí do caixa mandaram pro açougue, padaria, sei que, mandaram pá três lugar sem...e não alteraram a carteira dela...depois ela saiu do mercado [...] saiu do mercado ela tava grávida...nem...quer dizer...deixaro ela sair, né? Pagaro os tempo pouco dela...só que agora a Simone tá processano o mercado...”

De modo geral, percebe-se pelas entrevistas que a alocação das mulheres segue sendo nos postos de trabalhos mais precarizados, que reforçam o seu papel social no âmbito doméstico, como naqueles relacionados à limpeza e serviços gerais, normalmente terceirizados. O relato de Alexandra corrobora com essa afirmação: “Agora que nem [...] as irmã da Clara foram prá

lá ano retrasado parece, daí começaro trabalhá no mercado. Daí é de...de limpeza, né? E daí a sobrinha dela trabalha num restaurante, de ajudante. Esses serviço...”.

A divisão sexual do trabalho manifesta-se do mesmo modo em ambas as comunidades envolvidas na pesquisa. De modo geral são as mulheres as responsáveis pela realização do trabalho doméstico no âmbito familiar e isso se reproduz na relação com os/as filhos/as, quando as tarefas domésticas de arrumar a casa, fazer comida, lavar a louça, etc são delegadas às meninas desde cedo, enquanto tais responsabilidades não são cobradas dos meninos.

Clara relata que, em sua casa, quem assume o trabalho doméstico na sua ausência são as filhas: "Lá em casa as vez sô eu. Quando eu tô em casa é...agora quando eu saio, daí as menina que toma conta". Ela tem 3 filhas e um filho, de 25, 23, 16 e 19 anos, respectivamente, e 3 netos (5 meses, 3 e 5 anos). Clara fala que são muitas pessoas na mesma casa, por isso não para nada limpo, em pouco tempo já está tudo sujo novamente. Às vezes as meninas ajudam na limpeza da casa, mas Clara diz que não gosta de ficar esperando, então o serviço de casa fica, na maioria das vezes, sob sua responsabilidade. Só quando está muito cansada é que ela "larga lá" e, se está sujo, fica sujo. Clara fala para os filhos: "[...] chegá gente aqui quem vai passá vergonha é ocêis".

A respeito da responsabilidade sobre o trabalho doméstico, Laudelina relata que "[...] aqui mai é só eu memo!". Ela mora numa casa com duas filhas, uma de 12 e outra de 20 anos, o marido e uma sobrinha-neta que ela cria, com dois anos de idade. Segundo ela, quem "ajuda" a cuidar da pequenininha é a filha de 12 anos de idade. O marido sai para trabalhar todo dia numa loja de material de construção em Barra do Turvo e ela levanta às seis horas da manhã para fazer marmitta para ele. De acordo com seu relato, a rotina diária é a seguinte:

E só nós...eu bem cedo levanto pa mexê com a minha horta primeiro, daí depois que eu vorto limpá a casa. Que as menina só limpa pa cá, po lado de cá...mai a cozinha de lenha eles num mexe não. É...não...xiiii...prá cá eles limpa tudo, coisa, mexe com tudo, mais cozinha de lenha eles num mexe. Ainda tem que andá correndo atrás da menininha tamém, que eu nem sei onde que ela tá. Ela num para. Mema hora que ela tá aqui ela ta na casa da vó dela, daqui a pouco ela tá lá na casa dos pais dela.

Esse relato ilustra a complexa dinâmica que se articula entre os diferentes tipos de trabalho que precisam ser realizados pelos membros da unidade familiar para a manutenção da família. Evidencia, ao mesmo tempo, as relações de interdependência entre o trabalho na produção, que é realizado tanto no mercado pelo marido, como na horta no entorno de casa, com o trabalho doméstico e de cuidados no cotidiano das mulheres. Nesse último caso, não há um momento bem demarcado em que começa o trabalho na produção ou o doméstico. As

coisas misturam-se na dinâmica de organização do trabalho na família e várias atividades são realizadas simultaneamente: preparar a comida, cuidar da filha mais nova, dar comida aos frangos e galinhas, etc. Por esse motivo, as tarefas produtivas passam a ser vistas como uma extensão do trabalho doméstico, o que contribui para invisibilizar ainda mais tais atividades.

O trabalho doméstico, portanto, ao contrário do que se pensa, é um trabalho extenuante. Conforme afirma Paulilo (1987, p. 7), em seu artigo denominado “O peso do trabalho leve”, a noção de “trabalho leve” não está relacionada a um “[...] trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças”. Além da força física exigida, o trabalho doméstico exige emocionalmente de quem o faz, pois não acaba, não tem fim, como pode ser observado no relato abaixo:

E o pior que a gente faz... a gente faz, faz e dali um poquinho a gente olha prá trás tá tudo sujo de novo. Que nem na pia...a pia fica cheia de loça, eu vô lá e lavo. Na hora que eu vô terminano de lavá aquela parte, eu olho na mesa e tá cheio de novo! Ah! Eu num venço...falei que eu vô fica o dia intero só na pia? Num tem como! Falei Ah! Cada um vai lavá o seu! A criançada pa toma um copo de água, se tive um copo sujo na pia, eles num pega aquele. Eles vão pegá o que tá limpo. Daí [...] vai...vai só acumulano (CLARA)

Clara conta ainda que o filho de 19 anos não ajuda com o serviço da casa, apenas ajuda a fazer bagunça e implicar com as crianças mais novas. O marido, por sua vez, quando volta para casa no final de semana, segundo ela, já está cansado e, por isso, ela prefere fazer as coisas a pedir a ele: “[...] ele ‘ajuda’. Ele cuida das criação [...] as veiz o prato que ele suja, ele lava...”.

Nesse sentido, Vilma relata que a responsável pelo trabalho doméstico e pelos cuidados em casa é "eu memo! [...] É eu que sô responsável, só que daí e...eles me ‘ajudam!’”. Ela relata que quem mais divide a responsabilidade do trabalho doméstico com ela é uma de suas filhas, além de afirmar que o serviço é bastante: “[...] tem veiz que...é tem veiz que eu tô lavano ropa já se apura com o trabalho”. Os filhos mais novos ajudam nas atividades externas, como molhar a horta e tratar dos animais. Já o marido, segundo ela, “[...] de vez em quando ajuda! Vez em quando é...as veiz faz café de manhã cedo! Mai é...difícil tamém. A veiz que eu tô apurada assim, ele...pica alguma mistura tamém, pa fazê...mais é meio difícil, mai...mais é eu memo!”.

Alexandra, por sua vez, relata que, em casa, o marido contribui com algumas tarefas domésticas, embora a responsabilidade maior seja dela:

É meio dividido tamém. As coisa que ele, tipo na cozinha memo, ele ajuda bastante. O dia que eu num...tô muito a fim de...as vez comida ele faz. As vezes picá, lavá, tudo as verdura, precisá faz o arroz, faz feijão. Daí só otras coisa tipo ropa, essas coisa, daí ele já num lava, daí tenho...dobrá, essas coisa...daí recolhê ele ajuda, recolhê. Mais otras coisa...mai loça, lava tamém. Varrê uma casa assim, ele tamém...ele tamém varre. E quando eu saio, né? Viajá. Daí ele fica tomano conta da casa, fazeno as coisa que ele...que ele consegue dá conta. As coisa que ele dá conta, ele faz, né? Tipo varrê a casa. Num faz o completão, que nem tipo, vô passá pano e...daí já num faz...mas o meio...meio por cimão faz. Cozinha, cuida das criança, manda pa escola, busca lenha.

Os relatos acima evidenciam que, de modo geral, o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, desde muito novas. A noção de “ajuda”, utilizada para designar algumas atividades realizadas pelos homens no trabalho doméstico, é resultado da divisão sexual do trabalho. Esta se materializa na responsabilização das mulheres pelo conjunto de atividades não mercantis na sociedade, especialmente o trabalho doméstico e de cuidados.

Esse sistema de subordinação das mulheres tem resultados concretos para a vida das agricultoras, conforme ilustra o relato de Vanda. Ela perdeu a mãe muito cedo e, a partir de então, teve que assumir todo o trabalho doméstico e o cuidado com o pai e os irmãos, o que a impediu de continuar os estudos:

Quando eu era criança, né? Eu estudava, a minha professora queria levá eu pa Itapetininga. Morá ca irmã dela lá, cuidá das criança da irmã dela e...e estudá. Eu tava na...na...eu tava na segunda série, né? E eu num quis i. Porque eu tinha dó de deixá meu pai, né? Porque era só eu que tinha dento de casa. Se eu saisse daí ficava só ele ca piazada. Quem que lavava ropa pa ele, né? Lavá ropa, fazê comida...eu num fui de dó. E tivesse...se eu tivesse ido daí eu estudava tudo lá. Essa vez acho que eu tinha uns...ah acho que eu tinha uns doze anos já [...] (VANDA)

O relato acima também reforça o que outras agricultoras do Córrego da Onça afirmaram sobre a contratação das meninas, ainda muito novas, para trabalharem nas “casas de família” em Barra do Turvo e outros municípios, assunto que será abordado no item 7.3. De todo modo, os relatos sobre a trajetória de vida das agricultoras reafirmam que são elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico na família e, quando saem em busca de emprego nos centros urbanos, acabam trabalhando como diaristas ou nas atividades de limpeza e serviços gerais no mercado formal, atividades que se configuram como uma extensão do seu papel no âmbito doméstico.

7.2 – A economia do cuidado e o trabalho invisível das mulheres

Em todas as entrevistas realizadas é possível perceber como o trabalho doméstico e de cuidados compromete as mulheres do ponto de vista físico e emocional. Além do cansaço físico do trabalho doméstico, há uma sobrecarga emocional das mulheres nas tarefas de cuidado.

Uma situação vivenciada com uma das agricultoras entrevistadas ilustra bem essa questão. No período do trabalho de campo, em outubro de 2017, quando fui entrevistar Vilma, estávamos no segundo dia do horário de verão, portanto ainda estávamos sentindo o processo de adaptação ao novo horário. No início da entrevista ela relatou que, devido à preocupação para que os filhos não perdessem a aula, não havia dormido direito:

Tem veiz que eu levanto que num é nem seis hora! Custumei já! Agora com esse horário tô com medo de perdê a hora! Acho que eu acordei...acordei quatro e...quatro e poco hoje! Daí durmi mai um poquinho e com medo de perdê a hora, tava delirano até, por isso que sonhei com esses ônibu! Pareceu que eu ta...acordei sustada assim, pareceu que eu escutei o ronco do ônibu, só que num era nada! Tava variano até!

Vilma relata que, como recebe auxílio do Programa Bolsa Família (PBF), tem que sempre cuidar para que as crianças não falem às aulas, uma vez que a frequência escolar é uma das exigências para a manutenção dos repasses mensais do programa às famílias. Segundo ela, “[...] graças a Deus as crianças aqui de casa vão na escola tudo certinho. Eles não são de faltar, só quando tá doente, i eu pego atestado lá no médico pra levar”. Vilma relata ainda que tem medo de ficar doente e não ter quem cuide do horário dos filhos irem para a escola, porque em casa é ela quem mais se responsabiliza por isso:

[...] eu tenho medo desse negócio escola cedo, porque quem levanta cedo sô eu! Seis hora da manhã já...já...já levanto pa prontá eles pa i pa escola! Daí já é mai cumpricado! [...] Ché! Se fosse esperá da...dos otro aqui, as criança nunca ia na escola [...].

De modo geral, foi possível perceber que a preocupação e a responsabilidade com os estudos dos filhos recaem sobre as mulheres. São elas que vão às reuniões na escola e que se preocupam com os horários para que as crianças estejam prontas para irem à aula, desdobrando-se para conciliarem tais cuidados com o tempo de trabalho na produção. Da mesma forma, o cuidado com a saúde da família também fica sob responsabilidade das agricultoras. São elas que preparam o remédio “do mato” para os filhos e maridos quando estes adoecem, ou que levam e acompanham os familiares no serviço público de saúde.

Dois relatos foram bastante expressivos quanto às dificuldades enfrentadas pelas agricultoras no acompanhamento de doentes: o de Tereza, do Córrego da Onça e o de Lelia, da CRQ Terra Seca. Tereza conta que, um dia antes de ser entrevistada, teve que levar seu filho ao hospital porque ele estava passando mal e com febre. Isso ocorreu no final de semana e ela não tinha dinheiro para chamar o táxi, então pediu a um vizinho:

Então, daí o que aconteceu? Fui parar no hospital com o Cisco. Febre, dor no peito e falta de ar. Tive que arrumá um carro e...levei ele no hospital! Ontem a noite. [...] Olhava nele assim, ele tava igual um pimentão! [...] Ele chegô no hospital [...] Ah! ele tá com febre memo, que dá prá vê que ele tá...daí ih! O médico demorô [...] ai meu Deus do céu!

Depois do atendimento, Tereza teve que chamar um táxi para levá-la de volta para casa, pois não havia ambulância disponível no hospital. Sua irmã, que a acompanhava, afirmou que quando tem apenas uma ambulância no hospital, eles não levam as pessoas embora para casa e não atendem nenhum chamado das comunidades. Tereza conta que

[...] porque só tinha uma ambulância disse que...tive que pagá um táxi sem pudê...sem podê! Quando...só tinha uma ambulância e num quisero trazê ele! Eu tive que saí lá pa praça arrumá um táxi lá! [...] A sorte que eu tinha levado [...]. No caso acho que eu tinha um dinherinho em casa, [...] daí eu...dei o dinheiro que tava dentro da bolsa [...]. Não! fica...eu falei: Ah! Ficá deveno po senhor, porque...Daí ele: 'Não, tá bom! É...pa...num precisa mai não, tá bom esse aqui!

Sua irmã, nesse momento, relata que, quando teve a filha, ficou internada em Pariqueraçu, município próximo e referência para os moradores de Barra do Turvo no atendimento à saúde. Segundo ela, depois de três dias internada em Pariquera, quando chegou em Barra do Turvo, tinha apenas uma ambulância no hospital e eles não quiseram levá-la em casa. Diante disso, ela relata:

Só tem uma ambulância! Só tem uma ambulância aí e num tem como levá prá lá! Falei: Ah! É? Então eu vô embora a pé! O...se acontecê alguma coisa cumigo a responsabilidade é de vocês! Acho que eu fiquei quatro dia lá em Pariquera, lá! Ca agora chegá aqui, ainda tê que dormi pa esperá por caso que tem só uma ambulância aqui! Não! Eu vô embora! Daí eles dero um jei...um jeito lá! Não! Mai dorme aqui até manhã! Não![...] Num quero ficá no hospital! Deusulivre! Daí eles pegaro a ambulân...pegaro e mandaro a ambulância vim trazê eu! [...]

Por sua vez, Lelia tem um relato sobre a situação que as agricultoras têm que passar quando acompanham familiares nos serviços públicos de saúde. Segundo ela, há poucos dias do início do trabalho de campo, seu irmão, que é “o braço direito” de sua mãe, Sá Mariinha, havia feito uma cirurgia. Lelia conta que ele foi atendido primeiramente por um médico que

estava realizando atendimento na CRQ Terra Seca, depois foi para o hospital em Barra do Turvo e de lá foi transferido para Pariquera-açu, no dia seguinte, para fazer a cirurgia. Quem acompanhou o irmão durante toda a peregrinação em consultas foi Dandara, e Lelia acompanhou-o durante a internação para a cirurgia. Ela fez o seguinte relato:

Fui. Daí a Dandara ficô na Barra e eu fui prá lá. Fiquei lá cuidano dele lá. Dormino nas cadera do hospital. Ih...e...ainda bem que lá...ele é de menor, tinha almoço e janta normal e café. Mas dava dó. Ia as pessoa lá que tipo...que nem eu tenho vinte seis ano. Se precisá de alguém cuidá de mim, num recebe a comida, nem café. Tipo a Aninha, tem quinze, num sei, daí ela é menor de dezoito eu sô acompanhante dela, como, né? Bebo. Mas se não, fica de fora do hospital daí se a pessoa num tivé dinheiro ó...tinha uma mulher lá que comeu lá, por causo que a cuzinhera teve pena. Mas a cuzinhera tava arriscano o emprego dela. Nossa sofrimento [...] (LELIA).

O caso exposto por Lelia evidencia que apenas as acompanhantes das pessoas doentes menores de idade têm direito à alimentação durante o período de internação. Caso a pessoa seja maior de 18 anos, cada acompanhante tem que viabilizar sua própria alimentação e local para ficar. A divisão sexual do trabalho materializa-se na responsabilização das mulheres pelos trabalhos de cuidados e, diante disso, são elas que ficam mais tempo nas filas dos hospitais e de outros serviços públicos, sem qualquer política de proteção social do Estado.

Além dessas duas situações relatadas, durante o período de campo Dandara também estava com o filho em casa, recuperando de uma cirurgia realizada após um acidente de moto, quando este voltava do trabalho em Curitiba. Como ele não havia sido registrado em carteira de trabalho pela empresa, não estava recebendo o benefício social para acidentes de trabalho, denominado auxílio doença acidentário. Dessa forma, Dandara relatou que há alguns dias havia dado o pouco dinheiro que ela tinha para o filho ir a Curitiba para realizar os procedimentos na tentativa de receber o benefício. Segundo ela, “[...] esses dia ele pediu eu dei até meu cartão com o restinho que tinha pra ele levá, porque quando eles pede, é pra mim, não é pro pai deles não [...]”.

Outras agricultoras também relataram que os recursos sobre os quais elas têm maior autonomia costumam ser direcionados para custos com saúde, seja para a compra de remédios ou para a realização de exames. Esses gastos aumentam com a precarização dos serviços públicos de saúde, pois como elas mesmas relatam:

Tem. Não...de...de...pressão, de pressão só...agora desse de...de...comé qui é..tiroide aí já tem que comprá memo, esse aí já num dão. Esse aí a pessoa tem que...a pessoa compra. Aí eu vou usano...o dinheiro que eu pego tamém eu uso pa comprá remédio. [...] Eu tomo remédio pa diabete, colesterol, tiroide e às vez quando num tem no hospital, daí a pessoa tem que comprá daí... (LAUDELINA)

Conforme demonstram os relatos abaixo, Laudelina e Clara também utilizam os recursos que recebem para fazer exames, uma vez que, se depender do Sistema Único de Saúde (SUS), o agendamento pode demorar muito tempo. Isso demonstra que quando o Estado cumpre precariamente as funções de redistribuição – seja pelo fornecimento de atendimento médico, medicamentos ou exames – as agricultoras acabam dispondo dos poucos recursos que têm para garantir a manutenção mínima da saúde:

Daí pá fazê exame, né? Que tem...tem ultrassom que se for p'cê marcá pela...pelo SUS, demora um ano, aí tem que pagá! (CLARA)

LAUDELINA: - Agora memo eu to tentando vê se eu ajunto um dinheirinho pa mim fazê exame. É um exame...comé qui é memo o nome do exame, lá?

CLARA: - Você vai fazer é ultravaginal [...] é cem reais!

Essa questão da saúde agrava-se devido às dificuldades que as agricultoras têm para acessar um serviço que as respeite, que tenha ética e que preserve o sigilo das informações sobre os exames realizados no sistema público de saúde. Conforme relata Clara,

Aqui na Barra eles fazem o preventivo no postinho mesmo, as enfermeira fazem. Só que...eu com as enfermeira da Barra aqui, ixi, não faço de jeito nenhum. É que aqui uns tem...tem uns que...é a gente fez, porque vai lá, faz exame, depois, chegou no corredor do...do...do posto, tão tudo ali fofocano. Daí é [...] a gente já tem vergonha de fazê esses tipo de coisa, agora...cê faz ali e vê contando tudo pos otro [...]. Deixa a gente mais com vergonha ainda. É preferível fazê com uma pessoa de fora que ele vai embora, vai pa cidade dele e num...a gente nem tá vendo a cara dele...

Esses relatos tornam evidente os impactos da precarização dos serviços públicos sobre a vida das mulheres. No cenário atual, esse quadro tende a se agravar, já que a política do governo federal tem promovido a abertura das últimas fronteiras de proteção social do Estado brasileiro ao mercado, com a depauperação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

As mulheres são afetadas diretamente quando se naturaliza, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, a sua responsabilização pelo trabalho de cuidados e, ao mesmo tempo, invisibiliza-se o volume de trabalho realizado por elas para o cuidado com as pessoas. A articulação entre o capitalismo e o patriarcado, conforme afirmam as economistas feministas, aprofunda as desigualdades de gênero ao se apropriarem do trabalho das mulheres para a reprodução desse sistema excludente e desigual.

Os relatos acima dão uma dimensão da quantidade de trabalho de cuidados, não remunerado, realizado pelas mulheres. Mesmo nos casos em que os/as filhos/as estão

residindo em outros municípios, esses retornam para a casa para receberem os cuidados das mães e irmãs, até a plena recuperação e o retorno ao mercado de trabalho.

No entanto, o que ocorre quando elas adoecem? O que se percebeu é que, de modo geral, a família reorganiza-se para redistribuir o trabalho realizado por elas, como ilustra o relato de Vilma: “[...] daí eles se vira aqui! Do jeito deles, né?”. Ela conta que ficou doente há uns dias e o marido e filhos/as reorganizaram-se em casa para cuidarem dela e realizarem o trabalho que está sob sua responsabilidade:

Ah daí ele...daí é eles memo! Ele, as criança! Um dia eu fiquei é...é...[...] mei passado...fiquei ruim de...de...de bronquite, a gripe forte deu ni mim, fiquei de cama memo! Daí eles que cuidaro de mim! Fizero cumida aqui! Levava cumida pa mim lá na cama que eu num guentava nem levantá! Corpo tudo dolorido, febre! Ele, as crian...ah ota [filha] tava qui tamém ante dela imhora, daí ela ajudô cuidá tamém de mim!

Alexandra relatou que quando estava com gripe “[...] daí ele fazia uns remédio prá mim. Fazia o chá prá mim tomá. [...] Ele gosta dessas coisa, inventano negócio de chá, né? Do mato. Daí ele faz”. Mas, por sua vez, Laudelina relata que “aqui as vez um ficou doente eu faço remédio prá beber. Quando eu fico doente eu mema que tenho que fazê prá mim bebe, daí. Eu mema que tenho que procurá lá ele prá mim, se não...”. Nesse caso ela que tem que buscar remédio “no mato” quando fica doente.

Diante das observações realizadas em campo e dos relatos das agricultoras, foi possível perceber que quando estas se ausentam ou adoecem, a maior responsabilização sobre o trabalho doméstico recai sobre as filhas, ainda que haja uma redistribuição do trabalho entre os membros da família. Essa reorganização do trabalho também pode se estender a outras mulheres, como irmãs e parentes mais próximas. Nesse caso, a família ampliada passa a ser um espaço de redistribuição do trabalho não remunerado, quando as mulheres não podem assumí-lo.

A partir desses relatos podemos observar duas implicações: a primeira é que, mesmo quando os/as filhos/as e outros membros da família estão residindo em outros municípios em busca de trabalho e emprego, quando estes/as adoecem, a ausência do Estado faz com que o trabalho de cuidados seja realizado pelas mulheres (mães, irmãs, tias etc).

O sistema de proteção social do Estado negligencia uma parte considerável dos cuidados necessários para que as pessoas estejam aptas para o trabalho ou, simplesmente sobrevivam. Desta forma, apropria-se do trabalho não remunerado que as mulheres realizam, invisibilizando as interdependências entre a produção e a reprodução.

A segunda implicação é que, de modo geral, na relação familiar, são as mulheres que assumem o desembolso de seus recursos para a compra de remédios, material escolar ou outros gastos demandados pelos/as filhos/as ou por elas próprias. Nesse caso, os poucos recursos financeiros que elas possuem e que poderiam ser revertidos para outros usos são gastos com o pagamento de exames e consultas particulares. Mais uma vez o sistema de proteção social do Estado, ao negligenciar as necessidades de cuidados das pessoas e precarizar os serviços públicos de saúde, empurra as mulheres para o acesso a serviços particulares, com recursos próprios.

Todo esse conjunto de atividades e a intensa carga de trabalho desempenhada pelas mulheres reafirmam o trabalho doméstico e de cuidados como atividades economicamente relevantes, sem as quais o sistema de produção não seria possível. Tanto o Estado quanto os homens que usufruem do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres contribuem para as relações de opressão e de subordinação delas, aprofundando as desigualdades de gênero na sociedade.

Por este motivo, tanto a economia feminista, quanto o conceito de economia substantiva proposto por Polanyi (2000), ao considerarem o conjunto de atividades não mercantis como parte da economia, contribuem para dar visibilidade à enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres e, ao mesmo tempo, revelar a relevância de sua contribuição econômica à sociedade.

7.3 – A prestação de serviços e o Programa Bolsa Família como estratégias para a construção de autonomia

As principais fontes de renda entre as agricultoras entrevistadas são o trabalho na agricultura, por meio da produção de alimentos, a prestação de serviços realizada eventualmente, e a política de redistribuição de renda, denominada de Programa Bolsa Família (PBF). Como às mulheres é atribuída a responsabilidade sobre o trabalho doméstico e de cuidados, conforme visto anteriormente, recai sobre elas a pressão para a “conciliação” entre o trabalho na produção e os cuidados. Por este motivo, as mulheres buscam as ocupações temporárias e eventuais, como a prestação de serviços, para a geração de renda complementar à economia familiar.

Uma das fontes de trabalho para algumas agricultoras do Córrego da Onça é o Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira (CEAFM), um espaço de recepção de visitantes que um casal de agricultores administra no Córrego do Franco, localizado a uns trinta

minutos a pé da comunidade. Clara é a mulher que trabalha com maior frequência nesse local e, segundo ela, é chamada apenas quando o centro recebe grupos maiores, formados por vinte pessoas ou mais. Ela relatou, ainda, que há muito não recebiam visitas de grupos grandes.

Conforme Clara relata, o turno de trabalho normalmente acontece das sete e meia da manhã até às cinco horas da tarde e que as atividades desempenhadas são variadas. Às vezes ela vai um dia antes para a limpeza da casa e dos alojamentos e, após a chegada dos grupos, fica nas tarefas da cozinha. Algumas vezes ela leva uma das filhas para ajudar, pois o volume de trabalho é muito grande, a depender do tamanho do grupo. Ela relata que quando chega na parte da tarde já não aguenta de dor nos pés, o que demonstra que este tipo de trabalho exige ficar muitas horas em pé, sendo bastante cansativo. A diária que recebe é a mesma praticada na região para todo tipo de serviço, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais). No entanto, quando elas têm que ficar até mais tarde, o valor pago é um pouco maior, cerca de R\$70,00 (setenta reais).

Pa tudo tipo de...é cinquenta reais...só quando é noite, daí ela paga um poquinho a mais. Que nem agora...foi terça feira que chegou o pessoal, fiquei até nove horas da noite. Daí ela paga setenta reais. Mas tem vez que...quando vem os americano mesmo...porque ficava eu lá e a Maria Firmino. E agora ela tá chamando a Tereza de noite. Que é muito cansativo, né? Porque vai...ficá o dia intero até nove, dez hora da noite, daí otro dia deita tem que levantar de novo [...] daí a gente num guenta. Quando vê a gente tá dormindo sentada. E num pode sentá...mas é bom trabalhá!
(CLARA)

Quando vai ajudar, a filha de Clara normalmente recebe pelos dias de trabalho,mas, ainda que não haja pagamento, Clara afirma levá-la, pois o volume de serviço é alto. Assim, enquanto ela fica na cozinha, a filha fica na limpeza geral. Ela também relata que, há alguns anos, ela e a irmã trabalhavam na colheita do café de um dos fazendeiros da comunidade, recebendo por saca. Mas, segundo ela, como o café não deu lucro, este foi substituído pela Pupunha e agora não há mais trabalho lá.

Na CRQ Terra Seca as agricultoras relatam que as principais oportunidades de trabalho são aquelas realizadas por diária, seja no trabalho doméstico ou na prestação de serviços para capinar, roçar pasto, etc. Carolina comenta que a diária de trabalhadora doméstica fica entre R\$50,00 (cinquenta reais) a R\$60,00 (sessenta reais). Já para trabalhar na roça, o valor é pago por hora de serviço, conforme explica Carolina: "Aqui até três hora de serviço é vinte reais, parece...vinte, vinte e cinco [...]. E o...acho que até meio dia é...acho que é uns vinte e cinco ou mais acho. É eles paga só por horário, né? do serviço... de vinte a vinte e cinco".

Outra alternativa de geração de renda para Dandara, da CRQ Terra Seca, é o trabalho realizado na COOPERAFLORESTA, também pago por diária. Esse tem sido uma importante entrada de recursos financeiros para ela, além da produção agroflorestal que realiza na sua área, próxima à casa, e a produção na área sob responsabilidade do marido, fora da CRQ Terra Seca. Entre essas três demandas de trabalho, Dandara investe naquilo que mais precisa, de acordo com o momento. No relato abaixo, ela conta que, embora tenham feito um planejamento para um plantio grande na área do marido, prefere manter seu trabalho na COOPERAFLORESTA, pois esse é um recurso sobre o qual ela tem mais autonomia:

É, eu vou também, mas não...é que eu não tô direto lá né. Aí eu tiro mais quando tô com tempo assim. Esse ano já fez o planejamento ali pra gente fazer um bom plantio, mas eu não tenho também muito tempo, né? E eu acho que eu parar também com meu trabalho da diária lá em baixo vai fazer falta pra mim, mas o pessoal tá lá que eles precisa de mim lá, e faz falta em casa também né, as criança tudo pede pra mim, aí o dinheirinho que entra lá serve pra me ajudar assim. Então não tem muito tempo de envolver com a lavoura, né?.

De modo geral, os homens de ambas as comunidades envolvidas na pesquisa fazem trabalhos eventuais por empreitada ou por diária, nas comunidades e em locais próximos, geralmente em condições muito precárias. No caso da CRQ Terra Seca, as mulheres também se engajam na prestação de serviços por diária para realizarem capina e outras atividades em propriedades de outrem. No Córrego da Onça, alguns relatos ilustram como se dá o trabalho de prestação de serviços pelos homens.

Maria Firmino conta que seu marido não trabalha por diária, normalmente, "[...] ele recebe assim mais se ele tra...mais se ele faz serviço po [...] dono [...] que tem o mercadinho ali em baixo. Daí ele faz serviço e já pega em...as coisa já! Fazê uma cerca, fazê essas coisa assim...as veiz mata porco prá ele, essas coisa!". Alexandra conta que seu marido às vezes consegue serviços esporádicos e que concilia isso com o trabalho na roça que ele tem “no morro”.

[...] Que no caso agora memo, tá bem sem...sem serviço, e pega, faz uma empreitinha ali, pega duzentos, pega cem, trabalha num dia e pega cinquenta. Daí num é sema...tem veiz vara semana sem trabalha prá ninguém. Trabalhano só lá na roça dele memo. Daí é mais é assim. Ele pega um dinheirinho, vai, compra umas coisinha, passá uma semana, duas...e daí o dinheiro do bolsa família que eu pego, tem vez que compro alguma coisinha que tá faltano, daí vai gerano assim, vai passano (ALEXANDRA).

Em alguns casos as empreitadas ou outras oportunidades de trabalho aparecem em outros municípios ou estados, o que exige que os homens fiquem um período fora da comunidade.

Nesse caso, todas as atividades da gestão e de cuidado com a casa e a com família são assumidas pelas agricultoras, conforme cita Dandara, do Quilombo Terra Seca: quem “[...] continuô prá frente aí foi as mulher!! Mais [...] que manteu assim...porque os ómi tinha as veiz que saía pa trabaiá fora, né? Quem ficava segurano era as mulher mesmo!!!”. Essa condição é corroborada por Clara, do Córrego da Onça, cujo marido trabalha como pedreiro:

[...] Eu que fico cuidando de tudo em casa. eu tenho que cuidá dos fio, cuidá de porco, cuidá de galinha, tenho que cuidá de tudo. Tem uns porco que ele veio prá cá, né? Dele cuidá. [...] mandá ele vendê tudo, mas o preço que ele qué dos porco, ninguém dá. Então, fica lá os porquinho. Agora tem que comprá remédio pa mandá capá todos eles" (CLARA)

No caso de Maria Firmino, o marido trabalha como caseiro de uma propriedade e, por isso, às vezes ele empresta o pasto para receber “algum trocado”. Vilma relata que o marido trabalha todos os dias numa fazenda próxima ao bairro, cuidando dos búfalos, mas não tem “carteira assinada”. Segundo ela, ele recebe por diária cerca de R\$40,00 (quarenta reais), mas o fazendeiro paga por mês: “É mais pra diária, só que o homem paga por mês. Ele junta e paga por mês...e não é registrado também”.

O valor da diária, neste caso, é inferior ao praticado na região, de cerca de R\$50,00 (cinquenta reais). Todavia, das seis entrevistadas no Córrego da Onça, apenas duas agricultoras relataram que seus maridos estão empregados com registro em carteira, sendo um como motorista numa empresa em Barra do Turvo e outro como pedreiro numa empresa que tem sede em Registro. Esse último havia conseguido emprego há pouco tempo, numa empresa de construção civil que ganhou licitações em municípios da região.

Como pode ser observado pelos relatos acima, as agricultoras também contribuem financeiramente para a composição da renda familiar, seja com recursos oriundos da prestação de serviços e outros trabalhos eventuais, ou pelo recebimento do PBF e pelos recursos gerados com a produção de alimentos. Apesar disso, essa contribuição continua invisibilizada no âmbito familiar e pelas próprias agricultoras.

7.4 – O olhar das agricultoras sobre as fontes de renda e a construção de estratégias para sua maior autonomia

As diferentes fontes de renda que as agricultoras e os demais membros da unidade familiar auferem estão vinculadas a diferentes tipos de trabalho realizados, mercantis ou não mercantis, em relações formais e informais. Como citado anteriormente, as principais

oportunidades de trabalho relatadas em ambas as comunidades são a prestação de serviços, o acesso ao PBF e o acesso aos mercados para a comercialização da produção, seja ela convencional ou agroecológica.

No caso dos benefícios recebidos de programas sociais, como o PBF, a família deve cumprir algumas condicionalidades na área da saúde e da educação. Nesses condicionantes estão embutidos, embora invisibilizados, o trabalho doméstico e de cuidados, geralmente assumidos pelas mulheres, que devem ser realizados para garantir o acesso ao programa.

Embora as agricultoras tenham uma contribuição econômica significativa para a composição da renda familiar, das seis agricultoras entrevistadas no Córrego da Onça, quatro consideram que a maior fonte de renda é o trabalho do marido e, em seguida, os recursos do PBF:

Ah...o meu é só o salário. Salário do meu marido só" (LAUDELINA)

O meu agora vai ser só...vai ser o salário do meu marido memo. Que... o dia que...o dia que ele tava sem serviço, ele tava trabaiano pro irmão dele [...].Tava construindo a casa dele. Daí...quando vinha era trezentos reais que ele vinha, que ele trabaia por aqui a fora. Trezentos reais por mês. Trezentos reais por mês pa uma casa cheia de gente é...bem difícil. Agora que ele conseguiu serviço. Vai fazê um mês que ele tá...que ele arrumô serviço, mas antes... (CLARA)

"É do gan...ganhinho dele que trabaia lá memo! [...] É mais o ganho que ele trabalha lá mesmo, o bolsa família também ajuda bem! (VILMA)

É mai do bolsa família! Daí os bico co meu marido faz, né? Que...peixe que ele caça, quando ele qué, vende, daí os...nóis...nóis temo! (MARIA FIRMINO)

A percepção das agricultoras reflete uma impressão generalizada na sociedade: a contribuição econômica das mulheres, desde uma perspectiva ortodoxa da economia, é invisível porque envolve um conjunto de atividades não mercantis que precisam ser realizadas para que todo o sistema funcione. Conforme será visto mais adiante, as CA possibilitaram desvelar parte da contribuição econômica das agricultoras à unidade familiar, seja pela produção para o autoconsumo ou pela doação, troca e venda dos alimentos produzidos por elas. Ainda assim, prevalece a percepção dos homens como provedores da família, como observado nos relatos acima.

Por outro lado, os relatos demonstram que as mulheres têm maior autonomia na gestão daqueles recursos gerados pelo seu trabalho – prestação de serviços ou produção de alimentos – e oriundos das políticas de redistribuição de renda, no caso o PBF. Dandara afirma que “[...]”

eu acho que eu preciso ter um dinheirinho assim, que eu governe né...Porque o que é da gente a gente faz o que quer daí, né? Não tem esse negócio assim do marido ficar falando as coisas [...]” (DANDARA).

Sobre o PBF, quando indagadas sobre quem se responsabiliza pelos recursos, elas respondem: "Eu memo!". Vilma e Maria Firmino afirmam que são elas as responsáveis por receberem e definirem como serão utilizados os recursos do PBF. No caso da Laudelina, ela recebia os recursos do PBF mas, após o marido ter conseguido emprego na cidade, o benefício foi cancelado.

Com a política de ajuste fiscal do atual governo, uma série de cortes em políticas sociais tem ocorrido no Brasil, como no caso do PBF. Disso resulta que no município de Barra do Turvo alguns benefícios foram revistos e uma das agricultoras da CRQ Terra Seca, que estava comercializando seus produtos junto aos grupos de consumo em São Paulo, teve seu benefício cancelado. Conforme relata Dandara, os funcionários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município passaram a exigir a apresentação da nota das agricultoras:

[...] é que aqui é muito...é bem chegado, as pessoas conhece bem o giro da gente, né? Daí quando entrô esse projetinho de...de...dessa entrega pa São Paulo eles...eles começaro colocá isso daí como venda! Aham...e daí tá na nota, né? [...] E seno que nem pede nota nos papel! Nem pede nota [...] pa fazê o cadastro, nem pede! Só pede carter de trabalho, né? Daí como eles viro de certo que consta a renda do agricultor, né? Eles começaro a pidi nota, né? [...] (DANDARA)

Os depoimentos das agricultoras sobre a incidência dos funcionários do CRAs após elas terem iniciado a comercialização dos produtos para São Paulo evidenciam algumas das dificuldades que as agricultoras enfrentam para conjugarem estratégias para a construção de sua autonomia econômica. Como a movimentação de recursos financeiros é relativamente pequena quando comparado ao tamanho das famílias, é bastante evidente a expressão dos princípios de integração nas relações econômicas estabelecidas pelas agricultoras. Já que não podem depender apenas do mercado para o acesso a bens e serviços, constroem relações de reciprocidade, articuladas a estratégias de redistribuição, ao acesso às políticas públicas e à produção para o autoconsumo, de modo que apenas o estritamente necessário seja adquirido no mercado. Essa é uma estratégia adotada pelas agricultoras e por suas famílias para a construção de autonomia, tanto no âmbito familiar, como no individual.

No Córrego da Onça, a produção para o autoconsumo foi retomada a partir da ação de assessoria técnica realizada pela SOF. Antes, conforme será visto mais detalhadamente no Capítulo 8, as famílias dependiam da doação de alimentos realizada pelo Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA)²³. Nessa trajetória de constituição do grupo Rosas do Vale, as mulheres migraram, portanto, da condição de receptoras de alimentos à agricultoras, produzindo para o autoconsumo e para a comercialização do excedente.

Deste modo, elas colocam em prática alguns princípios de integração econômica propostos por Polanyi (2000). A domesticidade, nesse caso, manifesta-se por meio da produção para o autoconsumo; a comercialização é a expressão do princípio das trocas mercantis. Conforme afirmaram as agricultoras, parte da produção é doada a vizinhos e familiares, o que pode ser interpretado como princípio da redistribuição. Esse princípio também se manifesta por meio da troca de mudas e de sementes adquiridas pelas agricultoras, seja no mercado ou em eventos dos quais participam representando o grupo Rosas do Vale.

A perspectiva adotada pelas agricultoras para a construção da autonomia dirige-se, em primeiro plano, à autonomia da unidade familiar. Quando indagadas sobre a destinação dos recursos sob sua responsabilidade, seja do PBF ou de pequenas entradas financeiras advindas da prestação de serviços ou da venda da produção de alimentos e de artesanatos, elas logo apresentam uma lista de coisas para a casa e para os filhos.

Aparentemente é sobre esse montante de recursos que as mulheres têm maior autonomia de decisão, embora em alguns casos elas fiquem responsáveis por gerenciar todo o dinheiro da família, como pode ser observado nos relatos abaixo:

Não, geralmente, tipo...dinheiro meu que eu pego, né, é o Bolsa Família mesmo, né? Daí o que eu vendo alguma coisinha também, daí eu fico com ele, decido quanto que for, daí ele nem...nem se...num fala nada. Daí o dele também, geralmente ele pega e dá prá mim, comprá as coisa, essas coisa, né? Ele num fica com o dinheiro. Porque ele num...num vai comprá nada, daí eu que tenho que i, né? Tipo for pa fazê compra, ele pega o dinheiro, solta na minha mão, daí...só me ajudá pa trazê [...] mas ele...daí eu que...solta na minha mão, eu que tenho que se virá. [...] Que tem uns marido que pega e ele que segura ali, né? E ele que compra, ele já num tem esse pobrema (ALEXANDRA).

É, fica comigo memo...daí eu que, eu que pego. Daí eu...esse dinheirinho que entra assim, daí eu compro as otras coisa assim que, de...assim coisa da horta, assim, coisa de semente, coisa assim, daí eu invisto também nas...tipo de outras coisa. [...] É eu compro daí...as vez eu compro as coisa assim pas...pas criança, as coisinha assim pa...as vez tá fartano em casa [...] A gente compra assim pa...remédio memo eu, que também as vez preciso comprá remédio, daí eu compro remédio. (LAUDELINA).

Eu compro as coisas de casa que tá faltando, compro as coisas pras crianças, de escola. Porque tem que manter as crianças na escola também [...] (VILMA)

²³ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado em 2003 pelo governo federal, tem como objetivo promover o acesso à alimentação adequada e estimular a agricultura familiar, através da compra dos alimentos.

Ah eu ajudo a pagar mercado, pago as minha conta, continha na padaria, a roupa pro meu filho, que ele intera 16 ano, né? Ah, eu tou... acaba gastando o dinheiro, né? [...] Compro roupa nova pra mim, sabendo duma festa, já vou lá já compro uma roupa nova... to bonita, já dou uma arrumada no cabelo... [risos] (MARIELLE)

Embora tenham maior autonomia para gerenciar os recursos que ficam sob sua responsabilidade, de modo geral, as agricultoras acabam investindo os recursos na compra de bens de primeira necessidade para a família. Priorizam pagar as contas, a compra de itens para a escola e roupas para os filhos, e os gastos com saúde, como a compra de remédios. Além desses, os principais itens para os quais as agricultoras destinam recursos para a manutenção da família são a alimentação, a energia e o transporte. No caso das que têm criação de pequenos animais, especialmente frango, a ração também ocupa lugar de destaque. Quanto aos custos de transporte, uma das agricultoras reforçou que a passagem de ônibus para o centro de Barra do Turvo está cara, no valor de R\$4,00 (quatro reais).

"É mais alimentação, alimentação, energia [...]. É tem o trans...as veiz a gente vai, né? no ônibus pa barra, tem que pagá, né? Vamo umas duas veis por mês, três..." (MARIA FIRMINO)

Percebi que esse é um custo importante e que limita a ida das agricultoras para a cidade, uma vez que as caronas que antes eram possíveis no ônibus escolar, hoje já não são mais.

No caso do Córrego da Onça, dada a limitação de acesso à terra, boa parte da alimentação das famílias entrevistadas é ainda dependente da compra nos mercados locais, nos quais é possível "pendurar a conta" para acertar no mês seguinte, de doações e, mais recentemente, da pequena produção das hortas e outras áreas de plantio.

Os relatos acima demonstram que a economia familiar é composta por poucas entradas de recursos monetários. Por esse motivo, uma prática muito comum em ambas as comunidades envolvidas na pesquisa é a aquisição de bens alimentícios nos mercados locais, onde a relação de mercado é mediada pela reciprocidade. Isso permite que a compra desse mês seja paga no mês seguinte, quando uma nova compra será feita, garantindo o acesso das famílias aos alimentos e outros itens de consumo que não conseguem produzir. Essa prática também constitui-se como uma estratégia importante para a autonomia das famílias e, neste caso, o princípio da reciprocidade manifesta-se fortemente na relação de troca mercantil.

O acesso aos recursos naturais também é um fator que confere maior autonomia às famílias. Para cozinhar, todas as agricultoras entrevistadas utilizam o gás e a lenha como fontes de energia. O preço do gás, no período do trabalho de campo, variava entre R\$60,00 e R\$70,00 (sessenta e setenta reais), a depender de onde era comprado. Na cidade de Barra do

Turvo é um pouco mais barato, mas para buscar é preciso gastar com táxi, o que acaba encarecendo o produto.

De modo geral as agricultoras utilizam gás e/ou lenha, de acordo com a disponibilidade de recursos monetários da família: "Nóis usa. Então, quando caba o gás que a gente tá sem...meio sem dinheiro, fica tem vez até mês assim, cozinhando nele. Esses dia memo, tem...foi semana passada que comprô gás" (ALEXANDRA).

Nesse caso, embora o acesso à lenha seja um fator gerador de autonomia, ela possui um custo, que se manifesta na maior quantidade de trabalho realizado muitas vezes pelas mulheres, seja para a sua coleta ou para o preparo dos alimentos.

Como pode ser observado neste capítulo, a construção da autonomia econômica na perspectiva das agricultoras dá-se a partir da conjugação de diferentes estratégias. Em suas trajetórias, boa parte das agricultoras entrevistadas em ambas as comunidades têm no trabalho doméstico e de cuidados uma possibilidade de auferir renda, seja em Barra do Turvo, Curitiba ou outras cidades vizinhas. Ao mesmo tempo, quando esse é realizado em casa, é sobre elas ou sobre as filhas mulheres que recai tal responsabilidade de um trabalho invisível, interminável, que só é percebido quando deixa de ser feito.

Ademais, as agricultoras também acessam políticas sociais, como o PBF, e realizam a prestação de serviços eventuais para a geração de renda, parte dos quais em atividades que reforçam seu papel no âmbito doméstico. Além disso, também atuam na produção de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização e, assim, conseguem reduzir os custos com a compra no mercado e, ao mesmo tempo, gerar entradas monetárias para a composição da renda familiar.

De modo geral, os homens – maridos e filhos – geram renda realizando a prestação de serviços eventuais ou trabalham na produção agropecuária. Em alguns casos, eles possuem registro em carteira de trabalho em atividades não agrícolas desempenhadas na cidade de Barra do Turvo ou em outros municípios. Assim como os homens, as mulheres também participam da produção agropecuária, no entanto, a percepção das agricultoras permanece sendo a de que a principal fonte de renda é oriunda do trabalho dos maridos e do Programa Bolsa Família, o que contribui para reforçar a invisibilidade do seu trabalho e de sua contribuição econômica para a manutenção da família.

No próximo capítulo serão abordadas as diferentes formas de valorização mercantis e não mercantis da produção das agricultoras, na perspectiva de desvelar a relevância de sua contribuição econômica para a economia familiar.

8 – FORMAS DE VALORIZAÇÃO MERCANTIS E NÃO MERCANTIS DA PRODUÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES

As abordagens teóricas utilizadas para as análises empreendidas nesta dissertação afirmam o caráter substantivo da economia e contribuem para valorizar um conjunto de atividades não monetárias realizadas pelas mulheres, reconhecendo-as como trabalho. Elas contribuem, igualmente, para questionar os modelos analíticos que reconhecem apenas as atividades remuneradas e as trocas mercantis como parte da economia.

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes à produção de alimentos realizada pelas agricultoras que pode se configurar tanto como um componente não monetarizado da renda familiar, quando destinada principalmente ao autoconsumo e à doação, quanto como um componente monetarizado, quando destinada à comercialização.

Buscaremos evidenciar a relevância econômica – mercantil e não mercantil – da produção realizada pelas agricultoras, bem como dar visibilidade às suas práticas de comercialização que conjugam ações para a construção social de mercados, para o acesso a políticas redistributivas e iniciativas individuais de comercialização, acionadas em momentos específicos e assentadas sobre relações de parentesco.

Além disso, será apresentada a sistematização das anotações realizadas pelas agricultoras nas Cadernetas Agroecológicas, dando visibilidade à sua produção mercantil e não mercantil, conforme as relações de consumo, de doação, de troca e de venda que estabelecem.

8.1 – As Cadernetas Agroecológicas como instrumento de valorização da contribuição mercantil e não mercantil das agricultoras para a economia familiar

As Cadernetas Agroecológicas foram um importante instrumento para dar visibilidade à contribuição das mulheres à economia familiar e ao trabalho realizado por elas que, até então, não tinha valor. A contribuição das CA como instrumento econômico se mostrou relevante por possibilitar tanto análises desde uma perspectiva substantiva da economia, conforme afirma Polanyi (2000), quanto análises desde uma perspectiva da sustentabilidade da vida humana, conforme as economistas feministas,

As atividades de consumo, doação e troca foram visibilizadas, o que antes só acontecia com as trocas mercantis, único aporte reconhecido como contribuição econômica pelos economistas ortodoxos e, de modo geral, pela sociedade. Assim sendo, tornaram-se visíveis

também as diferentes formas de valorização, mercantis e não mercantis, da produção econômica das mulheres.

Para a compreensão dos dados sistematizados das CA serão apresentadas algumas informações gerais, coletadas com o QCS e verificadas a partir das entrevistas, a respeito da organização econômica das agricultoras e do acesso a mercados.

Na CRQ Terra Seca, as agricultoras estão organizadas através do grupo produtivo informal denominado “As Perobas” que possui uma média de 2 anos de existência e cerca de 8 integrantes que se reúnem em suas próprias casas. As agricultoras do grupo produzem e comercializam hortaliças, comercializam frutas e beneficiados da agroindústria vegetal e participam das iniciativas de comercialização com os grupos de consumo de São Paulo e com a Quitandoca. A renda obtida é de menos de 1 salário mínimo por mês.

No Córrego da Onça, as agricultoras estão organizadas no grupo produtivo “Rosas do Vale” que possui cerca de 7 integrantes (4 agricultoras entrevistadas declararam que o grupo possui entre 6 e 8 integrantes) e existe há 2 anos. O grupo se reúne nas casas das integrantes e, no momento do trabalho de campo, ainda não comercializava a produção conjuntamente, tendo apenas iniciativas pontuais de venda porta a porta e comercialização coletiva em feiras e eventos. As agricultoras produzem e comercializam individualmente itens como artesanatos, hortaliças, frutas, carne, ovos e beneficiados da agroindústria vegetal. Na tabela 4, a seguir, estão organizadas informações sobre as principais formas de acesso a mercados.

Tabela 4 - Principais formas de acesso a mercados, a partir do questionário socioeconômico

Bairro	Agricultora	Feira agroecológica	Venda em casa	Venda porta a porta	Venda na comunidade	PAA	PNAE	Cooperativa*
Terra Seca	Vanda	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
	Dandara	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Sá Mariinha	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Córrego da Onça	Alexandra	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Vilma	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Laudelina	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Tereza	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Maria Firmino	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 4, fica evidente que a participação das agricultoras da CRQ Terra Seca nos mais diversos mercados é significativa, principalmente quando se analisa a organização coletiva das mesmas (vide acesso ao PAA, PNAE e Cooperativa), o que se dá através de seu grupo produtivo e de processos anteriores de organização econômica da comunidade. A

Cooperafloresta é um canal de comercialização importante para muitas famílias. No entanto, cabe esclarecer que essa tem a personalidade jurídica de uma associação, embora as agricultoras tenham afirmado realizar a comercialização via cooperativa.

As agricultoras do Córrego da Onça se diferenciam por atuarem individualmente na comercialização de seus produtos no mercado local, na venda porta a porta e na comunidade, possuindo algumas iniciativas pontuais de comercialização coletiva em feiras e eventos. De maneira agregada, verifica-se que, entre todas as formas de comercialização possíveis que constavam no Questionário de Caracterização Socioeconômica, mais de 52% delas são acessadas pelas agricultoras da CRQ Terra Seca, enquanto as agricultoras de Córrego da Onça acessam, em média, quase 26% dos diferentes tipos de mercados.

As Cadernetas Agroecológicas preenchidas pelas agricultoras de ambos os bairros auxiliam na análise de sua participação econômica. As 3 agricultoras da CRQ Terra Seca que responderam ao questionário preencheram as cadernetas por 10 meses. De maneira similar, entre as 5 agricultoras de Córrego da Onça que responderam ao questionário, 4 preencheram as cadernetas: uma por 12 meses, uma outra preencheu por 11 meses e duas por 8 meses.

É importante ressaltar que, para além do fato de que as anotações nas cadernetas são, muitas vezes, infrequentes e variáveis de acordo com o contexto socioeconômico das agricultoras, existe um outro componente que contribui para a subestimação do valor econômico da produção dessas mulheres: a dificuldade de valoração da produção não monetária. Na CRQ Terra Seca, essa questão é menos relevante dado que quase 97% das anotações nas cadernetas foram devidamente precificadas pelas agricultoras. De forma diferente, no Córrego do Onça, menos de 68% das anotações foram precificadas, sendo que nas doações e trocas, a ausência de valores ou preços é mais recorrente.

As agricultoras tiveram dificuldades de precificar itens que não tinham valor de mercado determinado, seja porque não costumavam adquirir esses produtos, ou porque haviam embutido neles um valor simbólico que não correspondia a qualquer valor de mercado. As Figuras 1 e 2 apresentam os valores totais das anotações precificadas para cada comunidade, por relação econômica.

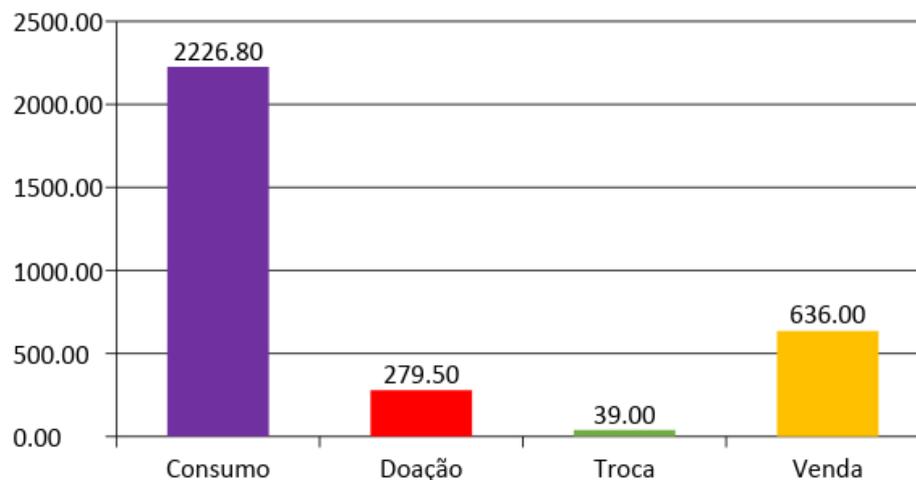


Figura 1 - Valor total da produção por relação econômica para o Córrego da Onça.

Fonte: Elaboração própria

No Córrego da Onça, onde a soma desses valores totaliza R\$3.181,30, a produção para consumo é a mais relevante no sentido econômico, correspondendo a R\$2.226,80 ou quase 70% do valor total da produção. Percebe-se, ainda, que as atividades de troca não são frequentes e correspondem apenas a 1,2% do total movimentado em todas as relações econômicas.

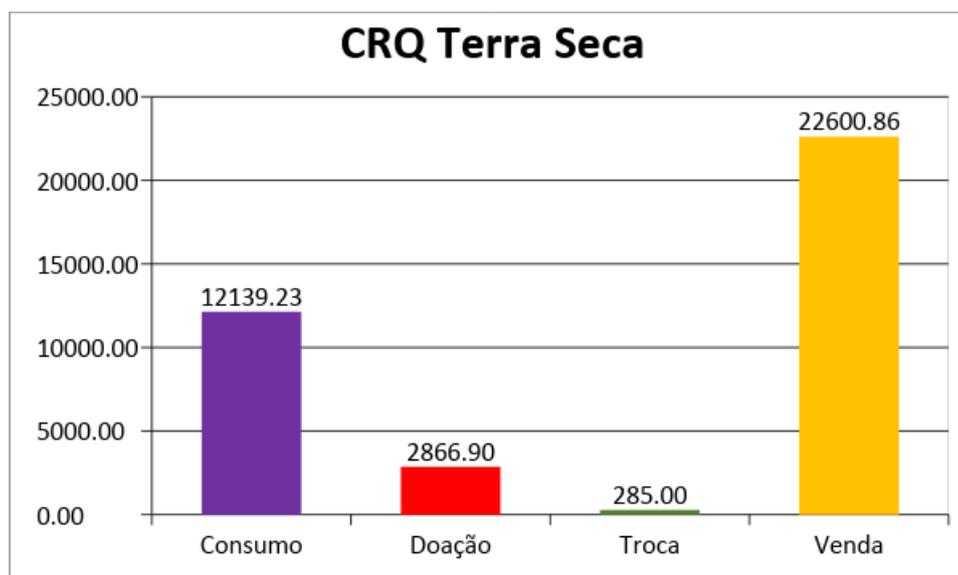


Figura 2 - Valor total da produção por relação econômica para a CRQ Terra Seca

Fonte: Elaboração própria

Na CRQ Terra Seca, o cenário se distingue, em termos relativos: dos R\$37.891,99 produzidos pelas agricultoras no período de anotação, R\$22.600,86 ou aproximadamente 60%

advém da venda da produção. O consumo corresponde proporcionalmente a 32%, e a doação, a 7,6%. Assim como no Córrego da Onça, as atividades de troca ocorrem em proporção muito pequena e não chegam a atingir 1% do total das relações econômicas.

Uma vez que a quantidade de anotações não precificadas, especialmente no Córrego da Onça, era bastante significativa, realizamos um exercício para chegar a uma estimativa do valor total das anotações com e sem precificação. O valor dos produtos precificados foram estendidos para os mesmos produtos não precificados pelas agricultoras. Deste modo tentamos reduzir a subestimação do valor total da sua produção econômica. As Figuras 3 e 4 resumizam as informações obtidas a partir das CA com a estimativa total da produção – precificada e não precificada – em cada comunidade.

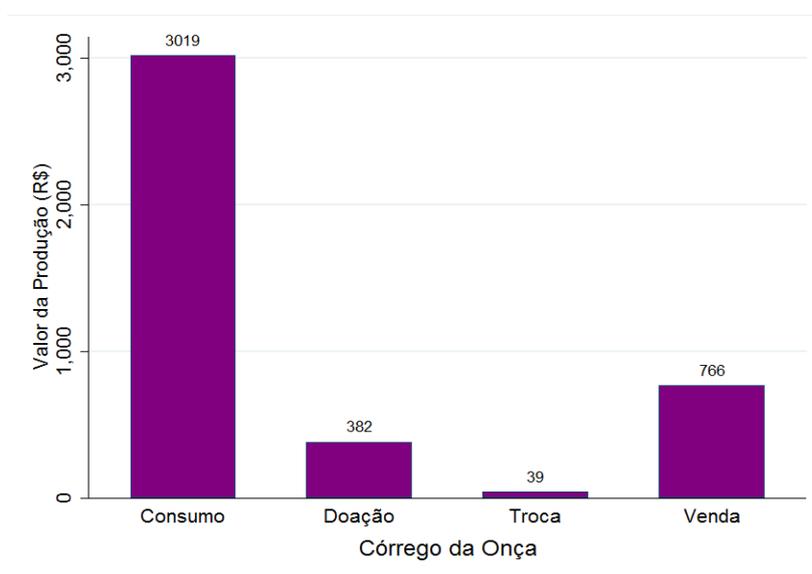


Figura 3 - Valor total da produção por relação econômica no Córrego da Onça.

Fonte: Elaboração própria.

No Córrego da Onça, comparando-se os valores precificados pelas agricultoras com o nosso exercício realizado para a precificação, tem-se que o valor total da produção aumentou de R\$3.181,30 para R\$4.205,74, uma diferença de mais de R\$1.000,00 ou 32,2%. Conforme citado anteriormente, a maior alteração ocorreu para a relação de consumo, que havia sido subnotificada nas CA.

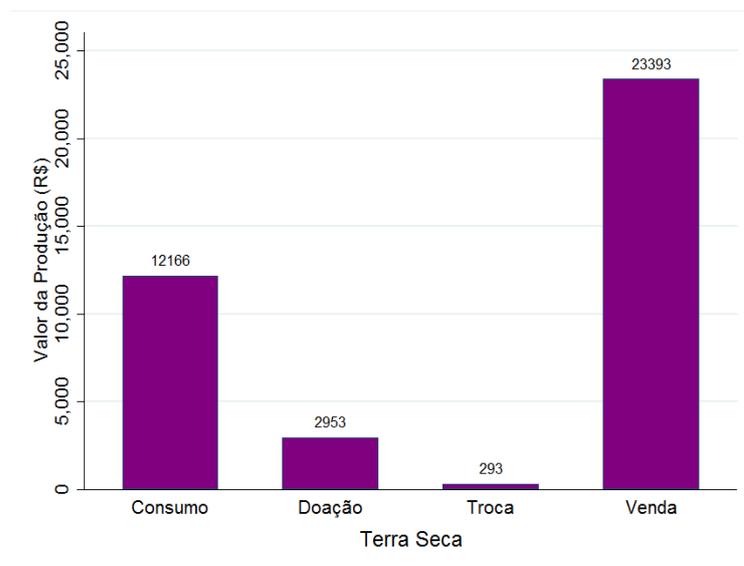


Figura 4 - Valor total da produção por relação econômica na CRQ Terra Seca

Fonte: Elaboração própria.

Na CRQ Terra Seca, o novo valor estimado para o valor total da produção aumentou de R\$ 37.891,99 para R\$ 38.804,59. O maior aumento ocorreu nas anotações da venda dos produtos, no valor de R\$ 792,14. Conforme citado anteriormente, a quantidade de anotações não precificadas pelas agricultoras na CRQ Terra Seca era muito pequena, o que repercutiu na pequena proporção no valor total. A Figura 5 apresenta os dados agregados do valor da produção de cada agricultora por comunidade e a relação econômica, que possibilita um olhar comparativo entre os totais estimados para a CRQ Terra Seca e o Córrego da Onça, considerando-se os novos valores estimados.

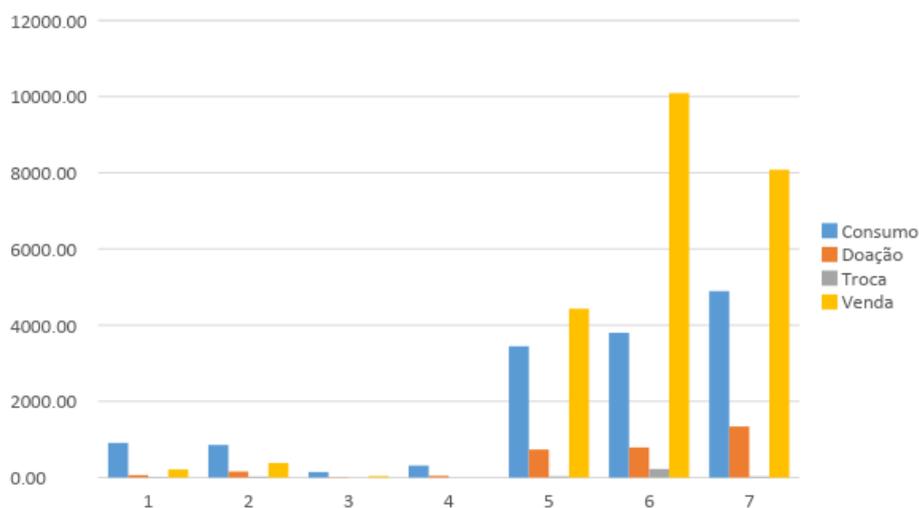


Figura 5 - Valor total da produção, por comunidade e relação econômica

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, o valor total movimentado pelas agricultoras da CRQ Terra Seca é muito superior ao do Córrego da Onça o que, em partes, se deve à maior capacidade de inserção em distintos mercados pela CRQ Terra Seca, em função de sua organização econômica e sociopolítica. Essas informações corroboram aquelas apresentadas na Tabela 5, a respeito do acesso aos mercados em ambas as comunidades.

Em síntese, a Figura 5, ao sumarizar a proporção entre as relações econômicas estabelecidas por cada agricultora das duas comunidades, dá sustentação empírica ao que, tanto as economistas feministas quanto Polanyi (2000) afirmam a respeito da noção de economia. As atividades não mercantis em ambas as comunidades são muito expressivas e refletem trabalho e renda não monetária revertida em benefício da economia familiar. Essas evidências empíricas reafirmam a necessidade de incorporar a produção econômica não mercantil e todo o conjunto de atividades relacionados a ela, para ressignificar a noção de economia, no sentido substantivo.

Somando-se a produção mercantil e não mercantil protagonizada pelas agricultoras, as Figuras 6 e 7 abaixo apresentam os valores consolidados mensais por comunidade:

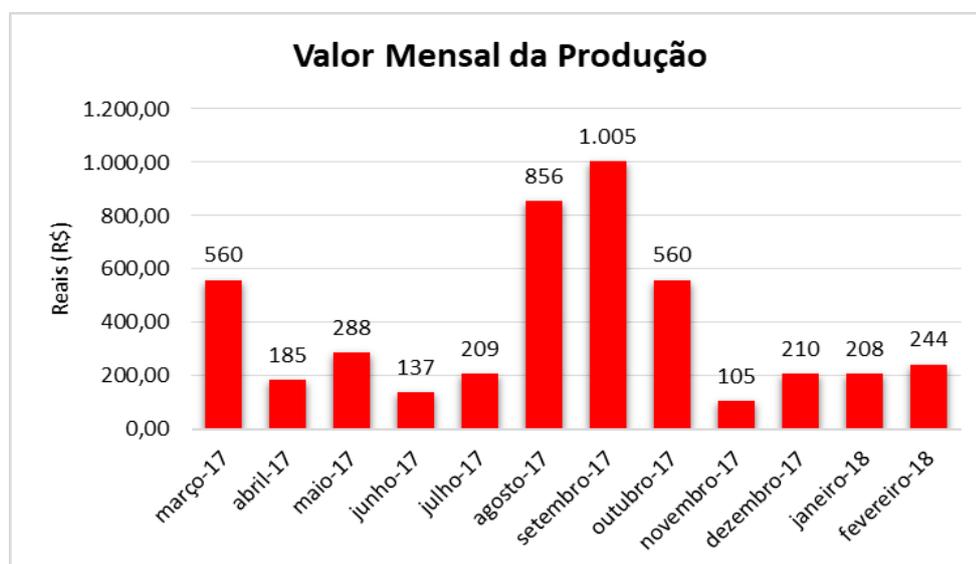


Figura 6 - Valor mensal da produção no Córrego da Onça

Fonte: Elaboração própria

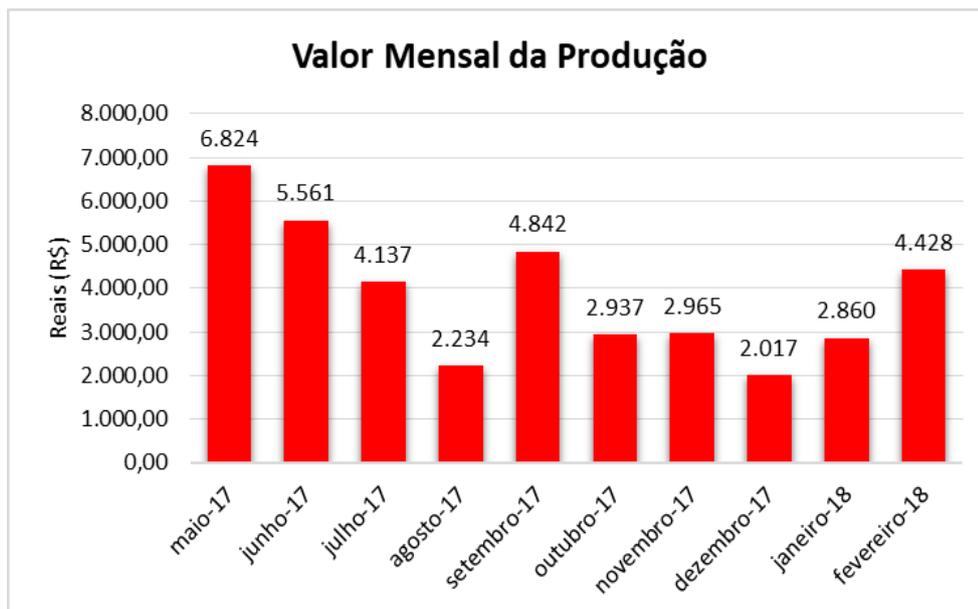


Figura 7 - Valor mensal da produção na CRQ Terra Seca

Fonte: Elaboração própria

Os resultados de valor mensal da produção podem ser desdobrados nas médias mensais obtidas em cada comunidade, representadas pelas Figuras 8 e 9, abaixo:

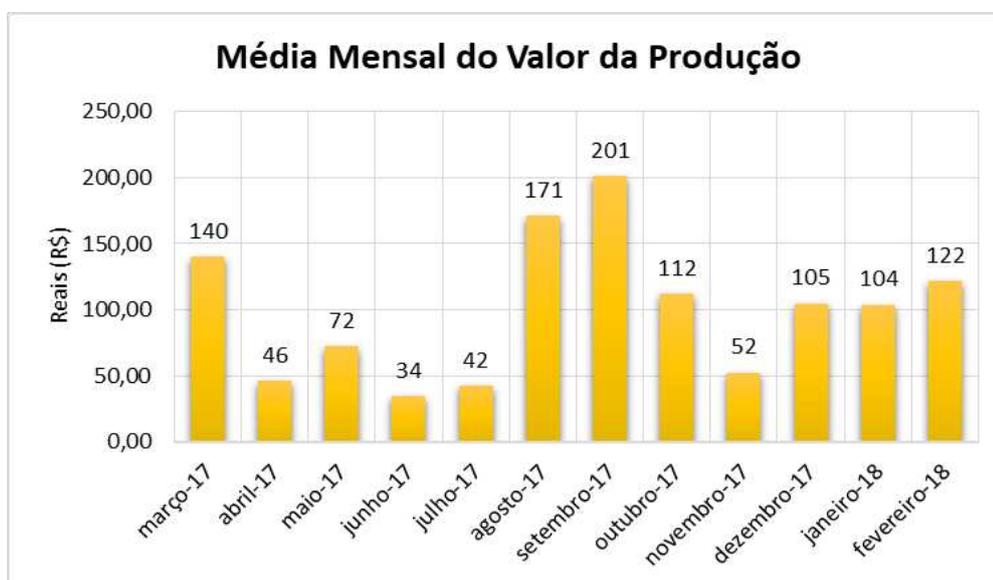


Figura 8 - Valor mensal médio da produção no Córrego da Onça

Fonte: Elaboração própria

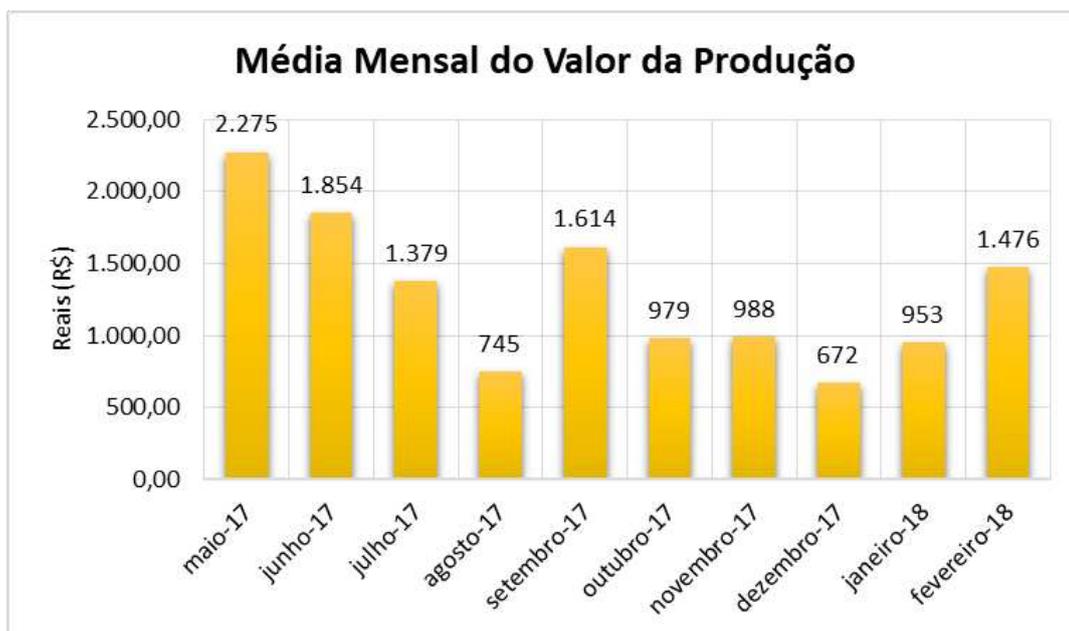


Figura 9 - Valor mensal médio da produção na CRQ Terra Seca

Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, para um olhar pormenorizado, as Figuras 10 e 11 apresentam as variações da produção mensal de cada agricultora por comunidade. Desse modo, é possível qualificar os resultados obtidos, considerando o contexto de cada agricultora.

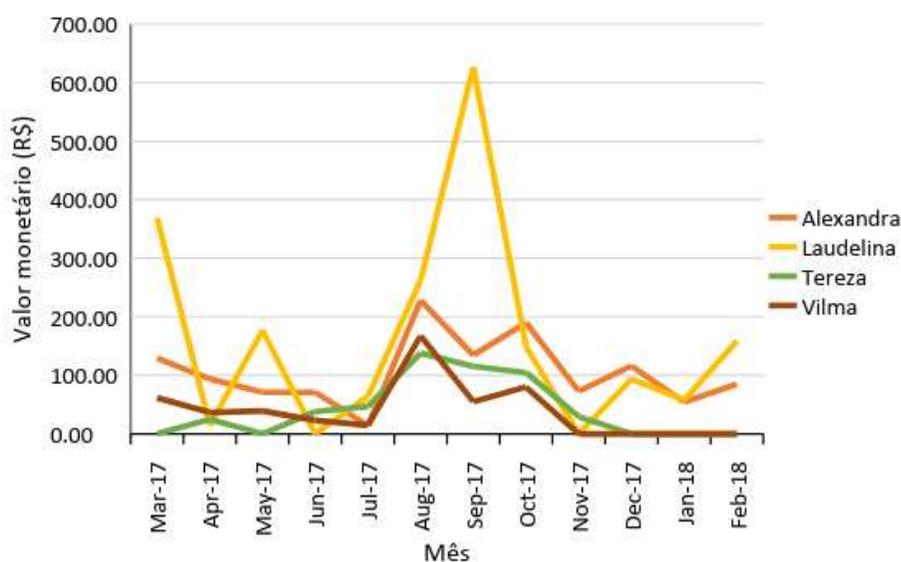


Figura 10 - Variação no valor mensal da produção, por agricultora no Córrego da Onça

Fonte: Elaboração própria

Através dos dados relativos ao Córrego da Onça, pode-se observar que a partir do mês de agosto ocorre um aumento considerável na produção de todas as agricultoras. Isso se deve, de modo geral, à retomada da produção de inverno nas hortas, no mês de junho e julho, com

maior volume de colheita de agosto a outubro. A partir do mês de novembro há uma nova queda generalizada na produção, com sinais de recuperação a partir de dezembro.

Essa variação na produção econômica das agricultoras também pode estar relacionada a outros fatores, como a dificuldade de planejamento na produção. O pico de produção no mês de setembro, que impacta o valor mensal de produção (Fig. 10) e o valor mensal médio (Fig. 8), se deve ao abate de frangos para a comercialização por Laudelina que, além da maior quantidade, possuem alto valor agregado.

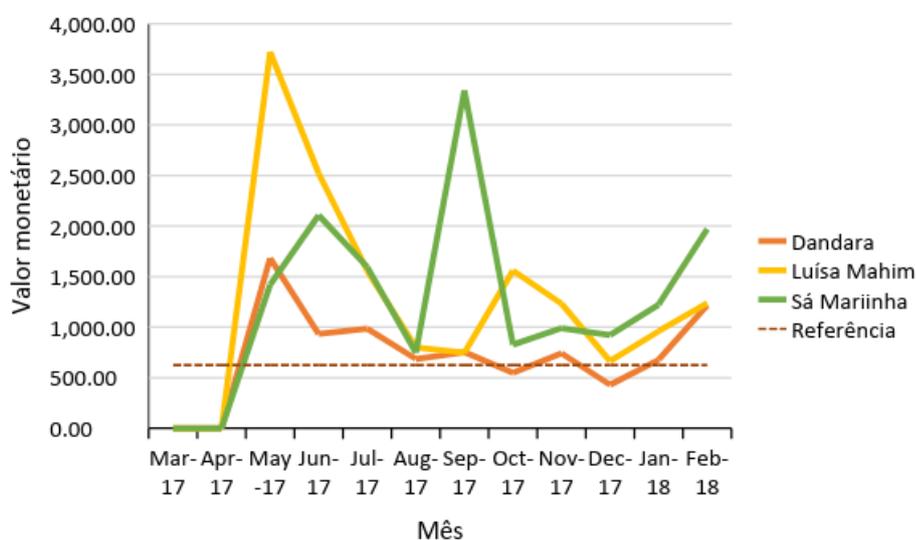


Figura 11 - Variação no valor mensal da produção, por agricultora na CRQ Terra Seca

Fonte: Elaboração própria

No gráfico da CRQ Terra Seca, a linha tracejada foi inserida como referência para demarcar o valor médio de produção referente ao Córrego da Onça. Os picos de produção observados na Figura 11, relativos à Luísa Mahim e Sá Mariinha, que também impactam o valor mensal de produção (Fig. 7) e o valor mensal médio (Fig. 9), referem-se, respectivamente, à comercialização de pupunha e de açúcar mascavo, que possuem alto valor agregado.

Apesar da produção econômica total da CRQ Terra Seca ser maior em comparação com o Córrego da Onça, pelos motivos expostos anteriormente, é evidente a grande variação mensal observada em ambas as comunidades, refletidas nas Figuras 6 a 11. Essa situação pode ser resultado da convergência de diferentes fatores, os quais não puderam ser captados em sua totalidade nesta pesquisa. Por esse motivo, recomenda-se a realização de estudos

complementares para desvelar as circunstâncias que levam a essa variação na produção econômica das agricultoras.

Nos próximos itens, serão apresentadas informações complementares às análises realizadas a partir da sistematização das CA. Dessa forma, espera-se dar materialidade às trajetórias das agricultoras e às condições que enfrentam para a geração de renda e a construção da autonomia das unidades familiares e de si próprias.

8.2 – Sistemas de produção agroecológicos como formas de construção de autonomia pelas agricultoras

Os modos de produção das agricultoras em ambas as comunidades seguem, do ponto de vista técnico, os princípios da agroecologia: sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos ou sementes transgênicas. No entanto, o acesso à terra e a trajetória das comunidades na relação com a COOPERAFLORESTA, por exemplo, se traduzem em diferenças importantes nos sistemas de manejo praticados pelas agricultoras na CRQ Terra Seca e no Córrego da Onça.

Na CRQ Terra Seca, cada família tem direito ao uso de 1 hectare de terra, cujas atividades de plantio, abertura de novas áreas e manejo precisam ser autorizadas pelos órgãos ambientais, já que se trata de uma unidade de conservação, na categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. O fogo é pouco utilizado como prática de manejo nas áreas sob responsabilidade das mulheres. Através dos depoimentos, foi possível perceber a desaprovação das mulheres em relação à prática de uso do fogo realizada pelos maridos em algumas áreas mais distantes que são de responsabilidade deles.

Conforme citado anteriormente, desde 1998, com a atuação da COOPERAFLORESTA, as famílias tiveram contato com as técnicas de produção agroflorestal e as mulheres, especialmente, passaram a incorporar a agrofloresta como modelo de produção. A produção agroflorestal combina o uso de plantas de ciclo curto – desde as hortaliças que estão prontas para a colheita a partir de 30 dias do plantio – com o uso de espécies arbóreas, plantadas no mesmo momento, com o objetivo de criar sistemas semelhantes às florestas nativas. Para que a área se mantenha produtiva, é necessário realizar o manejo das plantas ao longo do tempo, incluindo as espécies arbóreas, abrindo novas clareiras quando o sistema estiver senescente.

As podas das espécies arbóreas adultas têm sido realizadas, ao longo do tempo, pelos técnicos da COOPERAFLORESTA, pois as mulheres têm medo de subir nas árvores e realizar as podas com motosserra. Essa situação confere pouca autonomia às agricultoras, pois há poucos técnicos e muita demanda, o que acaba tornando algumas áreas pouco produtivas

devido ao sombreamento excessivo pela falta de manejo. A dificuldade das agricultoras no uso da motosserra pode ser considerada um reflexo da divisão sexual do trabalho, uma vez que esse tipo de habilidade, de modo geral, é desenvolvida pelos homens, ficando com eles a responsabilidade por esse tipo de trabalho.

No Córrego da Onça, conforme visto anteriormente, as agricultoras têm limitações no acesso à terra e passaram a retomar a prática de plantio de alimentos mais recentemente, a partir da assessoria técnica da SOF iniciada em 2015. Nesse caso, as agricultoras foram aprendendo técnicas de uso do solo específicas para as condições locais: plantio em pequenos espaços, utilizando algumas técnicas da agricultura urbana (plantio em vasos, bacias, pneus etc); plantio em áreas íngremes; e o uso de canteiro elevado em uma área úmida usada pelas agricultoras. Essa construção de conhecimento com as agricultoras só foi possível devido à assessoria técnica prestada pela SOF na execução de um contrato de Ater Mulheres, com recursos do governo federal.

As agricultoras no Córrego da Onça realizam, de modo geral, o plantio de hortas em canteiros, onde cultivam diferentes espécies combinadas. Assim, conseguem utilizar espécies companheiras²⁴ que reduzem o ataque de doenças ou de outros insetos, atraindo seus inimigos naturais. Além disso, utilizam técnicas de compostagem, produção de caldas e estão desenvolvendo a produção de mudas de hortaliças, de plantas medicinais, de plantas frutíferas e até de espécies arbóreas em pequenos viveiros nos quintais. Como será visto mais adiante, após a atuação da SOF, as agricultoras passaram a buscar outras áreas para plantio, ampliando as possibilidades de uso dos espaços na comunidade.

A imagem do senso comum, que atribui apenas ao agricultor a responsabilidade da produção, é contraposta por essas agricultoras que estão por toda a parte, realizando os mais variados tipos de atividades. Vanda, da CRQ Terra Seca, fala que na roça, "quando termina um serviço já dá outro. Trabaíá na roça é difícil, né? Por causa disso que tem muita gente que desacorçoa [...]". Ao olhar para a divisão do trabalho na propriedade, Laudelina considera que não há nenhum espaço que seja de responsabilidade estritamente do marido: "Num tem não! Não! Porque tudo é eu memo [...]". Segundo ela, o marido "ajuda" mais no final de semana, pois trabalha numa loja de móveis na cidade: "É...ele ajuda, mexe mais aqui na [...] tipo assim...mas a maioria mais é só eu!". Laudelina relatou que tem duas hortas na área próxima à casa mas, uma delas, o marido considera ser dele. E a isso ela reage:

²⁴ São plantas que se ajudam ao serem plantadas juntas, no mesmo local, pela melhor ocupação do solo, pela utilização da água, luz e nutrientes, mas também pela influência do efeito alelopático, produzido por metabólitos secundários, que podem gerar plantas mais resistentes e saudáveis.

É mais é eu também. Eu cuido das duas hortas. Cuido prá lá...aqui! aqui! Daí ele fala que é a horta dele, né? Só que daí como ele trabaia na cidade, né? Ele não tem muito tempo de mexê. Quem cuida, aí, é sempre eu que mexo [...] sempre é eu que mexo! [...] Aqui é...diz que é...que é a minha horta, né? (risos) A lá é a dele...daí a minha horta é aqui (risos) [...] quase não dá muito certo, porque tudo é eu que mexo...tudo é igual!

No relato acima, ficam evidentes as diferentes dimensões da divisão sexual do trabalho: enquanto o marido atua no mercado de trabalho formal, a agricultora trabalha na gestão de todas as demais dimensões da vida na unidade familiar. No entanto, na percepção da agricultora, a principal fonte de renda é a remuneração do marido. Apesar disso, é dela a responsabilidade pela produção para o autoconsumo e também para o mercado, como será visto mais adiante.

Vilma, por sua vez, relata que na propriedade em que mora, a responsabilidade dela é maior na horta: “[...] eu acho que é mais a horta. O terreiro também, que a gente carpe²⁵ volta e meia...às vezes ele quer jogar veneno no terreiro, o meu marido. Joga veneno, o terreiro acaba, que aquilo ali é tudo remédio”. Como se pode perceber, Vilma não trata as duas áreas como locais de produção apenas, mas considera que ali é feita a produção de alimentos e de remédios para a saúde da família e entende que o uso de agrotóxico não é compatível nesse espaço. Já seu marido prefere utilizar agrotóxico para reduzir o trabalho com a capina na manutenção da área. No entanto, Vilma é quem decide a forma como o terreiro vai ser manejado, o que reforça o protagonismo dela sobre esse espaço. Isso também evidencia as resistências, muitas vezes silenciosas, que ocorrem na família, para manter os espaços de maior autonomia das mulheres livres de agrotóxicos e de outros contaminantes. Esses são espaços de expressão das agricultoras, da sua resistência e resiliência, no enfrentamento às relações patriarcais na unidade familiar.

Andando pelo terreiro, Vilma reconheceu uma série de plantas com valor medicinal, falou sobre seu uso e modo de preparo, demonstrando uma observação e conhecimentos refinados sobre o ambiente. Esse conhecimento, desenvolvido ao longo do tempo, está relacionado ao trabalho de cuidados com a saúde que Vilma assume na família. Portanto, pode-se afirmar que o acesso ao conhecimento e aos bens naturais possibilita uma maior autonomia das agricultoras, pois é da relação com o ambiente que elas tiram boa parte daquilo que precisam para a alimentação e o cuidado com a saúde, sem precisar comprar no mercado.

²⁵ Carpir é a prática de realizar a capina com enxada, para limpar uma área que será plantada.

Na CRQ Terra Seca, de modo geral, as agricultoras relataram o uso de duas áreas para produção de alimentos, que são manejadas por seus responsáveis. Uma das áreas é localizada na comunidade e normalmente é de responsabilidade das mulheres. A outra, normalmente de responsabilidade dos maridos, fica localizada fora da CRQ Terra Seca, podendo ser na CRQ Ribeirão Grande, ou em alguma comunidade vizinha que não seja considerada tradicional.

Dandara relata que, na área da CRQ Terra Seca, ela é quem fica mais responsável pelo manejo, mas “[...] às vezes ele coloca o bico dele aqui, né? Mais é mais eu que faço, aí lá embaixo é coisa maior, né? Que tem que fazer...”. Essa área que ela considera “lá em baixo” é de herança do seu marido e a ele cabe a responsabilidade pelo trabalho. Dandara relata que, nessa área, o marido não faz agrofloresta, utiliza fogo e faz o plantio de mandioca, feijão e, recentemente, tem pensado em semear pasto para a criação de gado e búfalos.

No momento em que cheguei à comunidade para o trabalho de campo, em uma conversa breve com Dandara, ela relatou que seu marido tinha novamente colocado fogo nessa área e que isso a desmotivou de ir para lá trabalhar. Nessa família, é bastante evidente as diferenças do manejo das áreas protagonizadas por Dandara em relação à área do marido, reforçando que os espaços sob domínio das mulheres possuem maior diversidade e maior complexidade de manejo do que aqueles manejados pelos homens.

Alexandra, do Córrego da Onça, diz que no entorno de casa e na horta arrendada, a responsabilidade de plantar é mais dela, mas que seu marido, Zumbi, de vez em quando, traz alguma muda. Nesse caso, não pareceu haver conflitos entre os dois em relação à perspectiva de produção, pois Zumbi também disse já ter alguma experiência com a produção agroflorestal, sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos. Quando perguntei se há um espaço que só ela mexe, que é de responsabilidade estritamente dela, ela responde que “[...] eu acho que mais [...] tem que i po terrero, né? Tipo o viverinho ali, que eu cuido das minhas muda. Mas só eu mexo!”.

Essa área no entorno de casa é onde Alexandra pratica algumas experimentações, a exemplo da compostagem que aprendeu em uma atividade organizada pela SOF, e onde faz as mudas. A estrutura do viveiro é bem simples, compreendendo um espaço no barranco entre a casa e a estrada. No período em que estive na comunidade, Alexandra tinha uma diversidade grande de espécies no viveiro, desde hortaliças e frutíferas de ciclo curto a espécies arbóreas nativas. Essas mudas são utilizadas por ela para o plantio na horta arrendada em parceria com Tereza e na área de produção que é de seu marido, que fica “no morro”. Além disso, ela também comercializa as mudas em feiras e outras atividades e faz doações.

Os espaços de maior responsabilidade das mulheres, embora pequenos em tamanho, guardam uma imensidão de conhecimentos e relações construídas pelas agricultoras. É neles em que elas exercem sua autoridade, determinam o que pode ou não, e como deve ser feito. Algumas vezes solicitam apoio de outros membros da família, mas de modo geral, são elas as responsáveis por manejar essas áreas. Nesse caso específico, Alexandra aproveita o espaço do terreiro para acumular conhecimento, realizar experiências e produzir mudas que serão utilizadas mais tarde, na horta, em parceria com Tereza. Aqui também fica evidente que o terreiro é um espaço de construção de autonomia e de relevância econômica para Alexandra, para sua família e até mesmo para a comunidade, quando o seu conhecimento, as técnicas e as mudas são transformados na produção agroecológica para o autoconsumo, a doação e a comercialização.

Alexandra conta ainda que a área que fica “no morro” é da família de seu marido mas uma parte dela já é considerada dele numa divisão feita entre os irmãos, embora ainda não tenha sido registrada em cartório. Lá, ela diz que apenas “ajuda” e quando pergunto se não trabalha lá, ela responde: "Não, [...] que nem esse alface, essas coisa, eu fui ajudá plantá, né? [...] alface, pimenta Cambuci [...] Eu vo...tem que ajudá a limpá, né? carpi...né? Daí essas coisa quase eu nem marco na caderneta!". Essa área fica mais distante da casa, em um local de difícil acesso, e também por isso a responsabilidade maior é do marido. No entanto, o relato demonstra que a agricultora também trabalha lá, mas, como a responsabilidade não é sua, considera apenas como uma “ajuda” e, inclusive, nem anota, mesmo que parcialmente, a produção na sua CA.

8.3 – Relações de interdependência e de reciprocidade para a construção de autonomia pelas agricultoras agroecológicas

Além de suas áreas de produção individual, Alexandra e Tereza arrendaram um terreno que fica próximo à casa da primeira, na parte mais alta da comunidade. Segundo elas, a terra foi arrendada para fazerem uma horta agroecológica, visando a produção de alimentos para o autoconsumo e também para a venda. Essa iniciativa foi motivada pela assessoria técnica realizada pela SOF, como citado anteriormente, que incentivou as agricultoras a buscarem espaços na comunidade onde pudessem produzir para o autoconsumo. Além disso, como será detalhado mais adiante, uma estratégia de acesso aos mercados também foi construída com apoio da SOF, para a comercialização dos produtos das agricultoras para grupos de consumo em São Paulo.

Essa área arrendada pelas agricultoras é dividida em, pelo menos, três espaços: a horta coletiva e duas áreas de produção individual, onde os outros membros das duas famílias também trabalham eventualmente. Na horta coletiva, são plantadas as hortaliças e uma diversidade de frutos e legumes que servem tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Já nas áreas individuais, elas priorizaram plantar o que consideram como “o grosso” da alimentação da família: feijão, mandioca, abóbora etc. Tereza e Alexandra consideram que a responsabilidade pela área arrendada é delas, mesmo que contem com o trabalho de outros membros da família.

Para manejar a horta coletiva, Alexandra e Tereza têm uma dinâmica de trabalho em que, embora não haja um acordo de hora fixa entre elas, há um compromisso moral assumido pelas duas e isso basta para que o trabalho seja realizado. Os comentários abaixo ilustram a forma de organização do trabalho coletivo das agricultoras:

"Geralmente no meio de semana eu levanto lá prá seis hora, sete hora eu venho prá cá. Daí a gente trabalha até umas nove horas, nove e meia, dez horas no máximo. Quando cê vê o sol já tá assim tamém. [...] É quando a Tereza vem, daí tem vez que quando eu vô pro meu ali, ela vem pro dela. Daí nós trabalha até umas dez hora, daí já tem negócio de voltá prá fazê almoço prá criança, dá banho e mandá prá escola. Daí só volta lá prá três, quatro hora que dá uma baxada no sol [...]. Daí a gente volta [...] daí tem que molhá a horta..." (ALEXANDRA).

"Não! As veiz nós trabaia junto! As veiz tô lá moiano, ela chega daí móia...as veiz ela tá moiano, eu chego [...]. É assim! A gente num marca...é que a gente sabe que a gente tipo...tem [...] tipo um obrigação, né? De...a gente tá sabeno que a gente tem que fazê aquilo! Daí nós vamo pa Rosa tamém, daí tem a horta que nós mexe lá tamém...ajuda ela, né?" (TEREZA)

Além da obrigação moral em relação ao trabalho, que também pressupõe regras de reciprocidade entre as agricultoras, dois aspectos são particularmente importantes. Primeiramente, a conciliação entre o trabalho realizado na horta e os afazeres domésticos, em ambos os casos, já que é sobre elas que recai a responsabilidade sobre o cuidado com os filhos e o preparo de alimentação para a família, por exemplo. Como Tereza mora mais longe, normalmente vai para a horta apenas antes do almoço, pois a tarde o sol fica muito quente. Em segundo lugar, Tereza cita o trabalho que elas realizam na casa da Rosa, no Córrego do Franco, onde iniciaram uma horta coletiva. Por um lado elas reconhecem que Rosa é uma pessoa que quer ajudar as demais e, em troca, entendem que o trabalho voluntário de que podem dispor é uma contribuição para apoiá-la. Além do mais, é por meio dessa relação com Rosa e Ernesto que elas podem ter acesso a novas informações, às inovações no processo de

produção, à diversidade de sementes e mudas e, inclusive, aos recursos materiais e financeiros.

No entanto, ao contrário do que se possa supor, a relação não parece ser estritamente utilitarista, como poderia ser sustentado pelos adeptos da economia neoclássica. Aparentemente, há uma relação de solidariedade entre elas que permitiu a constituição de um ciclo virtuoso de apoio mútuo, baseado na reciprocidade e na confiança. Esse, por sua vez, garante uma maior autossuficiência das agricultoras e da comunidade no acesso a recursos, serviços, informações, sementes etc, aos quais não teriam acesso de outra maneira. Mais uma vez, as relações de interdependência e os princípios de integração econômica se expressam concretamente, contribuindo para a construção de maior autonomia pelas agricultoras.

Rosa abriu crédito em seu nome em uma loja em Barra do Turvo para comprar arame farpado para fazer a cerca da área arrendada por Alexandra e Tereza. Essas disseram que não teriam condições de adquirir os materiais necessários para a cerca sem a ajuda de Rosa pois não têm crédito no comércio em Barra do Turvo. Rosa, por sua vez, em uma conversa no Centro de Envolvimento Agroflorestral Filipe Moreira, disse que já havia pago os materiais adquiridos na loja e que as mulheres pagariam a ela mensalmente, na medida em que fossem recebendo pelas vendas da produção.

O princípio da redistribuição também se manifesta na relação de Alexandra e Tereza com outras agricultoras, como no caso de Vilma, que tem muita limitação no acesso à terra. Pelo fato dessa área arrendada ser grande, elas relatam que outras agricultoras envolvidas no início do trabalho da SOF, também poderiam trabalhar lá. Dessa maneira, poderiam fortalecer o trabalho coletivo entre as mulheres do grupo “Rosas do Vale”. Tereza afirma: “[...] mais [...] é terra demais da conta...a não ser que a Vilma quisesse, né?” e reforça que Vilma poderia se incorporar ao trabalho nessa área, mas que ela estava envergonhada por não ter participado da construção da cerca, que foi feita em sistema de mutirão, com a ajuda de outras pessoas.

A relação de redistribuição local existente entre as agricultoras permite que Vilma possa ter acesso à terra sem, necessariamente, recorrer ao mercado ou a relações contratuais formais. Por outro lado, pode-se observar o que Marcel Mauss considera como dádiva, ou seja, a tripla obrigação moral de dar, receber e retribuir. Nesse caso, pelo fato de Vilma – ou outros membros de sua família – não terem participado do mutirão para a construção da cerca no terreno arrendado, ela não se sente à vontade para trabalhar com as demais na horta coletiva.

As práticas de mutirão, por sua vez, também são formas de organização do trabalho baseadas no princípio da reciprocidade. No Córrego da Onça, pelos depoimentos das

agricultoras, não é tão comum a realização de mutirões e reunidas, tendo essas práticas se perdido com o tempo. No entanto, o trabalho desenvolvido pelas agricultoras com a produção agroecológica tem contribuído para a sua recuperação. Dessa forma, reforçam o princípio de domesticidade ou *householding*, pois criam condições para maior autossuficiência das agricultoras em relação à força de trabalho.

Na CRQ Terra Seca, essas práticas de reciprocidade ainda permanecem presentes, embora tenham sido influenciadas por mudanças institucionais e por outras questões do contexto. Vanda relata, por exemplo, que ainda se utilizam duas modalidades de trabalho coletivo na comunidade, o mutirão e a reunida: “[...] é reunida pa poquinho...poca gente. Mutirão quando nós fala é bastante gente. Aqui sai mutirão tamém a vez vem até umas cem pessoa. Pa roçá pasto, assim, né? Roça capoeira assim...as vez se for fazê uma roça [...]. Faz ih! Sempre faz, direto”. Ela conta que a família que recebe o mutirão se responsabiliza por dar comida e bebida para os/as que vão trabalhar, o que acaba se tornando uma grande festa. Normalmente, as mulheres ficam responsáveis pela cozinha e pedem ajuda de outras na comunidade. Se uma família não participa dos mutirões, dificilmente conseguirá realizar um em sua propriedade, conforme relata Vanda. Nesse caso, vemos a manifestação da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, numa análise desde a perspectiva da teoria da dádiva.

Os mutirões, além de beneficiarem as famílias da comunidade que, de outro modo não teriam condições de contratar a mão de obra necessária para a realização de determinado serviço, contribuem para o fortalecimento dos laços sociais e das relações de reciprocidade entre os grupos familiares. Eric Sabourin (2009), em seu livro “Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade”, faz um relato sobre os mutirões que se aproxima muito da realidade encontrada na CRQ Terra Seca. Segundo ele, o mutirão é um tipo de cooperação camponesa, às vezes associado à festa, que motiva a ajuda mútua recíproca. Além de uma prática de reciprocidade, o mutirão se caracteriza também pela redistribuição econômica, seja de alimentos ou da força de trabalho (SABOURIN, 2009).

Já a reunida, por sua vez, aparentemente não era muito comum na região e passou a ser realizada mais generalizadamente como prática para a certificação participativa, após a adesão da COOPERAFORESTA à Rede Ecovida²⁶. Conforme afirma Vanda:

Reunida...reunida de grupinho de muié assim sempre tem, né? Aqui nós temo, temo dois grupo aqui. Tem um grupo que eu trabaio com a comadre Carolina e tem o grupo de...de cumadre Luisa Mahim, né? Eu trabaio com tudo eles. Trabaiamo no grupo da agoforesta e eles trabaia com nós tamém!

²⁶ Sobre Rede Ecovida e certificação participativa, acesse: <http://ecovida.org.br/certificacao/>

Apesar de todas as limitações de recursos e de terra para a produção de alimentos, as agricultoras seguem ampliando suas áreas, a partir da construção de relações solidárias, baseadas nos princípios da reciprocidade e da confiança. Conforme relatam as agricultoras do Córrego da Onça:

Ó! Da horta pequena, se transformô nessa que é maior. Dessa aqui (risos), transformô lá...transformô lá naquela lá, quela de cima lá e...e...essa que é maior ainda! É que foi es...feito pequeno, mai é maior ainda no caso! [...] Daqui, desse último aqui, vai ser muita coisa! Nossa, vixe! Milho, feijão, arroz...arroz, arroz eu quero prantá aqui! (TEREZA)

Ah...tá fazeno um...uns dois...quase desdo tempo que a gente entrô morá aqui...fazeno quase dois ano acho...essa hortinha aqui. Era só duma artura prá baxo, aqui, era um pedacico só. Daí nói imendemo mai um poco prá cima aqui! Dexam mai grande! (VILMA)

Maria Firmino também relata que todo ano plantava alguma coisinha, como uma cebolinha ou um cheiro verde para o autoconsumo e que, naquele ano, tinha começado uma horta um pouco maior. Laudelina, por sua vez, relata que, além da produção na horta, também cria frangos, que servem tanto para o autoconsumo como para a comercialização, e patos que são apenas para o consumo da família. Segundo ela, os patos se alimentam de milho e de verduras que ela mesma planta: “[...] eu prantei bastante alface memo, daí num...é...num quase num saiu, né? Vendi um poco daí, coisô, daí eu do prá eles, daí [...]”. Vilma também relata que cria frango para o consumo da família e que tenta reproduzir os pintinhos em casa:

A gente cria pa comê memo! Pa botá tamém! Mai cria mais po gasto tamém, de casa. Nem vendê! Nós tinha bastante aqui! Nem vendê nós num vindia! Mai era mai pa comê memo, po gasto...os ovo tamém! Os...as vez os ovo da...da própria galinha nós faz chocá!

Na visita realizada à propriedade de Laudelina, ela mostrou um "capão de feijão" próximo às áreas de horta e, em volta da casa, vários pés de café plantados. Ela diz que o feijão e a mandioca são produzidos apenas para o gasto, mas que a produção não é suficiente para abastecer a família o ano todo. Vemos aqui, a materialização, mais uma vez, do princípio de integração econômica de domesticidade ou *householding*, através da produção para o autoconsumo e dos fluxos internos entre os subsistemas de produção, que se retroalimentam. Desse modo, a autonomia das famílias é aumentada, tanto para a criação animal, quanto para a produção para o autoconsumo.

Em relação ao plantio de café, ele serve tanto para o autoconsumo como para a comercialização e foi feito com mudinhas produzidas por Laudelina, a partir das próprias sementes. Laudelina ainda citou que também colhe um pouco na propriedade de um fazendeiro que acabou com sua lavoura quando o café baixou o preço, deixando uns poucos pés que são colhidos por algumas pessoas da comunidade²⁷.

Laudelina ainda tem uma área em que produz mudas de espécies ornamentais em vasos, prática que se configura uma paixão para ela. Há uma diversidade enorme de plantas que, inclusive, ela leva às feiras em que participa para comercializar. Ela é considerada como uma guardiã das plantas pelas demais agricultoras, pois quando há uma muda ou outro material genético em quantidade muito pequena, ou cuja viabilidade está muito comprometida, é sempre Laudelina que se responsabiliza por cuidar e reproduzir para o grupo. Esse pode ser considerado mais um exemplo da lógica da domesticidade ou *householding* operando na vida cotidiana das agricultoras, quando a capacidade de autossuficiência é ampliada pelos cuidados para viabilizar a replicação de material genético na comunidade.

Pode-se dizer que ainda é relativamente pequena a variedade de sementes, mudas e raças de animais que são produzidas por elas na comunidade. No entanto, os relatos acima demonstram que há estratégias para garantir maior autonomia e um potencial para avançar nesse sentido. O acesso às sementes e mudas e a outros materiais genéticos, como raças de animais, é realizado por uma diversidade de canais como as relações de vizinhança, a participação em redes de agroecologia e em eventos que envolvem agricultores e agricultoras na região, além da compra no mercado local. Os relatos abaixo ilustram essa afirmação:

Comprano. Só comprano...aham...só comprano memo [...] só na compra, a sementinha! Mai na verdade nós [...] tava comprano mai muda. Agora que tá chegano época de [...] daí nói tamo mexeno a...agora comprá semente, né? Agora a Rosa que pranta a...porque a gente ajuda a Rosa prantá bastante coisa, o Ernesto tamém pranta as coisa dele...e por exemplo, semente de abóbra é...essas coisa é...é eles que dão pa nós! Nós pega só da Rosa! Mai a gente já num compra...as vez a gente compra um tipo de abóbra prá vê que jeito que vai sê, né? E tem abóbra e tudo quanto é nome...as vez a gente nem conhece! E [...] nós...as vez eu falo assim: Alexandra eu comprei essa aqui e você compra essa otra pa nói vê que jeito que vai saí (risos). Que tem tanto tipo de abóbra! [...] (TEREZA)

Tem um que eu troxe té um...tem uma semente de alface de metro lá de...de Belo Horizonte! É, eu nunca vi! [...] Eu troxe aí para Laudelina dei um poquinho pa Laudelina, falei assim: Ó Laudelina! Salva esse alface de metro pa nós! [...] É! Que nem eu mostrei pa ela o feijão que eu peguei naquela caravana, nói peguemo um

²⁷ Neste caso, quando o fazendeiro ainda investia na produção de café, Laudelina trabalhava na colheita e, pelo fato de conhecer o caseiro, até hoje tem acesso aos poucos pés de café que ainda permanecem plantados, os quais utiliza para o autoconsumo.

tantinho assim nu...que era num saquinho de sorvete. Agora o Zumbi prantô, é a terceira vez né? Prantá agora, já deu mai de quilo! Fejão marelo, bem bonito! E era uma sementinha! (ALEXANDRA)

Nos relatos acima, é possível perceber a manifestação dos princípios de integração econômica conforme sugere Polanyi (2000): o acesso às sementes se dá pela via do mercado, a partir da compra, mas também se dá pela reciprocidade entre elas e o casal de agricultores do Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira a quem elas “ajudam”. Por sua vez, o princípio de domesticidade ou *householding* se manifesta quando elas produzem a própria semente ou reproduzem as raças de animais, como patos e frangos.

Até mesmo na relação de troca mercantil, com a aquisição das sementes nas lojas de produtos agropecuários, é possível perceber a articulação de dois princípios de integração econômica, com a presença de reciprocidade, quando elas definem que cada uma compra uma semente de um tipo diferente, para compartilharem a diversidade de espécies e variedades para o plantio. É por meio da articulação dos princípios de integração econômica e da manutenção de uma diversidade de fontes, que as agricultoras vão construindo condições de autonomia no seu cotidiano, para o acesso às sementes, mudas e raças de animais de que necessitam.

Outro elemento importante a ser considerado na construção da autonomia das agricultoras é a própria percepção sobre seu trabalho, especialmente aquele voltado para a produção para o autoconsumo, até então desvalorizado, inclusive por elas mesmas, conforme citado anteriormente. As anotações realizadas nas CA possibilitaram que as agricultoras olhassem para aquele conjunto de atividades realizadas por elas na produção agroecológica e que antes não eram sequer consideradas como trabalho. Entre as agricultoras entrevistadas, dois relatos demonstram a percepção sobre a importância econômica da produção de alimentos que elas realizam para a manutenção da família:

Tipo, até no...tipo de consumiu, dessas coisa, né? Até da horta...ah, daí vai se tornano já, mais, no caso do que eu tô fazeno na horta, né? (ALEXANDRA)

Eu...acho é...eu acho bão...bão! É bão né? Fosse pa comprá daí, Deus me livre [...]! Num dava eu acho...comprá tudo essas coisa...todo dia...igual se...se a gente tivesse lá na cidade, a gente tava comprano tudo essas coisa! Quando eu morava prá lá, daí passava...as criança era tudo piquinininha do tamanhinho da Alícia, outro mai grandinho assim. Passava carro vendeno as coisa na rua, banana...daí ah! tinha que comprá pras criança...a vez a gente num tinha dinheiro tamém...daí...ficava sem, daí, porque...as vez a gente tinha pa...passava o carro vendeno banana, essas coisa...as vez a gente comprava prá eles, as vez assim...na hora num tinha dinheiro assim, quando passava o carro...agora aqui não! Aqui é mais fácil! Graças a Deus dá pa prantá alguma coisinha, criá galinha... (VILMA).

O relato de Vilma, particularmente, traz uma reflexão sobre a maior autonomia que ela sente por morar no Córrego da Onça, em relação a quando morava em outra cidade, na área urbana. É importante recordar que, atualmente, a situação de Vilma, em relação à terra e à moradia, é bastante vulnerável. Ainda assim, na visão dela, a realidade atual é melhor, pois ela está menos dependente do mercado e da necessidade de dinheiro para ter acesso à alimentação.

Em uma visão substantiva da economia, a produção para o autoconsumo, associada ao princípio de domesticidade ou *householding* por Polanyi (2000), é um dos princípios de integração econômica que está diretamente relacionado a uma maior autonomia em relação ao mercado e que, instrumentalizado nessa análise, permite dar visibilidade ao trabalho invisível das mulheres.

Nesse mesmo sentido de construção de autonomia, de modo geral, percebe-se, em quase todas as entrevistas, uma articulação de diferentes agroecossistemas ou atividades econômicas, que compõem a dinâmica produtiva das famílias. A gestão é complexa e envolve dinâmicas de trabalho individual e coletivo, onde as agricultoras têm uma parcela significativa de responsabilidade. A articulação entre esses diferentes agroecossistemas e atividades econômicas é importante para a produção para o autoconsumo das famílias e, em alguns casos, para a geração de renda monetária.

Ainda que as agricultoras tenham percebido, ao menos parcialmente, a importância do trabalho realizado por elas na família e na propriedade, alguns relatos demonstram as relações de poder existentes no âmbito da família. Maria Firmino relata que, no seu caso, quem decide o que será feito na propriedade é seu marido: "Ah! Alguma coisinha a gente fala, mai...mais é ele memo que...". Vilma também considera que o marido é mais responsável pelo terreno onde moram, embora em outros momentos ela tenha afirmado que todo o trabalho realizado em casa e no seu entorno é responsabilidade dela, porque ele trabalha fora: "Acho que é...acho que é...acho que é o marido! [...] É!. Ele que arrumô pa...mais é ele que arrumô pa...pa nós aqui! Tem contato ca...ca...co povo daqui tamém. É tudo cum ele!". Nesse caso, ela se refere à relação com os donos do terreno cedido a eles, que é feita pelo marido. No entanto, conforme explicitado anteriormente, é Vilma quem decide o que deve ser feito no terreiro, que é praticamente toda a área no entorno de casa.

Clara, por sua vez, relata que o marido, mesmo morando fora em função de um emprego que havia conseguido como pedreiro, ainda mantém um poder de decisão sobre o que deve ou não ser feito com a criação animal:

"Não. Lá em casa o porco é...é dele. A galinha são minhas. Só se for pa mim vendê eu tenho que falá com ele [...] antigamente se fosse pa matá...é porque é galinha é...índio, né? Então tem que tirar o... [...] o que ele qué prá ele [...] se for pa matá um frango, tem que ver se não é o frango que ele qué deixá. Aí tem que vê primeiro pa depois matá. Mas às vez eu pego, mato tudo ele nem vê (risos).

Esses relatos demonstram que há uma tensão no âmbito familiar em relação às decisões sobre os espaços de produção. Em alguns casos, as agricultoras já têm bem delimitadas suas áreas de domínio e exercem o poder de decisão. Em outros espaços, ainda há conflitos permanentes, como o relato de Dandara sobre a área de produção em que ela trabalha, mas o marido ainda interfere. De todo modo, o que ficou evidente é que são lógicas diferentes que operam nos sistemas de produção protagonizados por homens e mulheres, sendo que a agroecologia parece ter muito mais sentido para elas.

Dessa forma, as agricultoras vão construindo estratégias para alcançarem maior autonomia que tenha como centralidade o que as economistas feministas chamam de “sustentabilidade da vida”. Essas estratégias repercutem nos mercados que as agricultoras acessam, conforme será visto a seguir.

8.4 – A construção social dos mercados e as estratégias das agricultoras para sua autonomia

A relação das agricultoras das duas comunidades envolvidas na pesquisa com os mercados é bastante diversificada e dinâmica, temporal e espacialmente. No período em que estive em campo e nos diferentes momentos em que participei de atividades organizadas pela SOF no Vale do Ribeira, pude observar e coletar informações que refletem parcialmente essa dinâmica econômica. Parcialmente porque, assim como disse anteriormente, a realidade vai sendo moldada ao longo do tempo e em relação ao contexto e, por isso, é diversa. Desse modo, no percurso desta pesquisa, foi possível captar elementos de um dado momento na trajetória dessas agricultoras. E, além disso, a parcialidade se dá porque nossos olhares sempre serão limitados, incapazes de captar a totalidade de uma dada realidade, pois sempre partirão de uma determinada perspectiva.

O trabalho de campo mostrou que, embora com diferenças estruturais marcantes entre as duas comunidades envolvidas na pesquisa – como o acesso à terra –, as agricultoras lançam mão de estratégias próprias para colocar seus produtos em mercados diversos como feiras, vendas na comunidade, vendas de porta em porta, mercados institucionais, cooperativas etc.

No Córrego da Onça, essa diversidade de canais de comercialização é mais limitada, pois ao contrário da CRQ Terra Seca, não comercializam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), não estão vinculadas à COOPERAFLORESTA e, até então, não haviam vendido seus produtos para os grupos de consumo ou para a loja Quitandoca em São Paulo.

O PAA é um mecanismo de compras institucionais criado pelo governo federal que favorece a aquisição direta de produtos da agricultura familiar. No município de Barra do Turvo, o último projeto do PAA em execução estava sendo operacionalizado pela Associação Quilombola Pedra Preta, que fazia a comercialização dos produtos das comunidades remanescentes de quilombos do município. Há um revezamento entre as associações dos diferentes quilombos para a execução do PAA, para que todas tenham a oportunidade de fazer a gestão dos projetos.

A COOPERAFLORESTA, por sua vez, realiza a comercialização dos produtos de várias maneiras: venda na internet, PAA, participação em feiras e outros eventos, entre outros. Parte das agricultoras do Quilombo Terra Seca participam da Cooperafloresta desde a sua criação e têm nela uma possibilidade de comercialização de seus produtos. Por sua vez, a comercialização dos produtos para São Paulo é uma iniciativa organizada pela SOF, a partir do projeto Ater Mulheres, iniciado em 2015, e será apresentada mais detalhadamente adiante.

8.4.1 – A comercialização nos mercados locais

Em relação aos relatos históricos da CRQ Terra Seca, Dandara conta que, antigamente, a renda disponível vinha da produção de feijão e de outras lavouras que era sempre comercializada a um preço muito baixo. Após um tempo, as vendas foram diminuindo e, com elas, a possibilidade de geração de renda por meio da produção de alimentos:

[...] quando fazia roça grande de feijão, né? Então vinha uns caminhãozão e cata...pegava o feijão da turmada, tudo baratinho e levava! [...] Gente de fora [...] e...eles levava prá...daí eles lá empacotava prá fazê...colocava o [...] rótulo, né? Deles...num ficava que era da gente [...] nosso daqui...aí depois aí...ele tinha tamém banana tamém, [...] tinha comprador de banana tamém, uma época! Mai tudo...tudo baratinho assim...eu acho que é...acho que se fosse hoje num sei se era um cinco real a caixa de...de banana assim...era bem baratinho daí [...] cortava, ponhava na estrada e eles carregava. Glória bem que até uma época tinha [...] até que se afastô, té eles se afastô [...] tamém. (DANDARA).

Esse relato demonstra que a comercialização, antigamente, era realizada por meio de atravessadores, que compravam boa parte da produção de feijão realizada na comunidade no sistema de coivara. Nesse período, as comunidades ainda não eram reconhecidas como

remanescentes de quilombo e não havia a organização econômica que hoje existe, fruto do processo de organização sociopolítica. Dessa maneira, as famílias viam nos atravessadores, a única possibilidade de escoar sua produção, ainda que a preços baixos. Na comunidade Córrego da Onça, as agricultoras relataram que antigamente se produzia muito feijão, mas não há relatos sobre sua comercialização. Provavelmente, a comercialização também era feita com atravessadores, como acontecia na CRQ Terra Seca.

A produção de ambas as comunidades foi decaindo em função de ameaças externas. A criação do Parque Estadual do Jacupiranga trouxe uma série de limitações para a manutenção do modo de vida das comunidades quilombolas na região, incluindo a CRQ Terra Seca. Já em Córrego da Onça, conforme apresentado anteriormente, foi a compra – e, em alguns casos a expulsão violenta das famílias – das terras por fazendeiros que reduziu as áreas de produção de alimentos e mudou o cenário socioprodutivo na comunidade.

Com o tempo e a organização sociopolítica da CRQ Terra Seca, o reconhecimento enquanto remanescente de quilombo e o acesso às políticas públicas trouxeram outras possibilidades de acesso a mercados e a direitos sociais. Foi assim que a SOF passou a atuar no município de Barra do Turvo executando um contrato de Ater pública, irradiando sua ação para outras comunidades, até iniciar a assessoria técnica no Córrego da Onça.

A seguir, serão apresentadas as estratégias adotadas pelas agricultoras em ambas as comunidades para a comercialização de seus produtos, partindo dos circuitos curtos até chegar nos mercados em São Paulo.

As feiras, vendas de porta em porta e na comunidade

As agricultoras das duas comunidades têm como estratégia de comercialização direta a venda em feiras e na própria comunidade, de porta em porta ou em casa. A feira municipal de Barra do Turvo, segundo Dandara, foi criada a partir do diálogo da COOPERAFLORESTA com a prefeitura, logo no início de sua constituição. No caso das agricultoras do Córrego da Onça, durante o período de campo, elas ainda não haviam acessado a feira municipal de Barra do Turvo como espaço de comercialização de seus produtos. Essa é uma alternativa de comercialização que algumas agricultoras da CRQ Terra Seca mantêm continuamente e outras acionam esporadicamente quando sentem maior necessidade:

Tem! Cumade Vanda memo vende...cumade Luisa Mahim, Dorcelina...daí foi o...o prefeito...foi na época do do prefeito quem...Gil...Gil na época. Foi aprovado na câmara a lei prá tê o ônibus da fêra toda segunda-fera. [...] Aí toda segunda-fera tem

a...a fêra do...dos agricultor lá na Barra! (DANDARA).

Mas que é difícil aqui a vida é. Tem hora que cê olha pro ar assim e pensa, meu Deus. Cê olha pro ar assim e pensa meu Deus, da onde vou arranjar dinheiro pra pagar aquela coisa? Porque cê sabe, né? A gente não consegue ficar só no arroz e feijão, né? Cê sempre acaba faltando alguma coisa dentro de casa, tendo que comprar. De um móvel, pra... É sítio, mas a gente aprendeu a vida, que, não relacionada só ao sítio, né? (MARIELLE).

Os canais de comercialização que as agricultoras acionam ao longo do tempo variam conforme o contexto. Dandara afirma que não está mais levando produtos para a feira em Barra do Turvo porque não tem tido tempo atualmente. Marielle relata que comercializa seus produtos desde 2005 ou 2006, iniciando pela Cooperafloresta, depois para o PAA e depois fazendo feira em Barra do Turvo, mas “[...] agora, faz tempo que eu não vou na feira mais na Barra. A gente sempre ia esses tempo. Aí vai ali, volta com muita coisa pra trás, né? Verdura, feijão, essas coisinha assim... agora tá, tá muito fraco!”. Segundo ela, “[...] quando vejo que o bicho pega mesmo, eu junto as sacada de coisa também e mando pra Curitiba, nas casas por lá. Sempre, sempre tive meus...jeito de socorrer. Na hora que o bicho vai pegar mesmo, a gente...dá uma sacudida [...]”. Ela conta que em Curitiba tem uma vila em que moram muitas pessoas com relação próxima de parentesco:

“[...] a gente tem parente, tem uma vila que as parentada é tudo meio perto um do outro, [...] daí um dia que eu tava, enxerguei as conta chegando, batendo na porta, eu juntei tudo daí, o projeto, eu já tava no projeto das mulher. Os projeto leva muito pouca coisa, né? Não dá proê dizer assim, ah, vou coletar, vou coletar esse mês um bolo de dinheiro, que...sempre não vem muita coisa. Aí, eu peguei...ah! e o PAA também muito atrasado pra pagar! Daí, é... juntei quatro ou cinco saco pelo bico assim, palmito, limão, giló, berinjela, quiabo, batata doce, vários! Não sei se quatro ou cinco saco, panhei no ônibus às quatro horas, é, no ônibus das quatro horas ali. Peguei o ônibus das cinco lá, e cheguei a noitinha em Curitiba. Daí tinha ligado pra uma parente minha lá pra esperar eu no ponto. Pousei lá, no outro dia eu caí na venda ali, venda aqui, tirei dinheiro pra pagar as conta. Naquela época eu não tinha carro ainda, só o [...] que tinha um carro ali, mas o carro dele é...vive estragado!! (risos).

Marielle relata que essa foi a primeira “loucura” que fez, quando levou as coisas para Curitiba há cerca de um ano. Depois disso, ela fez uma parceria com uma parente para a comercialização dos produtos: “[...] aí ela vinha pra cá e levava as coisas. Ela vendia, tirava a...um real de cada quilo de produto que vendia, a gente fez uma parceria assim e depois ela trazia o dinheiro pra mim. Pessoa honesta certinha, né?”.

Através dos relatos, percebe-se que determinado tipo de mercado é acionado em um dado momento para garantir a satisfação das necessidades do grupo familiar. No caso de Marielle,

não se trata de qualquer mercado, mas aquele construído e mediado por relações de parentesco e reciprocidade, num processo mais democrático de negociação. A parceria entre as duas se assentou no compromisso moral de uma com a outra, e os valores de confiança e reciprocidade, embutidos no processo de comercialização, geraram resultados positivos para ambas, com maior autonomia, sem a necessidade de uma relação formalmente instituída.

As agricultoras do Córrego da Onça também acionam as relações de parentesco em Curitiba e outros centros urbanos para a comercialização de seus produtos, principalmente o artesanato, pois até então não havia a produção de alimentos em maior quantidade na comunidade. Tereza e Vilma relataram que também fazem artesanato, principalmente crochê. Tereza afirmou que a produção de artesanato tem que ser comercializada fora de Barra do Turvo, em outros locais, pois lá não é valorizado. O relato abaixo ilustra a situação:

Se fosse pra mim mexê direto, eu acho que sim...não aqui na cidade, né? Porque..não, mais mesmo assim...eu faço um...um tap...um...só que é na...na máquina de costura, né? [...] Daí esses tapetinho sempre eu vendo por aqui mesmo...quando vem gente na Rosa ali, a Rosa fala: 'Traz seus tapetinho!' Agora eu tô sem nada que foi levado tudo pa Curitiba, vendi tudo lá, né? Mas é de tecido! E crochê tamém, mai aqui na Barra não...na verdade num sai mu... num tem muito saída, não...mais é pa fora memo! Igual a minha irmã que mora fora lá...daí ela...daí ela encomenda!

Tereza conta que sua irmã encomenda alguns trabalhos de crochê e tecido e que “[...] daí ela fala assim: Ah! qualqué coisa eu pago, daí depois eu...a tal pessoa pediu, daí depois a pessoa dá o dinheiro prá mim!”. Segundo ela, em Curitiba, as pessoas valorizam o trabalho e acham que ela vende a um preço muito barato. Por outro lado, Vilma relata que faz artesanato também, como tapetes etc, mas não consegue vender em Barra do Turvo. Ela conta que fez um tapete de crochê que valeria uns R\$150,00 (cento e cinquenta reais), mas que nem por R\$80,00 (oitenta reais) conseguiu vender:

Eu tentei vendê num...numa runião que teve lá na Terra Seca. Eu levei lá, só que a...a mulhe...a mulher oiô lá, daí num...daí num...num ponhei mai pa vendê! [...] Ah não! Tô mintino! Eu levei lá no Terra Seca, depois teve um...nóis tivemo um...uma ferinha aqui, que nói fizemo, levei ela ali tamém, só que veio...veio poca gente, era mai...pessoa daqui memo...daí num cunsgui vendê! Daí dei de presente pa minha filha, pra ela levá embora...

Tanto Vilma, como Tereza, relatam que elas gostam de produzir artesanato, mesmo que não consigam comercializar. Vilma fala: “[...] eu gosto de mexê com isso! Qué vê eu ficá contente é tá fazeno tapete (risos)!”. Esse prazer revela uma motivação não utilitarista e nem apenas mercantil na produção de artesanato. O artesanato, nesse caso, é uma forma de

expressão da criatividade, do conhecimento e da habilidade das mulheres. O valor atribuído ao artesanato se traduz no reconhecimento delas e no prestígio que têm em relação às outras mulheres. Além disso, elas fazem artesanato para uso próprio, o que também pode ser considerada uma expressão do princípio de integração econômica da domesticidade ou *householding*, aumentando sua autossuficiência quando deixam de adquirir esses artigos no mercado.

Vanda também relata que aproveita todas as oportunidades para comercializar seus produtos, especialmente banana chips: "Esses dia eu fui pa Aparecida, levei uma caixa de banana desse aí pa Aparecida. [...] Levei uma caixa. [...] daí eu guardei, daí levei pa lá po hotel. Dispoi quando eu vim embora eu vendi tudo no ônibus pa turma". Segundo ela, [...] eu saio por aí em festa, é em reunião, eu levo uma caxada, vendo tudo no ônibus. Sempre tá dano um dinherinho, né?" (VANDA).

Além da comercialização de banana chips fora da comunidade, Vanda diz que também vende em casa. Ela explica que quando vende para São Paulo ou nas reuniões, feiras e eventos, faz o pacotinho um pouco maior, com 77g (setenta e sete gramas), mas quando vende na comunidade, na maioria das vezes, ela não pesa, mas pela sua experiência, os pacotinhos ficam com cerca de 60g (sessenta gramas): "Eu de...esse um de setenta e sete grama eu vendo por três reais, que as muié pagam prá mim três reais, né? Mas se for pa mim vendê por aqui eu faço mais pequeno. Faço sessenta, daí eu vendo de um e cinquenta".

Segundo Vanda, na comunidade é "todo mundo de casa já" e, por isso, ela não se preocupa em pesar os pacotes de bananas chips. Ao longo da entrevista ela falou muito das crianças que gostam de comer banana chips e, por isso, não podia vender muito caro. Dessa forma, ela conseguiu equacionar uma quantidade de banana chips que pode ser vendida a um tal valor que continue sendo acessível às crianças e à comunidade. Sua filha também leva as bananas chips para comercializar em Curitiba, normalmente no local de trabalho.

Como se pode perceber, há regras construídas pelas agricultoras que regulam o mercado local que se sobrepõem às regras formais de oferta e demanda, preço e custos etc. São regras morais situadas, que têm um sentido concreto naquela realidade na qual estão imersas. Conforme afirma Mauss (2003, p. 187),

[...] existe aí um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades [...] exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas - estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição [...].

Polanyi (1944, p. 70) afirma que um verdadeiro sistema econômico, no sentido substantivo, está imerso nas “[...] experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo”. Nesse caso, a comercialização realizada por Vanda carrega sentidos e valores não econômicos, que determinam o acesso ao produto pelas pessoas na comunidade. Muito provavelmente, se ela colocasse o mesmo valor para os produtos que são comercializados em São Paulo, a comunidade não teria acesso à sua produção e ela sofreria sanções morais que prejudicariam a sua reputação.

Marielle, por sua vez, relata que antes vendia salgados (pão, coxinha, risole, cuscuz, sonho etc), mas depois que a comercialização com apoio da SOF iniciou, preferiu investir na produção de hortaliças e legumes. Segundo ela, uma vez por semana ou a cada quinze dias, ela enchia uma caixa com salgados congelados ou pães e saía vendendo de porta em porta nas comunidades quilombolas, num trecho que vai do Quilombo Reginaldo até o Quilombo Pedra Preta, próximo à BR 116. Segundo Marielle,

Ah... como na moto carrega muito pouca coisa daí eu tenho que ir... tipo vou no [...] pego aqui vou até no Ribeirão Grande ali e volto em casa, pego de novo pra mim até a Pedra Preta, porque o pão faz muito volume, né? E moto...num dá pra amassar, não dá pra apertar. Aí tem que ser tudo solto na caixa. Um dia bem... sem parar em casa dá pra vender tudo o que eu faço assim... o pão, né? O pão, se eu fazer 18 ou 20 pão, e eu se eu pegar cedo, que eu gosto de chegar no pessoal 8 hora da manhã eu to chegando, daí quando dá no dia, eu vendo. [...] Agora coxinha e risole essas coisa, eu já faço bastante né? Já deixo congelado e daí vou vendendo aos pouco (MARIELLE).

Outra iniciativa de Marielle foi a comercialização de 3.000 (três mil) pés de repolho que ela havia plantado em 2016. Segundo ela, conseguiu vender os repolhos utilizando de várias estratégias de comercialização:

[...] enchia o porta-mala até o bico, daí tava a época da eleição, né? E nós ia nos comício e já vendendo repolho, vendia... entreguei no mercado [...] assim pegava por semana. O mercadão aqui do Lucir, né? Pegava daí, quarenta, cinquenta cabeça por semana. Vendi tudo. Um pouco mais barato, um pouco mais caro. Meio controlando, foi embora (MARIELLE).

As agricultoras do Córrego da Onça também relatam que levam as coisas para as feiras e eventos para serem comercializadas. Laudelina fala que “[...] quando eu saio assim daí eu levo café prá mim vender. O café eu vendo, quando eu vou também [...] na reunião e vende por aqui também. Às vez trabaio de encomenda assim...daí eu vendo [...] ”. Além disso, elas

também comercializam de porta em porta na comunidade e, segundo Alexandra, o que vende melhor é alface e repolho. Elas plantaram pouca cenoura porque acharam que não ia vender bem, assim como a beterraba, mas elas se surpreenderam com as vendas. Segundo Alexandra, no dia em que saíram vendendo, a beterraba foi a que acabou primeiro. Esse é um indicativo de que as agricultoras têm poucas informações sobre a preferência dos/as consumidores/as na comunidade e planejam sua produção com base em algumas impressões equivocadas.

As iniciativas de comercialização impulsionaram as agricultoras a organizar uma feira na própria comunidade, com a sua produção local. Foi um momento muito importante para dar visibilidade à produção das mulheres e para o envolvimento de outras pessoas que ainda não compõem o grupo Rosas do Vale. A feira também se constituiu num momento de festa e celebração das mulheres com a comunidade e, embora tenha havido algumas repercussões na igreja, conforme exposto anteriormente, foi avaliada pelas mulheres como um momento muito positivo e que deveria ocorrer novamente.

Essas iniciativas têm em comum o fato de serem estratégias de comercialização em circuitos curtos, na relação direta com os/as consumidores/as. São os mercados construídos localmente que operam sob regras conhecidas para as mulheres, com base nas relações de confiança e de parentesco. Dessa maneira, as mulheres conseguem ter maior autonomia na comercialização e na negociação de seus produtos e, ao mesmo tempo, reforçam a sua identidade como agricultoras na comunidade.

Do ponto de vista econômico, essas iniciativas são importantes estratégias para a geração de renda para a economia familiar, conforme já observado com a apresentação dos dados das Cadernetas Agroecológicas mas, ao mesmo tempo, de reafirmação identitária. Além disso, as iniciativas de comercialização protagonizadas pelas agricultoras são ações de autoafirmação das mulheres como agentes econômicos que contribuem para retirar da invisibilidade a sua contribuição monetária para a unidade familiar.

8.4.2 - A Cooperafloresta: uma organização de base como agente de mediação econômica

Outra alternativa de comercialização utilizada pelas agricultoras da CRQ Terra Seca é a Cooperafloresta. Vanda relata que essa foi a primeira organização que se propôs a trabalhar com a comercialização da produção: "Foi. Que começô foi prá agofloresta, que começô...sobre negócio de venda, né? Que foi prá Curitiba que...pá vendê, né? Então aí começô comercializá. Foi a agofloresta que começô primero" (VANDA). Dandara afirma que foi por meio da

iniciativa da Cooperafloresta, especialmente de um dos técnicos, o Francisco Julião, que a feira municipal em Barra do Turvo foi criada:

Pela Coopera! Até a ferinha da Barra foi pela Coopera! Que o...o na Barra foi o Francisco Julião, né? É o Francisco Julião também veio trabaia na Coop [...]. Então, daí ele veio tamém e incentivô a muierada a fazê as ferinha da Barra tudo. Aí por...e daí viu, eles entraro colocaro a mão na massa memo! Foi o nosso...o nosso pai aqui na época assim que...eles era tu...dero o sangue assim prá í essa época nem salário num tinha. Num tinha projeto, num tinha nada, né? Eles trabaia sem...sem recebê! Francisco Julião porque era funcionário da CATI parece, na época. Então, daí ele tinha uma caminhonetinha que trabaia pa CATI. Daí ele fazia as coisa (DANDARA)

Dandara conta que a partir dessa iniciativa da Cooperafloresta, houve uma articulação com a Rede ECOVIDA e começou-se a comercializar a produção agroflorestal na feira de produtos orgânicos em Curitiba. A partir disso, com o apoio de outros projetos, a Cooperafloresta foi se estruturando e realizando “investimentos” nas propriedades dos/as agricultores/as para ampliar a produção:

[...] começô assim, fazê a nossa...no caminhão, daí teve uma época que a prefeitura arrumô o caminhão tamém, um caminhãozão de lixo até, que carregava lixo e carregava as otras coisa (risos)! Ia pa Curitiba vendê, foi muito sacrifício assim...nessa época eu já tava, já! Na época do ônibus eu num tava ainda! Na época o caminhão eu já tava! [...] Daí o primero projeto foi da Visão Mundial. Aí era um dinheiro que tinha, parece que era vinte e cinco mil...ah menos, sei lá! Aí esse projeto foi...ajudá prá comprá um caminhão. [...] É...é...aí...aí foi...foi planejado e comprado um ca...um caminhãozinho seiscentos e oito [...] daí eles começo fazê a fera! Daí ia co caminhãozinho [...] lá pa Curitiba! Em sexta-fera! O pessoal sai de madrugada daqui, pa i prá lá! Aí o...daí depois desse caminhãozinho, muito tempo, aí fazeno essa fera, aí depo...é...no projeto...agora num lembro o ano, mai daí que saiu o caminhão grande! O caminhão grande, daí...daí quando saiu o caminhão grande a gente foi numa é...numa hora bem...bem assim que tava precisano memo, porque o...foi uma época que expandiu co projeto [...] Iguatu, expandiu a produção, né? Então, como foi...é...é comprado muitas muda de banana, aí a banana foi rápido assim, deu uma subida bem grande na Coopera! [...] Foi uma época de bem renda assim, então o caminhão ia, que ia por cima prá Curitiba! E daí teve o PA do governo tamém, né? Só foi só melhorano as coisa, né? Do governo do Lula daí...aí o...foi aquelas coisa ia tudo pa Ação Social em Curitiba! As nossas coisa! (DANDARA)

Dandara relata como foi o início do processo de comercialização para o PAA pela Cooperafloresta. Ela não soube precisar o ano em que começou, mas foi um período em que avançou muito a produção e a comercialização dos produtos. Fazendo uma comparação entre a quantidade de banana que era comercializada na feira de produtos orgânicos e o que era entregue na Ação Social, via PAA, ambos em Curitiba, ela enfatiza:

E a...assim, essa época foi bem assim que ava...vançô memo assim a produção e

o...o...o PA, né? É uma coisa que hoje tá meio se acabano e é uma coisa que deu muita ajuda, né? E...que nem a...esse caminhão, porque a ferinha é poca coisa que vai prá fera. Prá fera vai uns...é...é de oitenta a cem cachos de banana, por aí. Pa fera. [...] E daí o restante era mundo velho de banana, sabe? Lotava o caminhão! Esses daí ia prá...pa...pa...lá prá...pa ação social através do projeto! Projeto da...pelo PA! (DANDARA).

As estratégias adotadas pela COOPERAFLORESTA em sua trajetória foram: realizar a venda direta de produtos em feiras, incentivando inclusive a criação da feira municipal em Barra do Turvo; acessar mercados institucionais, como o PAA; realizar a venda pela internet e em eventos. Dessa forma, buscou-se acessar diferentes tipos de mercados, em alguns casos mais democráticos, como na comercialização direta, de forma a garantir maior autonomia na geração de renda. Com a saída da equipe técnica mais antiga, a COOPERAFLORESTA deixou de acessar o PAA, mas não foi possível identificar junto às agricultoras as razões desse acontecimento.

Atualmente, diante da conjuntura, a comercialização da COOPERAFLORESTA se assenta em duas estratégias principais: a feira em Curitiba e a internet. No entanto, as agricultoras disseram que a venda na feira é muito pequena, se comparada com a capacidade produtiva instalada da associação. Além disso, na feira, a maior parte dos produtos comercializados são os processados. De acordo com Dandara, atualmente o maior volume da comercialização da COOPERAFLORESTA é realizada pelas vendas na internet: “[...] uma das coisa que tá segurano a Coopera mais, é essas venda! [...] É porque daí a fêra é poco! [...] Lá em Curitiba tá pegano agora tamém! [...]”. Devido ao tempo de entrevista com Dandara, não foi possível obter mais informações sobre a comercialização que ela cita em Curitiba.

Apesar do crescimento da COOPERAFLORESTA há alguns anos, a avaliação geral das agricultoras é que, agora, ela está num momento ruim, com pouca comercialização e quase sem o apoio de projetos. Dandara relata que a COOPERAFLORESTA já foi procurada por algumas empresas para a comercialização dos seus produtos. Uma empresa de São Paulo fez a proposta de comercialização, mas exigiu exclusividade. A Mãe Terra, empresa brasileira que atua no ramo de alimentos orgânicos desde 1979, também fez uma proposta à COOPERAFLORESTA que não havia sido aceita:

Num tá...num tá teno pidido! Teve uma...um acho que é coisa grande, empresário, que diz que tava fazeno uma proposta aí, mas ah...enquanto associação, cooperativismo, num tava quereno aceitá! Porque daí fechá um contrato, uma coisa grande assim, né? Com uma empresa grande! Aí diz que a proposta dele...ele acho que ele qué trabalhá com os produto da Coopera, aí a...as venda da Coopera a...em vez de a Coopera fazê, ele fazê! [...] Por enquanto tão conversano, num tão achano com corage de entrá nessa! Porque acho a...vende pelos correio, né? Já, as coisa,

assim, né? E..e também...daí [...] no caso daí a Coopera num vai pode tá! No caso se ele fazê a venda por lá por São Paulo e aparecê algum produto da Coopera lá, daí que num for ele, no caso que colocô! Pode...as vez...tem que vê bem o que tá no contrato! Até pidiu até prá subi o preço! Foi propostas boa, sabe? [...] Mas só que por causa disso o pessoal do conselho ficô meio com medo de entrá nisso! Lá no conselho! E é empresa grande tamém! Teve uma empresa tamém grande que veio tamém, a tar de Mãe Terra! Tava interessada tamém de pegá! (DANDARA)

A insegurança do conselho da COOPERAFLORESTA em fechar negócio com empresas maiores expressa as dificuldades enfrentadas por uma pequena organização de agricultores/as para lidar com um mercado impessoal, cujas relações são mediadas por contratos formais e marcadas pela assimetria de poder e pela racionalidade utilitária. É a insegurança de participar de um jogo em um campo desconhecido e em que não se domina as regras.

Na relação entre COOPERAFLORESTA e essas empresas não estão presentes valores como a confiança e a reciprocidade, comuns nas transações realizadas no cotidiano dos/as agricultores/as. O contrato formal substitui, pelo menos parcialmente, as regras morais que moldam o comportamento dos indivíduos e grupos em um ambiente institucional pouco apropriado pelos/as agricultores/as. As relações econômicas com as empresas, nesse caso, parecem se realizar de uma maneira menos democrática, já que a decisão de como e onde vender será tomada pela empresa que terá exclusividade no contrato, e com menor autonomia para os/as agricultores/as vinculados/as à Cooperafloresta.

A COOPERAFLORESTA, mesmo com as dificuldades pelas quais passava durante o período de campo, ocupa um lugar importante como uma organização formal de mediação econômica para a construção da autonomia das famílias que a compõem. Sua forma de comercialização privilegiou a diversidade de produtos oriundos das agroflorestas e valorizou a produção das mulheres que, no caso da CRQ Terra Seca, assumiram esse modelo de produção. Desse modo, a COOPERAFLORESTA se constituiu como uma alternativa importante para a construção da autonomia das agricultoras e para a geração de renda na economia familiar.

8.4.3 - Mercados Institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é a modalidade mais acessada pelo público da agricultura familiar e consiste na compra de produtos para doação às pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou de equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino. É uma política de

redistribuição de alimentos considerada estratégica pelos movimentos sociais e sindicais, redes de organizações etc, para o fortalecimento da agricultura familiar no país.

No município de Barra do Turvo há duas situações bastante diferenciadas de acesso das agricultoras ao programa. Na CRQ Terra Seca, as agricultoras relataram que comercializam seus produtos para o PAA; no Córrego da Onça, durante um tempo, elas recebiam os produtos que sobravam do PAA que eram distribuídos na rede de assistência social do município.

Apesar de ambas as comunidades terem contato com o PAA, ficou evidente, nas entrevistas, que as agricultoras não tinham maiores informações sobre a sua origem e as regras para sua operacionalização e todas o reconheciam como “PA”, e não pela sigla oficial. Por esse motivo, tratarei, nos trechos transcritos, a forma como as mulheres se referiam ao programa.

O PAA no Córrego da Onça

As mulheres no Córrego da Onça relatam que acessam o PAA pelo menos desde 2010 ou 2011. Nessa trajetória, a forma de acesso foi se modificando, mas elas sempre figuravam na condição de receptoras dos alimentos distribuídos por meio do PAA, pois conforme afirma Clara, “[...] é que o PA cê tinha que ter produto prá entregá nas escola, prá...asilo [...] e a gente num tem né? Um monte de coisa pa entregá assim”.

Segundo as agricultoras, nesse período, entre 2010 e 2011, a prefeitura começou a levar os alimentos até uma das igrejas da comunidade, a Assembleia de Deus do Ministério de Belém, e as pessoas dessa igreja se responsabilizavam por distribuir os alimentos. No entanto, como a distribuição era realizada por pessoas dali, implicadas em relações de proximidade e parentesco, esse processo começou a gerar desavenças e brigas, pois algumas pessoas achavam que umas estavam sendo mais beneficiadas que outras. Por esse motivo, as entregas na comunidade deixaram de acontecer.

Essa passagem evidencia que, para exercer o princípio da redistribuição, conforme afirma Polanyi (2000), é preciso haver uma organização social baseada na coletividade, onde haja uma certa regulação das relações sociais. Dadas essas condições, o padrão institucional da centralidade pode operar de maneira que a redistribuição satisfaça as necessidades de todos os membros da comunidade.

Além disso, a reciprocidade é fundamental para que valores humanos éticos se sobreponham à lógica utilitarista e individual. No entanto, conforme relatos das próprias agricultoras, já descritos anteriormente, na comunidade as relações de solidariedade e

reciprocidade foram se deteriorando ao longo do tempo, como, por exemplo, na ausência da prática do mutirão de maneira generalizada na comunidade. Prática essa, cabe reafirmar, que está sendo recuperada e ressignificada pelas agricultoras na produção agroecológica.

Alexandra relata que desde esse período, em que a distribuição dos alimentos deixou de ser feita na comunidade, até 2014, as mulheres iam até a cidade de Barra do Turvo para buscar alimentos e pegavam apenas as sobras daquilo que havia sido distribuído para as entidades e pessoas carentes da área urbana do município. Segundo ela:

[...] antes quando nós num tinha, ninguém tinha verdura aqui no sítio, ninguém prantava, nós saía daqui e ia na Barra pegá. Pagava táxi, fazia aquelas vaquinha pa trazê as verdura. Ou tem vez que ia até a pé ou com ônibus da escola...daí chegava lá, tem vez...o pessoal ficava bravo por causa do pessoal do sítio ficá pegando verdura lá! Que onde já se viu as pessoa morá no sítio e num tê verdura...daí geralmente eles dava mais preferência [...] pa cidade, né? Dava alface, essas coisa [...] tem vez, que nem couve [...] a gente pegava e chegava em casa a gente ia vê, perdia até o dinheiro de pagá táxi, porque chegava tava tudo amarelo, a couve acho que eles colhero ele de 2, 3 dia. Jogava a maioria fora!

Rosa relatou que ela e Ernesto sempre falavam para as mulheres do Córrego da Onça deixarem de pegar verduras na cidade porque era uma humilhação e buscarem uma maneira de plantar na comunidade. A partir de 2015, quando se iniciou a assessoria técnica da SOF, as agricultoras passaram a ter as verduras. Alexandra afirma que não costumava comer hortaliças, pois não tinha dinheiro para comprar e só consumia as verduras que conseguia pelo PAA. Ela relata que, no período em que estive em campo, a prefeitura havia voltado a levar alimentos para serem distribuídos na comunidade. No entanto, “[...] sobra lá eles trazem. Daí deixa ali [...] e daí ninguém tá vino pegá, que agora todo mundo tá teno!”.

Apesar de agora as agricultoras terem verduras para comercializar, Tereza avalia que não teriam interesse de acessar o PAA, em função da experiência negativa que os/as agricultores/as do Córrego do Franco tiveram. Ela conta que o

[...] pessoal do Córrego do Franco tinha prantação! Verdura [...] daí deu confusão...é...o pessoal num pagô eles...diz que até hoje deve prá eles...e a turma era prantação, porque lá no Córrego do Franco a turma tem terra, né? Pa prantá! Prantação grande! Teve gente que chegô a perdê coisa, verdura, as coisurada! Daí o que levaro, ainda num pagaro ainda! Diz que até hoje eles deve! Tão correndo a...na justiça pa vê se...na justiça (risos)...correno atraí pa vê se eles consegue recebê, né? Se não fica difícil [...] daí hoje em dia ninguém tá entrano po PA mais, entregano essas coisa, por causa disso!

Esse relato reafirma duas questões importantes. A primeira é que as mulheres passaram de receptoras da doação do PAA a produtoras de alimentos. Do ponto de vista simbólico e

da construção de condições para a maior autonomia das famílias, essa mudança foi uma pequena revolução na comunidade. Ademais, ao considerarmos a condição de limitação para o acesso à terra vivenciado pelas mulheres, a produção de alimentos pode ser considerada como algo efetivamente revolucionário. A segunda é que hoje elas podem optar por fortalecer os canais de comercialização direta, em circuitos curtos na comunidade, ao invés de realizarem a venda dos alimentos para o PAA, dada a desconfiança gerada pelo não pagamento às famílias do Córrego do Franco. Por outro lado, continuam com poucas informações sobre o programa, suas modalidades e formas de operação.

O PAA na CRQ Terra Seca

A primeira organização a acessar o PAA no município foi a COOPERAFLORÉSTA e, como boa parte das famílias da CRQ Terra Seca participava da associação, elas comercializavam seus produtos dessa maneira. Conforme cita Dandara, “[...] na época da Coopera, né? A gente mandava os produto prá lá, daí lá que eles preenchia as nota, essas coisa assim. Mai era do PA, daí [...] do começo do PA!”.

Depois da COOPERAFLORÉSTA, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (SINTRAVALE) de Barra do Turvo que passou a mediar o acesso ao PAA. As CRQ de Barra do Turvo passaram a acessar o PAA com maior autonomia apenas após terem sido reconhecidas e com suas associações já organizadas. Dessa maneira, o PAA é acessado pelas famílias da CRQ Terra Seca já há alguns anos e, segundo as agricultoras, ao longo do tempo, as comunidades quilombolas foram fazendo um sistema de revezamento entre as associações para a apresentação de projetos ao PAA. Os relatos abaixo ilustram essa trajetória:

Então, daí depois o sindicato tamém começô a fornecê o...pegá um poco assim [...] daí depois é...aí por último agora o PA do...o Pedra Preta, a...uma associação quilombola Pedra Preta. Aqui prá cima, aqui...daí tavo...tavo pela associação (DANDARA).

Esses tempo era aqui o...o PA era aqui era do Riberão Grande. Dispois fico num...uns dois ano no Riberão Grande e eles mudaro lá pa BR. Agora de lá, eles que mandam lá...o PA. Mas eles pega de tudo. Quando era aqui pegava de tudo, agora lá em cima tamém eles pega de todo mundo, né? (VANDA).

Todas as agricultoras entrevistadas na CRQ Terra Seca acessavam o PAA, demonstrando a importância econômica e social do programa para as famílias e para a autonomia das

mulheres. As agricultoras reconhecem a sua importância para a geração de renda, pois segundo elas, é possível entregar quase tudo, sem limitações de quantidade, exceto a banana. Como todas as famílias têm muita banana plantada, a Associação Quilombola Pedra Preta (AQPP) limitou certa quantidade por família, até o preenchimento da quantidade prevista no projeto. Na medida em que a cota de cada produto prevista vai chegando ao seu limite, a AQPP envia um recado para as famílias limitando a quantidade para a entrega. As agricultoras relatam que quase tudo o que têm de diversidade de produtos, entregam para a comercialização via PAA:

Ah, vai tudo! PAA não perde nada. [...] Abóbora, banana, daí pra cima tudo vai. Sem quantia, né? Abóbora e banana agora diminuiu, o máximo é três caixa, quatro por semana [...] por pessoa. Mas, as outras coisa cê pode encher mesmo a beira da estrada [...] (MARIELLE).

Eu vendo po PA. Po PA eu vendo tudo, né? mandioca, vendo taiá, banana, se a gente tivé verdura ele...até cebolinha se a gente tivé ele vende...de tudo...o PA pega de tudo. A pena que tão falano que ano que vem num vai tê PA (VANDA).

Por essa perspectiva, percebe-se o PAA como um programa estratégico para estimular a produção diversificada, como aquela protagonizada pelas agricultoras, com o uso de sistemas mais complexos de manejo, como as agroflorestas. No entanto, o PAA, diferentemente da comercialização com a COOPERAFLORRESTA e com a assessoria da SOF, não impõe restrições em relação ao modelo de produção, podendo ser o orgânico ou o convencional. Assim, o programa criou uma contradição na CRQ Terra Seca, pois acabou fortalecendo a comercialização de todo tipo de produto, inclusive aqueles produzidos com agrotóxicos. Além disso, os homens que preferiam produzir com o uso do fogo, em detrimento da opinião e vontade das mulheres, tiveram uma alternativa de comercialização para seus produtos.

O relato de uma das agricultoras ilustra a contradição apontada acima. Ela estava aguardando uma decisão do conselho da COOPERAFLORRESTA a respeito da sua situação, pois seu marido havia colocado fogo numa área que é fora da CRQ Terra Seca para o plantio. Esse agricultor estava comercializando sua produção pelo PAA, mas a agricultora havia parado de enviar os seus produtos, produzidos em sistema agroflorestal, para a COOPERAFLORRESTA em função da regra de não uso do fogo pela família. Além dessa situação, outros dois agricultores que haviam saído da COOPERAFLORRESTA devido a essa prática, também estavam comercializando sua produção para o PAA.

Assim sendo, embora o PAA tenha sido um instrumento para a construção de maior autonomia no âmbito familiar, acabou reforçando os tensionamentos existentes nas relações

intrafamiliares em função dos modelos de produção antagônicos praticados pelos diferentes membros. Ao passo em que os homens ganharam espaço na comercialização e geração de renda, as agricultoras da base da COOPERAFLORESTA foram penalizadas com a suspensão da comercialização dos produtos até passarem pela análise do conselho de agricultores/as. Depreende-se, assim, que os maiores níveis de autonomia econômica das unidades familiares não necessariamente implicam na maior autonomia das mulheres, pois as relações de poder no âmbito familiar se assentam sobre as desigualdades de gênero.

Durante o período de campo, o comentário geral na comunidade era sobre o encerramento do PAA no município. Devido aos cortes de recursos orçamentários pelo governo federal, foi destinado apenas pouco mais de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) para o PAA na modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea (CDS) no estado de São Paulo (CONAB, 2017). Com isso, nenhuma das organizações teve seus projetos aprovados, o que certamente trará impactos econômicos relevantes em nível municipal pois, segundo as agricultoras, até mesmo as organizações da rede de assistência social que recebiam os produtos estavam apreensivas, já que não havia uma alternativa construída até então. Os relatos abaixo ilustram a situação:

Mais agora disse que não foi aprovado o projeto da associação. [...] O pessoal tão tudo...tão tudo...hoje até que tem uma reunião grande lá no Ribeirão Grande, lá no Cedro [...]. Tá...o pessoal tão tudo meio [...] tão tudo revoltado, pensativo, porque [...] quem tem otos meio ainda de vendê, vende, mais quem num tem, que era só nas coisa do PA, tá [...] meio desanimado, daí. Porque...é uma forma, tuda semana tá vino, entregano alguma coisa, né? Mesmo que demora assim, mai num vai perdê a produção, né? [...] Então aí eles vão...vão vê o que faz. Daí até o pessoal da Barra, que é onde recebe os produto tavam...tão...tão revoltado tamém. Tão nervoso. Que daí a...aqui a...a coleta aqui distribui na Barra mesmo. Que é verdura, né? Verdura, daí ela num pode i prá longe, né? É sensível. Então...daí tão...levaru um susto! (DANDARA)

Agora o PAA vai acabar esse ano, né? Diz que vai acabar [...]. Eu to muito preocupada, o PAA três já atrasada pra pagar, mas... é um dinheiro que umas hora chega e resolve as conta da gente, né? Resolve! Demora, esses dias atrás agora demorô, cinco mês pelo menos pra vir o PA, mas veio... tampô tudo as conta que tava pendente. IPVA de carro, IPVA de moto, as coisa que tinha pendendo, o PA chega atrasado, mas resolve (MARIELLE).

Conforme relatado acima, durante o período em que estive em campo, ocorreu uma reunião sobre o PAA no Quilombo Ribeirão Grande, com representantes do poder público municipal, da qual não pude participar. Os relatos sobre a reunião indicam que houve uma tentativa de apresentar uma cooperativa do Paraná como alternativa à compra da produção das comunidades. No entanto, várias pessoas ficaram desconfiadas da intencionalidade dessa

proposta, pois desconheciam a cooperativa e reclamaram da postura da prefeitura, que apresentou apenas essa única alternativa para a geração de renda.

A conjuntura de corte de gastos do governo federal repercute sobre o município e sobre o território do Vale do Ribeira, de modo geral, por meio da redução de políticas públicas fundamentais, como o PBF e o PAA e cria um ambiente de muita insegurança, que pode resultar em um aumento das estratégias individuais de comercialização, em detrimento das coletivas. Marielle relata que, como o PAA está acabando e a comercialização para São Paulo teve uma redução significativa no volume, ela está repensando o investimento que pretendia fazer no plantio. Segundo ela, “[...] mês de fevereiro, março, abril, chega laranja, laranja, laranja, e abacate [...] nós não tá sabendo, não tem onde enfiar essas coisas!”.

O corte de recursos no PAA pode implicar na degradação das condições de vida das famílias das agricultoras e afetar negativamente o funcionamento de entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos, que dependem dos alimentos fornecidos pelo programa. No caso das famílias agricultoras, pode ocorrer o aumento da migração para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho e vida.

Algumas agricultoras relataram que, com o corte no PAA, já estavam pensando em alternativas para a geração de renda, como a venda de porta em porta, a prestação de serviços ou, até mesmo, a redução do investimento nas hortas para desenvolver outras atividades. Esses relatos mostram como a vida e a economia familiar são dinâmicas e, ao mesmo tempo, como as mulheres se colocam como agentes econômicas, seja remanejando o investimento de recursos e energia em determinadas atividades, seja criando outras maneiras para gerar renda. Vale lembrar o esforço de algumas agricultoras para a construção social de mercados com base nas relações de parentesco e confiança.

A flexibilidade e o dinamismo caracterizam os empreendimentos protagonizados pelas agricultoras e podem conferir maior autonomia econômica. Para se ajustar rapidamente à conjuntura e às dificuldades que se colocam para o acesso aos mercados, as mulheres desenvolvem várias estratégias de interdependência entre os princípios de integração econômica. O relato de Marielle expressa a integração entre o princípio da troca mercantil, da redistribuição e da domesticidade:

[...] Só ter uma venda boa... igual, por exemplo, quando chegou o grupo das mulher eu tinha parado de ir pra roça. Eu tava só no salgado, aí só colhia assim pro PAA. Chegou laranja, colhia laranja, limão, é...banana, só colhia assim. Daí, quando chegou o projeto das mulher que deu pra vender, daí eu fui pra roça de novo, foi a época que plantei o repolho, plantei, plantei repolho, plantei couve, plantei mandioca enorme, plantamo feijão. Depois que chegou o projeto das mulher, a

colheita de feijão meu do ano passado deu... colhi... 8 saco de feijão. Saco de 60 kg. Aí vendi, vendi toda parte por aí, daí foi fraqueano o negócio das mulher, daí fomo fraqueano o negócio também na roça, porque... mas, é assim, se a gente vê que vai, vai sair venda boa, que tem projeto, a gente... desmancha praquele lado. Daí eu parei de vender salgado nessa época. [...] Porque daí compensa, né? Ocê vai pra roça, ocê trabalha o dia inteiro, ce não tá gastando nada de mercado, né? O salgado dá dinheiro, mas ocê tem que investir, pra tirar aquilo ali, pra pagar aquilo lá de volta, né? Daí... sem projeto pra vender ocê...

Relatos de outras agricultoras evidenciam que elas vão se adaptando ao longo do tempo, na medida em que o contexto vai sofrendo alterações, e isso reflete na maior expressão de determinados princípios de integração econômica de acordo com a conjuntura. Em algumas situações, quando o mercado não está bom, se concentram na produção para o autoconsumo, pois, assim, deixam de gastar com alimentação. Podem lançar mão de estratégias de venda direta de porta em porta, troca com vizinhos e familiares ou outras formas que lhes seja possível naquele dado momento. No entanto, é importante enfatizar que essa capacidade adaptativa também implica em sacrifícios para as agricultoras e, especialmente para as famílias que dispõem de menos recursos financeiros.

Normalmente, o tempo e o trabalho das mulheres é flexibilizado nos momentos de escassez de recursos financeiros, como no caso da substituição do gás pela lenha, já citado anteriormente, por exemplo. É o modo de vida das mulheres que mais muda em tempos de crise e, por esse motivo, constituem-se na maior expressão da resiliência na vida econômica, no sentido substantivo, da agricultura familiar.

8.4.4 – Construindo mercados na perspectiva feminista com os grupos de consumo e a Quitandoca

Conforme apresentado acima, com a assessoria da SOF, a partir do ano de 2016, as agricultoras passaram a comercializar seus produtos em São Paulo de duas maneiras: a venda para os grupos de consumo e para a loja da Quitandoca. Essa demanda foi inicialmente apresentada pelas mulheres dos quilombos Cedro e Terra Seca, para a criação de um mecanismo de venda direta dos seus produtos. As agricultoras do Córrego da Onça, até o período em que estive em campo, não haviam realizado nenhuma entrega de produtos para São Paulo.

De acordo com Clara, os grupos de consumo e a Quitandoca fazem pedido de produtos menos perecíveis, como legumes, ovos, processados (pães, bolos, conservas, geleias etc), e, no Córrego da Onça, a maior parte da produção era de hortaliças. Apenas Rosa, do Centro de

Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira, estava fazendo entrega de produtos, principalmente geleias e conservas. Conforme afirma a SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (2018, p. 65):

[...] Este processo se iniciou em 2016 com a venda para a loja Quitandoca de São Paulo e hoje envolve grupos de consumo de São Paulo, Santo André, Diadema e Taboão da Serra (ComerAtivamente, CCRU - Coletivo de Consumo Rural Urbano, Horta di Gueto, CAUS - Conexão Agroecológica Urbana Social, SOF – Sempreviva Organização Feminista) e o Programa Reviravolta, do Centro Gaspar Garcia que trabalha com catadores de resíduos sólidos.

As agricultoras relataram que, quando a SOF fez uma reunião para a apresentação da proposta de assessoria no Quilombo Terra Seca, boa parte das mulheres já possuíam documentação como a DAP e/ou nota da produtora, pois já comercializavam a maior parte da produção pelo PAA. Entretanto, a demanda por canais de comercialização com melhor preço e maior agilidade no pagamento dos produtos permanecia. Por esse motivo, o maior interesse das agricultoras no trabalho da SOF era ampliar as estratégias para comercializar seus produtos, conforme demonstra o relato a seguir:

Ah, a gente se envolveu no grupo pra vender, né? E quando chegou a, elas aqui falando, que, que, sobre o projeto e, das mulher. Como que as mulher, com a ajuda das mulher, pra fazer notas da produtora, pra essas coisa toda. A gente já tinha as coisa meio assim, toda a mulherada já tinha o...notas das produtoras, já tinha a DAP, a maioria das mulher. No nosso grupo já tinha. E, sobre assim, marido que... essas coisa de violência, essas coisa que tem. Tem coisa que aconteceu que não tem como, não foi falta de sabedoria. [...] Falamos pra elas lá que nós interessa sim, mas é pra vender, porque as outras coisa nós já tá tudo meio, meio ligadona, já! Aí entenderam, mais ou menos. Bem, foi isso. Nós tinha muito na época, nós tinha muita, eu por exemplo, tava com muito... graviola pra vender, desperdiçando. Foi isso, o interesse nosso mais de entrar foi, sobre comercialização (MARIELLE).

Nas entrevistas com outras agricultoras, pude perceber que outras motivações também estavam presentes ao formarem o grupo no início do trabalho da SOF, inclusive a recuperação de um processo que já havia ocorrido na comunidade de organização das mulheres.

No período em que o trabalho de campo foi realizado, a comercialização direta para São Paulo envolvia agricultoras de cinco bairros (Cedro, Terra Seca, Indaiatuba, Bela Vista, Rio Vermelho e uma representante do CEAFM), cinco grupos de consumo e uma loja que comercializa produtos orgânicos em São Paulo, a Quitandoca. Para viabilizar o transporte dos produtos, a prefeitura municipal de Barra do Turvo disponibiliza uma caminhonete ou caminhão com motorista quinzenal ou mensalmente, conforme o volume dos pedidos.

Em diálogo com as agricultoras e as técnicas da SOF, me organizei para estar na comunidade Terra Seca na semana da entrega da produção para São Paulo, para vivenciar esse processo desde a produção e a sua organização até o despacho dos produtos no transporte da prefeitura. É um processo bastante complexo, sendo a comunicação um limitante importante, pois boa parte dela é feita por celular e só há sinal, com uma qualidade muito ruim, em dois pontos da comunidade.

Toda a logística para a comercialização se inicia quando elas fazem o levantamento da produção e enviam a lista, por whatsapp, com os produtos disponíveis, para a Quitandoca e para uma técnica da SOF que se responsabiliza pela distribuição para os demais grupos de consumo. De posse da lista dos produtos, a Quitandoca e os grupos de consumo organizam as demandas para fazer os pedidos, que ocorrem, normalmente, uma semana depois. Toda essa transação é realizada por telefone e mensagens de whatsapp entre as agricultoras e a técnica da SOF ou em diálogo direto com a pessoa responsável indicada pelos grupos de consumo e pela Quitandoca.

Os pedidos são distribuídos para as agricultoras de referência de cada comunidade envolvida que repassam a lista de pedidos para as demais agricultoras do grupo. No caso da CRQ Terra Seca, isso ocorre, normalmente, em reuniões presenciais. Nesse momento, é feita a divisão dos produtos, levando em consideração o que as mulheres têm condição de entregar e, também, a distribuição da renda entre elas. Tendo definido a divisão do que cada agricultora vai entregar, durante a semana, é feita a colheita dos produtos ou a produção dos processados (pães, biju, cuscuz, banana chips, açúcar mascavo, melado etc).

A entrega ocorre normalmente na sexta-feira e, no dia anterior, as agricultoras se encontram no final da tarde para organizar a produção. Conforme afirma Dandara: "Cinco hora tá reunino essas coisa já pa sabê o que que...o que que deu certo. As vez tem algum imprevisto, alguma coisa num deu certo, né? Daí ela tem que sabê certinho pa colocá na nota!" Os produtos são colocados em caixas separadas por grupo de consumo, são verificadas as pendências e é feito o fechamento do que está sendo entregue para compor a nota fiscal. Esse encontro ocorre em um ponto às margens da rodovia SPA 552/230, que corta o Quilombo Terra Seca e liga o município de Barra do Turvo à BR 116 (Régis Bittencourt).

Sob uma árvore, as mulheres vão chegando com seus produtos e os dispõem em caixas. Ali, a árvore serve como apoio para pendurar uma balança e, enquanto algumas pesam os produtos, outras fazem a conferência das unidades, conforme o pedido de cada grupo de consumo e da Quitandoca. As caixas recebem uma marcação com o nome de cada grupo consumidor e de cada grupo de agricultoras que está entregando, para facilitar a distribuição

quando chegam ao ponto de entrega em São Paulo. Esse é um momento em que elas aproveitam para fazer ajustes nos pedidos, caso tenha ocorrido algum problema.

As caixas permanecem às margens da rodovia, cobertas por uma lona. Segundo as agricultoras, não há risco de ninguém mexer nos produtos, pois essa é uma prática comum na região para comercialização. A entrega para o PAA, que envolve uma quantidade muito maior de famílias, ocorre da mesma forma. No dia seguinte, às seis horas da manhã, elas se encontram novamente para carregar os produtos na caminhonete ou caminhão da prefeitura, que faz o trajeto passando por várias comunidades.

Para garantir todo esse processo organizativo, as agricultoras dividem as tarefas: a comunicação com os grupos de consumo e a Quitandoca para receber os pedidos; a elaboração das notas fiscais e o recebimento e distribuição do pagamento; a marcação das caixas com o nome dos grupos consumidores e do grupo de mulheres que está fornecendo; o carregamento dos produtos no transporte da prefeitura e o controle e devolução das caixas, depois dos produtos terem sido entregues.

As atividades de receber os pedidos, fazer as notas fiscais e distribuir o pagamento são as de maior responsabilidade e que geram mais trabalho, por isso o grupo acordou fazer um repasse de 4% do valor total da venda para as agricultoras que ficaram com essa responsabilidade. Essa divisão de tarefas não parece ser uma questão resolvida no grupo, pois ouvi várias reclamações das agricultoras sobre o não cumprimento das tarefas por algumas.

Marielle, que assumiu a gestão financeira da comercialização para São Paulo junto com a filha, relata que tem gastos com telefone e transporte que justificam o repasse de uma porcentagem do grupo para viabilizar esse trabalho. Além disso, ela afirma que faz a distribuição do dinheiro referente à venda de cada agricultora, e que às vezes leva na casa de cada uma, pois tem receio de deixar dinheiro em casa.

Antes dela assumir com a filha as atividades de gestão dos pedidos e dos recursos da comercialização, Dandara foi a responsável por essas atividades durante um ano e as realizava sem custo nenhum para o grupo. Ao entrevistar Dandara, ela mostrou toda a contabilidade do grupo desse período de um ano registrada em um caderno que guarda em casa. Observei as anotações do caderno, feitas em um sistema bem detalhado de quanto cada agricultora comercializou, em quantidade e valor, por entrega.

Segundo Dandara, a prestação de contas era feita, mensalmente, nas reuniões do grupo. Como essa função demanda muita responsabilidade e trabalho e ela acumula várias outras funções na igreja e na COOPERAFLORESTA, ela sugeriu que outra agricultora assumisse a gestão, pois estava sobrecarregada. Marielle explica as dificuldades da gestão financeira do

grupo, explicitando que há um comprometimento, não apenas material, mas também emocional das mulheres que assumem esse trabalho:

Cai na minha conta. Caía na conta da Dandara, né? [...] Dandara ficou um ano. Tem sempre essa peleja assim [...]. Aí eu peguei. E eu não tenho muita experiência com nota. Falei com a Soledad, [...] aí a Soledad pegou e tomou conta, e... o grupo acaba não ajudando [...] Daí, tem hora que dá nos nervo da gente que, que... só receber o dinheirinho é bom, né? Ficar aí até umas hora da noite fazendo nota, errando nota e aí recebendo nota. Ficar atendendo telefone pra... ligar no outro, ir daqui no Ribeirão Grande pra enviar mensagem, às vezes não consegue daqui, na maioria tem que subir no Ribeirão Grande [...]. Se a gente tiver crédito, tudo bem, na gurita pega, mas demora muiiito, aquela coisa! Aí cê não tem como tá... se ainda for uma conversa paralela cê ainda fica lá, qualquer hora do dia, né? Pra encher o saco. Mas se for alguma coisa mais sério, cê tem que ter certeza que vai enviar mesmo. Tem que ligar num outro, ir no Ribeirão Grande pra fazer isso. Enquanto os outros tão o que? Nada, tão fazendo nada, né? Tão no serviço deles. Aí põe as coisa na estrada, cada um põe tuas coisa na estrada lá e vai embora dormir sossegado, vai embora pra casa. Ficá até onze hora da noite mexendo na nota, de manhã cedo levantar cedo pra levar nota no caminhão, e ainda sobrar mais compromisso pra cima de um só? E eles não compreende, não é falando mal do grupo não, mas o grupo não compreende esse trem. Muitos de lá, né? Tem uns que sim, mas muitos não, muitos acha que é tudo moleza. E ainda ficam jogando alguma coisa na cara da gente.

Pelo relato acima, é possível perceber as dificuldades da gestão financeira que refletem a complexidade de todo o processo de comercialização. Por ser uma atividade que envolve o pagamento das outras mulheres, há uma preocupação e, ao mesmo tempo uma cobrança, para que não ocorram erros que poderiam resultar no não pagamento dos produtos enviados. O relato abaixo ilustra as dificuldades que elas enfrentam para a gestão:

[...] se der um erro numa nota, desconta nas costas da gente que fez, né? Graças a Deus que elas lá do, do grupo [...] elas são compreensivas, elas entendem a gente. Agora esses dias, eu mais a Soledad fez uma nota, que deu sessenta reais a nota, depois a menina ligou aqui pra mim falando que a nota da Soledad deu sessenta reais e na conta dela deu noventa e cinco reais. Daí, nós fomos corrigir era noventa e cinco reais mesmo, ela tinha esquecido de colocar umas coisas. E daí eles tavam por dentro, o que eles pediram foi, daí ajuda, mas ce vê, se fosse uma pessoa que não seja nem aí, né? Daí sobra pra quem? Aqui, quem ficou aqui quer receber o que mandou, né? Daí eu vou tirar da onde esse dinheiro? (MARIELLE).

De todo modo, apesar dos conflitos e da complexidade do processo, as agricultoras têm conseguido estabelecer regras, lidar com situações novas e ajustar acordos de forma a manter uma unidade no grupo. Cabe reafirmar que o processo é vivo e cheio de matizes que vão aparecendo na medida em que a dinâmica da construção social do mercado é colocada em prática. Ademais, embora os processos de decisão sejam democráticos no âmbito do grupo, as relações de confiança são colocadas à prova a cada nova situação.

O processo de construção social do mercado, em que tantos grupos estão envolvidos, foi possível porque desde o início esteve orientado pelos princípios do feminismo, da economia solidária, da agroecologia e da soberania alimentar (SOF, 2018). Por esse motivo, ainda que haja conflitos, não se trata simplesmente de adquirir ou vender produtos em um mercado convencional. Valores como a confiança e a solidariedade permeiam todo o processo e o mercado passa a ser um caminho para fortalecer os grupos de mulheres e, ao mesmo tempo, para a construção de laços sociais mais permanentes entre campo e cidade.

Na opinião das agricultoras, o volume dos pedidos dos grupos de consumo e da Quitandoca estão diminuindo muito em comparação com o início do trabalho. Vanda afirma que os pedidos foram em menor quantidade: "Eles manda pedi pão, pedi cuzcuz. Agora num mandaro pedi nada [...] banana memo, pidiro só sete quilo de banana". Vanda e Dorcelina, as que mais movimentam recursos na comercialização, pois fornecem banana chips, também avaliam que houve uma queda nos pedidos. Segundo Sá Mariinha, o pedido recebido de São Paulo foi de apenas três quilos de açúcar mascavo mas, no tacho que ela utiliza, não é possível produzir pequenas quantidades, conforme ela relata: "[...] num dá pa fazê só um poquinho porque queima um forno, né? Daí tem que fazê mais". A produção de um tacho resultou em 15kg de açúcar mascavo, dos quais três foram destinados para São Paulo e os outros seriam comercializados de outras maneiras ainda não sabidas.

De modo geral, pelo que pude perceber com as entrevistas, as mulheres não sabem por quais motivos os pedidos estão diminuindo: "não tem explicação! Não fala nada... eu acho que tão pegando em outro... em outra... lugar, sabe? Outros agricultor. As coisa melhor, né?" (MARIELLE). Algumas agricultoras citaram que a entrada de novos grupos pode ter influenciado na redução da quantidade do pedido para o grupo. Nesse percurso, algumas agricultoras comentaram que estão um pouco desanimadas com a comercialização para São Paulo. Marielle, por exemplo, afirma que estava pensando em "dar um tempo da comercialização, "[...] porque a gente não comercializando, ficando só no grupo, não tem compromisso, né? Aí cê não tá comercializando!".

Percebe-se, nesse caso, que a principal motivação de Marielle a participar do grupo é a geração de renda. E, numa perspectiva substantiva da economia, o princípio de integração econômica da troca mercantil é o orientador da sua motivação econômica. É importante evidenciar essa questão para desnaturalizar uma visão altruísta que possa ser associada às mulheres. Ao mesmo tempo, como foi feito ao longo de todo o texto, pode-se observar que outras motivações também moldam o comportamento dos indivíduos e não apenas o interesse individual para a maximização dos ganhos, como pressupõe a ideia do *Homo economicus*.

Outro elemento importante nesse processo de construção social dos mercados são as exigências que têm sido feitas pelos grupos de consumo e pela Quitandoca para a comercialização dos produtos. Vanda relata que houve duas demandas para alterar os ingredientes da produção das bananas chips. A primeira foi a substituição do glutamato monossódico que ela utilizava por sal e a redução da sua quantidade. Vanda teve que buscar novas informações para mudar os ingredientes, pois o sal comum, em contato com a banana chips “suava” no pacote, amolecendo-a. A partir do contato com outras pessoas que também produzem banana chips em outro bairro, Vanda descobriu que teria que secar o sal antes de adicioná-lo ao pacote, o que passou a fazer para ajustar seu produto à demanda apresentada. A segunda solicitação feita a Vanda foi a substituição do óleo de soja transgênico, por outros tipos de óleo não transgênicos, como o de Palma, o de Canola etc. No entanto, ela diz que não consegue achar esses tipos de óleos em Barra do Turvo e que teria que comprar de outro lugar. Além disso, esses tipos de óleo são mais caros, o que influenciaria no preço do produto, conforme ela relata: “É isso que eu falei pa ela. Eu posso inté fazê, mas [...] pa mim fazê o memo preço eu tenho que fazê meio pacote [...] eu vendo o peso, né? [...] Porque daí esses um são mais caro prá comprá”. A banha de porco, que seria uma alternativa aos óleos transgênicos e que Vanda teria acesso mais fácil, tem restrições porque parte das pessoas dos grupos de consumo são vegetarianas.

As mesmas exigências estão sendo feitas para o inhame chips que Dandara começou a produzir. Ela comenta que vai ter que aumentar muito o preço do produto, pois se utiliza uma quantidade grande de óleo, cerca de 4 a 5 litros, para fritar as bananas e os inhames. Durante a produção de banana chips, da qual participei durante o período de campo, essa quantidade de óleo foi utilizada para produzir cerca de 90 pacotes. Mas como a relação estabelecida com os grupos de consumo está assentada sobre os princípios da economia solidária e da agroecologia, é possível fazer ajustes na composição do preço e no processo produtivo, a partir do diálogo entre as partes, para garantir a continuidade da comercialização.

O diálogo também pode contribuir para que novos conhecimentos sejam acessados, tanto pelas agricultoras, quanto pelos grupos de consumo e a Quitandoca. As demandas apresentadas pelos grupos de consumo de substituir o óleo e o sal levaram as agricultoras a buscar informações com outras pessoas para fazer a substituição dos ingredientes. Conforme relata Dandara, “[...] na Areia Branca, é uma associação também. Só que eles...eles...eles tem lá...eles vende na fera as coisa deles. Eles faiz com gordura vegetal...aí tamém compraro diz que um óleo de algodão...”. Nesse caso, como eles fazem feira em Curitiba, aproveitam a viagem para comprar os ingredientes que utilizam a um preço mais baixo. Segundo Dandara,

uma possibilidade seria ver com a COOPERAFLORRESTA para adquirir o óleo a um custo mais baixo, mas pelas informações que obteve, teriam que adquirir direto da fonte, para evitar comprar de atravessadores e pagar mais caro.

Apesar das demandas dos grupos de consumo terem motivado as agricultoras a buscarem novas informações, foi possível perceber que elas não haviam entendido o motivo da necessidade de mudança no uso do sal e do óleo. Dandara não soube falar a respeito do sal, mas supunha que a exigência em relação ao óleo poderia ser pelo fato de ser transgênico: “É que aquele sal ele tem...ah eu num sei que que é, aqueles negócio lá [...] no sal, né? No sal dela lá...o sal a Violeta diz que [...] é pior do que o óleo. É...o óleo acho que é por causa de sê transgênico, né?” (DANDARA). Já Vanda, por sua vez, não sabia o que era transgênico, nem sabia especificar qual era o problema do óleo ou do sal utilizado.

As demandas dos/as consumidores/as parecem orientar boa parte dos alimentos produzidos, tanto na variedade quanto no modo de produção, especialmente no caso de alimentos processados, em ambas as comunidades. Essa orientação na variedade e produção dos alimentos tem algumas implicações, como as mudanças nos hábitos alimentares. No Córrego da Onça, por exemplo, mesmo que sua produção ainda não estivesse sendo comercializada para São Paulo, algumas mulheres relataram ter incorporado maior diversidade de hortaliças e legumes na alimentação da família. Por outro lado, como a produção tem sido orientada ao mercado, as agricultoras têm priorizado plantar as espécies comerciais que têm “mais saída” nos espaços de comercialização.

Laudelina relata que há demandas dos grupos de consumo para a compra de salsinha e que ela tentaria fazer um processo de secagem das folhas, inclusive de outras plantas, como a batata doce, o chapéu de couro etc para comercializar. Alexandra e Tereza contaram que, no ano de 2017, foram plantadas duas variedades de maxixe na horta que elas têm em conjunto no Córrego da Onça. A produção foi muito boa, mas como ninguém conhecia, perdeu-se tudo porque não consumiram e nem conseguiram comercializar. Alexandra disse que até tentaram incorporar a produção aos produtos comercializados para os grupos de consumo e para a Quitandoca em São Paulo, mas as técnicas que atuam na SOF disseram que não teria demanda: "Até falemo prá ela a única coisa que nós tem, se fosse prá mandá prá São Paulo, é só isso [...]. Daí falaro: Ah! Pior que em São Paulo o povo num tem muito conhecimento [...]" (ALEXANDRA).

O mesmo ocorreu com o jiló que, segundo Alexandra, também produziu muito, mas não conseguiram comercializar:

Pranta jiló ninguém...ninguém gosta. Nem pa vendê eu acho que num... [...] Ano passado lá na horta da Rosa prantemo um monte de jiló. Levamo lá prá Registro na feira. Levemo aquele jiló e vortemo com ele. Eu falei: Ah! Não adianta ficar plantano jiló (ALEXANDRA).

Vanda também relata que alguns alimentos que são comuns na região e fazem parte dos hábitos alimentares locais poderiam ser comercializados em São Paulo, mas não há demanda: "[...] Temo Taiá, mais só que...eles num qué [...] Taioba...tem Taioba, tem Taiá...mas eles num querem isso. [...] A Taioba dá pá comê...é..comê a batata...quando eles querem é o inhambe". Essa situação levou a uma mudança no padrão de consumo das agricultoras, que passaram a incorporar outras espécies, mais demandadas pelos grupos de consumo, na produção das hortas.

Esse rico processo de construção social de mercados tem contribuído para transformar os olhares e as práticas das agricultoras e as demais pessoas envolvidas, como as da equipe técnica da SOF e as dos grupos de consumo. O fato é que neste ir e vir da construção de mercados, o que se constrói, em primeiro plano, são as relações de reciprocidade e confiança para garantir o acesso a alimentos agroecológicos por cinco grupos de consumo – dispersos entre a capital e a região metropolitana – e um empreendimento comercial. Assim como propôs Polanyi (2000, p. 69), “[...] a simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente”. Os grupos de consumidores/as e os de agricultoras, operando por suas regras próprias, foram, com o tempo, se ajustando mutuamente para garantir que fosse possível que cerca de 30 agricultoras, incluindo as dos grupos As Perobas e Rosas do Vale, de cinco grupos diferentes, disponibilizassem uma diversidade de aproximadamente 95 alimentos in natura e quase 90 alimentos transformados artesanalmente para a distribuição em São Paulo (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2018).

Na CRQ Terra Seca, embora algumas agricultoras tivessem mais informações que outras, a respeito do processo de comercialização, ficou evidente a capacidade de apropriação das etapas e dos procedimentos. Em relação ao PAA, a situação era bem diferente, pois as agricultoras não compreendiam os detalhes da operação de compra e distribuição dos produtos e tinham dificuldades de apropriação dos objetivos, das regras e procedimentos para a execução do programa. Diante do exposto, depreende-se que ambos os processos contribuem para a construção da autonomia das agricultoras, mas em graus diferentes e de maneiras mais ou menos democráticas.

Além dessas alternativas de mercado, percebe-se um maior investimento das agricultoras nos circuitos curtos de comercialização, como as feiras na comunidade e no município, os eventos e as vendas em casa e de porta a porta. Os depoimentos das mulheres demonstraram que elas lançam mão de diferentes estratégias para garantir a autonomia econômica da unidade familiar e de si próprias, mesmo que em vários momentos isso implique em sacrifícios e sobrecarga de trabalho. É o caso, por exemplo, das relações de migração para os centros urbanos e da prestação de serviços eventuais aos quais as mulheres recorrem para garantir um recurso próprio, sobre o qual tenham autonomia para decidir no que investir.

Através das CA, foi possível demonstrar que a produção econômica, oriunda dos espaços de domínio das mulheres, não é incipiente. Embora as agricultoras tenham subnotificado sua produção, conforme explicitado no item 8.1, especialmente a produção não mercantil, foi possível perceber que a produção econômica protagonizada por elas é fundamental para a manutenção da família. Além disso, por meio das doações, as agricultoras contribuem para o acesso de vizinhos e familiares a alguns tipos de alimentos que não poderiam adquirir no mercado.

Pode-se afirmar, portanto, que as relações de interdependência entre as diferentes atividades mercantis e não mercantis em que as mulheres estão envolvidas e pelas quais são responsáveis, dão sustentação à economia familiar das agricultoras do Córrego da Onça e da CRQ Terra Seca em Barra do Turvo. É por meio dessas relações de interdependência que se constroem maiores condições de autonomia individual e coletiva.

9 – CONCLUSÕES

É possível concluir a partir desta pesquisa, fundamentando premissas anteriormente assinaladas, que as agricultoras agroecológicas possuem uma densa vida econômica e produtiva, operada por uma miríade de práticas e relações sociais, apesar de invisibilizadas por abordagens hegemônicas da economia e de outros olhares da ortodoxia acadêmica. Elas realizam uma diversidade de trabalhos, no cuidado com a casa e com a família, produzem e preparam os alimentos e os remédios do mato, conhecem as plantas e suas propriedades medicinais, roçam, podam, plantam, são guardiãs de sementes, mudas e raças de animais que se mantêm por meio do trabalho árduo e cuidadoso. Também estão em organizações econômicas e sociopolíticas, lutam pelo acesso aos direitos e às políticas públicas, negociam em casa e nos espaços públicos as condições para a construção de sua autonomia, no plano individual e coletivo. No entanto, ainda permanece oculto esse intenso arcabouço de práticas econômicas e racionalidades que as agricultoras operam em sua vida cotidiana, na relação com a natureza, no âmbito doméstico e comunitário, no trabalho e nos espaços de produção em que se inserem.

Conclui-se, ainda, que as relações de interdependência entre os diferentes tipos de trabalho e práticas realizados pelas agricultoras constituem as bases fundamentais para a construção de sua autonomia individual e coletiva, de seus grupos familiares e de suas organizações. É importante afirmar que as relações de interdependência não são apenas altruístas, elas também se inscrevem em processos de exploração das agricultoras, que precisam, na maioria das vezes, submeterem-se a trabalhos extenuantes e precarizados para a geração de renda. É a medida destas interdependências que tece as estratégias de reprodução social das famílias e as condições de autonomia das mulheres. É isso que delinea a interação entre economia e outras esferas da vida, e que opera a economia substantiva das agricultoras agroecológicas.

A divisão sexual do trabalho opera em todas as dimensões da vida das agricultoras e é reafirmada quando estas migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho. Olhar para o conjunto das atividades realizadas pelas mulheres possibilitou reconhecer e visibilizar o trabalho doméstico e de cuidados, e aquele realizado na produção para o autoconsumo, para a doação e para a troca. Conclui-se, a partir disso, que, como resultado da divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados as sobrecarrega – material e emocionalmente – e restringe seu protagonismo na economia familiar.

Mas o trabalho de cuidados manifesta-se também nas atividades “ditas” produtivas, quando as agricultoras assumem o papel de guardiãs de sementes e mudas ou raças de animais para a sua manutenção na comunidade. Do mesmo modo, a produção para o autoconsumo não se dá apenas na produção de alimentos, mas também na conservação do material genético que as agricultoras precisam para produzir autonomamente. O princípio de domesticidade (householding) permitiu dar visibilidade e reconhecer essas atividades como parte da economia, no seu sentido substantivo.

As atividades mercantis desenvolvidas pelas agricultoras, como a comercialização e o financiamento, são permeadas por motivações não econômicas, regidas por princípios da reciprocidade e da confiança. A dádiva, proposta por Mauss (2001), também se mostrou efetiva em diferentes transações econômicas – monetárias e não monetárias – realizadas pelas agricultoras, fortalecendo laços sociais mais permanentes, seja no âmbito do grupo, da comunidade, nas relações de parentesco e proximidade, e até mesmo na relação com os grupos de consumo. A natureza das práticas econômicas conduzidas pelas mulheres e a reprodução material da vida, portanto, são alicerçadas sobre condições imateriais, simbólicas e sociais de suas vidas em família e em comunidade.

Nesse sentido, as estratégias de comercialização, parte das quais se dão em circuitos curtos, foram as que mais contribuíram para a autonomia das agricultoras. Nesses circuitos a capacidade de estabelecer relações diretas com consumidores e estreitar os laços com outras agricultoras e agricultores preserva a autonomia das mulheres sobre a circulação dos produtos, fruto de seu trabalho. A governabilidade sobre a venda e o dinheiro resultante, é um princípio fundamental, já que possibilita às agricultoras gerenciarem o seu trabalho e se reconhecerem como economicamente produtivas e participantes ativas da composição da renda e da reprodução da unidade familiar.

Conclui-se, assim, que a construção da autonomia das agricultoras agroecológicas é um processo dinâmico, marcado por suas trajetórias que são atravessadas pela divisão sexual do trabalho em sua tripla dimensão e pela consubstancialidade de classe, gênero e raça, conforme propõe Kergoat (2010). Elas enfrentam limitações estruturais, como o acesso à terra, e lutam por direitos e por sua identidade sociocultural e política. As agricultoras agroecológicas estão por todo o canto, realizando todo o tipo de atividades materiais, afetivas e espirituais. Reforça-se, portanto, que as relações de interdependência conformam as bases para que tenham sua autonomia individual e coletiva, num vai e vem da dinâmica da vida, demonstrando a sua capacidade de resistência e resiliência na produção do viver.

Por fim, conclui-se que a construção da agroecologia, desde a perspectiva feminista, permite valorizar as práticas econômicas e dar visibilidade ao protagonismo das agricultoras nas diferentes esferas da vida, aspectos ainda pouco abordados em pesquisas científicas. Ademais, as restrições impostas às mulheres para o acesso a direitos sociais e econômicos, em grande medida operadas pela ação negligente e discriminatória do Estado, exigem uma mudança de perspectiva. Recomenda-se, portanto, o investimento em novas linhas de pesquisa e em políticas públicas para dar visibilidade à contribuição econômica das mulheres para a sociedade e para criar condições à construção de sua autonomia.

10 – REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Rios da memória das mulheres da agroecologia**. IV Encontro Nacional de Agroecologia. 2018. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/2018/06/03/rios-da-memoria-das-mulheres-da-agroecologia/>>. Acesso em 05 jun 2018.

BEDIA, ROSA COBO. El género en las ciencias sociales. In: **Cuadernos de Trabajo Social**, vol. XVIII, Universidad Complutense de Madrid, 2005. p. 249-258.

BENERÍA, Lourdes. Toward a greater integration of gender in Economics. **World Development**, vol. 23 (11), 1995.

BIM, OCIMAR JOSÉ BAPTISTA. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos, e soluções socioambientais**. 2012, 267p. (Dissertação em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Fome Zero, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informações Territoriais**. [200-]. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=3526100>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CAILLÉ, ALAIN. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 38. 35p., 1994.

CARRASCO, CRISTINA. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, NALU e NOBRE, MIRIAM (orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

CARRASCO, CRISTINA (org). Introdução: Para uma Economia Feminista. In: **Mujeres y economia: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Ed. Icaria, Colección Antrazyt. Espanha, 1999, 438p.

CATTANI, ANTONIO DAVID; HOLZMANN, LORENA (org). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre, Zouk, 2011, 494 p.

CHIZZOTTI, ANTÔNIO. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006, 144p.

CHUEKE, GABRIEL VOUGA; LIMA, MANOLITA CORREIA. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 128, ano XI, p. 63-69, jan. 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab/Companhia Nacional de Abastecimento**. v.13. Brasília: Conab, 2018.

CRUZ NETO, OTÁVIO. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DA SILVA, ALFREDO RODRIGUES LEITE; FANTINEL, LETÍCIA DIAS. Dilemas e implicações do uso da observação enquanto técnica em detrimento da etnografia. **XXXVIII ANPAD**, Rio de Janeiro, set, 2014. 16p.

DUARTE, ROSÁLIA. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, n. 24, p. 213 – 225, 2004. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859> >. Acesso em: 08 nov. 2016.

FARIA, NALU. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, ANDRÉA (org). **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009. p. 11-28.

FARIA, NALU. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, ANDREA; DANTAS, ISOLDA (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 37-53.

FARIA, NALU; MORENO, RENATA. Apresentação. In: FARIA, NALU; MORENO, RENATA (org). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012, p. 7-11. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).

GAIGER, LUIZ INÁCIO GERMANY. Por um Olhar Inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.2, mai./ago. 2012, p. 313-335. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a06v27n2.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2017.

GAIGER, LUIZ INÁCIO GERMANY. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, 2014, p. 7-24. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/18512/10416> >. Acesso em: 12 abr. 2017.

GEERTZ, CLIFFORD. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODBOUT, JACQUES. Introdução à Dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 38, 1997, 14p.

GOLDMAN, MÁRCIO. “Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica”. **Etnográfica**, Vol. X (1) 2006, pp.161-173.

GRANOVETTER, MARK. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973. Disponível em: < https://sociology.stanford.edu/sites/default/files/publications/the_strength_of_weak_ties_and_exch_w-gans.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2017.

GRANOVETTER, MARK. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, jan./jun. 2007. 41p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

HILLENKAMP, ISABELLE. O princípio de householding hoje. Discussão teórica e abordagem empírica por meio da economia popular. p. 177-199. In: HILLENKAMP, ISABELLE; LAVILLE, JEAN-LOUIS. **Socioeconomia e democracia, a atualidade de Karl Polanyi**. Porto Alegre: Escritos, 2016, 248p.

HILLENKAMP, ISABELLE; NOBRE, MIRIAM. **Por uma economia solidária e feminista: primeiros resultados duma pesquisa-ação no Vale do Ribeira**. Relatório parcial do projeto de pesquisa “Análises feministas das práticas da economia social e solidária: visões da América Latina e Índia”. 2016, 46p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. 2008. 227p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab1.pdf>. Acesso em 18 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Cidades, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barra-do-turvo/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barra-do-turvo/pesquisa/19/29761>>. Acesso em 12 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios – 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=35>>. Acesso em 18 mai. 2018.

JAGGAR, ALISSON. M. (1997). Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: **A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Orgs.), Gênero, corpo, conhecimento** (p. 157-185). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

KELLER, EVELYN FOX. **Reflections on gender and science**. New Heaven, Yale University Press, 1985.

KERGOAT, DANIELE. A divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, MARLI et al. (orgs). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. 55 – 63p. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-64.

LAKATOS, EVA MARIA.; MARCONI, MARINA DE ANDRADE. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª edição, São Paulo: Atlas, 2003.

LAPERRIÈRE, ANNE. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: **J. Poupart et al. (org). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** (p. 410-435), 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 2012.

LÉVESQUE, BENOÎT. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **RAE-eletrônica**, v. 47, n.2, abr./jun., 2007, p. 49-60. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n2/v47n2a06.pdf> >. Acesso em: 16 abr. 2017.

LOCKE, RICHARD M. Construindo confiança. **Revista Econômica**. V. 3, n. 2, p. 253-281, 2001. Disponível em: < http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.3_N.2_DOSSIER_1_Locke.pdf >. Acesso em: 03 mar. 2017.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTES, ANA CRISTINA BRAGA et al. Apresentação – Fórum Sociologia Econômica. **RAE - eletrônica** - v. 6, n. 1, Art. 10, jan./jun., 2007, 6p. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4839&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARTINS, PAULO HENRIQUE. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, dez. 2005: p. 45-66.

MATTHAEI, JULIE. “Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas-feministas-marxistas-anti-racistas”. In: FARIA, NALU; NOBRE, MIRIAM. **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

MAUSS, MARCEL. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MAUSS, MARCEL. **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.

MELO, HILDETE PEREIRA; DI SABATTO, ALBERTO. Gênero e Trabalho Rural – 1993 a 2006. In: BUTTO, ANDRÉA (org). **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009. p. 31- 120.

MELO, NILDO APARECIDO. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na Vila Rural: uma análise do Programa Vilas Rurais no norte do Paraná. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, 2011.

MILKMAN, RUTH; REESE, ELLEN; ROTH, BENITA. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, ano 4, n. 7, 1998. p. 143-167.

MORENO, RENATA FALEIROS CAMARGO. **Além do que se vê: uma leitura das contribuições do feminismo para a economia**. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do ABC. Santo André - SP.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 21ª edição. p. 9-30. 2009.

NARVAZ, MARTHA GIUDICE; KOLLER, SÍLVIA HELENA. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NEAD. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento de comunidades rurais**. 2006.

NETO, ANTÔNIO AUGUSTO LOPES et al. Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n. 4, dez. 2015, p. 42-47.

OROZCO, AMAIA PÉREZ. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, NALU; MORENO, RENATA (org). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012, p. 51-93. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).

PAULILO, MARIA INÊS. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, 5(28). Rio de Janeiro: ICH, 1987. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PEIRANO, MARIZA. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, 180p.

PICCHIO, ANTONELLA. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012. p. 13-28. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-do-turvo_sp>. Acesso em: 03 mai. 2018.

POLANYI, KARL. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Compus, 2ª. ed. 2000. 337p.

POLANYI, KARL. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p.

PUJOL. MICHELE. Feminism and anti-feminism in early economic thought. **Vermont: Edward Elgar**, 1992.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, n. 6, p. 59-82, 2005.

SABOURIN, ERIC. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad.: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 336p.

SARMENTO, DANIEL. A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação. **Parecer Técnico Grupo de Trabalho Quilombos. 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias) do Ministério Público Federal**. 2006, 21p. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-quilombos/legislacao-1/pareceres/Dr_Daniel_Sarmento.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Revista Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SCHNEIDER, SERGIO; ESCHER, FABIANO. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 180-219. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22640/13150>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização**. São Paulo, fev. 2016, 38p. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018. 84p. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SILIPRANDI, EMMA. Mulheres, Segurança Alimentar e Agroecologia. Notas para Discussão – Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. **MDA, SAF, DATER**, 2007.

SILIPRANDI, EMMA; CINTRÃO, ROSÂNGELA. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA, 2011. p. 153-191.

SILVA, SANDRO PEREIRA; CARNEIRO, LEANDRO MARCONDES. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de trabalho**, n. 57, ago. 2014, p. 69-82.

SILVA JUNIOR, JOAQUIM ALVES. **Desafios e perspectivas do Programa Territórios da Cidadania: o caso do Território da Cidadania Vale do Ribeira**. 2015, 182f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo – São Paulo.

STEINER, PHILIPPE. **A sociologia econômica**. (trad.) Trylinski, M. H. C. V. São Paulo: Atlas, 2006, 134p.

SWEDBERG, RICHARD. Sociologia Econômica: hoje e ontem. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004.

TEPEDINO, CRISTINA DE AZEREDO LOPES. **Cotidiano escolar e mudança sociocultural: a experiência do Colégio Stella Maris**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TRIVIÑOS, AUGUSTO NIBALDO SILVA. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

TURATTI, MARIA CECÍLIA M. **Relatório Técnico-Científico sobre remanescentes da comunidade de quilombo de Morro Seco/Iguape-SP**, 2006, 59 p.

VEIGA, LUCIANA; GONDIM, SÔNIA MARIA GUEDES. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VII, n. 1, 2001, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100001>. Acesso em: 08 nov. 2016.

VIEIRA, MARCELO MILANO FALCÃO. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-28.

VINHA, VALÉRIA. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Revista Econômica**, 2001, v. 3, n.2, p. 207-230.

ANEXO B

Questionário para Caracterização das Agricultoras Agroecológicas

1. Informações sobre a Unidade Familiar de Produção e o Núcleo Familiar

Nome:		
Data de nasc: ____ / ____ / ____	Contato: Tel:	Email:
Whatsapp:		

Possui DAP? Não () Sim () Se sim, preencha as informações abaixo:

<u>Titular 1 da DAP</u>	
Nome:	
Data de nascimento:	
<u>Titular 2 da DAP (Se houver)</u>	
Nome:	
Data de nascimento:	
Número da DAP:	
Validade da DAP: ____ / ____ / ____	

1.1 - Identificação da UFP

UF: _____ Município: _____ Distrito: _____
 Nome da propriedade: _____ Comunidade: _____
 Distância à sede do município (Km): _____
 Distância à sede do município mais próximo(km): _____ Nome do município: _____
 Coordenadas do estabelecimento*:
 Quadrante (UTM): _____ Latitude (UTM) _____ Longitude (UTM) _____
 Altitude (metros): _____

*Informação opcional. Caso seja utilizado, considerar o ponto relacionado à residência principal no estabelecimento.

1.2 Composição do núcleo familiar

Nº	Nome Completo	Parentesco ¹	Sexo F / M	Data Nascimento	Origem Étnica ²
01					
02					
03					
04					
05					
06					

¹**Parentesco** em relação aos titulares da DAP: (a) Esposo/a; (b) Filho/a; (c) Primo/a; (d) Irmão/ã; (e) Mãe; (f) Pai; (g) Avô/ó; (h) Tio/a; (i) Agregado/a; (j) Outros

²**Raça/cor** (segundo o IBGE): (1) Brancos; (2) Pardos; (3) Pretos; (4) Povos Indígenas; (5) Amarelos

³**Escolaridade:** (a) Ensino Fundamental Completo; (b) Ensino Fundamental Incompleto; (c) Ensino Médio Completo; (d) Ensino Médio Incompleto; (e) Ensino Técnico Completo; (f) Ensino Técnico Incompleto; (g) Ensino Superior Completo; (h) Ensino Superior Incompleto; (i) Analfabeto; (j) Sem Estudo

⁴**Vínculos de moradia e trabalho com a UFP:** (1) Reside no estabelecimento e trabalha (em tempo integral ou parcial) no estabelecimento; (2) Reside no estabelecimento e trabalha fora (em tempo integral); (3) Não reside no estabelecimento e trabalha no estabelecimento; (4) Não reside nem trabalha no estabelecimento; (5) Reside no estabelecimento e não trabalha

2. Informações sobre o Agroecossistema (Quintal e outros espaços sob responsabilidade das mulheres)

2.1. Acesso à terra

Áreas	Formas de Acesso à terra ¹	Município	Tamanho da área (m ²)
Área 1			
Área 2			
TOTAL DE ÁREA (m²)²			

¹**Forma de acesso à terra:** (1) própria, (2) posse, (3) arrendamento, (4) meação, (5) parceria, (6) cessão, (7) comodato, (8) direito de uso, (9) uso comunitário, (10) crédito fundiário (11) assentamento reforma agrária (12) outros

²**Contabilizar as áreas de uso comum**

2.2. Acesso à água

Poço artesiano	Programa de cisterna Primeira Água
Poço semiartesiano	Programa de cisterna Segunda Água
Cacimba	Captação de água da chuva
Nascente própria	Rio*
Nascente vizinha (compartilhada)	Lago ou represa*
Outras	

OBS.: Descrever/detalhar o item Outras.

* Descrever as condições de acesso: distância, quantidade e qualidade da água, quem é responsável pela coleta etc

2.3. Acesso aos recursos naturais (De onde são coletados os recursos naturais para a manutenção da família?)

Mata	Beira do rio
Capoeira	Beira do lago ou represa
Pastagens	Outras

OBS.: Descrever/detalhar o item Outras.

Descrever as condições de acesso aos recursos naturais e que tipo de produtos são oriundos de cada local

2.4. Caracterização da propriedade e principais atividades

Elaborar um mapa da propriedade com os diferentes subsistemas e elementos importantes para a família (recursos hídricos, fragmentos florestais etc.)

2.5. Caracterização dos tipos de manejo agroecológico nas atividades protagonizadas pelas mulheres

Esterco vaca	Cobertura morta
Esterco galinha	Adubação verde
Esterco cavalo	Caldas
Homeopatia	Consórcio de plantas

	Manejo da água*		Sementes crioulas
	Outros		

OBS.: Descrever/detalhar o item Outros.

* Descrever os sistemas de manejo da água utilizados

3. Acesso a políticas públicas

3.1. Políticas Públicas Acessadas pela Agricultora

	PRONAF		PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
	ATER		PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
	Aposentadoria rural		PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
	Bolsa Família		PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
	Biodiesel		PNCF – Crédito Fundiário
	Garantia Safra		Programa de cisterna Primeira Água
	Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais		Programa de cisterna Segunda Água
	PROINF – Apoio e ações de infraestrutura e serviços		PRONATEC
	PGPM – Programa de Garantia de Preço Mínimo		Salário defeso
	SEAF – Seguro da Agricultura Familiar		Outras:

OBS.: Descrever/detalhar o item Outras.

4. Acesso a mercados

	Tipos de mercados	Quem faz a Venda/Entrega?
	Feiras	
	Mercado local	
	Vende em casa	
	PAA	
	PNAE	
	Outros	

OBS.: Descrever/detalhar o item Outros.

5. Fontes de Renda

5.1. Qual a principal fonte de renda da família?

5.2. Quais as outras fontes de renda?

	Bolsa Família		
	Aposentadoria		
	Diarista		Outros

OBS.: Descrever/detalhar o item Outros.

6. Gastos da Família

6.1. Quais os principais gastos da família?

7. Participação Social

7.1. Participa de algum espaço de organização coletiva?

<input type="checkbox"/>	Grupo produtivo	<input type="checkbox"/>	Cooperativa
<input type="checkbox"/>	Sindicato	<input type="checkbox"/>	Igreja
<input type="checkbox"/>	Movimento Social	<input type="checkbox"/>	Outras
<input type="checkbox"/>	Associação	<input type="checkbox"/>	

OBS.: Descrever/detalhar o nome das organizações de que a agricultora participa.

7.2. Qual cargo ocupa nos espaços de organização do qual participa?

8. Observações no preenchimento da Caderneta:

ANEXO C

Roteiro de entrevistas com as agricultoras agroecológicas

Consumo

1. Quais são os diferentes espaços produtivos (subsistemas de produção) da propriedade?
2. O que é o quintal para você?
3. Quem definiu o tamanho do quintal e o que se planta nele?
4. Qual a importância do quintal para a satisfação das necessidades da família?
5. Qual a importância do quintal para a geração de renda?
6. Quem trabalha nos quintais? E nos outros espaços produtivos da propriedade? De todas as atividades, quais são as que ficam sob a sua responsabilidade?
7. Como foi definido o trabalho que cada um terá em cada espaço produtivo?
8. De onde você tira o que consome em casa (entender de onde sai o que – fluxos de produção e consumo)?
9. O que é produzido nos diferentes espaços produtivos sob sua responsabilidade? Qual o destino dessa produção (consumo, doação, troca e venda)? (entender os fluxos econômicos – o que sai para onde)
10. Quem define a quantidade e o destino da produção dos diferentes espaços produtivos? Como essas decisões são tomadas?
11. O que é feito com a renda que se tira do quintal? E o que é feito com a renda das outras atividades que você é responsável na propriedade?
12. De onde vem os recursos que você utiliza para seus gastos pessoais?
13. Você doa ou troca produtos, conhecimento etc. com outras pessoas?
14. Para quem você doa produtos? (entender os fluxos econômicos). Por que você doa a essas pessoas?
15. Como define o que vai ser doado e em que quantidade?
16. Com quem você mantém relações de troca? (entender os fluxos econômicos). Por que você troca com estas pessoas?
17. Como define o que vai ser trocado e em que quantidade?
18. Onde e como você comercializa seus produtos? (entender os fluxos econômicos). O que motivou você a preferir estas formas de comercialização e não outras? Nestes espaços de comercialização o que mais motiva você a continuar?
19. Você troca ou doa produtos com as pessoas nos espaços de comercialização de que participa? (entender os fluxos econômicos). Esta relação acontece com todas as pessoas ou apenas com algumas? Por que?
20. Você conhece as pessoas para quem você vende os produtos? Como é a relação com essas pessoas?

Para mulheres que participam de grupos produtivos – troca, doação e venda

21. Você participa de algum grupo produtivo? O que motiva você a fazer parte do grupo?
22. No grupo produtivo como vocês se organizam com o trabalho? Como dividem a renda?

23. Onde e como você comercializa seus produtos? (entender os fluxos econômicos) O que motivou você a preferir estas formas de comercialização e não outras? Nestes espaços de comercialização o que mais agrada você?
24. Você troca ou doa produtos com as pessoas com quem você trabalha nos espaços de comercialização de que participa? (entender os fluxos econômicos) Esta relação acontece com todas as pessoas ou apenas com algumas? Por que?
25. Você conhece as pessoas para quem você vende os produtos? Como é a relação com essas pessoas?



--